

*Análise
do
Discurso
em
perspectivas*

**Hugo Mari
Ida Lucia Machado
Renato de Mello**

ORGANIZADORES

A coletânea que ora trazemos a público é o sexto volume publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais na série Análises Discursivas. Para o leitor familiarizado com os livros do NAD/FALE/UFMG, não constitui novidade a importância dessa obra. Professores e pesquisadores franceses, suíços e brasileiros mais uma vez apresentam seus trabalhos em Análise do Discurso (AD). Mas, algumas novas perspectivas aqui aparecem, pois, a AD, felizmente, é um campo sempre em movimento.

**HUGO MARI
IDA LÚCIA MACHADO
RENATO DE MELLO
(Organizadores)**

**ANÁLISE DO DISCURSO
EM PERSPECTIVAS**

**Faculdade de Letras da UFMG
2003**

ANÁLISE DO DISCURSO EM PERSPECTIVAS

**HUGO MARI
IDA LÚCIA MACHADO
RENATO DE MELLO
(ORGANIZADORES)**

CONSELHO EDITORIAL

**DYLIA LYSARDO-DIAS
HUGO MARI
IDA LÚCIA MACHADO
JOÃO BOSCO CABRAL DOS SANTOS
RENATO DE MELLO
SUELI PIRES**

**Núcleo de Análise do Discurso
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG**

**Belo Horizonte
2003**

Direitos Autorais reservados –Lei 5988/73
Copyright ©2003 – Núcleo de Análise do Discurso da FALE-UFMG
Os capítulos assinados são de responsabilidade de seus autores, não
traduzindo, necessariamente, a opinião do NAD/FALE-UFMG.

Os capítulos deste livro, no todo ou em partes, podem ser
reproduzidos para fins educacionais e de pesquisa, porém, é vedada a
sua comercialização, nos termos da Lei dos Direitos Autorais, Lei
9610/98.

Hugo Mari
Projeto Científico

Ida Lucia Machado e Renato de Mello
Projeto Editorial

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias da Biblioteca FALE/UFMG

A532

Análise do discurso em perspectivas / Hugo Mari,
Ida Lucia Machado, Renato de Mello.
(organizadores). – Belo Horizonte: Núcleo
de Análise do Discurso, Programa de Pós-
Graduação em Estudos Lingüísticos, Facul-
dade de Letras da UFMG, 2003.
398 p.: il. (Análises discursivas ; v. 6)

Inclui índice onomástico.

ISBN: 85-87470-54-X

I. Análise do discurso. I. Mari, Hugo.
II. Machado, Ida Lucia. III. Mello, Renato de.
IV. Série.

CDD : 418

NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO
Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos
Faculdade de Letras da UFMG
<http://www.letras.ufmg.br>

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

**PROJETO DE EDITORAÇÃO CIENTÍFICA
SÉRIE – ANÁLISES DISCURSIVAS**

VOLUMES PUBLICADOS

1. Teorias e Práticas Discursivas:
Estudos em Análise do Discurso
2. Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso
3. Categorias e Práticas de Análise do Discurso
4. Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas
5. Ensaio em Análise do Discurso
6. Análise do Discurso em Perspectivas

**NÚCLEO DE ANÁLISE DO DISCURSO
FALE-UFMG**

**Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte-MG – Cep: 31270-901
Tel. (xx31) 3499-5101 – Fax. (xx31) 3499-5124
discurso@letras.ufmg.br**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
--------------	----

PARTE I DISCURSO: GÊNERO/LITERATURA

1	Le discours littéraire contre la littérature en soi. DOMINIQUE MAINGUENEAU	17
2	Os múltiplos sujeitos do discurso no texto literário RENATO DE MELLO	33
3	Figurações do Sujeito no Discurso do narrador de “Grande Sertão: Veredas” MÁRCIA MARQUES DE MORAIS	51
4	Os gêneros discursivos como tipos situacionais WANDER EMEDIATO DE SOUZA	63
5	Vozes e sentidos no gênero JOÃO BÔSCO CABRAL DOS SANTOS	73
6	O charme discreto da transgressão de gêneros na poesia IDA LUCIA MACHADO	83

PARTE II
DISCURSO/AÇÃO

- | | | |
|----|--|-----|
| 7 | Discurso e ação
HUGO MARI | 101 |
| 8 | Os contextos na formação do ato de fala assertivo
MARIA APARECIDA SILVA FURTADO | 117 |
| 9 | Os desafios transacionais sob uma visão modularista do discurso
SUELI PIRES | 133 |
| 10 | Une approche modulaire de la problematique des relations de discours
EDDY ROULET | 149 |
| 11 | Textualisation et cadrage des activités: Une analyse praxéologique des interactions de service
LAURENT FILLIETTAZ | 179 |

PARTE III
DISCURSO/PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

- | | | |
|----|---|-----|
| 12 | Os textos de alunos como índices para avaliação das capacidades de linguagem
ANNA RACHEL MACHADO | 215 |
| 13 | Leitura e Análise do Discurso: o movimento de produção do sentido do texto
EDSON NASCIMENTO CAMPOS | 231 |

14	Leitura e Análise do Discurso ELIANA AMARANTE DE MENDONÇA MENDES	241
15	O contrato e a construção da identidade na sala de aula de Espanhol Língua Estrangeira JUAN PABLO CHIAPPARA CABRERA	249
16	Discurso, sujeitos da linguagem e contrato de comunicação JERÔNIMO COURA-SOBRINHO	267
17	O professor e a Polis: Intencionalidade individual e coletiva e o escamoteamento do conflito diante da inclusão social na escola MÍRIA GOMES DE OLIVEIRA	281

PARTE IV DISCURSO/PRÁTICAS ARGUMENTATIVAS

18	Faire signifier des images et rendre équivoque les mots: Les discours publicitaires en quête de plaisir CLAUDE CHABROL	301
19	Esporte e Discurso Totalitário ELCIO LOUREIRO CORNELSEN	315
20	Ad quientem, o el rechazo del debate CHRISTIAN PLANTIN	351
21	Estereótipo e representação na construção de textos jornalísticos DYLIA LYSARDO-DIAS	389
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	397

COLABORADORES

ANNA RACHEL MACHADO
PUC/SP

CLAUDE CHABROL
UNIVERSITÉ PARIS III -SORBONNE NOUVELLE

CHRISTIAN PLANTIN
UNIVERSITÉ LYON II

DOMINIQUE MAINGUENEAU
UNIVERSITÉ PARIS XII

DYLIA LYSARDO-DIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

EDDY ROULET
UNIVERSITE DE GENEVE

EDSON NASCIMENTO CAMPOS
FALE-UFMG

ELCIO LOUREIRO CORNELSEN
FALE-UFMG

ELIANA AMARANTE DE MENDONÇA MENDES
FALE-UFMG

HUGO MARI
FALE-UFMG

IDA LÚCIA MACHADO
FALE-UFMG

JERÔNIMO COURA SOBRINHO
DOUTORANDO - UFMG

JOÃO BÓSCO CABRAL DOS SANTOS
UFU

JUAN PABLO CHIAPPARA CABRERA
MESTRANDO - UFMG

LAURENT FILLIETTAZ
UNIVERSITE DE GENEVE

MÁRCIA MARQUES DE MORAIS
PUC-MINAS

MARIA APARECIDA SILVA FURTADO
MESTRANDA - UFMG

MÍRIA GOMES DE OLIVEIRA
DOUTORANDA - UFMG

RENATO DE MELLO
FALE-UFMG

SUELI PIRES
FALE-UFMG

WANDER EMEDIATO
FACULDADE PITAGORAS

APRESENTAÇÃO

“L'expérience de chacun est le trésor de tous.”

GERARD DE NERVAL

A coletânea que ora trazemos a público é o sexto volume publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais na série *Análises Discursivas*. Para o leitor familiarizado com os livros do NAD/FALE/UFMG, não constitui novidade a importância dessa obra. Professores e pesquisadores franceses, suíços e brasileiros mais uma vez apresentam seus trabalhos em Análise do Discurso (AD). Mas, algumas novas perspectivas aqui aparecem, pois, a AD, felizmente, é um campo sempre em movimento.

Graças a convênios realizados entre a UFMG e universidades estrangeiras, temos conseguido realizar trocas proveitosas no domínio da AD, tal como ela é vista, hoje, no âmbito das pesquisas brasileira, francesa e suíça. Ressalte-se que o NAD é um órgão vinculado ou “parceiro” privilegiado do *Centre d'Analyse du Discours de Paris 13*: como prova disso temos vários trabalhos realizados em conjunto (teses, artigos, livros) com os Professores franceses desse laboratório que é ligado ao CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*), órgão de fomento francês que seria, resguardando as naturais diferenças, mais ou menos o correspondente da CAPES, no Brasil.

O NAD tem congregado projetos da FALE, bem como de outras unidades da UFMG e de outras Universidades do Estado, reunindo pesquisadores oriundos de áreas tais como História, Psicologia, Comunicação, Literatura, Música, Teatro, Ciências Médicas e Biológicas... Isso tem sido possível graças à natural interdisciplinaridade que rege os conceitos da moderna escola de AD francesa, adotada por vários pesquisadores do NAD que a ela vieram se unir.

Neste novo volume reunimos artigos de 21 (vinte e um) pesquisadores que apresentam suas perspectivas e suas expectativas face ao sempre instigante objeto de estudos que é a AD. A coletânea é composta de quatro partes:

Na parte I, “Discurso: Gêneros/Literatura” são seis as vozes que falam sobre o tema título, cada uma envolvida ou des-envolvida em meio a seus diferentes tons. Note-se, nesta parte, que tanto o conceito de “Gênero” quanto o de “Literatura”, associados ao Discurso, têm constituído uma preocupação e uma fonte de inspiração para vários pesquisadores. Talvez haja uma nota poética que perpassa a *parte I*: pesquisadores amantes da Literatura, mas também amantes do Discurso tentam reuni-los em um “casamento” que não seria bem aceito, até bem pouco tempo atrás... Felizmente, a AD carrega consigo essa função inovadora e libertária que permite novas fusões.

Na parte II, “Discurso/Ação”, 05 (cinco) pesquisadores apresentam o que para eles simboliza a dinâmica discursiva. O caminho aqui percorrido vai dos Atos de Fala à análise praxeológica das interações, passando pelos desafios e encantos que uma visão modularista do discurso pode oferecer. Em outras palavras, oferecemos aqui, ao leitor, a visão, bem nossa, da Teoria dos Atos de Fala associada à AD, bem como a visão dos pesquisadores de língua francesa que pertencem à *École de Genève*.

Na parte III, “Discurso/Práticas pedagógicas”, a AD aparece relacionada ao ensino. Nesse caso é natural que o Contrato Didático seja evocado, bem como seja realçada a importância da produção textual dos alunos e das atividades de leitura em sala de aula. Os conflitos do professor, suas expectativas, suas descobertas, são ilustrados pelas palavras de 06 (seis) pesquisadores.

Finalmente, a parte IV, “Discurso/Práticas argumentativas”, como seu nome já indica, dá primazia à argumentação: 04 (quatro) autores vêm então nos contar como a argumentação atua em diferentes *corpora*: o do discurso publicitário, o do discurso político totalitário, o do debate e o da construção de textos jornalísticos. A

argumentação, nesse caso, como seria de se esperar, passa pelo crivo e pelas exigências da AD contemporânea.

Como o leitor poderá notar, *Análise do Discurso em perspectivas* é, sobretudo, um livro polifônico, pois, é composto por vozes de pesquisadores de diferentes Universidades: brasileiras, francesas e suíças. Estas vozes nos falam dos conceitos que cada uma preferiu adotar e porque; dos *corpora* que acharam mais úteis para ilustrá-los e porque. Pedimos, pois, ao leitor para considerar os artigos a partir de suas diversidades e de suas semelhanças, ou seja, em outras palavras: a partir das *perspectivas* por eles sugeridas. A palavra “perspectiva” no caso, é uma metáfora para “olhares diversos” ou “novas pistas” no âmbito da AD.

A edição de mais um livro sobre AD é sempre um momento de muita emoção. Estamos convictos de estarmos trazendo uma contribuição de grande valia para o maior desenvolvimento das pesquisas em AD no Brasil e no exterior. Gostaríamos de compartilhar tal momento com nosso futuro leitor, a quem submetemos à apreciação a obra e cujas críticas e sugestões serão sempre bem-vindas. Agradecemos a todos que tornaram possível à aparição deste volume, sobretudo, à Coordenação do PosLin, à Diretoria da FALE/UFMG e à CAPES/COFECUB (com o acordo número 316/00-II). Agradecemos igualmente aos autores que propiciaram a realização desse “diálogo franco-suíço-brasileiro”, realizado em torno de nosso tema predileto: a Análise do Discurso.

Ida Lucia Machado
Renato de Mello

1

LE DISCOURS LITTÉRAIRE CONTRE LA LITTÉRATURE EN SOI

DOMINIQUE MAINGUENEAU
UNIVERSITE PARIS XII

À PROPOS DU DISCOURS LITTÉRAIRE

Considérer le fait littéraire en termes de “discours”, c’est contester ce point fixe, cette origine “sans communication avec l’extérieur” que serait l’instance créatrice, pour reprendre une célèbre formule de Proust dans son *Contre Sainte-Beuve*. C’est renoncer au fantasme de l’œuvre *en soi*, dans sa double acception a) d’œuvre autarcique, b)

d'œuvre au fond de la conscience créatrice. Depuis plusieurs décennies de nombreux travaux ont renouvelé dans ce sens notre perception de la littérature, mais ils sont trop souvent compris comme des rectifications locales, alors même que c'est l'ensemble du paysage qui est en train de se reconfigurer. Impossible de modifier notre conception de l'instance créatrice sans engager une modification de notre appréhension du fait littéraire, considéré dans sa diversité historique et géographique.

Dans l'espace esthétique ouvert par le romantisme et jusqu'aux années 1960 le centre de l'étude était l'auteur, directement ou indirectement. Directement quand on étudiait sa vie; indirectement quand on étudiait le "contexte" de sa création. Et quand on procédait à une analyse stylistique, c'était pour y lire sa "vision du monde". En un sens, avec le structuralisme il n'y a plus eu de centre, mais la littérature se trouvait encore en *son* lieu, dans les frontières du Texte. En parlant aujourd'hui de *discours* littéraire, on renonce à définir un centre ou un lieu consacré. Les conditions du *dire* traversent le *dit*, qui investit ses propres conditions d'énonciation (le statut de l'écrivain associé à son mode de positionnement dans le champ littéraire, les rôles attachés aux genres, la relation au destinataire construite à travers l'œuvre, les supports matériels, les modes de circulation des énoncés...).

En réfléchissant ainsi en termes de "discours littéraire", il ne s'agit pas seulement de procéder à un *aggiornamento* épistémologique, mais de donner une lisibilité à la plus grande part des corpus littéraires: on doit avoir accès à des modalités de l'énonciation qui ne ressortissent pas à la conception romantique du style. Pour ne parler que de la France, la littérature de salon du XVII^e siècle, la poésie pétrarquaisante, voire la tragédie classique ne sont lisibles que si l'on se détache des cadres de pensée hérités du romantisme. En disant que telles ou telles œuvres n'ont pas grand intérêt littéraire parce qu'on y trouve "trop de clichés", parce qu'il s'agit de poésie "officielle" ou de "littérature de salon", parce qu'elles "manquent d'originalité" ou de "sincérité", on montre seulement qu'on ne les appréhende pas avec la grille adéquate.

Si l'on mène cette logique à son terme, il apparaît que la notion même de "discours littéraire" pose problème. Elle semble en effet présupposer que, par genre proche et différence spécifique, il existerait une catégorie correspondant à un sous-ensemble bien défini de la production discursive d'une société: *le* discours littéraire. Même si l'on peut toujours contester le tracé exact de ses frontières, cette catégorie est indéniablement pertinente pour le régime ouvert par l'esthétique romantique, qui, précisément, a imposé la notion de "littérature", ou plutôt de "Littérature", opposée au reste des énoncés de la société, jugés profanes. Mais l'étiquette "discours littéraire" se révèle périlleuse quand on aborde d'autres régimes de la littérature que celui qui prévaut depuis deux siècles (et dont la pérennité n'est d'ailleurs pas assurée). D'un côté, elle désigne aujourd'hui un véritable "type de discours", lié à un statut pragmatique particulier, dont l'existence est indiscutable dans notre type de société; d'un autre côté, elle permet seulement de grouper un ensemble considérable de phénomènes appartenant à des époques et des sociétés très diverses mais qui ne désigne pas à proprement parler un type de discours, une unité délimitable et stable. Peut-être faudrait-il faire jouer ici une distinction entre le *discours* littéraire, notion qui serait réservée au régime de la littérature moderne, et la *discursivité* littéraire, qui s'accommoderait de configurations très diverses. Mais cette distinction, comme la plupart des efforts de thérapie terminologique, risque de rester lettre morte. En outre, elle ne ferait que déplacer le problème vers l'adjectif "littéraire". Le plus simple est sans doute d'être conscient de ce double statut, qui est d'ailleurs monnaie courante dans les sciences sociales.

POSITIONNEMENT ET INTERTEXTUALITE

Nous allons à présent nous intéresser à "l'intertextualité". Il n'est pas question de contester son importance – la primauté de l'interdiscours est d'ailleurs un des principes clés de l'analyse du discours, du moins dans la plupart des courants francophones – mais l'interprétation réductrice qui trop souvent en est donnée.

Dans les années 1960 la “mort de l’auteur”, au demeurant plus médiatique qu’effective, ne s’est pas faite au seul profit du Texte, mais de *l’intertextualité*,¹ qui est alors montée au zénith². On peut d’ailleurs penser qu’il y a une relation entre l’effacement de la figure de l’auteur et le succès de l’intertextualité: cette dernière permettait de conférer une forme “d’extérieur” au texte, sans avoir pour autant à sortir du cercle de la textualité. Car privilégier l’intertextualité ne modifie pas nécessairement l’appréhension “textualiste” de la littérature. Certes, par là on rompt avec un certain face à face de la conscience créatrice et de l’œuvre, mais on peut aussi fort bien perpétuer les cadres traditionnels: au lieu de se donner l’œuvre singulière pour unité fondamentale, on se donne l’ensemble de la littérature, gigantesque corpus où chaque œuvre se révèle faite d’une multitude d’autres, chaque livre la manifestation d’un Livre unique. Idée que Genette place sous le patronage inévitable de Borges:

La littérature est inépuisable pour la raison suffisante qu’un seul livre l’est” Ce livre, il ne faut pas seulement le relire, mais le récrire, fût-ce comme Ménard, littéralement. Ainsi s’accomplit l’utopie bourgeoise d’une Littérature en transfusion perpétuelle (ou perfusion transtextuelle), constamment présente à elle-même dans sa totalité et comme Totalité, dont tous les auteurs ne font qu’un, et dont tous les livres sont un vaste Livre, un seul Livre infini. L’hypertextualité n’est qu’un des noms de cette incessante circulation des textes sans quoi la littérature ne vaudrait pas une heure de peine. Et quand je dis une heure... (Genette, 1982:453).

¹ Il se pose ici un problème de terminologie; en analyse du discours on distingue en général “l’intertexte” de “l’interdiscours”. Le premier est l’ensemble des textes avec lesquels un texte particulier entre en relation; le second, c’est l’ensemble des genres et des types de discours qui interagissent dans une conjoncture donnée. Au niveau où nous nous situons ici, nous ne ferons pas la distinction.

² Le terme est apparu dans un article de Kristeva paru dans *Critique* en 1967: “Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman”; Barthes l’a repris en 1973 dans l’article “Texte” de *l’Encyclopedia universalis*.

Les œuvres singulières viennent s'immerger dans une Littérature qui les traverse toutes, une Littérature présente à soi dans le moindre de ses textes et qui se rassemble en Musée imaginaire, offerte au classement et au commentaire infini. C'est le rêve de la totalité des livres rangés dans l'enceinte d'une seule Bibliothèque, et le rêve corrélatif de la Bibliothèque qui serait contenue dans un seul livre. Le rêve de Borges rejoint ici celui de l'esthète ou du professeur, pour qui l'œuvre n'est œuvre que si de proche en proche elle renvoie à une infinité d'autres.

Borges n'est pas le seul écrivain qui défende cette conception "bibliothécaire" de la littérature, qui renvoie d'ailleurs aux lettrés et aux universitaires une image de la littérature qui leur paraît plus "pure" que celle d'un écrivain engagé, car mieux en harmonie avec leurs catégories et leurs gestes de lecture les mieux enracinés. Mais une analyse du discours littéraire doit rendre compte des formes de création les plus diverses: la littérature se nourrit de toute énergie créatrice, de celle qui amène l'écrivain à vivre à travers son propre retrait du monde, comme de celle qui le place au milieu des mouvements de la société. Quand on considère les conditions d'émergence des œuvres, l'essentiel n'est pas d'affirmer la primauté de l'intertextualité sur chaque texte - thèse au demeurant que personne ne conteste et qui est valable pour toutes sortes de discours - mais la manière dont chaque positionnement créateur gère cette intertextualité. Le point de vue du bibliothécaire, au contraire, est celui d'un univers sans conflits où les œuvres coexistent, muées en traces mortes, ouvertes au commentaire infini: dès qu'elle accède au Thésaurus, et son auteur au Panthéon des grands auteurs, même une œuvre qui se prétendait subversive, est perçue comme un fragment du patrimoine, monument. Ce qui tend à reléguer au second plan l'acte d'exclusion par lequel s'institue une singularité: pour l'écrivain, l'intertexte est un espace toujours focalisé, où il doit constituer et maintenir une identité énonciative. La géométrie élémentaire qui juxtapose les œuvres bord à bord est trompeuse; l'œuvre ne fait qu'un avec la gestion de son identité dans l'intertexte, elle se structure à travers les tensions qui la rendent possible, son

énonciation n'en a jamais fini de légitimer ce qui la porte et qu'elle porte.

Pour les écrivains, l'exercice du discours littéraire n'est donc pas l'entrée dans un monde où les œuvres se répondraient dans un dialogue irénique. La création vit de ces gestes par lesquels l'écrivain rompt un fil, sort du territoire attendu, déplace, détourne, exclut ou ignore, réévalue d'autres oeuvres... La notion même de "positionnement" implique une relation triangulaire: c'est en se confrontant à des positionnements concurrents que le créateur définit ses propres trajectoires dans l'intertexte. De cette façon, il indique quel est pour lui l'exercice légitime de la littérature.

Allons plus loin. Quand on parle d'intertexte d'une œuvre littéraire, on pense d'abord à d'autres textes littéraires. Pourtant, si les œuvres se nourrissent d'autres œuvres, elles se nourrissent aussi des relations entre les textes qui, dans une conjoncture donnée, relèvent de la littérature et les textes qui n'en relèvent pas. La compactification d'un ensemble d'énoncés comme "littéraires" est solidaire de cet âge de l'artiste roi où la littérature prétendait au statut d'exception: d'un côté le bruissement infini des paroles vaines, "transitives", dont la finalité serait hors d'elles-mêmes, de l'autre le cercle étroit des œuvres "autotéliques", "intransitives". Mais on ne peut plus se contenter d'opposer un intertexte littéraire "sacré" à un intertexte non-littéraire "profane": on est confronté à un immense entrelacs de discours à travers lesquels la littérature négocie sans cesse ses modes d'énonciation. Le discours littéraire n'a pas de territoire à soi: toute œuvre est a priori partagée entre le repli sur le corpus alors reconnu comme pleinement littéraire, et l'ouverture à la multitude des pratiques langagières qui excèdent ce corpus. La délimitation de ce qui serait et ne serait de pas la littérature ne fait qu'un avec chaque positionnement et avec chaque genre à l'intérieur d'un certain régime de la production discursive. Travail incessant sur ses frontières - nécessité de les outrepasser et nécessité de les renforcer - qui est le moteur même d'un discours "littéraire" qui ne saurait se tenir en "son" lieu.

L'INTERLANGUE

La problématique de “l’inter-“ concerne les œuvres, mais aussi les *langues* que mobilisent ces œuvres, comme je me suis efforcé de le montrer dans *Le contexte de l’œuvre littéraire*. Pour tout positionnement, à côté de l’investissement de tels ou tels genres de l’interdiscours, il y a aussi l’investissement de l’*interlangue*, par lequel une œuvre s’inscrit dans l’espace des pratiques verbales et des idiomes. Il y a ici doublement “investissement”: a) entrée dans un espace qu’on prétend occuper, b) attribution d’une valeur.

Pour peu que l’on prenne en compte la diversité des régimes et des stratégies de la production littéraire, le préjugé qui veut que l’écrivain, par son œuvre, appartienne pleinement à *sa* langue ne tient pas. Ce préjugé apparaît lié à une représentation romantique de la création comme descente dans les profondeurs du moi qui s’accommode mal d’un décalage entre la littérature et ce qui serait la langue du “peuple”: en particulier quand l’œuvre est produite dans une langue “étrangère” ou quand il existe des codes spécifiques pour la communication lettrée (on peut songer ici à tous les problèmes posés par la notion de “langue littéraire”³).

En fait, aucune langue n’est mobilisée par une œuvre pour la seule raison que c’est la langue maternelle de son auteur. Même quand il écrit dans sa langue maternelle - et c’est aujourd’hui le cas le plus fréquent - il ne saurait le faire parce que c’est “naturel” mais parce

³ On notera que le schéma spontané qui considère la langue comme indépendante de la littérature, comme placée “en dessous” d’œuvres qui se développeraient à partir d’elle de manière contingente, est trompeur. Chaque acte d’énonciation littéraire, si dérisoire qu’il puisse sembler, conforte une langue dans son rôle de langue digne de littérature et, au-delà, de langue tout court. Une langue, en effet, n’a qualité de langue que par la qualité des énoncés qui passent par elle (Maingueneau, 1995). L’unité – inévitablement imaginaire - d’une langue se soutient de l’existence d’un corpus d’œuvres que l’on conserve et commente; c’est d’ailleurs le critère traditionnel de distinction entre langue et dialecte. On en prend mieux conscience lorsque un geste fondateur vient instaurer, dans l’après-coup, la “dignité littéraire” d’un idiome; c’est le cas au XIX siècle, par exemple, avec le *Kalevala* de Lönnrot, texte fondateur de la littérature finnoise.

que son propre positionnement le prescrit. Il y a en outre une infinité de manières d'écrire dans "sa" langue maternelle: chaque oeuvre mobilise la langue de la manière qui correspond à son univers de sens. Une oeuvre littéraire n'est pas prise dans une langue complète et autarcique, elle émerge et se maintient à travers les tensions entre langues et entre variétés langagières, et la manière qu'a chacune de gérer ces tensions est constitutive de son positionnement. A la conception "fusionnelle" de la relation entre *une* oeuvre et *une* langue, on en préférera une autre: l'écrivain construit son énonciation à *travers* la multiplicité de l'interlangue, des relations qui dans une conjoncture donnée se tissent entre les variétés de la "même" langue (diversité diachronique, diversité d'une région à l'autre, diversité des niveaux de langue, diversité des usages selon les genres de discours, les milieux, les professions...), comme entre cette langue et les autres langues, passées ou contemporaines. A travers cette interlangue les uns fabriquent des hybrides, d'autres se replient sur l'imaginaire d'un usage purifié, d'autres encore circulent entre diverses langues.

Cette dernière situation, largement attestée, obéit à des principes très divers qui ne font qu'un avec chaque oeuvre: le bilinguisme français/anglais d'un Beckett est aux antipodes de celui qui dans *Guerre et paix* ou *La montagne magique* fait insérer à Tolstoï ou à Thomas Mann, sans traduction, des pages entières de dialogues en français.

En écrivant non pas tant à l'intérieur d'une langue qu'à la frontière de divers espaces linguistiques, l'écrivain négocie le *code langagier* qui lui est propre et qu'il prétend faire partager. Un "code" qui se donne à la fois comme système de règles et de signes de communication et comme prescription: l'usage de la langue qu'implique l'oeuvre est aussi la manière dont *il faut* énoncer, la seule conforme à l'univers de sens qu'elle instaure. A la relation de simple inclusion oeuvre/langue se substitue ainsi un dispositif à trois termes: interlangue/code langagier/langue. Le code langagier a beau relever d'une langue particulière, il ne prend sens que dans la

manière singulière qu'a chaque positionnement de mettre en relation langue et interlangue.

On cite souvent une formule du maître de la poésie symboliste, Mallarmé: "Les langues imparfaites en cela que plusieurs, manque la suprême". Autrement dit, toute langue serait impuissante à dire la vérité par le seul fait qu'elle n'est pas à elle seule le langage. Constat "d'imperfection" que ce poète retourne au profit de la littérature, de sa littérature: "*Seulement, sachons n'existerait pas le vers: lui, philosophiquement rémunère le défaut des langues, complément supérieur*" (Mallarmé, 1895/1992:273-274). Ce n'est donc pas *en français*, dans la plénitude de quelque langue maternelle, qu'écrit Mallarmé, mais dans un code langagier qui vise à combler un manque constitutif de la langue française en tant que cette dernière n'est qu'un idiome parmi d'autres. L'œuvre de Mallarmé s'énonce ainsi dans un étrange idiome qui n'est ni "la langue suprême", par définition inaccessible, ni le français des échanges verbaux ordinaires de la masse parlante. Cela n'empêche pas les poèmes de Mallarmé de jouer un rôle privilégié dans le corpus de la littérature "française", d'être écrits en français, même si ce français passe pour particulièrement obscur. Mais lire ces poèmes de Mallarmé à leur juste hauteur, de la manière dont ils *prétendent* être lus, ce n'est pas les rabattre sur la platitude d'une appartenance au corpus français, c'est maintenir la tension entre "langue suprême" et langue française.

DE L'INTERTEXTE A L'INTERLANGUE

Une des caractéristiques majeures du régime institué par le romantisme, aujourd'hui encore dominant, c'est que le code langagier est censé *individuel*: il revient à chaque écrivain d'élaborer le sien, celui qui correspond à sa "vision du monde". Mais, comme nous l'avons suggéré plus haut, dans d'autres lieux ou à d'autres époques les codes langagiers s'imposent le plus souvent sous forme de codes *collectifs* associés à l'investissement de genres de discours déterminés. Dans ce cas il existe des usages spécifiés de la langue, voire des langues autres que la langue d'usage, qui sont réservés à la

littérature. La relation de l'auteur à l'interlangue y apparaît ainsi sous un jour différent: il n'y a pas conflit, bien au contraire, entre énonciation littéraire et soumission à un rituel langagier préétabli, le décalage entre l'écrivain et "sa" langue est fixé dans des routines.

S'agissant de littérature, la distinction entre langue "étrangère" et langue "vernaculaire" apparaît ainsi trop pauvre. En dernière instance, ce sont les œuvres (à deux niveaux: celui de chaque *texte* et celui de la diversité des textes à l'intérieur de l'*opus* d'un auteur) et les conditions d'exercice de la littérature à un moment donné qui décident où passe la frontière entre "l'intérieur" et "l'extérieur". Entre le XVI et le XIX siècle il a existé chez beaucoup d'écrivains européens et dans le public cultivé un plurilinguisme foncier: l'essentiel de la littérature était produit dans un rapport constant au latin, et dans une moindre mesure au grec, qui n'étaient pas vécus comme des langues "étrangères". Dans l'Angleterre du XIV siècle coexistaient trois langues d'écriture (anglais, français et latin), tandis que la littérature médiévale française jouait d'un "plurilinguisme" singulier qui permettait aux auteurs de colorer leurs textes de traits dialectaux (champenois, picards, normands...) sans qu'ils soient pour autant originaires de ces régions, ni même y vivent. Et que dire des écrivains nord- ou sud-américains contemporains qui peuvent écrire au plus près de la langue de l'ancien colonisateur (anglais, espagnol, portugais, français) ou au contraire accentuer les traits linguistiques qui creusent un fossé avec lui?

En outre, entre "intertexte" et "interlangue" il n'y a pas discontinuité. Un code langagier peut investir une langue non pas parce que ce serait un idiome effectivement parlé mais parce qu'elle coïncide avec un corpus littéraire.

C'est le cas de beaucoup d'écrivains du mouvement de la Pléiade, à la Renaissance (Ronsard, du Bellay en particulier) qui, en élaborant un français littéraire latinisé ou hellénisé, entendaient faire bénéficier leurs œuvres des prestiges de l'appartenance au corpus gréco-romain. A la fin du XIX siècle, les poètes du courant parnassien nourrissaient leurs œuvres de latinismes et d'hellénismes lexicaux, syntaxiques,

rhétoriques, insérés dans une forme métrique impeccablement classique. On peut songer aussi aux poètes japonais de l'époque d'Edo, qui écrivaient d'impeccables poèmes en idéogrammes "chinois" qu'ils lisaient... en japonais mais qu'un Chinois pouvait lire en chinois. Ces lettrés apprenaient la littérature classique chinoise et ignoraient la langue parlée:

Le chinois classique n'était pas ressenti comme une langue étrangère. Son apprentissage se faisait par imprégnation, par immersion dans la lecture des classiques, qui étaient appris par cœur et dont les phrases devenaient naturellement autant de modèles de composition. (Parvulesco, 1997:80).

Exemple remarquable de code langagier collectif élaboré non *entre* deux langues; mais entre le japonais et le *corpus* de la poésie classique chinoise. Ces poètes n'écrivaient en fait ni "en chinois" ni "en japonais", mais "en poésie classique chinoise", considérée comme *la* "langue"/écriture digne de poésie. Une telle pratique n'était pas un choix individuel, elle était inséparable d'une communauté discursive de lettrés qui se lisaient les uns les autres, donnaient des cours à un public pour qui la maîtrise de ce type de poésie était un signe de distinction sociale. Un rapport aussi singulier à l'interlangue à la fois permettait à la communauté des poètes d'affirmer sa légitimité en ouvrant l'accès à un ailleurs qui, à cette époque et dans cette aire géographique, était l'univers littéraire chinois.

On croise ici la question des genres littéraires. S'agissant de certains genres, le renvoi au corpus d'une "autre" langue s'imposait: ainsi à la Renaissance l'italien pour la poésie pétrarquaisante ou le grec pour les odes... Le romantisme, en revanche, a disqualifié à la fois la littérature de genre et les codes spécifiquement littéraires, qu'il s'agisse de langues ou d'usages de la langue: genres et codes littéraires étaient considérés comme autant d'obstacles à l'appropriation de la langue par la subjectivité absolue de l'écrivain,

dont le rapport à la langue devait être un rapport personnel, intime. Les débats au début du XX siècle autour de la “langue littéraire” témoignent des difficultés liées à ces présupposés: si l’écrivain véritable définit *son* style personnel dans *sa* langue, l’idée même d’un code collectif, d’une sorte de discours spécialisé spécifique à la littérature en tant qu’institution de parole, ou l’idée d’une “langue-corpus” (le grec antique, le chinois...) qui serait posée comme éminemment littéraire, font problème, puisqu’ils introduisent en tiers l’institution et décentrent de soi l’instance auctoriale individuelle. Aussi les stylisticiens - qui partagent en général ces présupposés - cherchent souvent à court-circuiter la relative autonomie des institutions de parole littéraire, en postulant que la langue dite littéraire exploite à ses fins propres les mêmes phénomènes que l’usage oral le plus spontané, l’usage “populaire”.

On le voit, la présence du même préfixe dans “interlangue” et “intertexte” n’est pas accidentelle. Promouvoir “l’inter-”, c’est se donner une appréhension différente du fait littéraire; au lieu de replier les œuvres sur l’intériorité du créateur ou l’intransitivité d’un Corpus d’exception, on est amené à ouvrir des espaces et à mobiliser des formes de subjectivité qui ne se laissent pas prendre dans l’alternative entre un moi profond créateur et une figure d’énonciateur qui ne serait qu’un corrélat du texte. En faisant la part de l’institution littéraire, en la faisant pénétrer au cœur de l’énonciation, on s’écarte du for intérieur de l’auteur, de cette enceinte protégée de la chose littéraire: en clair, on assume l’ordre du discours.

PARATOPIE ET CREATION

Une manière d’illustrer ce changement de point de vue est de considérer le concept de paratopie⁴, qui prête à bien des malentendus. Il ne faut en effet le rabattre ni sur un “extérieur” social de l’œuvre (auquel cas la paratopie serait seulement une marginalité), ni sur un

⁴ Concept que j’ai introduit dans *Le contexte de l’œuvre littéraire*.

“intérieur” (auquel cas elle serait une image de soi que donnerait l’écrivain dans ses oeuvres). En réalité, il ne se laisse pas prendre dans une telle opposition, ni même dans une opposition entre l’œuvre et le monde: en tiers, il y a l’institution littéraire, elle-même paratopique.

L’appartenance paradoxale qu’est la “paratopie” est en effet à la fois la condition et le moteur de la création et de l’énonciation. Ce n’est ni une origine, une cause, ni encore moins un statut, fût-ce celui d’un marginal: pour créer il n’est ni nécessaire ni suffisant d’être un marginal. La paratopie n’est donc pas une situation initiale: il n’est de paratopie qu’élaborée à travers une activité de création et d’énonciation. L’écrivain romantique Chateaubriand a beau être “objectivement” un aristocrate de l’Ancien Régime qui ne trouve pas sa place dans le monde issu de la Révolution de 1789, il n’y avait aucune nécessité pour qu’il organise une création autour de cette tension, qui ne s’avère paratopique qu’après coup.

Ni support ni cadre, la paratopie enveloppe le processus créateur, qui l’enveloppe aussi: faire œuvre, c’est d’un seul mouvement produire une œuvre et construire par là-même la posture qui permet de la produire. Il n’y a pas de “situation” paratopique extérieure à un processus de création: donnée et élaborée, structurante et structurée, la paratopie est à la fois ce dont il faut se libérer par la création *et* ce que la création approfondit, elle est à la fois ce qui donne la possibilité d’accéder à un lieu (littéraire, utopique) *et* ce qui interdit toute appartenance. Intensément présent et intensément absent de ce monde, victime et agent de sa propre paratopie, l’écrivain n’a pas d’autre issue que la fuite en avant, le mouvement d’élaboration de son œuvre.

Toute paratopie, minimalement, dit l’appartenance *et* la non-appartenance, l’impossible inclusion dans une “topie” Qu’elle prenne le visage de celui qui *n’est pas à sa place là où il est*, de celui qui *va de place en place*, de celui qui *ne trouve pas de place*, la paratopie écarte d’un groupe (paratopie *d’identité*), d’un lieu (paratopie *spatiale*) ou d’un moment (paratopie *temporelle*) d’appartenance.

Distinctions au demeurant superficielles: comme l'indique le mot même, toute paratopie peut se ramener à un paradoxe d'ordre spatial.

La paratopie *d'identité* - familiale, sexuelle ou sociale - offre toutes les figures de la dissidence et de la marginalité, littérale ou métaphorique: mon groupe n'est pas mon groupe. Paratopie *familiale* des déviants de l'arbre généalogique: enfants abandonnés, trouvés, dissimulés, bâtards, orphelins... Paratopie *sexuelle* des travestis, homosexuels, transsexuels... Paratopie *sociale* des bohémiens et des exclus d'une communauté quelconque: village, clan, équipe, classe sociale, église, région, nation... La paratopie d'identité peut même devenir *maximale* pour peu qu'elle porte sur l'appartenance même à l'humanité de plein droit, tant du point de vue *physique* (qui inscrit dans la chair l'exclusion par la race, la maladie, le handicap ou la monstruosité) que *morale* (celle du criminel) ou *psychique* (celle du fou). La relation à la société établie peut être de marginalité *tolérée* (ainsi les comédiens d'antan, les prostituées, les travailleurs clandestins...), d'*antagonisme* (ainsi les truands) ou d'*altérité forte* (le sauvage, le fou, le primitif...).

La paratopie *spatiale* est celle de tous les exils: mon lieu n'est pas mon lieu, où que je sois je ne suis jamais à ma place. Prétexte à d'innombrables ouvrages et colloques ("exil et création", "littérature d'exilés", "l'exil en littérature"...), elle peut prendre la figure de celui qui se souvient d'un pays d'origine ou celle du nomade, pour qui il n'est d'origine que mythique. Quant à la paratopie *temporelle*, elle repose sur l'anachronisme: mon temps n'est pas mon temps. On y vit sur le mode de l'archaïsme ou de l'anticipation: survivant d'un ère révolue ou citoyen prématuré d'un monde à venir.

Nous ne distinguons ces diverses figures de la paratopie que par souci de clarté, elles interfèrent et cumulent constamment leurs effets. Chateaubriand associe paratopie d'identité (l'aristocrate marginalisé dans un monde bourgeois) et paratopie temporelle (l'homme qui appartient à un monde révolu). Les paratopies juives "classiques" (celles qui ne prennent pas en compte l'existence d'Israël) associent les trois registres (je suis marginal dans le pays où

je vis, je viens d'un autre pays, d'un autre temps). De là sans doute les affinités constantes dans beaucoup d'œuvres entre la paratopie de l'artiste et celle du peuple juif (cf. le motif du Juif errant au XIX^e siècle).

Cette paratopie juive implique aussi une paratopie *linguistique* (la langue que je parle n'est pas ma langue). J'ai gardé pour la fin ce type de paratopie qui est évidemment cruciale, s'agissant de littérature. Elle est en général associée à d'autres. La littérature antillaise francophone – et l'on pourrait en dire autant des écrivains dont la langue maternelle est un créole – associe la paratopie d'identité (du noir, de l'esclave, de l'insulaire), la paratopie spatiale de l'exilé, de celui qui vient d'ailleurs, et la paratopie linguistique du créolophone écrivant en français:

Je crois que (...) nous sommes presque des précurseurs, et que les écrivains réels, à mon avis, ceux qui vont constituer une littérature, seront ceux qui appartiendront à un peuple qui n'existe pas, mais qui existera dans les faits concrètement et réellement; c'est-à-dire un peuple qui sera indépendant (Glissant, cité par Chancé (2000:2).

Cet écrivain dit n'être pas un écrivain "réel": il écrit en "précurseur", dans l'attente d'une communauté et d'une langue à venir. En réalité, c'est seulement à travers cette paratopie qu'il peut créer: il ne serait plus écrivain si le peuple dont il annonce la venue "existait dans les faits". Cette situation favorise tout naturellement les codes langagiers qui mêlent le français littéraire normé et le créole, ce qui est une façon pour l'œuvre de combler imaginativement l'écart qui la rend possible.

On doit accepter de ne pas séparer l'énonciation et l'institution littéraire, de s'éloigner d'une littérature qui serait repliée dans le fond du moi, de mettre en avant le travail de construction d'une identité qui doit fonder l'espace même de sa propre énonciation. L'œuvre ne peut déployer *son* monde qu'en construisant dans ce monde même la

nécessité de ce déploiement. La littérature entretient ainsi une relation constitutive avec la légitimité: que l'on invoque les "lois du discours", les "contrats de parole", les "menaces sur la face positive ou négative", le discours littéraire n'échappe pas à l'orbite du Droit. Parole et droit à la parole se nouent. D'où peut légitimement venir la parole, à qui elle prétend s'adresser, sous quelle modalité, à quel moment, en quel lieu, voilà à quoi nulle énonciation ne peut échapper. Et l'écrivain le sait mieux que quiconque, lui dont le discours n'en a jamais fini d'établir son droit à l'existence, de justifier l'intenable dont il procède et qu'il alimente en voulant le réduire.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARTHES R. *Texte*. Paris: Encyclopedia universalis, 1968.

CHANCÉ D. *L'auteur en souffrance*. Paris: PUF, 2000.

GENETTE G. *Palimpsestes*. Paris: Seuil, 1982.

KRISTEVA J. Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman. Paris: *Critique*, 1967.

MAINGUENEAU D. *Le contexte de l'œuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société*, Paris: Dunod, 1993.

MAINGUENEAU D. Qualité de la langue et littérature. In *La qualité de la langue? Le cas du français*, J.-M. éd., Paris: Champion, 1995. pp.37-49.

MALLARMÉ S. Crise de vers. (septembre 1895). *Oeuvres*, Classiques Garnier, Paris: Bordas, 1992. pp 267-280.

PARVULESCO M.-M. Imitation et création littéraire dans la poésie. La poésie des lettrés à l'époque d'Edo. Tokyo: *EBISU*, 19, 1997.

2

OS MÚLTIPLOS SUJEITOS DO DISCURSO NO TEXTO LITERÁRIO

RENATO DE MELLO
UFMG

A questão do sujeito é a grande questão da lingüística contemporânea, ou pelo menos da lingüística pós-estruturalista, a partir dos anos sessenta. A partir daí, nota-se que tal questão se inscreve em um movimento de um conjunto das Ciências Humanas que são levadas a re-considerar uma das grandes exclusões produzidas pelo estruturalismo: o sujeito. Esse movimento pós-estruturalista se propõe, na verdade, como uma crítica ao

estruturalismo, que havia simplesmente substituído o "sujeito transcendental da filosofia idealista" pela "transcendência da estrutura". Mas, o que importa, é que, hoje, o sujeito está de volta, solidamente implantado nos discursos, com seu domínio de pertinência lingüística e semiótica. A questão do sujeito tornou-se, nos últimos anos, objeto de estudos lingüísticos que marcaram, e ainda marcarão, novos rumos para a história da Ciência da Linguagem. Segundo Charaudeau (1984:70),

Mettre le sujet du langage au centre des théories linguistiques est une préoccupation récente et encore n'est-elle pas généralisée. [...] D'ailleurs le terme sujet n'avait qu'une réalité grammaticale, et même si dans la rhétorique ancienne l'activité du langage était un art de persuasion, le sujet n'était pas présent comme être d'énonciation.

Desse modo, somente com a Teoria da Enunciação, o sujeito re-toma seu lugar no ato de linguagem, assumindo seu papel, sua identidade, seu estatuto. A Lingüística da Enunciação teve como expoentes Bakhtin, Jakobson e Benveniste. A linguagem, na perspectiva dessa Teoria, deixa de ser vista apenas como instrumento externo de comunicação e de transmissão de informação, para ser vista como uma forma de atividade entre os protagonistas do discurso.¹

Já em 1929², Bakhtin questiona uma lingüística preocupada com os fatos da língua em detrimento da atividade da linguagem que envolve indissolúvelmente os falantes. O autor critica as teorias do início do século, expõe um programa de estudos para a lingüística, no qual o

¹ Não é nossa intenção, aqui, fazer um estudo detalhado das teorias lingüísticas modernas e muito menos pesquisar como os teóricos abordam a questão do sujeito. Nosso objetivo é simplesmente esboçar, ainda que superficialmente, o percurso da concepção moderna de sujeito da linguagem nessas teorias.

² Bakhtin escreveu *La poétique de Dostoievski* em 1929. Entretanto, sua obra só se tornou conhecida na França, através de Kristeva, no final da década de 60.

sujeito é visto como um ser histórico e produto de um conjunto de relações sociais, e propõe o então chamado "indivíduo social" nos estudos preliminares de uma teoria do dialogismo social. É a consciência do outro, de sua atitude, de sua *parole*, que Bakhtin (1970) vê como o mecanismo profundo das obras de Dostoïevski. De fato, o autor vê a enunciação como o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados: o locutor e o alocutário. " 'Eu' existe na medida em que está correlacionado ao 'tu', que está antecipado no discurso interior, e é co-participante do discurso exteriorizado, falado ou escrito, pois é ele que o determina em parte, ao mesmo tempo em sua forma e em seu conteúdo." (Dahlet, 1997:267) Dito de outro modo, 'eu' só existe numa relação com o 'outro' e todo locutor deve incluir em seu projeto de ação, em seu projeto de fala, um interlocutor e procurar adaptar constantemente seus meios às reações percebidas desse outro. O outro é, desse modo, imprescindível para sua própria concepção de sujeito: é impossível pensar o sujeito fora das relações que o ligam ao outro: "... a vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo, interrogar, escutar, responder, concordar, etc." (Bakhtin, 1992:35) Assim, a linguagem toma a forma socialmente essencial de uma interação. A linguagem e o sujeito passam da unidade para a multiplicidade, num quadro comunicacional que privilegia a diversidade, a diferença, a alteridade, o dialogismo, a polifonia. Ainda segundo Bakhtin, "... nenhum enunciado em geral pode ser atribuído apenas ao locutor, ele é produto da interação dos interlocutores e, num sentido mais amplo, o produto de toda esta situação social complexa, em que ele surgiu." (Bakhtin apud Todorov, 1981:50)

Jakobson (1963), relacionou Lingüística e Poética e mostrou que o *sujeito* se apresenta como parte integrante e importante das pesquisas lingüísticas: "*Je pense que la réalité fondamentale à laquelle le linguiste a affaire, c'est l'interlocution – l'échange de messages entre émetteur et récepteur, destinataire et destinataire, encodeur et décodeur.*" (Jakobson, 1963:32) De fato, em seu trabalho, Jakobson mostra que entre os seis fatores envolvidos no ato da comunicação verbal o remetente (emissor ou destinador de signos) e o destinatário

(ouvinte ou receptor de signos) são peças indispensáveis, determinantes das funções da linguagem. Com esse esquema, o autor marca bem que qualquer comunicação verbal é, de fato, uma troca entre um sujeito de enunciação (locutor, destinador, narrador) e um ou mais interlocutores (alocutários, destinatários, narratários). Dito de outra forma, para o autor, todo discurso, interior ou exterior, é, fundamentalmente, dialógico e todo discurso individual supõe uma troca entre emissores e receptores: "*Tout discours individuel suppose un échange. Il n'y a pas d'émetteur sans receveur – sauf, bien entendu, quand l'émetteur est un ivrogne ou un malade mental...*" (Jakobson, 1963:32). Vale lembrar que, dentre as funções da linguagem, a função fática evidencia a necessidade que os sujeitos têm se relacionarem, de se comunicarem e de se definirem entre si. Esta função serve para instaurar e manter o diálogo entre os sujeitos.

Benveniste (1966) estabelece uma oposição entre uma lingüística como estudo das formas e uma lingüística da enunciação. A primeira se caracteriza por dois traços: conceber seu objeto como estruturado e conceber como sua tarefa básica a descoberta de regras internas a esta estrutura. A lingüística da enunciação inclui, por sua vez, no objeto de estudo, também o aparelho formal da enunciação. Desta maneira, passaria a fazer parte do objeto da lingüística o estudo dos mecanismos pelos quais o falante, apropriando-se da língua, a transforma em discurso. Nesta visão, o que transforma a língua em discurso é a enunciação feita por um locutor que se dirige a um alocutário, de um enunciado marcado por algum dos elementos pertencentes ao *aparelho formal da enunciação*.³ Segundo Heuvel (1985:19), o conceito de enunciação não deve ser compreendido como uma relação exclusiva entre o sujeito e o enunciado:

Toute communication se voulant échange intelligible est fondée sur une interaction situationnelle, de nature dialogique, dans laquelle l'interlocuteur détermine fortement l'élocution. L'énonciation doit donc être vue comme une

³ Sobre as questões de enunciado e enunciação, além de Benveniste (1966) e (1974), ver, ainda, Genette (1969), Todorov (1970), Ducrot (1972), Kerbrat-Orecchioni (1980) e o número especial da revista *Langages* n. 70, de 1983.

*activité conjointe, et l'allocutaire comme un 'co-énonciateur'
qui participe à l'élaboration du sens dans un contexte
intersubjectif*

A lingüística da enunciação tem suas origens na análise dos *shifters* (Jakobson, 1963), dos performativos (Austin, 1970) e da categoria de pessoa (Benveniste, 1966). As análises destes teóricos mostram domínios em que é impossível dissociar da língua a atividade do falante, e, assim, a língua deixa de ser vista como instrumento externo de comunicação, de transmissão de informação, para ser vista como uma forma de atividade, entre dois protagonistas (Maingueneau, 1990). A partir destas análises, que instauram um novo ponto de vista, observa-se (especialmente com a teoria dos atos de fala e com a semântica argumentativa) que a relação entre a atividade do falante e a língua não é exclusividade de certas classes de signos, mas que estes constituem apenas os exemplos mais óbvios da presença do sujeito na atividade lingüística.

Deve-se conceber, entretanto, a atividade do falante não como atividade de apropriação da língua, porque, a partir deste conceito, fica excluído o fato de que o locutor age também sobre a língua, já que põe em evidência apenas a ação entre e sobre os interlocutores através da língua. O que não significa que o falante não deva submeter-se a um conjunto de regras, porque nem tudo é indeterminado. A atividade do sujeito não se dá apenas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintático e semântico. É nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por esta atividade. Ao analisar o próprio ato de produzir um enunciado e não o texto de um enunciado, Benveniste introduz nos estudos lingüísticos a noção de subjetividade, buscando as características formais da enunciação. Essa subjetividade é a capacidade de o locutor se propor como sujeito do seu discurso e ela se funda no exercício da língua. Ao instituir-se um 'eu', intui-se necessariamente um 'tu'.

O aparecimento da dupla 'eu-tu' equivale à colocação de uma axiologia interpessoal. Após um momento de enunciação, quando

são instaurados o eu e o *tu*, cada sujeito recebe seu lugar e seu valor. Passa-se, assim, ao centro do discurso, onde cada sujeito é definido na sua relação com outro(s) sujeito(s) em função de sua ligação com um número maior ou menor de objetos de valor. Segundo Benveniste (1974:82), toda enunciação, seja ela explícita ou implícita, é uma alocação e postula um alocutário. A condição lingüística de qualquer discurso é dada pelo conjunto de três pessoas: eu/tu/ele. Há sempre um 'eu' que enuncia algo e o faz se dirigindo a alguém que ele designa como seu interlocutor – o 'tu'. E ele fala a um 'tu' sobre alguém ou algo, ou seja, um 'ele'. Entretanto, esse conjunto de pessoas não é homogêneo. 'Eu' e 'tu' são, a cada enunciação, pessoas únicas, singulares. O 'ele', ao contrário, é a possibilidade de expressão da não-pessoa. Não só porque pode efetivamente tratar-se de um ser não falante mas, sobretudo, porque 'ele' está em posição de ausente, ou seja, é aquele que não participa do diálogo e que não pode tomar para si a palavra.

Benveniste elabora, assim, uma estrutura enunciativa na medida certa de seus objetivos. Se "*... a linguagem [enquanto significação] só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como 'eu' no seu discurso...*" (Benveniste, 1988:286), ele chega ao pronome pessoal, à primeira pessoa que vai ocupar a posição central e que colocará em perspectiva as outras formas pronominais. Na fórmula de Benveniste: "*... est ego qui dit ego*", ou, em outras palavras, "eu digo que eu sou, aqui está minha identidade", há uma revelação do engajamento que vai de par com um tal poder de 'eu'.

A partir desta posição central de 'eu', são distribuídas as propriedades das outras formas pronominais fundamentais. A partir de 'eu' que representa uma pessoa em posição de sujeito, surge o 'tu', que é igualmente uma pessoa, só que em posição de não-sujeito e o 'ele', forma pronominal da não-pessoa. Cabe lembrar que as formas pronominais não são, aqui, consideradas unidades lingüísticas, mas, em um nível mais geral da significação, consideradas como papéis instanciais capazes de realizar de maneira muito variada em discursos, os critérios levantados por Benveniste. A partir desse

critérios, é possível refletir sobre a possibilidade de se atribuir aos sujeitos em interação modos de presença específicos, dependendo ao mesmo tempo das forças impostas pelas formas do discurso e da percepção subjetiva orientada que um sujeito tem de si mesmo e do(s) outro(s).

Sobre o plano das forças discursivas, a estrutura da enunciação colocada dessa forma é por essência, dialógica e dissimétrica. A propósito disto Benveniste (1988:286) diz:

Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu.

É preciso notar que desde que se reconheceu no diálogo tal propriedade, que parece ter surgido do bom senso, a questão da pertinência do nível das relações interpessoais para a análise conversacional não mais se colocou. Não se trata de aplicar às conversas determinações sociológicas, mas, ao contrário, observar como as estruturas discursivas dialógicas fazem parte integrante das relações interpessoais. Esta propriedade só é compreendida se se está de acordo com Benveniste (1988:286) quando este diz que no tempo da alocação, a polaridade "... não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a 'tu'."

De fato, é através do uso do diálogo, do desdobramento do sujeito em locutor e interlocutor, que 'eu' e 'tu' se tornam identificáveis e situam a subjetividade em uma posição dialógica onde aquele que fala é sujeito não só de seu enunciado mas também de sua enunciação. Esta situação de diálogo é, como mostrou Benveniste, constitutiva do sujeito lingüístico. Na enunciação, o sujeito mostra sua identidade, sua subjetividade. Subjetividade que se mostra na linguagem, que é constitutiva da linguagem. Benveniste (1989:78) confirma isto

se apoiando na compreensão do tempo no ato de linguagem:

ela consiste no fato de que a temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor. Um e outro se acham, assim, de acordo sobre a duração da onda.

O 'tu', de fato, não se resume na possibilidade de alternância enunciativa; no presente do 'eu' que se enuncia diante de um 'tu', a transcendência do 'eu' toma necessariamente valor de axiologia. No tempo da palavra do 'eu', o 'tu', ou mais exatamente o 'eu' potencial que ele está condenado a ser, não pode senão aceitar em silêncio. Ele está submetido à lei do solipsismo enunciativo. Compreende-se, assim, que a sanção que representa a troca de palavras futuras só toma sentido em virtude do extraordinário poder da enunciação em primeira pessoa, poder exercido ao mesmo tempo contra o(s) outro(s) e ao mesmo tempo contra si mesmo. Estas duas propriedades indissociáveis estão na base da significação sensível da enunciação.

Assim, a partir do engajamento, da alternância e da axiologia resultante da dissimetria enunciativa, desenham-se os contornos das instâncias das pessoas que faltam no enunciado. A identidade do enunciadador como permanência é colocada em dúvida. Na medida em que é a enunciação em seu conjunto que faz sentido, a identidade engajada pelo sujeito da enunciação não é mais poupada. Por causa das características do 'eu' e do 'tu', é necessário imaginar as formas de instâncias da pessoa, capazes de remeter à profundidade respectiva dos sujeitos em interação.

Já para Foucault (1971) o discurso é atravessado não pela unidade do sujeito, mas por sua dispersão. Diferentes indivíduos podem ocupar o lugar de sujeito no discurso, que não é, pois, um "ego todo-poderoso", senhor do seu discurso, fonte poderosa de sua palavra; é um sujeito descentrado que cinde em muitos porque é partícula de

um corpo histórico-social. Dito de outro modo, o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado. Foucault critica a concepção idealista do sujeito que, interpretado como o fundador do pensamento e do objeto pensado, vê a História como um processo sem ruptura em que os elementos são introduzidos continuamente no tempo concebido como totalização (Brandão, 1991). Foucault (1974:49) critica, dessa forma, uma concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem:

Poder-se-ia dizer que o tema do sujeito fundador permite elidir a realidade do discurso. O sujeito fundador [...] está encarregado de animar diretamente 'com seu modo de ver' as formas vazias da língua; é ele que, atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, retoma, intuitivamente, o sentido que aí se encontra depositado; é ele igualmente que, para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá, em seguida, senão que explicitar e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão enfim seu fundamento. Em sua relação com o sentido, o sujeito fundador dispõe de signos, de marcas, de traços, de letras. Mas não tem necessidade, para os manifestar, de passar pela instância singular do discurso.

Assim, se o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado, deve-se dele rejeitar qualquer concepção unificante. O discurso não é, desse modo, atravessado pela unidade do sujeito e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente das várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso. Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala o sujeito que pode, no interior do discurso, assumir diferentes estatutos.

Chomsky critica aqueles que levam em conta uma característica essencial da linguagem: a criatividade, isto é, o fato de que, com um

número finito de categorias e de regras que constituem a sua competência, o locutor-ouvinte de uma língua possa produzir-interpretar todas as frases dessa língua e só elas – frases cujo número é finito. Para Chomsky (1977:81), "*... le langage est un miroir de l'esprit, en l'appliquant on ne peut pas avoir un allocataire nécessairement, mais celui-ci se trouvera par l'intermédiaire du locuteur lui-même.*"

Ducrot (1984), retomando o conceito de diálogo de Bakhtin e trazendo-o para o campo da lingüística vai mostrar, segundo a perspectiva da Semântica da Enunciação, como, num mesmo enunciado isolado, é possível detectar mais de uma voz. No seu "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação" (1984:171-233), o objetivo fundamental é contestar a idéia da unicidade do sujeito falante e propor uma versão polifônica da enunciação. Ducrot parte do pressuposto de que o sentido do enunciado fornece indicações de quem são os sujeitos das enunciações: locutor, sujeito falante e enunciador, que teriam como correspondentes literários: narrador e personagem (quem fala), autor (quem inventa, imagina) e centros de perspectiva (quem vê) respectivamente. Ainda segundo o autor, compreender um enunciado não se resume em registrar seu conteúdo semântico, mas implica igualmente em decifrar a representação da enunciação em situação de discurso. O enunciado encena sua enunciação:

Interpréter un énoncé c'est y lire une description de son énonciation. Autrement dit, le sens d'un énoncé est une certaine image de son énonciation, image qui n'est pas l'objet d'un acte d'assertion, d'affirmation, mais qui est, selon l'expression des philosophes anglais du langage, 'montrée': l'énoncé est vu comme attestant que son énonciation a tel ou tel caractère [...]. Il s'agit de faire apparaître l'énonciation comme productrice d'effets juridiques, c'est-à-dire comme créant aux interlocuteurs des droits et des devoirs. (Ducrot, 1980:30)

Percebemos, assim, que houve, de certa forma, um deslocamento no quadro de reflexões dos estudiosos da linguagem – do enunciado à

enunciação – e que o foco das abordagens, hoje, se volta muito mais para as questões da interação verbal, da subjetividade, da interlocução, enfim, das questões específicas que determinam a produção e a interpretação feita por sujeitos que participam do universo das práticas de linguagem. O sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada e a linguagem passa a ser considerada o lugar da constituição da subjetividade. Concordamos com Heuvel (1985:42) quando ele diz que o sujeito é um efeito de construção e que, conseqüentemente, se revela pela des-construção, como uma condição que está na base de toda e qualquer produção discursiva. Ainda segundo o autor, "*... le sujet apparaît à la lecture non pas comme une personne identifiable, mais comme une position qui, marquée par le flou et la flexibilité, se prête à l'interprétation.*" (Heuvel, 1985:114)

Para Charaudeau, essas práticas de linguagem pressupõem, ou melhor, propõem uma interação. Segundo sua Teoria Semiolingüística, o sentido do discurso depende das circunstâncias da enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é dirigido. O *sujeito* é, pois, um *sujeito* de comunicação definido por sua identidade psicológica e social, por um comportamento finalizado e pelas restrições que ele sofre se ele quer se inserir na interação. Esse *sujeito* se define, também, por suas próprias intenções para com o outro. (Charaudeau, 1999:34) Nessa perspectiva, a Teoria Semiolingüística explica o ato de linguagem através das trocas languageiras que se efetuam através de um sujeito-comunicante (EUc) que se desdobra em sujeito-enunciador (EUe) para se comunicar com um sujeito-interpretante (TU_i), através de um outro desdobramento: o sujeito-destinatário (TU_d). Um grupo inter-age no espaço externo – no nível situacional e o outro no espaço interno – no nível discursivo.

Abordar o texto literário a partir de pontos de vista dos estudos da linguagem, da Teoria da Enunciação, da Análise do Discurso, da Teoria Semiolingüística e tecer considerações sobre algumas especificidades do texto literário pode parecer, para alguns, um despropósito. Recorremos, entretanto, a essas teorias porque temos

certeza que esses pontos de vista poderão nos ajudar a construir nosso raciocínio sobre os múltiplos sujeitos na literatura.

Dentro desta diversidade percebemos que Barthes não chega a elaborar uma teoria do discurso literário, mas coloca em discussão pontos importantes das particularidades desse gênero. O conceito de texto, para Barthes, ultrapassa o universo literário e alcança o campo da semiologia e dos estudos da linguagem. O texto literário passa a ser tratado, visto como um ato de linguagem: "*... a escrita pode ser hoje enunciada com a ajuda de certas categorias lingüísticas [...] a esta conjugação nova da literatura e da lingüística [...] poderíamos chamar de sémio-crítica...*" (Barthes, 1987:19)

Todorov (1971), Genette (1973), Dallembach (1977), Jauss (1978), Compagnon (1979), Iser (1985), e Eco (1986) e (1995) são alguns dos estudiosos que se debruçaram sobre o ato de leitura e na relação que existe entre este ato e o ato de escrever. Eles perceberam que o discurso literário pode ser entendido, estudado a partir de sua estrutura comunicativa, levando-se em conta seus aspectos discursivos. Certamente, por essa razão, esses teóricos se debruçaram sobre recepção do texto, sobre uma das instâncias do receptor, enfim, sobre a teoria do efeito estético. Nesse sentido, eles nos colocam nesse universo da construção discursiva, percebendo um leitor capaz de interagir com o texto literário, de atender a dispositivos comunicacionais acionados pelo texto. Ainda para esses teóricos, o olhar colocado sobre o texto é predeterminado pelas normas sociais e históricas dando forma ao '*horizon d'attente*' do leitor nos domínios estético e semântico. O leitor, entretanto, continua fundamentalmente ativo: ele sutura os brancos da escrita, re-cria sua própria referência a partir de uma realidade imaginária colocando as estruturas existentes a serviço da criação de uma nova organização. A leitura é, assim, um processo.

Para Charaudeau (1984:68-75), uma teoria do discurso não pode privar-se de uma definição dos sujeitos do ato de linguagem. Entendendo como "discurso" o lugar da encenação da significação, ele não deve ser confundido com "texto". "Texto" deve ser entendido

como um objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem. Ele é um resultado sempre singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Segundo o teórico, cada texto se acha atravessado por diversos discursos ligados aos gêneros ou às situações diferentes. "Discurso" não pode, tampouco, ser entendido como unidade que ultrapassa a frase. A relação entre diversas frases não constitui, necessariamente, a unidade "discurso". É necessário que esta seqüência de frases corresponda a uma expectativa linguageira (*enjeu*) entre vários parceiros em circunstâncias bem determinadas. Ao contrário, uma frase, uma palavra, um gesto podem ser portadores de discurso, a partir do momento em que eles respondem a esta condição.

O termo "discurso", segundo Charaudeau, pode, assim, ser utilizado em dois sentidos:

1. em relação ao fenômeno de encenação do ato de linguagem que, por sua vez, compreende dois circuitos:

a: um circuito externo (o situacional) que representa o lugar do *Fazer* psicossocial;

b: um circuito interno (o comunicacional) que representa o lugar de organização do *Dizer*.

2. "discurso" pode ser relacionado a um conjunto coerente de saberes partilhados, construído de maneira inconsciente por indivíduos de um grupo social.

Charaudeau (1984:73) também parte da definição dicionarizada de "sujeito" para dizer que ele é "... *un lieu de production de la signification langagière auquel revient cette signification pour le constituer*"⁴. O sujeito não é, desse modo, nem um indivíduo preciso,

⁴ "... um lugar de produção da significação linguageira no qual volta esta significação para constituir-lo."

nem tampouco um ser coletivo específico, mas uma abstração, um lugar de abstração da produção/interpretação da significação, dependendo do lugar que esse sujeito ocupa na ato de linguagem. Ele pode ser um *sujeito comunicante*, *enunciador*, *destinatário* ou um *sujeito interpretante*.

Vale repetir que, para Charaudeau, o ato de linguagem é um fenômeno que combina o *Dizer* (no circuito interno, discursivo) e o *Fazer* (no circuito externo, situacional). O *Fazer* é o espaço da instância situacional que se define pelo lugar que ocupam os responsáveis, ou melhor, os parceiros deste ato. E o *Dizer* é o espaço da instância discursiva que se define como uma encenação ou "*mise en scène*" da qual participam seres de fala, ou protagonistas. Dito de outro modo, a teoria empreendida por Charaudeau busca explicar a estruturação do ato de linguagem através da postulação de um dispositivo que compreende um duplo circuito: 1) uma instância externa, espaço do *Fazer* psicossocial dos parceiros envolvidos na comunicação, também chamado de espaço de limitações; 2) uma instância interna, espaço da organização do *Dizer*, também chamado de espaço de estratégias, onde os protagonistas montam suas estratégias (*enjeux*) de encenação do ato de linguagem.

Como já foi esboçado, há algumas linhas atrás, o processo de comunicação, no caso da Semiolingüística, é composto de, no mínimo, dois parceiros: o sujeito comunicante (EUc) e o sujeito interpretante (TUi) implicados na experiência de uma relação contratual. O sujeito comunicante (EUc) é o parceiro que tem a iniciativa do processo de produção. Ele procede à encenação do *Dizer* em função de uma intenção/projeto de palavra ("O que dizer?") e de um como falar ("De que modo dizer?") que se liga às estratégias de manipulação ("Como dizer o que vou dizer de modo a convencer o meu parceiro?"). Para isso, EUc constitui-se em um sujeito enunciador (EUe) que, por sua vez, institui, através do seu projeto de palavra, um sujeito destinatário (TUD) – sujeitos que se definem como seres de fala da enunciação do *Dizer*: se, por um lado, o EUc e o TUi são os parceiros da comunicação, por outro, o EUe e o TUD são os protagonistas da interação linguageira.

EUC é uma entidade composta: uma instância produtora à qual pertencem todas as outras instâncias. Todos os outros sujeitos contribuem para construir uma enunciação, ou melhor, uma co-enunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a eles e do qual podemos dizer que representa a ideologia ou a estética do grupo. O EUE é um ser de fala sempre presente no ato de linguagem, uma imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor da fala (EUC). Ele é o veículo por meio do qual EUC "fala". Dito de outro modo, EUE funciona como uma espécie de "porta-voz", ou, segundo a aceção de Charaudeau, como sujeito enunciador da "instância de enunciação discursiva". O TUD é o interlocutor necessário ao EUE que o concebe como "destinatário ideal", no processo interacional. Sendo assim, o TUD estará sempre presente no ato de linguagem, explicitamente marcado ou não. TUI é o parceiro de EUC, sujeito interpretante. Todas essas "pessoas", todas essas "vozes", todos esses "papéis" são concebidos, segundo Charaudeau, como comportamentos linguageiros, como índices semiológicos da encenação do *Dizer*.

É, no entanto, Maingueneau (1993) quem trata mais intensamente a questão da comunicação no texto literário, bem como as "condições de produção" do texto ficcional. Para Maingueneau (1993), a obra literária, como todo enunciado, implica uma situação de enunciação. Entretanto, não se pode, segundo o autor, permanecer somente na gênese ou nos dispositivos de comunicação da obra. Não se pode, tampouco, permanecer no exterior do ato de comunicação literária.

Como qualquer enunciado, a obra literária implica uma situação de enunciação. Mas o que é a situação de enunciação de uma obra? Seria possível responder que são as circunstâncias de sua produção: foi redigida no decorrer de tal(is) período(s), em tal(is) lugar(es), por tal(is) indivíduo(s). Resposta insuficiente, pois convém aqui apreender as obras não em sua gênese, mas como dispositivos de comunicação. Pode-se então ser tentado a reduzir a situação de enunciação à data e ao local de

publicação. Mas isso de quase nada nos adianta, pois permanecemos ainda fora do ato de comunicação literária. (Maingueneau, 1995:121-122)

Assim, a enunciação, para Maingueneau, deve gerar uma irreduzível duplicidade, articular o que a obra representa sobre o acontecimento enunciativo que constitui esse ato de representação. Dito de outro modo, a enunciação literária (que é o que nos interessa nesse trabalho) não escapa à regra comum da enunciação, mas tem condições de produção muito específicas, o que equivale a dizer que ela não pode ser considerada como um intercâmbio lingüístico comum. Maingueneau vê o texto literário como um ato de comunicação, no qual *o dito e o dizer, o texto e seu contexto são indissociáveis.* (Maingueneau, 1995:157) Quando dissermos que não podemos confundir o discurso ficcional com o cotidiano, é porque percebemos no texto literário um tipo de discurso particular: a comunicação é de certo modo, artificial, fundada por um sujeito fictício, em uma situação imaginada, encenada por uma linguagem indireta, atribuída a sujeitos inexistentes que servem de intermediários entre o escritor e seus leitores. No discurso literário, aquele que escreve, não pode e não deve ser confundido com os locutores e alocutários que participam da comunicação textual e que por sua vez se dirigem, direta ou indiretamente, ao leitor que participa, este sim, de todo esse processo, mas não na situação interlocutiva. Daí ser possível concordar com Fonseca (1999 :264) que diz:

o discurso literário pode ser entendido como uma prática que explicita um trabalho intencional com a linguagem, elaborado por um sujeito situado num contexto cultural, numa cenografia, como quer Maingueneau, o qual, no entanto, não se fixa em nenhum desses lugares.

Desse modo, ao optarmos por estudar os múltiplos sujeitos que habitam a literatura, percebemos que o texto literário exige uma

adaptação, ou melhor, uma aplicação específica, visto que o texto literário, ficcional não pode e não deve ser confundido com um ato de linguagem ordinário, uma enunciação lingüística corriqueira. O uso de teorias lingüísticas e dentre elas, o uso da Semiolingüística é justificado, desse modo, porque acreditamos que elas sejam capazes de nos ajudar a esclarecer pontos complexos na estrutura do texto literário, principalmente no que diz respeito aos múltiplos sujeitos que nele habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. L. *Quand dire c'est faire*, trad. Lane, Paris: Seuil, 1970.
- BAKHTIN, M. *La poétique de Dostoïevski*. Paris: Seuil, 1970.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad. Antônio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Eléments de sémiolinguistique (Théorie et pratique) Paris: Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. "Análise do discurso: controvérsias e perspectivas" In: *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. p. 27-43. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- DAHLET, V. "A entonação no dialogismo bakhtiniano" In: BRAIT, B. (Org). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 263-275.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire. Principe de sémantique linguistique*. Paris: Hermann, 1972.
- DUCROT, O. *Le Dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- ECO, H. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

- FONSECA, M. N. S. "Análise do discurso literário: pontos de vista e controvérsias" In: *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. p. 259-268. Belo Horizonte: UFMG. 1999.
- FOUCAULT, M. *L'Ordre du Discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- GENETTE, G. *Figures III*. Paris: Seuil, 1973.
- HEUVEL, P. V. D. *Parole, mot, silence*. Paris: José Corti, 1985.
- ISER, W. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. t.1. Paris: Minuit, 1963.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales I. - Approche interactionnelle et structure des conversations*. Paris: Armand Colin, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris: Bordas, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Éléments de linguistique pour le texte littéraire*. Paris: Bordas, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- TODOROV, T. *Mikhaïl Bakhtin, le principe dialogique, suivi des écrits du Cercle de Bakhtin*. Paris: Seuil, 1981.

3

FIGURAÇÕES DO SUJEITO NO DISCURSO DO NARRADOR DE “GRANDE SERTÃO: VEREDAS”

MARCIA MARQUES DE MORAIS
PUC-MINAS

Falar de sujeito e discurso, num primeiro momento, é apostar numa quase redundância, não fora a maneira de se pensar o conhecimento que marca indelevelmente a segunda metade do século passado, deixando respingar, no aqui e agora, neste desabrochar do XXI, questões que a princípio seriam inquestionáveis. Refiro-me ao Estruturalismo, de modo geral, e à lingüística de modo particular, para quem o sujeito um dia foi possuído pelo “fading”, pelo

apagamento, para que brilhasse por si um texto, o texto do prazer e, mais, o texto da fruição. Assim é que uma certa escritura (de quem se disse que é a prova de que um texto nos deseja) decretou, ela mesma, a morte do sujeito; no caso, do sujeito autor. Pelo menos é assim que se tem lido um certo Barthes que acaba, mais tarde, reconciliando-se com o sujeito... Por isso, falar de sujeito e discurso, ainda, não me permite apenas desvendá-los entretrecidos e entretidos no texto, um ajudando ao outro, dialética e dialogicamente, na produção dos efeitos de sentido. Ainda uma vez é preciso viver o seu luto para ter certeza de que ele vive para sempre como discurso.

Portanto, repassemos com brevidade e às soltas sua tumultuada trajetória dos últimos momentos, delineados a partir dos anos 60, quando, parece, insinua-se a “volta do recalcado”, plagiando expressão de Dosse (1994) que batiza um dos textos sobre o sujeito, no segundo volume da “História de Estruturalismo”, com o subtítulo, “O canto do cisne, de 1967 a nossos dias”.

As palavras “retorno” e “recalque” fazem, de antemão, pressupor um tempo de ausência, de exclusão, de “rebaixamento”, mas, claro, o prefixo *re* faz antever uma repetição, um “de novo” já esperado. E esse tempo “vazio” de sujeito, já se sabe, reage ao “cogito” cartesiano que desloca “o ponto fixo do Ser para a Consciência” com o famoso “Penso, logo existo”. A hegemonia desse sujeito acabou carreando uma reação. Assim, a destruição do privilégio da subjetividade como privilégio da consciência acaba sendo operada no século XX, por ninguém menos que Freud, Marx e Nietzsche que, obviamente, não negaram a sua existência mas deslocaram o sujeito para um “espaço novo onde ele deixou de ser o elemento constituidor do conhecimento e da ação para tornar-se algo constituído em esferas que não estão ao seu alcance” (Chauí, 1976:34). É evidente que Chauí está referindo-se, respectivamente, ao inconsciente, à práxis histórica e à vontade de poder. No entanto, esse sujeito recalcado, rebaixado, mas, com certeza, produzindo sintomas, processando sentidos, como é próprio de qualquer recalque, acabou sendo “lido” por uma certa lingüística como um incômodo do texto, como categoria que embaça o papel do texto. Não é a-toa que Barthes

adverte: “*Na cena do texto não há ribalta: não existe por trás do texto ninguém ativo (o escritor) e diante dele ninguém passivo (o leitor); não há um sujeito e um objeto*” (Barthes, 1987:24), diante do que, incautos, alguns o lêem como aquele que decretou a morte de um sujeito, especialmente a morte do autor.

Assim, a leitura do deslocamento do sujeito para outras esferas onde ele continua a sua “parole” como se fosse o seu apagamento, a sua impossibilidade, foi resultado daquilo que a sabedoria popular descreve como “jogar fora a criança com a água da bacia”.

Se, em linhas mais que gerais, era esse o contexto de subjetividade vivido pelas ciências em geral e pela lingüística em particular, no princípio do século XX, na dita modernidade, pode-se marcar com Benveniste, nos anos 60, talvez o momento inicial em que, na lingüística, o sujeito merece o primeiro resgate, tanto mais que essa sua recuperação se deu por vias mesmo formais, para não contrariar tanto o cânone então vigente do formalismo. Assim é que, marcando formalmente o aparelho da enunciação (Benveniste, 1989), através da categoria de pessoa e das demais, especialmente, tempo e espaço, delas advindas, Benveniste faz antever um sujeito de enunciação distinto de um sujeito do enunciado, ainda que só mais tarde isso venha a produzir efeitos de lingüística.

No entanto, a história do estruturalismo vai mostrar que Benveniste e o acolhimento que dá a categoria sujeito continuam barrados, já que a lingüística, então avessa a qualquer “religação de saberes”, plagiando título de Morin (2001), não se abre às questões suscitadas por essa categoria; julga-as mais próprias da Filosofia e da Psicanálise...

Aliás, é em Lacan que Benveniste acaba encontrando um eco, já que o psicanalista solicita-lhe uma colaboração, necessitado que se via de um respaldo lingüístico. De sua parte, Benveniste também encontra em Lacan um parceiro. Chega mesmo a criticar Freud por tratar o sonho analogicamente a uma certa etimologia especulativa, não dando guarida à contradição, categoria inerente a qualquer sistema.

Claro está que essa crítica às fontes de Freud tem por objetivo realçar Lacan e sua a-historicidade, já que este pretende enfatizar as fontes lingüísticas no que elas têm de retórico, isto é, as suas figuras.

De qualquer forma, aqui, para nós, o que vai valer, tendo em vista uma breve amostragem que se dará da função sujeito no discurso do narrador de *Grande Sertão: Veredas*, por enquanto, é a categoria pessoa e suas emanções marcadas por Benveniste; a ênfase à retórica como forma de expressão do inconsciente, salvaguardando, ainda, Freud como quem, tendo feito hermenêutica e, portanto, enfatizado o significado teve, no seu tempo, de aplacar a contradição e foi quem, em suma, ofereceu munição a Lacan para em sua releitura, privilegiar a metonímia e a metáfora como figuras de expressão do inconsciente já trabalhados por ele, Freud, como deslocamento e condensação no trabalho onírico. Essa recuperação histórica quer, ainda, cruzar os discursos da lingüística, filosofia e psicanálise no tratamento do sujeito, nas pessoas mesmo de Benveniste, Freud e Lacan, pois dela nos valeremos mais tarde. De todo modo, fique dito que a acolhida da enunciação é que possibilitará “a conversão individual da língua em discurso” o que, obviamente, faz ver a passagem da lingüística saussureana do signo, da própria “parole” tomada literal e denotativamente como “palavra” para o discurso. Por aí se vê, pois, que é o sujeito que acaba processando o conceito de discurso, ao mesmo tempo que é este que permite a subjetividade como uma categoria em processo, o que reitera o início desta minha fala.

Esse sujeito, formalizado pela enunciação benvenistiana, no entanto, continuará recalcado, até porque se recalca também a idéia de diálogo implícita no “aparelho formal da enunciação”, quando se leu, equivocadamente, uma ênfase a um *ego*, sem se atentar muito para sua possível constituição, condicionada à existência de um outro, o tu e na troca de turnos que se processa, naturalmente, entre um e outro, entre um eu e um tu. É então que entra em cena Bakhtin, apresentado por Kristeva e Todorov. Formalizam-se, agora, os conceitos de dialogismo e intertextualidade que sublinharão a categoria do “Outro” e da “Alteridade”. Vale lembrar que os estudos de Todorov

que marcarão, indelevelmente, os estudos literários se encaminham, a partir daí, para a focalização da pluralidade das culturas, já que se descobre o Outro, instalando-se, pois, mais que a subjetividade, a intersubjetividade. O dialógico, a intertextualidade, trabalhados, lingüística e literariamente, por Bakhtin, enlaçando o eu e o outro, produzem muitos elos propícios aos estudos da linguagem, a começar pela religação entre literatura e lingüística; nos dias de hoje, possibilidade única de se pensar a leitura.

Aliás, o próprio Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, já propunha duas disciplinas para a análise da linguagem. Ao falar sobre “O discurso em Dostoiévski”, conceituando discurso como “*língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto da lingüística (...)*”, aponta a lingüística e o que ele chama metalingüística como maneiras de se estudar o discurso. Faz compreender por metalingüística, o “*estudo (...) daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente legítimo – os limites da lingüística*” (Bakhtin, 1997:181). Dessa maneira, de alguma forma já se intui nessa “metalingüística” o estudo que a linguagem literária possibilita, frisando, no entanto, que o que Bakhtin pleiteia por metalingüística não se circunscreveria também apenas à literatura, embora esta privilegie categorias importantíssimas para a metalingüística. Nesse ponto, tomemos, brevemente, Faraco (1999) que distingue algumas dessas categorias, já que elas nos serão úteis para o trabalho com o discurso do narrador Riobaldo (ressalte-se que Faraco prefere a denominação translingüística à expressão metalingüística). Ao mostrar que o pensador russo, ao estudar o discurso no romance, vai tocar nas múltiplas linguagens ou vozes sociais que não devem apenas ser explicitadas mas exploradas em suas diferentes interrelações e efeitos e que essa “heteroglossia dialógica” se manifesta no interior de diferentes gêneros de discurso, acaba por nos fazer refletir sobre a narrativa rosiana que implícita no “mundo misturado” de Riobaldo a própria mistura de gêneros, em que muitas linguagens se cruzam intersubjetivamente, fazendo perceber uma inesgotável representação da subjetividade. Além do que, cada uma dessas linguagens sociais cruzadas que se expressam também pelo significativo “gênero do

discurso”, porta consigo os “cronotopos” a que se refere Bakhtin, tempos e espaços de que provêm e que se inscrevem em sua memória de voz a dialogarem, permanentemente.

Daí se perceber que, de marca formal da enunciação no enunciado, produzida e expressa pelo eu e suas implicações, o sujeito do discurso se faz processo: processa-se no próprio discurso como multiplicidade de vozes sociais em diálogo – as explícitas e recuperáveis pelas marcas formais da lingüística e as implícitas e “memoráveis”, já que reapresentam vozes de outros discursos, misturando tempos e espaços sociais diversos.

Diante disso, não é nenhuma hipérbole dizer que o romance rosiano, por enciclopédico, numa remissão a Eco, acaba sendo um discurso privilegiado de sujeito. Em linhas gerais, pressupondo já um certo conhecimento da obra pelo público, vamos tentar trabalhar com algumas categorias teóricas já aqui expostas, ensaiando brevíssima análise do discurso do narrador Riobaldo.

Sabe-se, de antemão, que *Grande Sertão: Veredas* é um romance escrito em primeira pessoa em que um narrador, Riobaldo, ex-jagunço, conta sua vida marcada por duas grandes vertentes: a do amor e a do ódio. Essas duas linhas dialogam entre si, tecendo fios de dois gêneros clássicos que, por sua vez, se cruzam – o lírico e o épico. Ao narrar a estória de amor, o tom narrativo é o da perplexidade e o da reflexão, já que Riobaldo se pergunta todo o tempo pelo sentido de uma frustração amorosa já que Diadorim, suposto companheiro jagunço, por quem se sente atraído, ao mesmo tempo que luta, interiormente, por denegar esse amor, acaba revelando-se mulher, depois de morto, na batalha final do Paredão. A ação bélica, narrada num tom de prospecção, já que ação, vai contrapor-se ao tom intimista, retrospectivo da reflexão e contará uma história de vingança entre dois bandos jagunços, já que um deles, o dos hermógenes, matara, à traição, o chefe dos ramiros, Joca Ramiro, ao qual passou a pertencer Riobaldo.

Estranhamente, Riobaldo, em discurso direto livre, inicia sua fala por um travessão que não é correspondido por outro sinal de resposta. Assim, o diálogo semi-formalizado é, na verdade, virtual já que finge, de fato, um monólogo interior. Todas as possíveis respostas, observações, complementações, perguntas, em síntese, todas os “atos de fala” de um possível interlocutor/narratário, são pressupostos pela fala mesmo do locutor/narrador. Esse “esquema técnico”, recorrente na literatura rosiana, potencializa a multivocidade da interlocução: no âmbito do enunciado ele é falado pelo pronome de tratamento “senhor” com “suma doutoração” e seria o cidadão para a Crítica em geral, um entomologista para uma Crítica em particular, que inceta o diálogo com o sertanejo, tornando o espaço e o tempo textuais, lugares de cruzamento, diálogo e, mais que isso, embate entre dois cronotopos diversos, um tempo arcaico e lugar “sertão” e um tempo moderno e lugar “cidade”, para falar no “mundo sertão”, usando expressão de Riobaldo e homenageando Antonio Candido (Candido, 1978).

No âmbito polissêmico, já que a técnica e a ambigüidade das construções rosianas, quer em nível de estrutura mesma da narrativa, quer em nível semântico ou morfossintático, não “fecha” a forma dialogal, ele pode ser o outro ser de si mesmo, narrador, num viés psicanalítico; ser o próprio analista como a tela branca e, metalinguisticamente, no sentido lato do termo (e não bakhtiniano) pode ser o escritor, a escrita, o “alter ego” do autor – modelo que escreve a oralidade, a “parole” do narrador popular, o mito contado, numa franca alusão à literatura, à metaliteratura. Sem falar, é claro, que, nesse que escreve em cadernetas, está bastante e matreiramente colada a figura também do autor-empírico.

Se a simples menção ao recurso rosiano da narrativa de Riobaldo, em que as marcas benvenistianas são absolutamente explícitas quer na colocação do eu; quer na convocação do tu; quer na presentificação da narração; quer no discurso direto livre seria suficiente para mostrar, formalmente, o sujeito no seu discurso, fica muito aquém dos efeitos que o sujeito produz no discurso do narrador do romance.

É esse mesmo esquema narrativo que se desdobra em uma multivocidade ímpar, fazendo dialogar, vozes de muitos sujeitos, cujas memórias, pertencendo a classes, lugares e tempos distintos, fazem cruzarem-se, no romance, vozes individuais e coletivas, pessoais e sociais, míticas e históricas, regionais e universais. Sua explicitude não seria suficiente para perscrutar os efeitos de sentido que por elas se multiplicam. Faz-se mister operar com as relações que entre essas diferentes linguagens estabelece a “heteroglossia dialógica”, atentando mesmo para outros recursos além dos “benvenisteanos” de que se vale a “subjatividade” discursiva para processar sentidos. Fiquemos, por ora, apenas com a questão do gênero, em homenagem a Bakhtin. Se a ação épica, num golpe de vista, traria para o texto a referencialidade e a “inteireza” de uma epopéia jagunça, rememorando a voz épica mesmo de um mundo helênico redondo e indiferenciado, o “gosto de especular idéias”, a reflexão que permanentemente atormenta Riobaldo aponta a divisão do mundo, a pergunta pelo sentido da vida retomada pelo romance, como epopéia burguesa, no pós-guerra; se se cruzam os dois gêneros canônicos, o épico e o lírico, cada um deles privilegiando, de sua parte, uma voz, ou a “das coisas” ou a do eu, o terceiro gênero, aquele que vai dar lugar à voz da recepção vai ser, afinal, o gênero fingido com que se estrutura o romance, tendo em vista sua pseudo forma dialogal a deixar em aberto o sujeito narratório, como se viu.

Assim sendo, os gêneros clássicos, o épico, o lírico e o dramático que, já em Aristóteles, serviam mesmo era para dar uma precedência a certa voz (a do ele, a do eu, e a do tu, respectivamente), na sempre polifonia de quaisquer textos, entretecidos no discurso do narrador, fazem dialogar entre si, a história e a ideologia que carregam em sua memória de voz (e há trechos explícitos sobre isso na fala de Riobaldo). Claro que há outras misturas produzidas por essa clássica tripartição e que seriam as misturas das “espécies” discursivas: há o discurso jurídico; há o discurso epistolar; o religioso; o literário numa operação de *mis-en-abyme*; o histórico; o filosófico; o geográfico, etc, etc, trazendo cada um a sua ideologia, o que torna o romance enciclopédico e passível de diversas interpretações. Não é aqui o caso de se deter sobre cada um deles ou sobre eles – tarefa

hercúlea. Essa referência se faz para defender a idéia de que a “heteroglossia dialógica” potencializa, inclusive, a possibilidade da contradição pela qual clamou Benveniste na crítica à Freud e na ênfase à “a-historicidade” lacaniana; defenda-se aqui também que a assunção da contradição (contra-dicção) é, ela mesma, uma categoria histórica e não só retórica. Assim é que *Grande Sertão: Veredas* é, emblematicamente, uma narrativa do “tudo é e não é” que contradiz à máxima shakespeariana do *to be or not to be*, em termos intertextual, literário e histórico mesmo, história tomada como relação, movimento e processo e não como referencialidade.

É por via, pois, desses gêneros em movimento pelos quais se processam ideologias nas memórias de outros discursos e, logo, contradições, que quero voltar a Benveniste quando dialoga com Lacan, enfatizando o uso que o inconsciente faz da retórica que, “*como o estilo, tem suas figuras, (...) o velho catálogo dos tropos forneceria um inventário apropriado aos dois registros da expressão*” (Benveniste apud Dosse, 1994:63).

Assim, precisando melhor o símile lacaniano de que “o inconsciente se estrutura como uma linguagem”, quando aponta a retórica como recurso do inconsciente, Benveniste acaba levando-nos a procurar o sujeito inscrito nas operações de contigüidade e similaridade, deslocamento e condensação, usando uma terminologia freudiana, no processamento, enfim, de metonímia e de metáfora, como os dois tropos por excelência.

Aqui, ainda uma vez, o discurso do narrador do romance rosiano poderá ser perscrutado para tentar perceber a inscrição do sujeito na linguagem que o constitui, por meio mesmo das duas grandes figuras de estilo que acabam fornecendo ao leitor, analista do discurso, um fio condutor importante para uma leitura da subjetividade no texto rosiano.

Assim é que o processo de travessia de Riobaldo na sua marcha jagunça e em seu projeto de vendeta acabará figurando a busca de sua própria identidade de sujeito. Se como bastardo, filho de “escuro

nascimento”, ele luta por vivenciar a função paterna, é no simbólico de seu discurso que vamos flagrá-lo atravessando o “édipo” através das figurações do incesto e do parricídio, metonimizadas e metaforizadas, respectivamente, na narração do episódio, não por acaso, no central do romance.

Trata-se do episódio da Guararavacã do Guaicuí (que, em tupi-guarani, designa o Rio das Velhas) em que o narrador, dizendo que lá seus “destinos foram traçados”, enfatiza duas importantes “revelações” de sua vida.

A primeira está assim dita “lá fiquei sabendo que amava Diadorim de amor mesmo amor, mal encoberto de amizade” e a segunda é que lá também ficara sabendo que “mataram Joca Ramiro”. As duas revelações, pois, traçadoras de seu destino se reportam a uma questão amorosa e a um assassinato. Relacionar o assassinato de Joca Ramiro à metáfora de um parricídio parece ser, à primeira vista, absolutamente lógico, ou melhor, analógico.

Ora, Joca Ramiro era, de fato, uma figura paterna, não só por ser o pai de Diadorim, companheiro amado como ainda por desempenhar ocasionalmente a função paterna de chefe, chefe do bando jagunço – de fato, um pai foi morto, assassinado por seus chefiados, filhos do bando.

A revivência do parricídio pelo discurso de Riobaldo numa operação de similaridade e condensação aponta, na própria figura, as vozes de outros discursos memoráveis que trazem o mito; no caso, não apenas o edípico, mas, ainda, o mito da horda primitiva, através do qual Freud trabalha a socialização do indivíduo a sofrer o “mal estar na civilização”. E não é isso mesmo que acontece, a partir daquele episódio, com nosso herói desencantado pelejando para inscrever-se na sociedade jagunça e pautar-se por sua lei. Não é isso mesmo que revive nosso Riobaldo que discursa para o interlocutor seu sempre mal-estar?

Se se resolve, com alguma evidência, a figuração ao parricídio como um dos destinos edípicos, o paradigma do mito me induz a buscar o outro destino: o incesto. Como relacioná-lo, então, à primeira revelação? Se se toma o desejo como sema do incesto, esse seria também a marca da assunção daquele amor proscrito por Diadorim, jagunço e companheiro. Mas, daí a perceber que esse desejo é um deslocamento da mãe desejada requer uma operação mais analítica, pois, em sua denegação, o inconsciente dá muitas voltas para falar/calar a pulsão.

Tentando acompanhar tais voltas, logo se perceberá que esse Diadorim amado, cujo amor se anuncia na Guararavacã é figurado, reiteradamente, através de seus olhos verdes; tais olhos verdes são falados, literalmente, como lembranças “dos olhos de velhice” da mãe... Ainda no episódio, aquele Diadorim “figurava diferente, um Diadorim assim meio singular, por fantasma” (Rosa, 1965:221), cujo “por fantasma” ecoa o protofantasma, memória de outro discurso, daquele freudiano que fala dos fantasmas primitivos do sujeito e neles inclui o próprio incesto.

Mas os deslocamentos, as contigüidades, as metonímias não param por aí: se, tocado por essas desconfianças, o leitor torna a percorrer o romance, encontrará sempre a figura materna da Bigri colada à figura de Diadorim, seja através dos olhos verdes, seja através das referências Maria, não por acaso, mãe virgem, seja através da alusão da figura de Diadorim ao buriti, cantado como “mamãe verde do sertão”, seja mesmo pela reiteração dos prefixos que induzem à idéia de duplicidade, de dois, o “bi”, de Bigri e o “di”, de Diadorim.

Assim, nesse caso, são as metonímias que operam um sentido latente e que completam a leitura de que Riobaldo atravessa, pelo discurso, seus fantasmas edípicos para que, individuando-se, perseguindo sua identidade histórica manca, possa vir a pelejar como sujeito societário na cultura jagunça.

Claro está que o tempo desta exposição não permite trabalho analítico mais acurado; no entanto, frise-se aqui a retórica como, de

fato, a expressão do sujeito em seu discurso e, mais que isso, a sua inscrição nele; a sua única possibilidade de ser, que é estar, erráticamente, como todo sentido, no discurso.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARTHES, R. *O prazer do texto*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al.. São Paulo: Pontes, 1989.

CHAUÍ, M. A descrição da subjetividade na filosofia contemporânea. *Jornal de Psicanálise*. A. 8, 1976, n. 10, São Paulo, p. 29-69.

DOSSE, F. História do estruturalismo. 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: UNICAMP, 1994.

FARACO, C. A. Bakhtin: precursor? In: MARI, H. et al. (org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, CAROL BORGES, 1999. p. 189-199.

FREUD, S. *História de uma neurose infantil*. Trad. Eduardo Augusto Macieira de Souza. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (ESB, XVII).

LACAN, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.B. *Vocabulário da psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAIS, M. M. *A travessia dos fantasmas. Literatura e psicanálise em 'Grande Sertão: Veredas'*. Belo Horizonte: PUCMINAS/Autêntica, 2001.

MORIN, E. *A religação dos saberes. O desafio do século XXI*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

4

OS GENEROS DISCURSIVOS COMO TIPOS SITUACIONAIS

WANDER EMEDIATO DE SOUZA
FACULDADE PITAGORAS

O problema dos gêneros textuais é antigo e sempre esteve envolvido, de certa forma, com o problema dos gêneros do discurso. No desenvolvimento da retórica clássica, os gêneros epídíctico, judiciário e deliberativo constituíram princípios básicos de composição do discurso, mas denotavam, sobretudo, uma imagem do tipo de auditório ao qual os discursos eram dirigidos. Assim, o

discurso judiciário era dirigido a um auditório que julga (o juiz), o discurso deliberativo era dirigido a um auditório que visa deliberar sobre assuntos coletivos, o discurso epidíctico era dirigido a um auditório espectador que aprecia e louva os atos heróicos e artísticos. Outras noções de gênero surgiram nesses tempos já remotos: gêneros épico, lírico e dramático. É interessante perceber, porém, que os primeiros gêneros citados – os gêneros do discurso – eram concebidos não em relação à forma que tal discurso assumia, mas em virtude da função que este discurso exercia e, sobretudo, do auditório ao qual era dirigido. Já os gêneros lírico, épico ou dramático remetiam já aos formatos do discurso e, podemos dizer, às suas características textuais e narrativas.

No desenvolvimento mais ou menos caótico da questão genérica, o conceito de gênero sempre privilegiou os aspectos formais vistos como estruturas estáveis, recorrentes e específicas das produções textuais. O interesse parece sempre girar em torno de um princípio ideal de classificação capaz de reduzir a pluralidade dos textos a codificações mais ou menos homogêneas, ou seja, a tipologias textuais estáveis. A perspectiva que gostaria de discutir aqui envolve uma definição do gênero não como um tipo de texto específico, podendo ser classificado a partir de suas características apenas formais e semânticas, mas como o produto de uma interação complexa entre as *condições* de produção dos textos e das variantes textuais e as *competências* que estariam na base da produção dos discursos sociais. Um texto, antes de ser uma construção lingüística, seria, nesta perspectiva, uma *construção social tipificada pela experiência comunicacional dos agentes*. Um tal perspectiva pressupõe, pois, que o gênero, antes de ser um tipo textual, configura-se como um *tipo situacional*.

A situação de comunicação na qual os textos são produzidos, incluindo a *identidade* dos parceiros envolvidos na relação comunicativa, a *finalidade* do ato de comunicação, os níveis de *tematização* e o *dispositivo* físico e material envolvido constituem, para nós, os primeiros parâmetros definicionais do gênero. A partir da descrição desses parâmetros, devemos buscar compreender em

que medida as formas de configuração lhe são adaptadas, constituindo as regularidades lingüísticas e discursivas dos gêneros.

Conforme observou Charaudeau (1997) a sociedade estrutura institucionalmente a prática social em grandes setores de atividade, ou *domínios de prática social*, que a experiência de comunicação humana organiza em espaços de palavra: os domínios político, religioso, jurídico, científico, educativo, midiático, etc. Nessa perspectiva, que será a que privilegiaremos aqui, consideramos que o discurso, e suas várias formas de manifestação, encontra-se atraído, no sentido magnético do termo, pelas forças reguladoras dos domínios sociais no interior dos quais os textos são produzidos. Este aspecto primeiro da produção discursiva nos remete ao fenômeno da *ancoragem social* do discurso, o que justifica dizer que não há produção de texto que não se encontre mais ou menos refém das determinações impostas pelo domínio social onde ela se processa. O domínio de prática social surge assim como um determinante maior da natureza comunicacional do discurso. Assim, o domínio educativo determina a natureza comunicacional dos textos suscetíveis de serem produzidos no espaço da educação, ou seja, os seus *rituais languageiros*: a própria configuração discursiva das aulas, a estrutura dos manuais de ensino, as resoluções e portarias, os diários de classe, as reuniões dos órgãos colegiados, a estrutura estereotipada das avaliações. As determinações do domínio impõem também uma série de parâmetros relativos às atividades languageiras adaptadas ao domínio: explicar, perguntar, controlar a aprendizagem, avaliar, narrar, corrigir. O domínio determina ainda os papéis, os roteiros e os scripts a serem representados pelos atores envolvidos na comunicação educativa: relação de autoridade, o professor com seu papel de ensinar, avaliar e captar, o aluno com seu papel de aprendiz, que inclui o *aprender* e o *provar*. O domínio exerce, portanto, o papel da ancoragem social que parece fundar a pertinência dos gêneros relacionando-os às diferentes práticas sociais que se desenvolvem na sociedade institucionalizando as expectativas psicossociais dos agentes comunicantes.

O discurso se vê, portanto, preso às práticas que são estruturadas pela sua institucionalização. Para Bourdieu, por exemplo, as práticas sociais se encontram estabilizadas em um campo estruturado onde se instauram relações de força simbólicas entre os atores, relações de forças mais ou menos hierarquizadas e institucionalizadas segundo o campo considerado. Para o citado autor (1982), "*O poder das palavras não é outra coisa que o poder delegado do porta-voz*" pelo fato de que o poder não se encontra nas palavras, mas nas condições sociais de utilização delas. Comentando Bourdieu, Charaudeau observa que,

poderíamos dizer que é o estatuto do ator social e o papel que ele representa que são determinantes para julgar a conformidade de um discurso em relação ao domínio no qual ele é produzido. Assim, todo discurso será marcado por uma certa 'performatividade', desde que o ator social, que está na sua origem enunciativa, seja reconhecido em seu estatuto: não é mais o que é dito que conta, mas a origem enunciativa externa do que é dito. (Charaudeau, 1997, tradução nossa)

Evidentemente, se o domínio é um forte determinante das características do discurso a ser produzido, isto não significa que todo discurso produzido no interior de um certo domínio seja fundamentalmente um discurso desse domínio. Nem todo discurso produzido no domínio político é fundamentalmente um discurso político. Se assim fosse, bastaria que o sujeito inserisse seu discurso no domínio ao qual ele pretende associar o seu discurso para que seu discurso pertencesse, de imediato, ao domínio associado. A posição de legitimidade do ator social não basta para que seu discurso, seja ele de que natureza for, pertença ao domínio que o legitima, o que negaria a possibilidade de existência de características próprias e particulares de cada domínio. Podemos perceber isso em certas práticas discursivas que chamaremos aqui, na falta de um conceito mais claro, de *práticas parasitas*. Trata-se, essencialmente, de parasitar a legitimidade social de um domínio discursivo legítimo com o objetivo de adquirir legitimidade e credibilidade junto a uma

comunidade social. É o caso das mensagens publicitárias estranhas às expectativas desse domínio, como as polêmicas campanhas da Benetton, que introduzem no domínio publicitário uma pertinência estranha a esse domínio, propondo temas sociais, políticos e humanitários em um discurso cujo objetivo fundamental é obter lucros e vendas; é também o caso da música dita sertaneja moderna, que se apropria da legitimidade da música rural caipira, desconhecendo o universo discursivo e imaginário que legitima o gênero musical sertanejo de raiz; é o caso, igualmente, de certos programas de TV dedicados ao marketing de vendas, sobretudo nos canais não generalistas, onde se reproduzem rituais e práticas do domínio jornalístico e informativo (simulação de entrevistas com especialistas, de reportagens, etc.). A parasitagem do discurso tem o objetivo central de se apropriar da legitimidade dos domínios, prova de que são estes últimos que parecem legitimar o formato dos gêneros.

Um domínio parece, portanto, ser constituído de práticas languageiras que, ao serem estruturadas socialmente, ganham uma legitimidade social capaz de regular as trocas comunicativas. Retomando a hipótese de Charaudeau, e relativizando um pouco a de Bourdieu, percebemos que

todo domínio de prática social tende a regular as trocas, e, por consequência, a instaurar regularidades discursivas, ou, como demonstrou a etnometodologia, ritualizações languageiras, as quais constituem uma das marcas (no sentido de marcar um território) do domínio.
(Charaudeau, 1997).

O domínio funcionaria, assim, como um espaço regulador das trocas comunicativas e dos gêneros, havendo sempre uma certa correspondência e atração entre um domínio social e um domínio de comunicação, a caracterização dos domínios constituindo uma primeira fase de um trabalho que tenha como objetivo analisar os gêneros textuais. A proposição que iremos discutir em seguida consistirá em analisar as interações possíveis entre o domínio de

prática social e as características formais podendo ser associadas ou não aos gêneros.

Não só a análise do discurso, como também a psicolinguística e a psicossociologia da linguagem vêm se interessando pelo estudo da questão dos gêneros dentro de uma perspectiva que não se reduza a uma tipologia formal. Sabe-se que na problemática clássica de Kintsch e Van Dijk a compreensão exige, além de um processo de tratamento micro e macroestrutural dos dados, a elaboração de um *modelo de situação* que integra conhecimentos sobre a categorização da situação e sobre o emprego dos gêneros e das superestruturas textuais. Para esta concepção psicolinguística e cognitiva dos textos compreender um texto é construir um agenciamento particular de conteúdos semânticos e um tal agenciamento dependeria dos conhecimentos conceptuais e lingüísticos do sujeito e da representação que ele possui da situação. Já nessa perspectiva nota-se que é bastante difícil considerar o texto como um objeto de sentido independente dos parâmetros situacionais e cognitivos (Coirier *et al.* 1996:13). Essa *parametragem contextual* da produção linguageira parece caracterizar também o modelo de produção do discurso proposto por Bronckart (1985) para quem as atividades humanas delimitariam categorias de contextos como variáveis pertinentes em torno das quais se articulariam gêneros de discurso ou tipos de textos. Uma situação extralingueira estaria articulada a representações cognitivas dos traços pertinentes sobre os parâmetros situacionais para os quais seriam requisitadas certas operações linguageiras de comunicação. A configuração das unidades lingüísticas produzidas permitiria identificar e caracterizar os tipos de textos.

A recorrência de características formais parece constituir o problema central quando se trata de discutir a questão genérica. Sem dúvida, não há como falar em gênero sem postular a existência de regularidades formais. Sabemos, entretanto, que uma mesma forma pode suportar sentidos diferentes e que esta significação plural de formas singulares constitui sempre um problema para a classificação de textos. O segundo problema levantado por todos os que se

interessam pela questão do gênero é que a recorrência de características formais, por si mesma, não garante, absolutamente, a especificidade de um tipo de texto, salvo se pudermos comprovar – por um trabalho sistemático de comparação –, que ela é exclusiva, e não apenas recorrente, de um conjunto de textos pertencendo a um mesmo domínio. Como observa Charaudeau (1997), as características formais não seriam mais que traços característicos que dariam aos textos certas propriedades *específicas*, e não traços definitórios que atribuiriam a eles propriedades *constitutivas*.

Seja como for, a questão genérica não consegue escapar da problemática das determinações que parecem impor às atividades humanas certas configurações de rotina. De um lado, não há sentido em falar de gênero sem conceber o fenômeno da regularidade e da similitude. De outro, não há como conceber o gênero sem conceber a variância e a diferença. No duplo processo de produção e de interpretação os sujeitos parecem ser dotados de representações diversas: *representações de comunicação* capazes de engendrar e reconhecer modelos de situações de comunicação e de finalidades comunicativas; *representações de ação* capazes de engendrar decisões sobre os planos e as finalidades acionais; *representações semiolinguísticas*, responsáveis pelo engendramento e pelo reconhecimento das formas semantizadas adequadas e adaptadas aos fins perseguidos. Os gêneros parecem ser elaborados e estabilizados com base nessas representações múltiplas que o sujeito adquire pela experiência. A experiência e a aprendizagem parecem, portanto, determinar a aquisição mais ou menos otimizada das representações. A aquisição dessas representações parece forjar nos sujeitos uma memória capaz não só de identificar de forma padronizada certas formas textuais, como também de produzi-las em situações comunicativas que as exigem. A partir de uma certa idade, a maior parte das pessoas sabe reconhecer uma carta e escrevê-la, reconhece uma receita de cozinha, diferencia um jornal de um manual de instruções e, dependendo do caso, chega a distinguir um jornal popular sensacionalista de um jornal de informação "sério". Charaudeau levanta a hipótese, nesse sentido, da existência de três tipos de memórias fundadoras de três espécies de comunidades:

Uma *memória dos discursos*, na qual são construídos saberes de conhecimento e de crença sobre o mundo. Tais discursos circulariam na sociedade enquanto representações em torno das quais se constroem as identidades coletivas, fragmentando a sociedade em "comunidades discursivas". Os sujeitos partilham posicionamentos, sistemas de valores, julgamentos morais, todo um conjunto de representações axiológicas comuns.

Uma *memória das situações de comunicação* enquanto dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e suas condições psicossociais de realização, constituindo assim *comunidades comunicacionais*. Esta memória comunicacional permite aos sujeitos reconhecer os parâmetros normais e pertinentes de cada situação de comunicação específica.

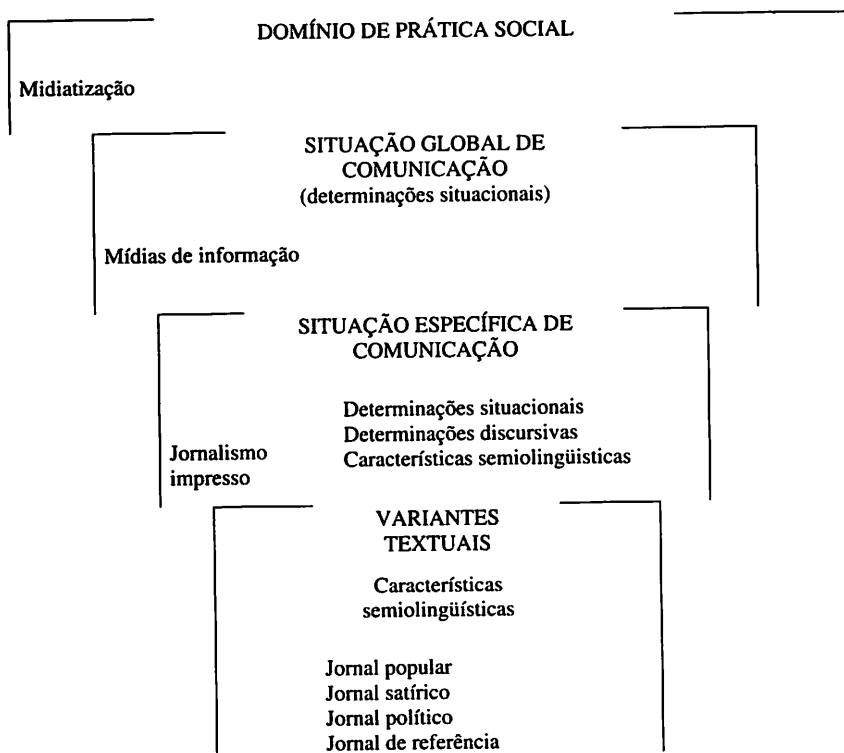
Uma *memória das formas de signos* e do seu uso enquanto maneiras de dizer rotineiras, constituindo comunidades semiológicas. Esta memória semiológica permitirá aos sujeitos elaborar julgamentos de ordem estética, ética, pragmática, etc., sobre a maneira de se comportar e de falar em nome de normas sociais supostamente partilhadas. Nenhum agente dotado de razão apresentará a uma banca de doutorado uma tese que possua o formato de um romance. Assim como a imprensa satírica jamais adotará a configuração de uma imprensa de referência.

Essas três memórias se articulam em conjunto com base na relação intrínseca existente entre situação de comunicação, sentido e formas. A codificação e a normalização das práticas linguageiras estão intimamente articuladas com a situação de comunicação enquanto um elemento de estruturação da prática social. Assim,

o sujeito social se dota de gêneros empíricos e [...], por meio das representações que ele se constrói deles pela aprendizagem e pela experiência, ele os erige em normas de conformidade linguageira e os associa aos lugares de

prática social mais ou menos institucionalizados.
(Charaudeau, 1997).

Tais considerações nos permitem levantar a hipótese de que o gênero corresponde, essencialmente, a uma atividade de categorização que não se limita nunca aos aspectos formais dos textos. O gênero, na verdade, corresponderia a uma série de categorizações inter-relacionadas: categorização dos domínios de prática social, sub-categorização desses domínios em situações de comunicação, categorização das situações de comunicação, categorização das formas semiolinguísticas mais adaptadas e pertinentes às categorizações anteriores, categorização de regularidades e de variantes textuais. O esquema abaixo nos permitirá visualizar este processo de categorização em rede:



Uma pesquisa feita sob esta perspectiva deverá levantar hipóteses sobre o lugar que um certo discurso ocupa no interior desses espaços de categorização dos domínios até chegar a uma atividade de prospecção sobre as regularidades formais encontradas e a relação que estas mantêm com as categorias do domínio no qual o texto é produzido. Vê-se, assim, a necessidade e a importância dos trabalhos comparativos, pois é a partir do contraste entre os textos que as evidências irão surgir, trazendo respostas interessantes sobre a razão das regularidades e das variâncias de configuração lingüístico-discursivas. Uma tal perspectiva empírica e metodológica permitirá dissociar ainda os discursos legítimos – que se estruturam realmente segundo as expectativas reconhecidas pelos agentes como fiéis ao domínio – daquelas que apenas se apropriam da legitimidade, ou seja, as formas parasitas do gênero. É, pois, na interação entre um espaço externo (situacional) e interno (discursivo) que devemos procurar soluções para uma melhor compreensão da noção de gênero.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard, 1982.

BRONCKART, J-P. *Activité langagières, textes et discours, Pour un interactionisme socio-discursif*, Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1996.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*, Paris: Hachette, 1992.

EMEDIATO, W. Retórica, argumentação e discurso. In: Mari, H. *et al.*, *Análise do discurso: Fundamentos e práticas*, NAD/FALE/UFMG, 2001.

5

VOZES E SENTIDOS NO GENERO

JOÃO BÔSCO CABRAL DOS SANTOS
UFU

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O objetivo desta reflexão teórica é situar uma noção de gênero na instauração de interfaces teóricas com vertentes de estudos em Análise do Discurso (AD). A motivação de tal reflexão teve sua origem no incômodo epistemológico de se associar a questão do gênero, via de regra, a abordagens puramente tipológicas,

classificatórias ou categoriais. Nossa hipótese se centra, inicialmente, em uma percepção dos gêneros como modalidades de materialização lingüística dos discursos.

Essas modalidades, por sua vez, agregam funções discursivas de ordem histórica, social e ideológica, tornando-se assim, ferramentas lingüísticas em nível de metalinguagem para a percepção, identificação, interpretação e análise das condições de produção dos discursos nos processos enunciativos. É por isso que nos estudos em AD, torna-se possível, muitas vezes, se utilizar a noção de gênero como variante de recorte de *corpora* para investigarmos essas condições de produção. Dessa maneira, o gênero deixa de ser apenas uma compilação de atributos, denominações e designações imputadas à materialidade lingüística dos discursos e passa a representar um espaço referencial de vozes e sentidos para os mesmos.

Por fim, nos propomos, também, a sinalizar os papéis discursivos do gênero na *praxis* enunciativa dos sujeitos nas perspectivas de leitura e de produção de textos.

A NOÇÃO DE GENERO E A ANALISE DO DISCURSO

A questão do gênero tem se mostrado um aspecto polêmico quando pensamos nos comportamentos discursivos. Tal polêmica instaura-se, principalmente, pelo fato desta noção, algumas vezes, recair em uma terminologia tipológica de classificação textual. Se pensarmos nos aspectos fundadores desta noção, apontados por Bakhtin (1992), percebemos que se trata, grosso modo, de uma espécie de agrupamento de manifestações enunciativas que comportam procedimentos semelhantes de significação, quer na perspectiva do processo dialógico em si, quer na conjuntura de significados em que se organizam tais manifestações no próprio processo interativo.

Nessa perspectiva, tomaremos como ponto de partida para esta reflexão, a noção apresentada por Bronckart (1999:137) quando afirma que os gêneros de texto podem ser considerados como

produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais e que, em função de seus objetivos, interesses e questões específicas constituem em diferentes espécies de texto, apresentando características relativamente estáveis e que ficam disponíveis no intertexto como modelos indexados...

Interessa-nos refletir como tal concepção poderia ser trabalhada no escopo de investigações sobre a linguagem, instauradas em lugares teóricos da Análise do Discurso (AD). Pensando nesta possibilidade, teceremos alguns comentários gerais acerca deste conceito para, em seguida, apresentarmos uma interpretação sobre a noção de gênero, visualizada na amplitude teórica de três correntes da AD, tais sejam: i) a chamada corrente histórico-ideológica da AD Francesa; ii) a Teoria Semiolingüística de Charaudeau e iii) a Análise Crítica do Discurso de Fairclough.

Ao se pensar a noção de gênero como “produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais” torna-se possível inferir que um gênero se configura porque se constitui em um espaço enunciativo e nele e através dele significa, na alteridade de um dialogismo de ordem sócio-histórica e ideológica. Já a diversidade de “objetivos, interesses e questões específicas” justifica-se, principalmente, pela crença de que os sentidos não podem ser considerados como elementos imanentes a uma enunciação, mas atribuídos, deslocados e transmutados na pontualidade tensiva do próprio processo enunciativo. No que se refere às “características relativamente estáveis” podemos inferir que se tratam de marcas de ordem semântico-pragmática que as impingem um caráter modular, ainda que com um estatuto de referência.

Quando refletimos sobre a noção de gênero do lugar discursivo teórico da corrente histórico-ideológica da AD Francesa, logo sugerimos que tal noção se situa em um espaço discursivo que evoca um *continuum* de formações discursivas e formações ideológicas. Essas formações, por sua vez, estão vinculadas ao que denominamos de *referencialidade polifônica*¹ dos sujeitos. Esse *continuum* também se respalda em condições de produção de um dizer que se funda, via de regra, em uma anterioridade discursiva permeada por interdiscursos, que são constitutivos de um legado sentidural, contínua e dinamicamente, re-significado. Nessa perspectiva, o gênero poderia ser considerado como uma espécie de *container* de significações, passível de abrigar uma multifacetariedade de sentidos e seus efeitos, segundo uma ordem heterogênea de disposição desse espaço enunciativo do dizer.

Para interpretarmos a noção de gênero do lugar discursivo da Teoria Semiolingüística (TS) de Charaudeau, vamos circunscrevê-la na amplitude discursiva do contrato de comunicação. Tal circunscrição se dá porque o gênero, enquanto tipo de comportamento discursivo, se manifesta no espaço de limitações que insere o sujeito no processo enunciativo. Dessa maneira, o gênero se manifesta no processo interativo da enunciação como elemento integrante de relações de interdependência lingüística no tocante à legitimidade, credibilidade e captação de sentidos pelos sujeitos.

Essa legitimidade atribui uma posição argumentativa frente às vozes (instâncias referenciais do dizer) e aos saberes coletivos (força ilocucionária na asseveração de sentidos). Já a credibilidade, enquanto instância de um saber-dizer, envolve fatores como: grau de persuasão, acuidade de conhecimentos e capacidade de percepção dos sentidos, além de prescrever referências de significação pontual. Quanto à captação, esta diz respeito a características particulares inerentes às manifestações discursivas, tais sejam: i) o contexto

¹ Cf. Santos (2000:231) quando afirma que a *referencialidade polifônica* diz respeito à “heterogeneidade subjacente às bases discursivas do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos” e que, portanto, é traspassada por discursos outros e distintos.

situacional; ii) a ordem argumentativa; iii) as idiossincrasias do dizer e iv) a inserção histórico-ideológica dos sentidos.

Assim, o gênero na esfera do contrato de comunicação ocupa um espaço paritário e mútuo, oscilando entre a instância da realização linguageira (o universo do imaginário sociodiscursivo dos sujeitos) e a instância de realização enunciativa (a inserção desses sujeitos em uma ou mais formações discursivas). Observamos, pois, que no escopo da TS, a noção de gênero atua nas peculiaridades do processo enunciativo, imputando-lhe condições sentidurais, propriedades qualitativas e sinais distintivos.

No que tange à Análise Crítica do Discurso (ACD), a noção de gênero pode ser vista como ferramenta pragmática de percepção do discurso e, por conseguinte, do uso da língua, como uma forma de prática social. Tal percepção contempla a função textual, vinculada às práticas socioculturais inerentes aos textos delas decorrentes. Dito de outra forma, os dispositivos textuais implícitos na manifestação dos gêneros estabelecem uma conexão entre a língua, as relações de poder imanentes a ela e a ideologia que perpassa seu uso, por meio de manifestações discursivas.

Se para Fairclough (2001:91) o discurso pode ser encarado como “um modo de ação, uma forma em as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”, podemos hipotetizar que a noção de gênero sob esta perspectiva de discurso é reveladora de aspectos das identidades sociais de um grupo de sujeitos, circunscritos em um mesmo sistema de conhecimentos e crenças. Assim, o gênero funciona como uma espécie de naturalidade discursiva no processo interativo porque comporta em sua constitutividade lingüístico-pragmática códigos, convenções e normas. Dessa maneira, a preocupação central do uso do gênero na ACD seria “*estabelecer conexões explanatórias entre os modos de organização e interpretação textual*” (Fairclough, 2001:99)

O GÊNERO COMO COMPORTAMENTO DISCURSIVO

Entender o gênero como comportamento discursivo é considerá-lo como uma manifestação de ordem social. Tal compreensão se justifica quando enfocamos as formas pelas quais textos específicos são identificados, interpretados, causadores de reação ou mesmo concebidos em determinadas circunstâncias. Essas formas explicitam uma compilação de categorias de discurso, via de regra, resultante de uma ação social. Elas adquirem uma identidade, constitutiva de cultura, que atua como força interceptiva ou mediadora das relações entre o indivíduo e a própria sociedade.

Grosso modo, poderíamos até afirmar que os gêneros alojam *ações retóricas tipificadas*, baseadas, por sua vez, na recorrência de situações retóricas distintas. Uma recorrência que se instaura numa amplitude de contextos naturais em que pessoas, eventos, objetos e relações socialmente compartilhadas se articulam em enunciados. Trata-se, pois, de uma integração de significações que se congregam numa conjuntura de sentidos, evidenciando características retóricas próprias.

Nesse sentido, o gênero pode ser observado como uma manifestação enunciativa inter-relacional entre acontecimentos discursivos. Na instauração dessas inter-relações é possível considerarmos desde uma perspectiva micro das relações entre os enunciados, até uma perspectiva macro das relações entre as regularidades de grupos de textos. Nesse entremeio perpassam ordens enunciativas, correlações retóricas, uma diversidade de lugares discursivos, além de processos de deslocamentos resultantes de pontualidades e especificidades inerentes à circunscrição de uma *enunciatividade*².

Dessa forma, dizemos que o gênero como uma forma de expressão discursiva pode aglutinar sentidos referentes a diferentes interesses, objetivos e saberes partilhados em diferentes discursos das (nas)

² Aqui entendida como o conjunto de propósitos contidos na *praxis* social de um sujeito, declaradas em suas ações e colocadas em uma situação específica de atribuição de sentidos (cf. Santos, 2000:214).

comunidades lingüísticas, sob a perspectiva de seu funcionamento enunciativo. Trata-se, portanto, de índices referenciais de ordem heurística, balizadores de um perfil distintivo de regularidades aparentes em suas manifestações de natureza textual. Tais índices asseveram, também, marcas de um processo de organização textual, sinalizado por formalidades de ordem lingüística e argumentativa.

Assim, na perspectiva de interpretarmos o gênero como um tipo de comportamento discursivo, não poderíamos deixar de mencionar o seu *status* de modalidade de verdade, de forma de expressão lingüístico-funcional e de espaço discursivo de partilha de poder social. Nessa perspectiva vale salientar suas funções conotativas e a natureza dos recortes de linguagem nos quais se esboçam enquanto ação simbólica da própria discursividade. Diríamos, então, que o gênero constitui uma provável circunstância colaborativa da ordem dos discursos.

VOZES E SENTIDOS NO GENERO

Para discutir a questão das vozes e sentidos no gênero, nos situamos no lugar discursivo que o considera enquanto uma manifestação discursiva heterogênea de natureza polissêmica e polifônica. Partindo deste pressuposto, torna-se possível afirmar que uma conjectura de gênero implica na interação entre uma diversidade de formatos que abrigam fronteiras sentidurais de natureza relacional, modal e dialógica. Relacional porque representam encadeamento de dizeres na interdependência de fatores argumentativos de subordinação, correlação ou mutualidade de sentidos. Modal porque interpõe ou interpola marcas lingüísticas representativas desses sentidos. E, por fim, dialógica porque não deixa de implicar em um processo de autoria, de interpretação e de projeção de sentidos.

O gênero deixa transparecer em sua essência necessária, um conjunto de vozes que traspassa a voz de um *scriptor*³ e um conjunto de

³ Todo indivíduo capaz de produzir um texto, observadas as condições de coesão e coerência, além de uma adequação de registro lingüístico (Santos, 2000:232).

sentidos que são crivados pela referencialidade polifônica de um leitor ou vice-versa. Esse conjunto de vozes comporta traços lingüístico-discursivos que denotam implicaturas para o dizer do *scriptor* ou para o processo de clivagem do leitor. Já o conjunto de sentidos crivados por um leitor é o resultado de uma interpelação decorrente de um processo de apreciação, indagação ou constatação.

Da mesma maneira, essa clivagem também se dá no âmbito do *scriptor*, quando este, consciente ou inconscientemente, baliza as condições de produção de seu texto, circunscritas em um determinado gênero. Tal percepção nos convida a inferir que a relação de gênero no processo discursivo é, também, marcada por uma alteridade de vozes e sentidos em uma espécie de imbricamento enunciativo entre os discursos instaurados por essa relação.

Nessa perspectiva, podemos até afirmar que circunscrever os gêneros como tipos de comportamentos discursivos é, de alguma forma, suscitar a possibilidade de interpelar as vozes e os sentidos vinculados e a eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho construímos uma reflexão teórica em torno da noção de gênero, apresentando uma contextualização de como podemos abordar essa noção no escopo de investigações em AD. Além disso, abordamos uma relação identitária dessa noção como um tipo de comportamento discursivo, demarcado pela manifestação heterogênea de vozes e sentidos, imbricados nas superfícies discursivas de enunciados. Para isso, objetivamos marcar nossa posição teórica numa relação epistemológica de construção de interfaces entre possibilidades teóricas distintas.

Tal percurso de reflexão evidencia uma possibilidade heurística, balizadora dos processos reflexivos em AD, que se diferencia de visões positivistas da chamada Lingüística Dura, via de regra, circunscritas em um purismo científico ideologicamente marcado por cânones de validades teóricas cristalizadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BRONCKART, J.P. *Atividades de linguagem, texto e discursos*. São Paulo: EDUC; 1999.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002.
- CHARAUDEAU, P. Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle. Paris: CAD/Paris XIII. 1999. mimeo.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UnB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1988.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Fluminense, 1987.
- GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP/Pontes, 1993.
- MAINGUENEAU, D. *Génesis du Discours*. Bruxelles: Mardaga, 1984.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- POSSENTI, S. *Discurso, Estilo e Subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em Lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?. In: SIGNORINI, I. (org.) *Língua(gem) e Identificação*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. pp. 7-20.

SANTOS, J.B.C. *Por uma Teoria do Discurso Universitário Institucional*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. Tese de Doutorado. 2000.

SANTOS, J.B.C. Lugares Discursivos: Influências no Ensino e na Escrita. In: *Letras & Letras*. vol. 15/2. Uberlândia: EDUFU, 1999. pp. 37-51.

6

O CHARME DISCRETO DA TRANSGRESSÃO DE GENEROS NA POESIA

IDA LUCIA MACHADO
UFMG

UMA ABORDAGEM DELICADA NO TERRITORIO DA ANALISE DO
DISCURSO: A DO DOCUMENTO DE FICÇÃO

As relações entre o texto de ficção e a análise do discurso (AD) provocam, ainda hoje, dúvidas ou discussões em certos meios onde a Literatura (com um “L” maiúsculo) sofre o peso de uma tradição cultural elitista que insiste em não aceitar nenhum tipo de abordagem

que tenha suas bases na lingüística. No entanto, cabe notar que, mesmo antes da institucionalização da AD como disciplina, têm sido realizados e bem recebidos em geral, pela comunidade científica, estudos sobre¹: (i) aspectos sociais e interculturais de textos ficcionais; (ii) o espaço que se constitui entre tais textos e elementos que os envolvem (títulos, prefácios, capas, “orelhas” de livros, etc.); (iii) a análise da “fabricação” desses textos e a observação dos efeitos neles buscados por seus respectivos escritores (em outras palavras, a interação *texto X leitores hipotéticos*)... A lista poderia continuar, mas fiquemos apenas com os itens citados, que mostram, ainda que de maneira panorâmica, dados hoje largamente incorporados aos estudos levados a cabo pela AD contemporânea.

Gostaríamos, aqui, de abrir um parêntese que talvez nos ajude a melhor situar o tema deste artigo: como é do conhecimento de todos, a disciplina AD teve início nos anos 60 do último século, com Pêcheux: os *corpora* privilegiados por tal análise eram constituídos por textos políticos e neles buscava-se desvendar, *grosso modo*, manobras e manipulações transmitidas por diversos usos linguageiros. Note-se, aliás, que este tipo de análise, continua a ser ainda bastante utilizado no Brasil, mas, envolvendo novas metodologias².

Sem pretender aqui levantar uma sondagem com valor científico e levando apenas em conta nossa observação e experiência pessoal, vamos arriscar um pouco e dizer que hoje, no Brasil, no âmbito da pesquisa em AD, análises sobre diferentes tipos de discursos políticos (divulgados pela imprensa falada ou escrita ou por outros

¹ São vários os “precursores”: (em relação à AD atual) que podemos citar. Vamos nos restringir, por questões de espaço a apenas alguns nomes: Bakhtin, Barthes, Genette...

² Citemos, entre outros, os trabalhos que tomam por base a “Análise crítica do discurso” (Fairclough) realizados por pesquisadores da FALE/UFMG e da UnB, assim como também algumas pesquisas realizadas no NAD da FALE/UFMG, entre as quais destacamos, à guisa de exemplo, a tese do Professor João Bôsko Cabral dos Santos, da UFU. Note-se, porém, que nesta tese a ideologia discursiva foi examinada, sobretudo, à luz de conceitos vindos da Teoria Semiolingüística.

tipos de documentos) ocupam cerca de 50% das preferências dos analistas do discurso. Os outros 50% poderiam ser distribuídos em outros diferentes *corpora*, tais como os formados por documentos publicitários, didáticos e... ficcionais. Neste último item, gostaríamos de incluir os documentos literários propriamente ditos (romances, contos, peças teatrais, poemas) assim como também crônicas publicadas pela imprensa escrita, letras de músicas, histórias em quadrinhos, *cartuns*, pinturas, filmes... Enfim, produções que embora reproduzam, de certo modo, fatos ou atos do mundo em que vivemos, não têm a preocupação jornalística ou científica de tentar relatar a mais “pura e objetiva verdade”³.

A ficção estudada no âmbito da AD é para nós, o fruto da imaginação de um sujeito comunicante que busca apoio em *efeitos de real e efeitos de ficção*, a fim de conferir a sua produção um caráter de verossimilhança. Nesse caso, até a publicidade, ou, melhor dizendo certas publicidades, poderiam ser encaradas como documentos de ficção.

Entretanto, o que é um texto “real” e o que é um texto “de ficção”? Vasta questão, que não pretendemos agora abordar, mas que nos traz à lembrança alguns versos de Caldéron de la Barca (1633), nos quais o poeta diz (tradução francesa)

Qu'est-ce que la vie? Un délire.
Qu'est-ce donc la vie? Une illusion,
une ombre, une fiction;
le plus grand bien est peu de chose,
car toute la vie n'est qu'un songe,
et les songes ne sont rien d'autre que des songes.

³ Como bem o diz Bange (1986) tanto a “verdade” como a “ficção” são construídas, no mundo da linguagem. Para este teórico a primeira estaria inserida no que se pode chamar “registro sério” do uso linguageiro e a segunda, no que se pode chamar “registro lúdico” desse mesmo uso.

para mostrar que a vida é algo tão bizarro e insólito que, entre realidade e sonho – ou imaginação, diríamos nós – é difícil levantar limites sólidos. Fechemos então, agora, nosso parêntese e deixemos de lado nossas conjecturas.

Os documentos ficcionais merecem, em nossa opinião, receber uma abordagem que se situe dentro de uma perspectiva lingüístico-discursiva. Foi o que já há mais tempo compreenderam os pesquisadores que citamos na nota número 1 deste artigo e também, mais perto das pesquisas que temos empreendido, Charaudeau e Maingueneau. O primeiro, em 1983, dedicou uma parte de suas análises discursivas aos *efeitos de real e de ficção*, tendo apresentado em seu livro *Langages et discours* (1983:154-166), uma interessante abordagem semiolingüística sobre o *projeto de escritura* de um exemplo de *nouveau roman*, no caso, *La Modification*, de Butor. Já o segundo teórico, escreveu três obras que se tornaram livros clássicos para quem se interessa pelo texto literário e por sua apropriação pela AD: *Eléments de linguistique pour le texte littéraire* (1986), *Pragmatique pour le discours littéraire* (1990) e *Le contexte de l'oeuvre littéraire* (1993).

Cabe lembrar que a AD dá ao estudo dos documentos de ficção um tratamento um pouco diferente daquele que estes receberiam, por exemplo, nas mãos de um antropólogo, de um historiador, de um sociólogo ou de um literato: é verdade que a disciplina AD é uma disciplina “antropofágica” e pelo fato de ter amalgamado dados vindos de várias disciplinas, passa às vezes, uma impressão de que há uma liberdade total em seus objetivos de estudo; entretanto, há uma restrição bem forte na AD e que limita seus “vôos”: trata-se de uma disciplina “governada” pela lingüística-discursiva e esta só permite interpretações que possam ser concretamente provadas no âmbito das trocas linguageiras.

Nesse caso, como a AD vê o documento de ficção ou como ela poderia abordá-lo? Sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, vamos nos limitar a citar alguns casos:

- (i) os documentos em questão serão vistos como fruto de um discurso que busca uma comunicação entre sujeitos e isso ao mesmo título que os documentos tidos como “comunicativos por excelência” tais como os de imprensa, por exemplo; assim, se formos examinar um romance na ótica da AD, levaremos em conta as diferentes situações e colocações dos sujeitos comunicante, enunciativo, destinatário e interpretante; assim, guardando-se as devidas proporções é claro, certos procedimentos (oriundos da Teoria Semiolingüística, por exemplo) usados para a análise do discurso midiático poderão também servir de base para a análise discursiva de um romance. Mas isso só será possível se o objeto literário focado for considerado como um “universo discursivo” no qual atuam vários atores, que colocam em cena diferentes atos de linguagem visando atingir diferentes fins: “seres de papel” agindo num “mundo de papel”, pseudo-imagens de um mundo “real”;
- (ii) uma outra perspectiva de estudo pode ater-se à organização do mundo ficcional em questão, ou seja: observar, nos documentos que representam este mundo, como os diferentes *modos de organização do discurso* (enunciativo, descritivo, narrativo, argumentativo) nele se apresentam de forma imbricada e tática, gerando estratégias de sedução e captação; estudar, discursivamente, a presença “tática” e proposital seja de formas breves, seja de figuras como a metáfora e a ironia, entre outras. Existem várias teorias discursivas que podem embasar tais estudos. Citaremos aqui apenas duas, representadas por dois livros: a *Grammaire du sens et de l’expression*, de Charaudeau (1992) e o livro *Analyse du discours et des proverbes chez Balzac*, de Navarro Domingues (2000): no primeiro, são apresentados os supracitados modos de organização do discurso, que pertencem à Teoria Semiolingüística⁴ e no segundo, são

⁴ Teoria concebida por Charaudeau em 1979/1984.

utilizados conceitos oriundos da teoria analítico-discursiva desenvolvida por Eddy Roulet, da Escola de Genebra.

- (iii) finalmente, um outro tipo de interpretação que interessa de modo geral à AD é aquele em que é feita a comparação de dois tipos de documentos, buscando-se as constantes e variáveis ficcionais dos mesmos⁵.

Ressaltamos que (i), (ii) e (iii) são apenas três formas de abordagem entre as muitas que oferece a AD contemporânea face aos documentos de ficção.

No próximo segmento, gostaríamos de fazer algumas considerações sobre um gênero (ou seria um sub-gênero?) que oscila entre o factual (a notícia jornalística) e a ficção (ou seja, uma forma especial de escritura contendo dados próprios à ficção e que é, às vezes, empregada na redação de certas notícias, ou de certos *faits divers*).

O *FAIT DIVERS*, ESSE ESTRANHO MONSTRO...

Vamos partir do princípio de que o *fait divers* é uma construção linguageira, em todos os sentidos; trata-se de um documento elaborado pela palavra e pelo uso que dela é feito, em torno de um acontecimento bizarro ou trágico, cômico ou tragicômico. Toma-se um determinado acontecimento e a partir dele constrói-se uma encenação que lembra em certos casos, como por nós já foi observado (1985, 1995) a da tragédia grega. Ou, visto de um outro modo, o *fait divers* nos dá a impressão de ser uma espécie de “coquetel”, onde a composição da notícia se faz por meio da mistura de “doses” de *efeitos de ficção* “despejadas” sobre *efeitos de real*.

O *fait divers* é uma narrativa, o relato de um acontecimento verídico (historicamente falando) que, de certo modo, causou horror ou

⁵ Uma pesquisa desse tipo está sendo desenvolvida por Lopes, no NAD da FALE/UFMG, desde 2000.

surpresa a quem o vivenciou. Sua existência se perde na noite dos tempos... Citemos um caso a guisa de exemplo: na França, ao meio da história de reis e de sua linhagem, de conquistas e perdas territoriais, foi registrada na famosa *Tapisserie de Bayeux*, obra esta realizada na Idade Média, a passagem de um cometa. Ora, para aquele povo, em meio a suas guerras e disputas por coroas e impérios, tal acontecimento foi um fato especial; o insólito cometa tecido na *Tapisserie* merece, pois, figurar como um “ancestral” do moderno *fait divers* jornalístico⁶, já que a citada tapeçaria pode ser “lida” como um folhetim dos acontecimentos da época.

A terminologia *fait divers* apareceu, pela primeira vez no *Petit Journal*, em 1863, em Paris. Os relatos desses acontecimentos “fora do comum” vinham então acompanhados de uma gravura que ilustrava a cena principal (a mais dramática) da história. Mas, de modo geral, o *fait divers* se abriu para a modernidade quando o escritor Joseph Kessel fundou, em 1928, um jornal chamado *Détective*, jornal este que, na sua origem, dava a palavra a escritores e advogados que ali comentavam casos judiciais⁷. Note-se, de passagem, que embora modificado em relação a sua versão primeira, esse jornal continua a existir e tem um público que lhe é fiel, ainda que seja considerado uma publicação “marginal” face a jornais “sérios”.

Para o jornalista Lionel Duroy⁸, o *fait divers* representa algo inesperado no domínio da informação em geral: trata-se de um acontecimento espontâneo, que não estava previsto ou, em outras palavras, é uma espécie de “curto-circuito” ocorrido no curso normal da vida. Em outros termos, o *fait divers* acontece quando menos se espera: é como um raio que cai em cima de uma árvore forte e a destrói, em uma fração de segundos, quebrando a aparente solidez de um elemento do mundo em que vivemos.

⁶ Informação obtida em um *dossier* sobre *fait divers*, realizado por: Barillaud, Bieque, Dahlet (1985:76-88).

⁷ Barillaud, Bieque, Dahlet (1985:76-88).

⁸ Barillaud, Bieque, Dahlet (1985:76-88).

Ora, esse tipo de notícia, apresentado pela imprensa, não poderia passar despercebido aos olhos de certos escritores ou poetas, mesmo porque, pelo modo como é elaborado, no que diz respeito a *mise en scène* do discurso, o *fait divers*, como construção jornalística, já é metade ficção, metade realidade.

A imbricação do *fait divers* em textos literários mostra como diferentes discursos podem se articular em uma narrativa, conferindo a esta um novo tom, o tom lúdico. Este tom altera a linguagem, convenhamos, um tanto quanto patética do *fait divers* jornalístico. Enfim, uma narrativa assim “mista” pode carregar em si processos de destruição e de reconstrução, ou seja: jogos transgressivos ligados à paródia.

Partindo dessa concepção, poderíamos afirmar que um *fait divers* é fácil de ser reconhecido, como forma de escritura, assim como acontece com a poesia em geral; porém, no território “genérico”, as coisas são um pouco mais complicadas...

Para começar, o *fait divers* seria um gênero ou um subgênero? No subtítulo deste segmento nós o chamamos de “monstro” já que ele é construído por um ajuntamento de diferentes discursos. O *fait divers* é marginal, a revista *Déctetive* (que citamos há pouco) é marginal, bem como são marginais e mesmo vulgares certos jornais brasileiros que divulgam *faits divers* escabrosos.

Cabe notar que o *fait divers* é regido por um contrato, como acontece, aliás, com toda produção linguageira que veicula uma mensagem e tenta estabelecer uma comunicação. No caso que nos ocupa, estamos diante de um contrato de leitura singular, que se equilibra entre os já citados efeitos de real e os efeitos de ficção. Se o *fait divers* não fosse dramatizado e se não fizesse apelo a estratégias ficcionais que tocam diretamente o *pathos* do leitor, ou seja, seus medos recalcados, suas emoções e desejos secretos, ele não teria o número considerável de leitores (jornais, revistas), ouvintes (rádio) ou espectadores (televisão) que tem. Por quê ler/escutar/assistir notícias sobre coisas terríveis, macabras? Por quê essa mórbida atração?

O motivo talvez esteja contido em uma das páginas concebidas pela desenhista e humorista francesa Claire Bretécher. Estamos falando da história em quadrinhos, por ela intitulada *Madame et le bonheur* (1974:36-37). A personagem central (*Madame*) é apaixonada por *faits divers* e não esconde sua satisfação face aos relatos das catástrofes locais, regionais e internacionais do mundo. Tal contentamento, que poderia parecer deslocado em outro contexto, tem sua razão de ser na referida história. No final desta, *Madame* diz mais ou menos o seguinte: “Tanta coisa ruim acontece todo o tempo, com todo mundo e eu escapo sempre! Não é esta uma boa razão para ser feliz?” Esse julgamento irônico do sujeito-desenhista-humorista não deixa de fornecer as chaves para a existência do contrato que rege o *fait divers*: o medo do absurdo existencial. Para conjurar esse receio, vamos então procurá-lo em sua forma menos perigosa: a da “história relatada” por jornalistas. E como diz o provérbio, “quem conta um conto aumenta um ponto”.

Em nossa tentativa para classificar o *fait divers*, genericamente falando, vamos contar com a ajuda de dois teóricos: Bronckart (1994) e Charaudeau (1992).

Bronckart distingue “tipo” de “gênero”: o tipo seria um segmento do texto; assim, um texto de um determinado gênero poderia conter em si diferentes tipos. Já Charaudeau, chama tais segmentos ou “tipos” de “efeitos de gênero”: é esta última opinião que nos interessa aqui e agora. Assim, um *fait divers* pode ser considerado, a princípio, como uma produção pertencente ao gênero midiático; tal produção, no entanto, é formada por segmentos ou diferentes tipos de discurso que buscam certos “efeitos de gênero” dentro do grande gênero citado. Note-se que Charaudeau retoma a mesma idéia (2000), quando propõe uma reflexão sobre as “visadas” (*visées*) que podem orientar os diferentes atos de linguagem. No caso do *fait divers* impresso, teríamos uma visada dupla: a “dominante” (própria ao contrato da imprensa) que é a que busca informar; e outra, a secundária, mas também bastante importante, que é a que busca divertir o leitor, por mais estranho que isso possa parecer, no caso em questão. O *fait divers* é lúdico: a ambigüidade de sua construção revela sua ligação

com o jogo; no caso, jogo linguageiro que mostra, às vezes, a presença da paródia dotada de um humor negro.

De modo geral e seguindo a orientação de Charaudeau (2000:4), observamos que os fatores determinantes de um gênero podem ser em número de três: em primeiro lugar, o *contrato* entre os participantes de um ato comunicativo; em segundo lugar, a *organização discursiva* que está ligada a *restrições (contraintes)* específicas, oriundas da situação em que foram proferidos os atos linguageiros em questão; em terceiro lugar enfim, as *formas textuais*, que enviam às recorrências formais, recorrências estas que, por sua vez, mostram as regularidades de certas configurações textuais.

Voltemos à especificidade do *fait divers* e vejamos o que o citado lingüista (*ib.*) diz sobre o fenômeno:

Un cas où les contraintes situationnelles et discursives ont une incidence au niveau de la composition textuelle interne: le récit journalistique du fait divers. Les contraintes situationnelles (informer sur les drames et tragédies de la vie courante/ inciter à s'y intéresser) font que, au niveau discursif, le récit prend l'allure d'un récit fantastique avec une interrogation sur la destinée humaine. Du coup, la composition textuelle se caractérise par: une ouverture qui présente le résultat dramatique du fait; une remontée vers les causes sans jamais pouvoir en proposer une qui soit certaine, laissant ainsi le lecteur en suspens; une clôture (la chute) qui s'interroge sur les malheurs d'ici-bas et la misère humaine.

Nessa ótica, o *fait divers* seria então um *subgênero* inserido em um gênero maior: o gênero midiático. Haveria assim um sub-contrato que regeria o *fait divers* e que reuniria seus “pares” (não são todos os leitores do jornal que os lêem!) e um contrato maior que regeria o jornal em si, como veículo de informação, no mundo da mídia.

Assim, repetimos, esse subgênero construído pela junção de efeitos de real e de efeitos de ficção é no fundo um pequeno monstro espiado por outros monstros e vice-versa...

Veremos a seguir como e porque esse subgênero marginal, vulgar, patético, pode ser absorvido por um gênero nobre: a poesia.

UMA REUNIÃO DE POBRES E RICOS: O *FAIT DIVERS* E A POESIA

Ninguém coloca em dúvida o fato de que a poesia constitui um gênero literário: gênero, por definição, nobre. No entanto, desde que nele se inserem “efeitos de gênero” tais como a ironia ou a paródia, mudanças ocorrem na mansão dos ricos...

Em primeiro lugar, a poesia, ao permitir essas “intrusões” está realizando uma “transgressão”, como diz Charaudeau⁹. Tal transgressão estaria ligada ao *ethos*, mas,

/.../ si l'ethos est une “vocalité fondamentale” qui doit être rapporté à « une origine énonciative, une voix qui atteste ce qui est dit », on peut considérer que l'éthos peut s'attacher à deux types de sujet : celui qui est inscrit dans le contrat de communication, faisant partie des contraintes situationnelles, et celui qui s'attache au sujet dans son effort d'individuation. (2000: 19).

Em outros termos, haveria um *ethos* “gentil”, “sério” ligado ao sujeito que assumiria o gênero nobre, no caso que nos ocupa, a poesia, e um outro *ethos* “anarquista”, que assumiria um subgênero marginal.

⁹Charaudeau cita, aqui, Branca-Roscoff (1997) e seu estudo sobre cartas de reclamação. Esta autora acredita que certas “transgressões” estão estreitamente ligadas ao *ethos*. Note-se que sua concepção de *ethos* é baseada na reformulação do conceito, elaborada por Maingueneau (1984).

Para ilustrar essa posição, escolhemos dois poemas “transgressivos”: um de Jacques Prévert e o outro de Manoel Bandeira. Vamos chamá-los de “texto (i)” e “texto (ii)”.

Texto (i): *Le retour au pays*

C'est un breton qui revient au pays natal
Après avoir fait plusieurs mauvais coups
Il se promène devant les fabriques à Douarnenez
Il ne reconnaît personne
Personne ne le reconnaît
Il est très triste.
Il entre dans une crêperie pour manger des crêpes
Mais il ne peut pas en manger
Il a quelque chose qui les empêche de passer
Il paye
Il sort
Il allume une cigarette
Mais il ne peut pas la fumer.
Il y a quelque chose
Quelque chose dans sa tête
Quelque chose de mauvais
Il est de plus en plus triste
Et soudain il se met à se souvenir :
Quelqu'un lui a dit quand il était petit
“Tu finiras sur l'échafaud”
Et pendant des années
Il n'a jamais osé rien faire
Pas même traverser la rue
Pas même partir sur la mer
Rien absolument rien.
Il se souvient.
Celui qui avait tout prédit c'est l'oncle Grésillard
L'oncle Grésillard qui portait malheur à tout le monde
La vache !
Et le Breton pense à sa soeur
Qui travaille à Vaugirard

A son frère mort à la guerre
Pense à toutes les choses qu'il a vues
Toutes les choses qu'il a faites.
La tristesse se serre contre lui
Il essaie une nouvelle fois
D'allumer une cigarette
Mais il n'a pas envie de fumer
Alors il décide d'aller voir l'oncle Grésillard.
Il y va
Il ouvre la porte
L'oncle ne le reconnaît pas
Mais lui le reconnaît
Et il lui dit :
"Bonjour oncle Grésillard"
Et puis il lui tord le cou.
Et il finit sur l'échafaud à Quimper
Après avoir mangé deux douzaines de crêpes
Et fumé une cigarette.

(Prévert, 1949: 67-68)

Como os leitores podem notar, trata-se de um poema que conta uma história baseada sobre a vida banal e triste de um ser anônimo. Personagem sem rumo na vida que volta, um dia, para sua cidade natal e lá, após ter um "insight" que parece revelar a causa de sua miserável vida, dominado por um acesso de fúria, procura e enforca um de seus tios, justamente aquele que lhe dissera, há muito tempo atrás: "Você vai acabar morrendo enforcado". O infeliz é então, vítima da maldição já preconizada pelo tio.

Há uma forte dose de ironia inserida nesse poema. Recorrendo a Berrendonner (1981:182-239) consideramos que essa presença do fenômeno vem anunciar uma ambigüidade argumentativa, revelando assim uma enunciação paradoxal, em que o locutor invalida sua própria enunciação, no justo momento em que a profere. Acreditamos assim, que a história contada no poema, se vista como um macro ato de linguagem, comandado pelo enunciado chave "*Tu finiras sur l'échafaud*" segue esse movimento auto-destrutivo,

movimento “escorpônico”, segundo a feliz colocação de Daconti (2002:89) que não é estrangeiro ao fenômeno irônico. A frase-tabu, a predição maldita cai enfim sobre aquele que sempre a evitou e dela sempre teve medo. Há também, sem dúvida, algo de edipiano nessa história ou nessa forma da aplicação da ironia no poema: seguindo ironólogos mais clássicos, podemos chamá-la de *ironia de situação* ou *ironia do destino*.

Texto (ii): *Tragédia brasileira*

*Misael, funcionário da Fazenda, com 63 anos de idade,
Conheceu Maria Elvira na Lapa – prostituída, com
sífilis, dermite nos dedos, uma aliança empenhada e os dentes
em petição de miséria.*

*Misael tirou Maria Elvira da vida, instalou-a num
sobrado no Estácio, pagou médico, dentista, manicura...Dava
tudo quanto ela queria.*

*Quando Maria Elvira se apanhou de boca bonita,
arranjou logo um namorado.*

*Misael não queria escândalo. Podia dar uma surra, um
tiro, uma facada. Não fez nada disso: mudou de casa.*

Viveram três anos assim.

*Toda vez que Maria Elvira arranjava namorado,
Misael mudava de casa.*

*Os amantes moraram no Estácio, Rocha, Catete, Rua
General Pedra, Olaria, Ramos, Bom Sucesso, Vila Isabel, Rua
Marquês de Sapucaí, Niterói, Encantado, Rua Clapp, outra vez
no Estácio, Todos os Santos, Catumbi, Lavradio, Boca do
Mato, Inválidos...*

*Por fim na Rua da Constituição, onde Misael, privado
de sentidos e de inteligência, matou-a com seis tiros, e a
polícia foi encontrá-la caída em decúbito dorsal, vestida de
organdi azul.*

(Bandeira, 1993:115)

O texto de Manuel Bandeira que reproduzimos acima é considerado de modo geral, como um “poema em prosa”. Ele foi, efetivamente, inspirado ao poeta por uma notícia de jornal. Em *Tragédia brasileira*, o amálgama de gêneros (poesia e *fait divers*) é bem mais contundente que no texto de Prévert ou, o gênero *fait divers* se mostra de modo bem menos pudico que em *Retour au pays*.

A ironia de “Tragédia...”, é também fruto de uma sábia construção. Imaginemos que Bandeira, sujeito-comunicante tenha assim agido (consciente ou inconscientemente): em primeiro lugar, tomou um conjunto *X* (texto oriundo de um registro sério) constituído: (i) pela apresentação das personagens do *fait divers*: um funcionário público e sua companheira, uma mulher extremamente sensual/sexual; (ii) pelo jogo de contrastes estabelecido entre a personagem que representa o *Bem* (o marido) e o personagem que representa o *Mal* (a mulher).

Em seguida, Bandeira, enquanto sujeito-comunicante, somou ao conjunto *X* um conjunto *Não-X* (“não sério” ou pertencente a um registro ficcional-lúdico) onde subitamente os papéis foram invertidos: o *Bem* se transforma em *Mal* (o marido assassina a esposa), o *Mal* se transmuta em *Bem* (a ex-prostituta é apenas uma esposa, frágil vítima de um marido enlouquecido, docemente vestida de organdi azul¹⁰...) Teremos aí, então, na junção dos conjuntos *X* e *Não-X*, a ironia.

Le retour au pays e *Tragédia brasileira*: eis dois casos onde foi operada a transgressão de um gênero forte e reconhecido, ou seja, o gênero poético; essa transgressão foi feita pela intrusão ou invasão, na poesia, de um sub-gênero jornalístico, ele próprio formado por efeitos de gêneros, ou seja: o *fait divers*.

¹⁰ Ousando um pouco, podemos dizer que a colocação do sintagma “organdi azul” nos fez pensar que o sujeito-comunicante assume um certo *parti-pris* em favor da personagem feminina: marginal e frágil, paradoxal e ambígua como o poema onde ela “habita”.

Um sujeito-narrador-testemunha dos fatos atua tanto no texto (i) quanto no texto (ii). Porém, tal sujeito mantém uma relação não destituída de afeto, tanto com sua produção escrita quanto com seus personagens. O sujeito-transgressor é altamente subjetivo: quando transgride, quando ironiza é movido pela esperança de “sacudir” alguém, no caso, o leitor; a transgressão, por outro lado, vem revelar o jogo presente no registro ficcional em questão. Poemas que permitem e chamam para si “vozes outras” que as assumidas pelo *ethos* sério, deixam, pois, transparecer em si o registro não-sério ou lúdico. O texto poético, reunido ao *fait divers* realiza uma espécie de bricolagem, em seu âmagô.

ALGUMAS PALAVRAS A GUISA DE CONCLUSÃO...

O universo de ficção dos dois poemas examinados (e de todos aqueles que permitem, de um modo ou de outro a inclusão do gênero *fait divers*) é marcado por uma espécie de “sobrenatural maldoso” como o diz Charaudeau (1983:89). Falar do mal, segundo este autor é sempre um modo de exorcizar nossos demônios... Desse modo, nos dois poemas figura um *contrato de insólito*, que interpela o leitor.

Devemos ainda insistir para o fato de que o “real” encenado nos poemas é inspirado pela imprensa: a ficção propriamente dita (no caso, dupla ficção, já que ela existe no *fait divers* jornalístico e é recomposta no *fait divers* fictício) acontece na focalização (*close*) dada aos protagonistas-personagens e também através da construção e colocação de representações de *valores sociais positivos* X *valores sociais não-positivos*.

Poderíamos falar de paródia nesse caso? Acreditamos que sim. Como o diz Maingueneau (2002 :94) houve, nos dois poemas, uma “nova aplicação” ou “re-aplicação” da palavra¹¹. Mas esse *réinvestissement*

¹¹ Maingueneau (2002:93) usa uma metáfora vinda do mundo das finanças: a de re-aplicação (*réinvestissement*) para mostrar que “*um texto ou um gênero, uma vez inscritos na memória, carregam em si um capital variável de autoridade que pode ser avaliado de modo positivo ou negativo*” (tradução nossa).

pode ter diversos graus. No caso de Prévert, nota-se mais profundamente a presença do lúdico, próprio à paródia, já que o *fait divers* se dissolve no poema (que não perde suas características formais de poema, enquanto gênero); no caso de Bandeira, o lúdico existe em dois níveis: o do enunciado (onde vemos a inclusão do romântico “organdi azul”, a divertida listagem de ruas e bairros cariocas...) e o da enunciação, enquanto criação poética prevista pelo sujeito-comunicante: este sujeito optou pela “construção” de um poema “escrito à moda de um *fait divers*”. Pastiche ou Paródia? Eis a questão... Talvez, *Tragédia brasileira* seja um *pastiche parodiante*; talvez seja uma *paródia pastichante*... Em todo caso, trata-se de um exercício lúdico.

Enfim, a correspondência entre os *faits divers* e os poemas por nós rapidamente analisados, deve ser vista, em nossa opinião, como uma consequência do diálogo incessantemente travado entre gêneros diferentes e mesmo opostos, mas que, paradoxalmente, se atraem e se comunicam, graças ao *princípio* que poderíamos chamar de “princípio de transgressão genérica”.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BANDEIRA, M. *Seleção em prosa e verso*. RJ, José Olympio Ed., 1971.
- BANGE, P. Une modalité des interactions verbales : fiction dans la conversation. *In: DRLA V*, 34-35, 1986, p.215-232.
- BRETÉCHER, C. Madame et le bonheur. *In : Salades de Saison* (2^e. partie). Paris, Dargaud éditeur, 1974, p.36-37.
- CALDERON DE LA BARCA, P. *La vie est un songe*. Deuxième journée, trad. B.Sesé, Paris, Ed. Aubier-Montaigne, 1982.
- BARILLAUD, M-C *et al.* Le fait divers: une didactique de l’insensé. *In: Le Français dans le Monde*, numéro 194, 1985, p.76-88.
- BERRENDONNER, A. *Eléments de pragmatique linguistique*. Paris, Minuit, 1981.
- BRANCA-ROSSOF, S. Les lettres de réclamation adressées au service de redevance. *Langage et société* n° 181, 1997.

- CHARAUDEAU, P. *Langages et Discours*. Paris, Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, P. *Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle*. 2000 (tapuscrit).
- CHARAUDEAU, P et MAINGUENEAU, D. (org.). *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris, Seuil, 2002.
- BRONCKART, J-P. Aspects génériques, typiques et singuliers de l'organisation textuelle; des actions aux discours. *Langage, théories et applications en FLE. Texte et compréhension*, revue *Ici et là*. Association ADEF, Madrid, 1994.
- DACONTI, G Corrêa. *Reconstrução da racionalidade jurídica: retomadas diafônicas no discurso processual civil*. Dissertação. PosLin/FALE/UFMG, 2002.
- LOPES, E M. O discurso ficcional: uma tentativa de definição. Dissertação, PosLin/FALE/UFMG, 2000.
- MACHADO, I. L. *Les faits divers et leur application pédagogique*. Dissertação. USP, São Paulo, 1985.
- MACHADO, I. L. Le fait divers: tragédie moderne? In: *Rencontres*, numéro 6. Revista do Departamento de Francês da PUC-SP, 1995, 15-26.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. 1984, Liège, Mardaga.
- MAINGUENEAU, D. *Eléments de linguistique pour le texte littéraire*. Paris, Bordas, 1986.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmatique pour le discours littéraire*. Paris, Bordas, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Le contexte de l'oeuvre littéraire*. Paris, Bordas, 1993.
- PRÉVERT, J. *Paroles*. Paris, Gallimard, 1949.

7

DISCURSO E AÇÃO

HUGO MARI
FALE-UFMG

PRELIMINARES

O tema da presente reflexão lista duas categorias fundamentais na análise dos fatos que fazemos convergir com o nome de práticas de linguagem. *Discurso* e *ação* reúnem-se, não apenas como forma de coroar certos avanços conceituais no campo do pragmatismo, mas também como tentativa de aglutinação de muitas categorias dispersas pelo vasto território da análise do discurso. Se os dois termos,

quando isolados, já são portadores de muitos problemas ainda em aberto, quando os aproximamos, corremos o risco de engendrar outros que extrapolam aqueles já contabilizados. Estarei interessado, nesse momento em particular, em uma classe de problemas, que envolve a relação *discurso/ação*, voltada para a avaliação dos seus fundamentos, das suas condições de existência.

Assim, reunir *discurso/ação* sob rótulo de práticas de linguagem – ou sob outro qualquer disponível – não os faz nem auto, nem mutuamente explicáveis: *discurso* ressoa como uma categoria muito ampla para prover uma explicação precisa para o funcionamento de ações, ainda que muitas das nossas ações possam ser admitidas como discursivamente resultantes; igualmente, *ação* seria algo muito heterogêneo para justificar a existência de discursos, ainda que muitas ações possam ser discursivamente registradas. Resultados e registros são apenas dois aspectos que podemos derivar dessa relação, mas não são justificativas que nos conduzem a esclarecer em que dimensões podemos assumir que, isolada uma classe de ações, tornamo-nos aptos a justificá-las através do discurso, da forma idêntica que diante de um conjunto de discursos dispomos de ações para justificar-lhes a existência e o funcionamento. Para progredir sobre a compreensão desse relacionamento, a que devemos recorrer?

Na presente discussão, pretendo destacar três momentos que podem nos levar a compreender algumas dificuldades com o tema. O primeiro diz respeito a hipóteses sobre algum princípio de racionalidade que poderíamos erigir para comandar a relação *discurso/ação*. Em outros termos, caberia indagar se existe um padrão de racionalidade que governa essa relação. O segundo momento refere-se ao fato de podermos assumir o significado como fundamento primeiro para o agir. Sumariamente, caberia questionar se o domínio do significado deva ser validado, enquanto uma condição para a ação. Por último, o terceiro aspecto relaciona-se ao fato de a correlação implicar ou não algum tipo de preceito, de norma que garanta a conversão de discurso em ação. Em outros termos, caberia perguntar se seguimos regras, como um princípio normativo para agir a partir do discurso. Assim, construir padrões de

racionalidade, determinar domínio de significados e seguir regras são as três dimensões que selecionamos para discutir as implicações entre ação e discurso, nesse momento. De início, imaginamos que a clareza que podemos alcançar nessa discussão é, certamente, proporcional à clareza que pudermos externar sobre as três categorias que elegi nessa discussão: *racionalidade, significado e regra*.

O DOMÍNIO DA RACIONALIDADE

Se discurso e ação devem ser concebidos, enquanto um processo racional, é importante determinar sob que condições devemos avaliar a forma de racionalidade aqui presente. Assim, se alguém nos solicita – [discurso] - para ir ao quadro e escrever as palavras-chave desse texto, posso, ao menos, destacar, nas duas ações principais, minha locomoção até o quadro – [ação₁] - e o uso de um pincel para escrevê-las – [ação₂]. São duas ações racionais? Se o são, então o que há de racional nelas? Ou ainda o que há de comum entre elas que as tornam procedimentos racionais?

O padrão mais evidente que concebemos para admitir um fato como racional traduz-se, muitas vezes, como a possibilidade de prover-lhe uma explicação causal. Recorrendo-se a Davidson (1993:15), destacamos o seguinte comentário:

Dans cet article, je veux défendre la thèse traditionnelle – qui est aussi celle du sens commun – selon laquelle une rationalisation est une forme d’explication causale ordinaire. Pour défendre cette position, il faut sans doute la reformuler, mais elle ne paraît pas nécessaire, contrairement à ce qu’ont récemment proposé de nombreux auteurs, de l’abandonner plus ou moins complètement.

Operamos com essa visão tradicional, quando reunimos um conjunto de informações, de dados que consideramos o antecedente e criamos,

a partir de um nexos qualquer, um conseqüente, de tal forma que, conhecidas as condições impostas aos primeiros, estaremos sempre aptos a derivar os conseqüentes. Davidson, todavia, concebe a necessidade não de abandonar esse formato de operação, mas de reformulá-lo, conforme propõe mais à frente no seu texto:

On peut reformuler la thèse selon laquelle les rationalisations sont des explications causales et donner une structure à cette argumentation en énonçant les deux thèses suivantes concernant les raisons primaires:

1. Pour comprendre comment une raison d'un type quelconque rationalise une action, il est nécessaire et suffisant de voir, au moins, dans les grandes lignes, comment construire une raison primaire. 2. La raison primaire d'une action est sa cause.

Davidson¹ vincula a existência de *ações primárias* a uma pró-atitude do agente em relação a certas propriedades de uma ação e a sua crença no fato de que tal ação, de fato, partilhe dessas propriedades. A identificação de uma ação primária não se faz de forma plena com o estado intencional do agente, mas “*elle implique que l'action était intentionnelle et le vouloir tend à exclure certaines autre pro-attitudes, telles que le sens du devoir ou l'obligation.*” Davidson (1993:19). Assim, embora o reconhecimento de uma intenção do agente não seja suficiente na determinação de uma ação primária, devemos conferir a essa intenção, ao menos, o papel de isolar outras intenções que não estariam incluídas no curso normal das nossas pró-attitudes, em uma dada circunstância.

¹ Por uma questão de espaço, não é possível determinar, nesse momento, todos os aspectos apontados pelo autor sobre a natureza de uma ação primária. Para mais detalhes, veja Davidson (1993:17 e ss.).

Uma *Promessa que-P*, numa campanha eleitoral, por exemplo, pode ter como pró-atitude² o *desejo de realizar algo em favor do eleitor*, mas daí não podemos inferir que o agente esteja na *obrigação*, no *dever* de realizar que-P, já que a intenção que move uma promessa é a do *desejo que-P* e não a da *obrigação que-P*. Se as razões primárias é que respondem por uma racionalidade das nossas ações, as cobranças sobre promessas eleitorais não poderiam estar relacionadas ao dever de sua realização, por ser um objeto construído a partir do desejo do candidato, o que, entretanto não exclui o fato de que promessas devam estar submetidas a condições éticas apropriadas. Se assim podemos validar a importância de uma ação primária - enquanto capaz de eleger alguma pró-atitude e de excluir outras -, podemos admitir a existência de pró-attitudes para a construção de qualquer ato de fala. Por exemplo, a ação de saudar alguém através de expressões como *bom dia, boa tarde, como vai?* etc. implica a pró-atitude básica de *busca de contato com o outro*; a ação de xingar alguém depende da pró-atitude de *repúdio ao outro*. Em ambos os casos, alguma pró-atitude se torna uma função determinante para a consecução de atos expressivos.

A expressão maior dessa racionalidade talvez possa ser concebida a partir da formulação seguinte de Davidson (1993:22):

La croyance et l'attitude qui constituent la raison primaire d'une action peuvent toujours être mises en correspondance avec les prémisses d'un syllogisme que nous pouvons toujours construire...

Dessa forma, podemos recorrer a esquemas lógicos para compreender, de modo elegante e eficiente, todo esse intrincado

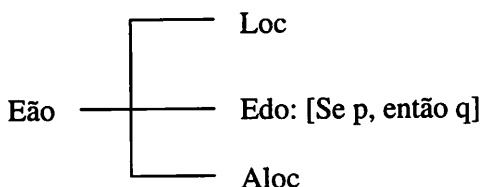
² Podemos entender, de modo genérico, que uma pró-atitude seja diferente de uma pré-atitude: enquanto esta se traduz apenas enquanto uma condição prévia - um condição preparatória para os atos de fala -, a primeira representa o fato de ser algo que favorece, libera o fluxo normal da ação. Não se trata, nesse último caso, de supor pró-atitude como atribuição de um valor positivo à ação: tanto ato de xingar, quanto o de elogiar implicam ambos pró-attitudes.

processamento que poderíamos materializar na fórmula [Se p, então q]. É claro, todavia, que existem lógicas e que os processos inferenciais e silogísticos, ainda que sob a guarda desse padrão universal, realizam-se em escalas variáveis de tensão. É evidente, porém, que estamos sempre nos justificando racionalmente pela apropriação de algum modo de funcionamento dessa fórmula – por exemplo, quando optamos por modalizar as duas proposições, [Se p, então \diamond q]. É possível ainda que a forma lógica, em tela, não seja suficiente para dar conta de todo um universo de práticas que imprimimos na vida diária, mas é certo que, quando dela dispomos, efetivamos um padrão racional de conduta, intersubjetivamente partilhável.

No exemplo mencionado no início dessa parte, podemos isolar os dois conseqüentes [o fato de ter ido ao quadro] e [o fato de ter escrito as palavras] e considerar que o antecedente se fez representar pela enunciação apropriada de um certo conteúdo proposicional por parte de um locutor, como também de sua apreensão adequada por parte de um alocutário. Se viéssemos a romper com essas duas condições impostas ao antecedente, seja pela incompreensão, seja pela negligência, seja pela insubordinação, correríamos o risco de a ação conseqüente estar inserida em padrões aleatórios – se, por exemplo, o destinatário da mensagem simplesmente se retirasse do recinto onde as ações estivessem previstas para acontecer -, ou ficaríamos na dependência da reconstrução de um novo padrão de racionalidade que pudesse viabilizar um ajustamento na condição geral para [Se p, então q], de tal forma a poder incluir, no rol dos conseqüentes, uma *recusa* pela ausência de pincel, ou uma *alternativa* pela exposição de uma lâmina contendo tais palavras e assim por diante. No presente caso, devemos assinalar a pró-atitude que consagra a ação do locutor – a sua pretensão de melhor acompanhar o texto por meio de palavras-chave –, da mesma forma que a do alocutário – a condição de ser ele o detentor dessa informação ou de ser ele capaz de tal ato.

A imposição de um princípio de causalidade para justificar ações, engendradas pelo discurso, está longe de representar uma explicação

adequada e suficiente, quando se recorre apenas a uma correlação lógica e global entre dois conjuntos de fatos. Ao contrário, esta explicação se sujeita a muitos outros detalhes que precisam ser esclarecidos e que não podem ser assumidos de forma tão geral. É provável que a fórmula [Se p, então q], em suas diversas possibilidades de registro, possa responder por muitas das correlações entre discurso e ação. É certo, entretanto, que nela o antecedente (p), assim como o conseqüente (q) são consagrados como enunciados, estando, pois, isolados das suas condições reais de enunciação e isso representa um limite que necessita ser superado, já que estamos longe de acreditar na possibilidade de se poder construir qualquer esquema de correlação entre discurso e ação sem que aí se faça intervir todos os fenômenos que recortamos no plano da enunciação. Vamos admitir que pudéssemos supor uma enunciação apropriada para a fórmula em questão, quando submetida a uma tensão interlocutiva, conforme o esquema seguinte:



Como se pode perceber pelo esquema enunciativo, de maneira ainda geral e no exemplo comentado, a questão da racionalidade precisa ser concebida em três dimensões diferentes. Devemos supor uma explicação que justifique a correlação entre locutor e enunciado, a qual deve ser justificada em função de pró-attitudes específicas para essa circunstância enunciativa; ou ainda uma justificativa para pró-attitudes que devem vigorar na relação entre alocutário e enunciado; e ainda mais, pró-attitudes que sirvam para justificar a correlação entre locutor e alocutário. Em nenhuma das três situações, podemos supor *a priori* qualquer identidade entre as causalidades primárias. A razão plausível para justificar a correlação entre locutor e enunciado em uma promessa é, como já assinalamos, o *desejo de realizar algo em favor do eleitor*; a pró-atitude que correlaciona, nesse mesmo tipo de ato, alocutário e enunciado são a *possibilidade de realização de p*, e a

pró-atitude que racionaliza o comportamento do locutor frente ao alocutário, em se tratando de promessas, deve representar a *disposição do locutor para realizar p*. Quando concebemos promessas como um ato racional intersubjetivo, com certeza, compatibilizamos pró-attitudes decorrentes de cada uma dessas dimensões, o que não implica dizer que promessas, por exemplo, só podem ser racionais quando assim compreendidas. Portanto, embora o conjunto das pró-attitudes, determinadas em cada um dos planos enunciativos, tenha motivações bastante distintas, as ações que realizamos podem se revestir de racionalidade, já que estamos aptos a compatibilizar os fatos nos três planos, na expectativa de uma *enunciação apropriada* da parte do locutor. O que isso representa, todavia, como um critério a ser admitido na esfera do locutor?

Julgamos que uma enunciação é apropriada, quando está comprometida com dois quesitos fundamentais: um é de natureza locucional, de tal forma a orientar o significado do conteúdo proposicional para que sirva de suporte para a ação conseqüente; outro, de natureza ilocucional, de tal modo a garantir que a conduta conseqüente seja prevista em um leque de procedimentos admitidos e implementados pelos interlocutores no plano da enunciação. Com essa dupla exigência sobre o teor de uma enunciação, os conseqüentes, que apontamos para o exemplo acima, não podem ser inferidos apenas do plano locucional: não se trata de uma descrição semântica dos enunciados, mas de um uso que possibilitou associar essa descrição a convenções e a intenções de uso, inseridas pelo conjunto das pró-attitudes na enunciação.

Como se vê, uma justificativa para causalidades primárias, no plano da enunciação, ainda está a exigir explicações mais elucidativas sobre o modo pelo qual locutores e alocutários se entendem sobre enunciações. Colocamo-nos, em tais circunstâncias, diante de objetos que são muito mais complexos, do que aqueles que podem ser produzidos pela fórmula [Se p, então q], quando considerada em isolamento. Nas seções seguintes, vamos tentar explicitar dois outros aspectos que julgamos importante na conversão de discurso em ação.

O SIGNIFICADO COMO CONDIÇÃO PARA AÇÃO

Um primeiro detalhe que devemos destacar nessa questão relaciona-se ao fato de podermos ou não impor um limite superior de aplicação para um determinado proferimento, em decorrência do significado que ele estrutura. Se não estivermos aptos a determinar empiricamente algum limite, parece impossível sustentar uma hipótese, onde o significado venha a situar-se como uma condição necessária para a ação, já que sem esse limite, qualquer ato proferido poderia, aleatoriamente, engendrar qualquer tipo de ação. Ainda que não-aleatórias, o conjunto das ações que decorre do proferimento de um ato terá um teor aberto, pois nada impede que outros usos, além daqueles imediatamente listados, sejam praticados.

A solução para essa dificuldade deve ser, pois, a de situarem-se as ações que se tornam realizáveis com um ato em uma escala entre o necessário e o possível. No primeiro caso, enquadram-se aqueles atos que têm um apelo mais imediato e que devem ser comandados por convenções mais ou menos explícitas; no segundo incluem-se aqueles que resultam de operações mais complexas, com certeza no domínio das intenções, e que compartilham de um leque de realizações que não pode ser determinado *a priori*. Ao assumir uma escala de realizações entre o possível e o necessário, podemos admitir que ao menos uma realização possa não ser possível para um determinado ato e que essa impossibilidade mostraria, precisamente, o limite que o significado imporá à sua realização. Vamos supor dois exemplos comuns:

- (1) A porta está aberta.
- (2) A sessão está aberta.

Não seria uma tarefa simples (talvez até impossível) esgotar, em uma listagem, as condutas que um locutário pudesse derivar da enunciação de (1), nem aquelas que o locutor pretendesse impor ao locutário. Talvez pudéssemos admitir um intervalo de realizações possíveis para (1), que fosse da asserção necessária sobre um estado de coisas – construído pelo objeto *porta* e pela predicação *estar*

aberta – até um possível pedido para que a *porta* fosse fechada. Nesse intervalo, poderíamos, por exemplo, enumerar casos como: (i) uma sugestão para que alguém se retire da sala; (ii) a constatação do excesso de ruídos no ambiente; (iii) um convite para outros que desejam integrar-se ao ambiente etc. O que constatamos de comum em todos esses exemplos é que as ações decorrem da natureza do significado do objeto envolvido no estado de coisas – *porta* - e do predicado que lhe é atribuído – *estar aberta*. Em outras palavras, tudo que foi aqui admitido, como realização possível para (1), depende das condições iniciais sobre o significado registradas no enunciado.

Existe, todavia, uma classe de condutas que estaria vetada em razão da natureza do significado que é reportado no enunciado. Não nos parece que (1) seja adequado para sugerir a alguém que abra uma porta – a não ser na dimensão de um ato fingido, como quer Searle -, nem como uma proibição para barrar as pretensões de alocutários a partilharem um certo ambiente. Em cada um desses casos as inferências conflitam diretamente com as condições iniciais derivadas da descrição do significado de (1). A existência dessas limitações parece evidenciar o fato de que, por mais diverso que seja o *aparatus* inferencial de que lançamos mão, ele não pode desconhecer algum tipo de restrição imposta pelo significado³. Além do mais, quando contrastamos (1) e (2), inferimos ainda uma outra impossibilidade para (1): enquanto (2) pode ser usado, em circunstâncias apropriadas, para *abrir uma sessão*, não dispomos de nenhum artifício na interação verbal que nos permita usar (1) para *abrir uma porta*⁴. Essa distinção pode ser atribuída a uma condição imposta pelo significado?

³ Talvez seja possível fazer emergir contextos onde até mesmo as contradições acima pudessem ser superadas; mas isso correria o risco de um certo artificialismo, onde as condições requeridas para interpretação seriam desproporcionais aos efeitos pragmáticos pretendidos com a enunciação de (1).

⁴ O que dissemos acima é que (1) pode ser usado para *pedir* a alguém para fechar uma porta, mas nunca para abrir uma porta.

Para responder a essa questão, precisamos considerar dois aspectos: enquanto a compreensão de (1) foi determinada a partir de propriedades e relações lexicais e sintagmáticas no interior do enunciado, a compreensão de (2) deverá ser iniciada no plano do enunciado, mas ela, certamente, não se sustenta apenas nessa dimensão. São dois encaminhamentos distintos que não guardam entre si nenhuma equivalência, embora mantenham pontos de contato. Vamos supor, inicialmente, uma discussão que levasse a apontar uma outra dimensão de significado para a palavra *porta*, a saber, (1a), apresentando *porta*, como [So2: oportunidade]. Muitas das possibilidades fixadas, de início, teriam de ser revistas, em razão desse novo significado para *porta*: é provável que viéssemos eliminar umas – por exemplo, a sugestão para alguém *fechar o objeto/porta* -, como também reativar outras – talvez fosse possível utilizar (1a) para *abrir portas*, no sentido de ser um ato inaugural para dar chance a alguém. O que essa discussão mostra é que soluções adequadas para a questão podem, num certo nível, serem aventadas no plano de propriedades lexicais e de relações sintagmáticas. Este raciocínio pode ser aplicado quando substituimos *porta* por *sessão* em (2): poderíamos, a partir do significado de *sessão*, dizer que significados são possíveis e que outros devem ser bloqueados. Em que, portanto, consistiria a diferença entre (1) e (2)? O que podemos fazer com (1) que não mantém nenhum paralelismo com (2)?

Já dissemos, inicialmente, que o contraste entre os dois enunciados em termos de sua aplicação prática não poderia ser resolvido apenas por propriedades lexicais no plano do enunciado. Ainda que diferenças de significado em *porta* possam viabilizar a realização de (1a) como força declarativa, no mesmo padrão de (2), não nos parece que traçar uma oposição semântica entre *porta* (So1) e *sessão*, em termos de [+artefato], [+atividade] seja suficiente para explicar a impossibilidade de (1) poder valer como *força declarativa*. Até aqui caminhamos com uma formulação geral - como se os proferimentos em análise pudessem ter estatuto idêntico em uma comunidade - que pode ser resumida nos seguintes atos:

- (1)– A porta [So1] está aberta;
- (1a) – A porta [So2] está aberta;
- (2) – A sessão está aberta

Proferir (1) e também (2) com a *finalidade assertiva* de predicar sobre *porta* [+artefato] e *sessão* [+atividade], é uma possibilidade pública ao alcance de qualquer falante do português; todavia, proferir (2) - e até mesmo (1a) - com *finalidade declarativa* é um ato circunscrito apenas a alguns falantes, em condições muito especiais. Quando reportamos condições que estão associados ao estatuto, ao comportamento dos falantes, já estamos argumentando com recursos que se situam fora do enunciado, ou seja, às condições enunciativas desse ato, como justificativa para o seu emprego diferenciado. Se a fatos associados a uma prerrogativa institucional do locutor, podemos denominar de condições sobre o significado, não penso estarmos incorrendo a nenhuma heresia semântica mais forte. Afinal, na enunciação, não vamos encontrar preposições, verbos, nomes, mas interlocutores que se apropriam desses elementos e podem dar a eles uma feição própria de funcionamento. Se estivermos propensos a identificar fatos de sentido na enunciação, só podemos fazê-lo a partir das entidades que habitam esse território onde, inevitavelmente, deparamos com interlocutores, com os deveres a que se submetem, com o direito de que usufruem sobre os fatos do discurso.

Sobre direitos e deveres, mais precisamente sobre os últimos, gostaríamos, então, de retomar o terceiro aspecto dessa reflexão, ou seja, o fato de a conversão de discurso em ação implicar ou não a idéia de seguir regras.

SEGUINDO REGRAS, APESAR DE TUDO

O ponto de partida dessa discussão é dizer como devemos entender o conceito de *regra* e que estatuto devemos atribuir à expressão *seguir uma regra*. Estamos adotando, genericamente, a concepção de Wittgenstein, onde o conceito de regra não tem o caráter corretivo, mas comporta uma dimensão algorítmica capaz de projetar uma

seqüência de passos. Desse modo, a concepção de regra, assim admitida, não se assemelha aqui a um procedimento para corrigir formas lingüísticas, mas antes antecipa padrões para assegurar uma fala dotada de sentido. Não vamos, no presente momento, discorrer, de forma mais detalhada, na reconstrução de conceitos e de usos do termo regra (ou a sua variante norma). Interessa-nos, mais de imediato, aplicar o conceito de *seguir uma regra*, enquanto um padrão explicativo para alguns aspectos da relação entre discurso e ação. Vamos recorrer, então, a uma pequena citação de Glock (1998:312), discorrendo sobre o conceito de seguir uma regra em Wittgenstein:

Embora a atividade de seguir uma regra pressuponha regularidade de comportamento, isso não basta para distinguir tal atividade de regularidades naturais, como a do movimento dos planetas ou das ações humanas que por acaso estejam, de modo não intencional, em conformidade com uma regra. Se um agente segue uma regra ao realizar o ato Φ , a regra deve ser parte de sua razão para realizar esse ato, e não somente uma causa. É preciso que ele pretenda seguir a regra.

Poderíamos recorrer ao funcionamento dos atos de fala que compõem as nossas práticas de linguagem, avaliando, em usos específicos, o que representa seguir uma regra, já que “... a regra deve ser parte de sua [do locutor] razão para realizar esse ato, e não somente uma causa.” Nada disso aqui nos é estranho, considerando-se o que foi desenvolvido na segunda seção desse texto: seguir uma regra é um procedimento racional motivado – razão – e não apenas uma causalidade – pró-attitudes. Se pensarmos em formas comissivas (*promessa, desejo...*), ou em formas diretivas (*ordem, pedido...*), podemos admitir que a adequação formal ao esquema <Se p, então q>, requer que o antecedente siga a regra de descrever a ação que o locutor ou alocutário virão, respectivamente, a desempenhar como posterior ao ato de enunciá-las. Assim, a regra implicada em uma *promessa* constitui a razão ou o motivo que nos leva a executar uma

ação futura em favor de alocutário. Quando realizamos o *ato-pedido*, uma das regras seguidas supõe comprometer o alocutário com um comportamento futuro que ele pode ou não executar. É claro que promessas e pedidos são objetos socialmente extensos e também dispersos em nossas práticas interativas, mas, com certeza, possuem algum padrão de estabilidade que decorrem de uma regra a ser seguida na sua execução. Assim, se a diversidade e a aleatoriedade na realização de muitos atos alcançam um estatuto relativamente consensual, isso se deve ao fato de cada um dos atos possuir algo de irredutível que implica o princípio de seguir uma regra, para que seja realizado.

A idéia de seguir uma regra parece conter evidências maiores ou menores, quando está em jogo uma certa tipologia de atos de fala. É provável que não tenhamos um padrão idêntico de regras para todas as circunstâncias em que transformamos o discurso em ação.

Por exemplo, poderíamos classificar o conjunto dos atos de fala, considerando aqueles que têm um caráter mais institucional, em um extremo, e aqueles que apresentam um caráter mais público no outro. Dentre os mais institucionais – os *declarativos*, de um modo geral -, há aqueles que se vinculam a instituições específicas – *batizar, declarar culpado/inocente* são exclusivos das instituições autorizadas a formalizar esses atos. Existem outros que dependem de funções de que os locutores se acham investidos – *demitir, exonerar, nomear* não se consagram como atos no interior de instituições específicas, mas dependem, sobretudo, de locutores que estejam investidos de prerrogativas, no interior de instituições para executá-los. Apesar das diferenças, as duas situações refletem a existência de regras que são seguidas, quando o *ato-batizado* ou o *ato-exoneração* são proferidos. Há casos, todavia, sobretudo em relação aos atos públicos – aqueles cuja existência não dependem de uma instituição formal -, em que a natureza da regra não é explicitada de forma imediata. Que regra, portanto, devemos seguir para um ato público como *afirmação* (assertivo), *cumprimento* (expressivo), *pergunta* (diretivo)?

Nenhum desses atos pode ser considerado aleatório, no sentido em que possam ser realizados à revelia de princípios que governam a sua aplicação. Um *cumprimento* segue padrões específicos que estão circunscritos a certos rituais: não cumprimentamos pessoas usando palavras com valor negativo, depreciativo – *bom dia, boa tarde, boa noite, você vai bem*. Logo, um cumprimento segue uma regra necessária: a de pretender exaltar, saudar o outro, de modo positivo. Uma *pergunta* apropriada pode representar uma demanda de informação, uma dúvida por parte daquele que a profere – esta é uma regra a ser seguida -, como também indica para o alocutário um procedimento a ser desempenhado – outra regra a ser seguida. Uma *afirmação* implica aquele que relata na obediência do domínio material das informações que materializam o fato afirmado.

Em síntese, nesses três casos, provavelmente, o conceito de regra deverá ser flexível, não apenas em razão da extensão dos objetos envolvidos – uma *pergunta* é um objeto social menos formal do que uma *demissão* -, como também em razão das exigências feitas aos seus usuários – um *cumprimento* é um objeto social que não impõe qualquer restrição aos seus usuários, diferentemente do *batizado*. Seria possível observar, para um conjunto ainda mais extenso de atos, que o conceito de *seguir uma regra* parece alcançar a totalidade dos atos, já que nenhum ato pode ser proferido de forma aleatória, por mais abertas que sejam as exigências sobre o seu conteúdo proposicional, por mais flexíveis que sejam as restrições sobre os seus usuários etc.

CONCLUSÃO

Até onde percebemos a relação entre discurso e ação, nessa visão panorâmica, gostaríamos de considerá-la, enquanto circunscrita a um tipo de prática de linguagem que supõe normas intersubjetivamente válidas para administrar uma relação interativa. Devemos supor que essa regulação das práticas possa diagnosticar o comportamento do locutor frente ao alocutário, prescrever alguma forma de ação do alocutário e possa ainda determinar uma feição proposicional e

enunciativa apropriada aos objetivos primários de uma ação. O alcance dessas metas pode ser almejado quando situamos ações no campo de uma construção racional, asseguradas, de um lado, pelas condições providas pelo significado, e do outro, pela garantia do atendimento a preceitos de regulação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAVIDSON, D. *Actions et événements*. Paris: Puf. 1993.

GLOCK, H.J. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

8

OS CONTEXTOS NA FORMAÇÃO DO ATO DE FALA ASSERTIVO

MARIA APARECIDA SILVA FURTADO
Mestranda - UFMG

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As propagandas políticas do horário eleitoral gratuito dos presidenciais do ano 2002, transmitidas pela TV, tiveram uma estratégia de persuasão um tanto curiosa. Salvo os momentos em que os próprios candidatos assumiram explicitamente a crítica ao adversário, na maior parte das propagandas, as críticas foram feitas

por terceiros que se vincularam à campanha de cada um dos candidatos. Percebemos nos enunciados (ou atos de fala, conforme queiramos denominá-los) que alcançaram esse propósito elementos importantes a serem analisados. Por isso, neste estudo, analisaremos os atos de fala de dois apresentadores-comentaristas (locutor 1 e locutor 2) de uma das propagandas políticas do horário eleitoral gratuito do presidencial/2002 Luís Inácio Lula da Silva (Lula) do PT (Partido dos Trabalhadores) transmitida pela TV no dia 19/09/02.

O nosso propósito é, então, verificar como são construídos os enunciados desses locutores quanto às suas forças ilocucionais e suas proposições para entender como se forma o seu contexto enunciativo. A partir desse quadro analítico, tentaremos entender se esse contexto enunciativo é suficiente para compreendermos o discurso da propaganda política do horário eleitoral gratuito de Lula. Levantamos a hipótese de que para compreendermos tal discurso é preciso levar em consideração as condições de enunciação marcadas por um contexto mais amplo que envolve uma dada formação discursiva político-partidária, manifestada na relação intradiscursiva e interdiscursiva dos enunciados.

Diante de nossa hipótese, entendemos que, assim como Souza-Paz (2002:175), um ato de fala não pode ser compreendido fora de seu intradiscurso e do seu interdiscurso. Através da Teoria dos Atos de Fala podemos entender como é construído o contexto enunciativo dos atos dessa propaganda, entretanto ela não dá conta de nos explicar como é formado o contexto maior a que propomos verificar, por isso, para desenvolver este estudo, buscaremos mais embasamento teórico na Análise do Discurso. Antes, porém, de abordar alguns aspectos da Análise do Discurso, façamos um breve comentário sobre a Teoria dos Atos de Fala.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

As primeiras definições para ato de fala foram elaboradas por Austin (1962/1990). Depois dele, esses conceitos foram discutidos pelos

autores Searle (1984), Vanderveken (1985) e outros. Nas palavras de Austin (1990: 95), ato de fala é um conjunto de coisas que fazemos ao dizer algo. Segundo ele, os atos de fala classificam-se em: ato locucional (é o sentido e a referência de determinada sentença), ato ilocucional (apresenta certa força ao dizer algo) e ato perlocucional (é certo efeito pelo fato de se dizer algo).

De acordo com Mari (1997:35), não podemos pensar num ato apenas na sua forma locucional, precisamos considerar que as sentenças, ao serem ditas, produzem ações, apresentando, portanto certa força ilocucional. Além disso, precisamos levar em conta os efeitos perlocucionais produzidos pela enunciação de sentenças.

Assim sendo, enfocaremos nosso estudo no ato ilocucional e no perlocucional. Sabemos, entretanto, que o ato perlocucional só é gerado a partir da existência do ato ilocucional. Por isso precisamos entender como são formados os atos ilocucionais. Segundo Vanderveken (1985:173), grande parte dos atos ilocucionais são construídos por meio de uma forma F (P), onde F é uma força ilocucional e P é uma proposição. Essa força ilocucional possui sete componentes: um ponto ilocucional, um modo de realização desse ponto, um conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade, e dois graus de intensidade, sendo um do ponto ilocucional e o outro das condições de sinceridade.

Compreendendo melhor os componentes de um ato ilocucional, podemos dizer, então, que o seu ponto ilocucional é o como o conteúdo proposicional se ajusta ao mundo. O modo de realização desse ponto é a forma como a força ilocucional se realiza para assegurar a satisfação desse ato de fala. As condições de conteúdo proposicional são as restrições gerais que se impõem sobre o conteúdo proposicional desse ato. As condições preparatórias são as pré-condições que estruturam a relação entre locutor e alocutário em termos de compromissos a serem assumidos e de papéis a serem desempenhados. E, por fim, as condições de sinceridade, que dizem respeito à intenção dos interlocutores, de forma a desempenhar seu estado psicológico/mental específico.

um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de citação, alusão etc.

Essa tese em Bakhtin, segundo Maingueneau, quer dizer “*a afirmação de um dialogismo geral (as palavras são sempre as palavras dos outros, o discurso é tecido com discursos do outro)*”.

De acordo com Orlandi (1999:43), “*o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro*”.

OS ENUNCIADOS EM DUAS PERSPECTIVAS CONTEXTUAIS:
UMA RESTRITA E OUTRA AMPLA.

Levando em consideração os aspectos teóricos apontados acima, analisaremos nosso corpus. Vejamos, então, o primeiro enunciado da propaganda de Lula do dia 19/09/02:

(comentarista 1): Boa noite. Após a divulgação das últimas pesquisas que mostraram Lula 25 pontos acima do candidato do governo José Serra, aconteceu o que toda a imprensa já noticiava.

Após um solene cumprimento, o locutor 1 constrói seu enunciado seguinte mediante uma força ilocucional assertiva. Seu enunciado se configura em forma de alerta. Apresenta como conteúdo proposicional aos alocutários um fato: Lula está 25 pontos na frente de Serra e bastou isso para o adversário José Serra reagir. Uma reação que vai ser demonstrada pelo locutor 2, a seguir, com fragmento de uma reportagem publicada na Folha São Paulo, 18 de setembro.

Como condição preparatória para a realização de seu ato, o locutor se baseia em dados de pesquisa eleitoral que aponta Lula 25 pontos na frente de Serra. Apóia-se, ainda, na Folha de São Paulo, 18 de

setembro, que publica uma nota dizendo da reação de Serra ao ficar para trás na pesquisa de intenções de voto.

No que diz respeito às condições de sinceridade do locutor ao proferir tal ato, ele parece demonstrar sinceridade, uma vez que o fato que ele enuncia é verificável. Sendo, portanto, bem sucedido e satisfeito dentro do contexto da enunciação, ajustando-se entre a linguagem e o mundo. Para a Teoria dos Atos de Fala, essa adequação contextual parece ser suficiente, o que resulta uma asserção perfeita já que ela demonstra condições de sucesso e satisfação dentro de tal contexto.

Entretanto, não podemos perder de vista que esse contexto da enunciação é muito restrito e que esses enunciados pertencem a um contexto maior: o espaço discursivo do PT em contradição interdiscursiva com o PSDB (partido do adversário José Serra), inserido no campo discursivo do discurso político eleitoral, que, por sua vez, se encontra dentro do universo discursivo, isto é, “no conjunto dos discursos que interagem em um dado momento” (Maingueneau, 1998:19). É pensando nesse contexto maior que somos levados a olhar para esse enunciado acima (que analisamos mediante as categorias da força ilocucional e da proposição propostas por Vanderveken), com uma certa desconfiança já que o amplo contexto no qual ele está inserido, por si só, já se apresenta como um espaço e campo discursivos arenosos no sentido de que todo enunciado é construído de forma intencional a favorecer um candidato em detrimento da desvantagem do outro. É o processo eleitoral, e essa tática já faz parte do gênero discursivo.

O enunciado a seguir foi recortado da Folha São Paulo, 18 de setembro. Colado aqui, nesta propaganda de Lula, ele serve de argumento para o enunciado do locutor 1, acima. Ao trazer esse enunciado de outro campo discursivo para o espaço discursivo do PT, o locutor 2 instaura um novo enunciado que se configura com outros interlocutores, outros contextos (restrito e amplo) e outra formação discursiva. Vejamos:

(comentarista 2): “Folha de São Paulo 18 de setembro, José Serra pedirá hoje em reunião a Brasília aos seus candidatos a governador e a senador que intensifiquem os ataques a Lula e ao PT nos estados. Considera ser fundamental criar um clima de “terror” em torno do petismo para evitar que Lula vença no primeiro turno”.

O enunciado acima foge à regra dos enunciados dessa propaganda, pois, explicitamente, ele demonstra vir de outras formações discursivas. Ele, no espaço discursivo da Folha de São Paulo, representa uma informação jornalística a seus locutários: os leitores. No espaço discursivo do PSDB (partido político do adversário de Lula) tal enunciado, proferido pelo próprio José Serra num discurso direto, representa, no ponto ilocucional diretivo, sua projeção (enquanto locutor), para uma ação futura de seus locutários: candidatos partidários a governador e a senador. Aqui, no espaço discursivo do PT (partido político de Lula) esse enunciado tem outra configuração. O seu locutor é um dos apresentadores da propaganda de Lula, partidário de uma ideologia de esquerda. O enunciado representa um argumento a favor da defesa das críticas feitas a Lula. O locutor presume, desse modo, outros locutários: telespectadores aptos a perceber o jogo político do adversário, o qual foi apontado nesse enunciado; aptos a julgar o comportamento do adversário e, acima de tudo; aptos a votar e eleger o futuro presidente da república. A apresentação desses três contextos diferentes aqui só vem reforçar a nossa hipótese de que não dá para compreender os enunciados em sua forma discursiva comunicacional sem levar em consideração as suas condições de enunciação oriundas de um contexto maior marcado por uma dada formação discursiva.

Entendemos, portanto, que os enunciados só fazem sentido discursivo comunicacional se analisados na sua relação interdiscursiva. Uma das formas para se chegar ao interdiscurso é analisando a relação intradiscursiva dos enunciados, pois o intradiscurso, segundo Maingueneau (1998:79), “*é atravessado pelo interdiscurso*” e o dialogismo, conforme vimos no enunciado

analisado acima, é uma das formas de sua verificação porque ele determina que *“as palavras são sempre as palavras dos outros, o discurso é tecido com discursos do outro”* (Idem, apud Bakhtin).

No conjunto de enunciados que temos a seguir, veremos como a contradição interdiscursiva dos enunciados demonstra que são diferentes as duas formações discursivas do PT e do PSDB, as quais “costuram” tais enunciados. Ao analisarmos esse conjunto de enunciados, percebemos que eles decorrem de outros enunciados: enunciados que foram proferidos na propaganda do candidato José Serra transmitida pela TV no dia 17/09/02. Assim, mediante as concepções da Teoria dos Atos de Fala, podemos dizer que essa propaganda de Lula é a manifestação lingüística do efeito perlocucional dos atos ilocucionais daquela propaganda. Isso, portanto, só vem confirmar aquilo que já falávamos. Para uma compreensão discursiva desses enunciados da propaganda de Lula, precisamos verificá-los interdiscursivamente com a propaganda de Serra. Antes, porém, de abarcar nesse contexto amplo, vamos a análise do contexto enunciativo desses atos.

Apesar de sabermos da particularidade analítica da força ilocucional e da proposição que cada enunciado abaixo, em sua especificidade lingüística nos apresenta, faremos essa análise do conjunto de enunciados como um todo, pois não disponibilizamos de tempo e espaço maior para analisar suas formas de construção separadamente.

Vejamos o conjunto desses enunciados:

(comentarista 1): A posição de Lula, desde o início desta campanha, tem sido de apresentar todos os dias, neste horário, suas propostas de governo. Nos reservamos, entretanto, o direito de ao sermos atacados, prestar aos eleitores brasileiros alguns esclarecimentos em defesa da verdade.

(comentarista 2): Na última terça-feira (17/09/02) , o candidato José Serra se comparou a Lula. Uma comparação

que exaltava suas virtudes, que tinha um objetivo claro de tentar desqualificar o adversário.

(comentarista 1): A questão central, a que interessa de verdade, nesse momento não é a questão levantada por Serra sobre quem tem diploma e quem não tem e sim quem hoje está politicamente mais maduro e mais preparado pra governar e fazer as mudanças que nosso país precisa. Até porque é bom lembrar que Fernando Collor era formado e tinha diploma.

(comentarista 2): No seu programa, Serra ainda acusa Lula de estar prometendo criar 10 milhões de empregos, enquanto ele, Serra, diz estar preparado para gerar 8 milhões.

(comentarista 1): Mais uma vez essa não é a discussão relevante se são 8 ou se são 10 milhões. A discussão relevante é que pra Lula provar se vai ou não conseguir gerar os milhões de empregos que o Brasil precisa, é necessário que ele ganhe as eleições e tenha a oportunidade de governar. Enquanto o candidato José Serra, que promete na TV todos os dias a criar 8 milhões de novos empregos, já teve a sua oportunidade como Ministro do Planejamento no primeiro mandato de Fernando Henrique e não foi capaz de gerar um só emprego. Ao contrário, em seus dois anos a frente do Ministério do Planejamento, a taxa do desemprego no Brasil dobrou, segundo dados oficiais do IBGE.

(comentarista 2): O momento em que nosso país atravessa é sério e grave e, mais do que nunca, precisamos de um presidente da república com maturidade, experiência política e equilíbrio, que coloca os verdadeiros interesses da nação acima das suas ambições pessoais. Alguém capaz de agregar, de somar, de multiplicar. Capaz de unir os trabalhadores e os empresários, a classe média e todos os segmentos organizados da sociedade, num grande pacto social para mudar o Brasil e esse homem, na opinião da maioria esmagadora do povo brasileiro, se chama Luís Inácio Lula da Silva.

Conforme podemos observar, os locutores 1 e 2 desse conjunto de enunciados se alternam na medida em que o discurso vai sendo construído. Trata-se, na verdade, de uma estratégia discursiva para atrair a atenção do telespectador, pois se formos verificar a unidade lingüística do encadeamento enunciativo, veremos que um bloco enunciativo complementa o outro sucessivamente. A identidade de um ou outro locutor não é o mais importante nesse contexto. Ambos possuem a mesma ideologia partidária e representam, nesse espaço discursivo, o sujeito principal da enunciação: Lula.

Não parece ser tarefa muito fácil analisar um conjunto de enunciados da forma como estamos propondo, já que muitos detalhes importantes podem ficar de fora da análise. Além disso, outra dificuldade de analisar um macro ato de fala é a verificação do conteúdo proposicional numa forma ampliada já que cada unidade enunciativa revela a sua particularidade lingüística. De qualquer forma, vamos tentar esse desafio.

Como podemos observar, os seis blocos de enunciados são construídos no ponto assertivo e formados sob o modo de afirmações que têm como objetivo apagar a imagem negativa do candidato Lula que parece ter se formado com a propaganda de José Serra transmitida pela TV no dia 17/09/2002.

No que diz respeito ao conteúdo proposicional não é tão simples apontá-lo num macro ato selecionado, conforme propomos, mas, em linhas gerais, as questões que apontaremos a seguir parecem resumilo. Primeiramente, o conteúdo proposicional se manifesta como uma justificativa dos locutores feita para o telespectador, por estarem usando o tempo eleitoral gratuito (que deveria ser usado para apresentação de propostas governamentais) para defenderem o candidato Lula das críticas sofridas na propaganda do adversário José Serra. Em seguida, “esclarece” aos alocutários aquilo que os locutores chamam de “verdade” sobre os fatos apontados na propaganda de Serra. Por fim, “tenta convencer” os eleitores de que Lula é o melhor candidato a presidente da república que o país, no momento, precisa.

Como condições preparatórias, esses atos se sustentam em um estado de coisas que o alocutário reconhece como existente no mundo. Primeiro: Lula, realmente, nesta campanha, não tem usado seu tempo do horário eleitoral para criticar ou retratar as críticas que sofre de seus adversários - condição essencial para os alocutários aceitarem a justificativa de uso desse horário. Porém, esse não-uso tem um motivo: a posição privilegiada de Lula, quanto às intenções de voto, demonstrada nas constantes pesquisas. É isso que permite Lula a não precisar atacar os adversários. A percepção desse motivo por parte do alocutário poderia afetar a realização desse macro ato, entretanto ele não parece ter força suficiente para apagar o estado de coisas existente. Segundo: os atos se apoiam num outro estado de coisas que quase todos os alocutários reconhecem como verdadeiro, isto é, Lula ainda não teve a oportunidade que Serra já teve, (porém não fez, segundo dados oficiais do IBGE, apontados pela propaganda de Lula), para mostrar que pode cumprir as promessas de governo. Assim sendo, essas condições preparatórias parecem ser satisfatórias para a realização plena do conjunto enunciativo que aponta Lula como o homem capaz de mudar, politicamente, o Brasil.

Finalmente, para verificar as últimas condições que poderiam deformar esse macro ato, apontamos as condições de sinceridade. Fazer uma verificação dessa natureza não é tão simples, mas se levarmos em consideração que os locutores não se contradizem e produzem seus proferimentos na tentativa não de denegrir a imagem do adversário, mas de eliminar a imagem negativa deixada pela propaganda daquele, podemos dizer que esse macro ato se realiza, também, por suas condições de sinceridade. Diante disso, percebemos, então, que os locutores conseguem realizar seus enunciados neste contexto enunciativo, pois suas condições de sucesso e suas condições de satisfação são preenchidas dentro do contexto destas enunciações.

Entretanto, conforme já expressamos, não podemos deixar de pensar no contexto maior no qual tais enunciados estão inseridos. De acordo com Maingueneau (1998:42) (apud Bakhtin, 1977:106),

toda enunciação, mesmo sob sua forma escrita cristalizada, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Ela é apenas um elo na cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, estabelece uma polêmica com elas, aguarda reações ativas de compreensão, antecipa-se sobre estas etc.

Analisando os enunciados da propaganda de Lula, percebemos que eles são construídos a partir de uma contradição interdiscursiva com a propaganda de José Serra apresentada pela TV no dia 17/09/02. Os discursos de ambas propagandas se inter-relacionam na medida em que os locutores da propaganda de Lula retratam fatos que foram abordados naquela propaganda, porém enunciados, aqui, segundo a visão ideológica de um partido que sempre foi oposição. São, dessa forma, dois discursos que se confrontam interdiscursivamente: o da propaganda de Lula, qualificado como de um partido de esquerda, e o da propaganda de José Serra, qualificado como de um partido de direita.

Assim sendo, a heterogeneidade constitutiva dos enunciados da propaganda de Lula mostra que o intradiscorso é atravessado pelo interdiscorso, pois podemos perceber como o discurso dessa propaganda é dominado pelo discurso daquela que o originou. Retomando o que já citamos na parte da pressuposição teórica, podemos dizer, então, segundo Maingueneau (1998:79), que

o discurso é não apenas um espaço onde vem se introduzir o discurso outro, ele é constituído através de um debate com a alteridade, independentemente de toda marca visível de citação, alusão etc.

Ao apontar esses aspectos contextuais amplos da Análise do Discurso, não estamos negando, de forma alguma, os aspectos contextuais restritos da Teoria dos Atos de Fala. Reconhecemos que

uma análise das forças ilocucionais e das proposições, conforme propõe Vanderveken na Teoria dos Atos de Fala, é muito importante porque nos demonstra como é formado o contexto enunciativo dos atos de fala. O reconhecimento da força ilocucional assertiva num enunciado, por exemplo, é, conforme Souza-Paz (2002), muito fecundo discursivamente, porque pode nos revelar o grande poder argumentativo da asserção.

Na asserção, a condição de sinceridade do locutor exige a sua crença no estado de coisas o qual ele representa num dado conteúdo proposicional. O locutor não pode, ao mesmo tempo, afirmar que crê em p e não crê em p, podendo cair em contradição. Mas mesmo havendo ajuste entre a crença, a linguagem e o mundo, ele não pode levar o alocutário a aceitar sua crença “*pelo simples prazer de partilhar seu saber. Procura-se convencer alguém para obter seu apoio, sua cooperação no processo de transformação do mundo*” (Idem, 2000:184 apud Vernant, 1997:70). Então, uma asserção é muito mais do que reportar um estado de coisas do mundo que se crê. É, na verdade, convencer o alocutário daquilo que está sendo enunciado. É exatamente assim que agem os locutores do nosso corpus. Ao apresentarem seus enunciados na forma de asserções, eles esperam convencer os alocutários a perceber que a imagem negativa de Lula, deixada pela propaganda de Serra, é uma estratégia discursiva deste que “*considera ser fundamental criar um clima de ‘terror’ em torno do petismo para evitar que Lula vença no primeiro turno*”, convencendo-os, assim, de que Lula é o melhor candidato para governar o Brasil.

Essa análise do contexto enunciativo é, portanto, sem dúvida, muito rica para o entendimento dos atos de fala, mas somente ela não é capaz de nos mostrar como esses atos de fala se relacionam com outros no que se referem às formações ideológicas antagônicas. Daí o nosso interesse em apresentar aqui um contexto mais amplo.

CONCLUSÃO

Os aspectos discursivos apresentados aqui mostram que o entendimento dos enunciados pode ser mais bem compreendido, quando eles são analisados levando em consideração não somente o contexto enunciativo restrito, mas também um contexto mais amplo que revela a relação intra e interdiscursiva desses enunciados dentro de uma dada formação discursiva específica. No caso do corpus que analisamos, trata-se de um discurso político eleitoral, uma arena discursiva “maliciosa” que precisa ser verificada interdiscursivamente com muito cuidado, pois por trás de elementares enunciados existe um forte jogo discursivo de palavras que são constituídas em seus sentidos de acordo com determinada formação discursiva e não outra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer; palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MACHADO, I L. A análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In MACHADO, I. L et al (org). *Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso*; Belo Horizonte: FALE/UFMG; Carol Borges, 1998. p. 111-121.

MARI, H. A promessa como ato de fala: suas implicações no discurso “político”. In: GERAIS. *Revista da comunicação Social*, nº 48, jul/97, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, p. 34-41.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípio e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

SEARLE, J.R. *Os atos de fala*. Coimbra. Almeida, 1984.

SOUZA-PAZ, F. de. Ato assertivo, verdade e crença na teoria dos atos de fala. In: MACHADO, I L (et al). *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG; 2002. p. 168-185.

VANDERVERKEN, D. O que é uma força ilocucional? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 9, 1985, p. 173 -194.

MARI, H. et alii. *Análise do Discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

9

OS DESAFIOS TRANSACIONAIS SOB UMA VISÃO MODULARISTA DO DISCURSO

SUELI PIRES
UFMG

RETROSPECTIVA TEORICO-METODOLOGICA E ANALITICA

Em trabalhos anteriores (Pires, 2000 e 2001), desenvolvi ensaios de análise de textos escritos, buscando acoplar informações provenientes da dimensão referencial a outras de ordem interacional e enunciativa. Em ambos os trabalhos, adotando *corpora* e percursos

diferenciados, tentei desvendar algumas estratégias de construção de espaços de convergência enunciativa empregadas pelos respectivos autores/locutores. Foi-me possível mostrar, dentre outros aspectos, que as produções orais dialogadas, quando transpostas para o domínio da escrita, longe de serem triviais, promovem a recirculação de atores, conceitos, de eventos, etc. Elementos como estes, desde os mais ordinários até os mais inusitados, sustentam o que chamei de “contatividade”¹, traço este mesclado por fases que perpassam a progressão e a complicação, até atingirem a tensão plena. Um dos efeitos imediatos desse processo é a profusão vocal, tradicionalmente denominada polifonia (cf. Bakhtin, 1988), podendo ser entendida como o reflexo de um entrelaçamento de ambientes interacionais distintos, detectáveis tanto do ponto de vista espacial como temporal. As vozes recuperadas, recontadas, ao mesmo tempo em que se afiguravam como ecos, faziam-se perceber como a sustentação enunciativa das narrativas dos autores, gerando efeitos de aproximação do real, do atual. Julgo pertinente referir-me, aqui, a um dos principais postulados da teoria da enunciação benvenistiana², através do qual somente se concebe a efetividade da linguagem quando realizada ou instanciada enunciativamente. A apropriação das vozes, assim como dos eventos, das referências, dos conceitos, etc. provoca, no leitor, uma sensação de plenitude de posse em relação ao tempo e aos espaços, uma vez que, naquela instância enunciativa dada – da percepção e interpretação do texto – ele passa a dominar, de forma articulada e orgânica, o conjunto dos elementos desfilados pelo narrador.

A sustentabilidade de tais análises foi revelada na medida em que, tomando por base alguns dos dispositivos do modelo de análise do discurso modular – cf. Roulet (2000) e Roulet, Filliettaz & Grobet (2001)³ – admiti, juntamente com esses autores, a complexidade organizacional do discurso, em suas diversas realizações, ou seja, concebendo-o como “um conjunto articulado de hipóteses sobre os

¹ Veja-se Vincent (1993).

² Cf. Benveniste (1972)

³ No corpo do texto e em notas, essa obra será referida, a partir de agora, como Roulet et al. (2001).

distintos componentes, lingüístico, textual e situacional do discurso, bem como sobre suas interrelações”⁴. No nível lingüístico, o enfoque particular de estruturas sintáticas e de unidades lexicais foi de fundamental importância para que eu pudesse elaborar hipóteses relativas à organização e à interpretação dos discursos nos demais planos: o textual e o situacional. Na dimensão textual, tratei, privilegiadamente, sob os enfoques descritivo e explicativo, as formas de organização enunciativa e polifônica, combinando informações lingüísticas a outras provenientes dos módulos referencial e interacional. Uma vez detectados e devidamente descolados os níveis de encaixe mais perceptíveis das interações, em cada uma das produções analisadas, pude distinguir, no mínimo, três instâncias constitutivas do percurso narrativo-textual: (i) do acontecimento em si; (ii) da narrativa do acontecimento e, por fim, (iii) do texto, resultado material dos processos anteriormente apontados. Vale dizer que outras tantas dimensões/formas de organização atinentes aos três planos já citados deixaram de ser exploradas, em decorrência dos propósitos dos trabalhos realizados, mas, nem por isso, a opção por esse recorte metodológico comprometeu a validade dos dados e resultados ali registrados.

UM OUTRO ESCOPO DE ANALISE

Atendo-me, ainda, a um *corpus* constituído de textos escritos e procurando focar gêneros distintos, desenvolverei análises tendo em vista estes objetivos: a) verificar se as atividades textuais em exame exprimem ações que se vinculam ou não condutas orientadas⁵ para uma determinada finalidade, explicitada materialmente no texto; b) no caso de as condutas não serem orientadas, para que e por que aparecem no texto. Partindo da premissa de o próprio texto cumprir essa finalidade, ou seja, de absorver as ações e suas respectivas condutas, poder-se-ia, então, detectar a “zona cinzenta” mencionada

⁴ Do original (cf. Roulet et al., 2001) “... *um ensemble articulé d’hypothèses sur les différentes composantes, linguistique, textuelle et situationnelle, du discours et sur leurs interrelations.*”

⁵ No original, em francês, “conduites finalisées” (cf. Roulet, 2001)

por Fillietaz (2002), ou seja, o espaço compreendido entre as condições concretas de realização dos fatos e as produções linguageiras. Interessa-me, em última instância, averiguar com que propósito(s) o autor opta por essa constituição textual, provocando uma “quebra” no ritmo das ações, aqui concebidas como realizações efetivas e negociadas, para dar mais relevo à sua atividade textual, esta última concebida como parte de um conjunto de recursos esquemáticos do agir, provenientes de um produto cristalizado das experiências socialmente validadas e aceitas no senso comum (cf. Fillietaz, 2002).

Para atingir os objetivos acima apontados, analisarei alguns excertos textuais que refletem mais diretamente a visão de mundo de seus autores a respeito das ações desenvolvidas por seus personagens, de forma a entender o texto como assumindo para si uma função mediadora entre o universo exposto/contado/comentado e o do leitor-interlocutor. Como já é sabido, textos de gêneros diversos⁶ mediatizam as relações dos seus contadores/autores com o(s) mundo(s) em que vivem ou em que se inserem. O mundo descrito/comentado tende a assumir uma dinâmica própria, porém vulnerável à ação e/ou atividade de seus (re)criadores. Estes vivificam seres e episódios que julgam poder e até dever ser submetidos à lógica de um mundo idealizado. A condição de enunciadores privilegiados promove, de um lado, uma aproximação entre o narratário e o mundo narrado, mas, paradoxalmente, um afastamento, à medida que o narrador se apropria dos espaços interacionais, reafirmando-se como interlocutor imediato do seu leitor. É nesse sentido que sou levada a crer que as atividades de textualização tendem a “encobrir”, mascarar ou até mesmo manipular as ações correspondentes a realidades praxeológicas efetivamente negociadas pelos agentes em determinadas situações da vida cotidiana.

⁶ Estou assumindo a diferenciação terminológica proposta por Bronckart (1999), entre “gêneros textuais” e “tipos discursivos”, por considerá-la apropriada ao enfoque teórico-metodológico adotado neste trabalho.

Ao buscar uma conjunção ou a mediação entre *a ordem do dizer* e *a ordem do fazer*⁷, o locutor-autor vai textualizando uma regulação entre as ações, de um lado, próprias de um mundo que ele observa (re-cria) e, de outro, que ele representa simbolicamente (re-conta). Daí a necessidade de se descreverem e explicarem as produções linguageiras de forma articulada com as ações que elas mediatizam.

TEXTUALIZANDO AS AÇÕES

Nos dados selecionados para análise, o alvo dos discursos produzidos são determinadas condutas individuais/sociais, tanto compactuadas pelos autores como por eles sancionadas. Mesmo não esperando haver uma adesão dos interlocutores à sua visão histórico-social acerca dos acontecimentos narrados e/ou comentados, os autores crêem poder agir comunicativamente sobre o domínio das atividades sociais cotidianas. Pretensamente orientadas para este fim, as atividades textuais voltadas para o agir comunicacional acabam por criar espaços meta-acionais esvaziados de sua conduta inicialmente voltada para uma finalidade específica.

Vejam-se, inicialmente, estes trechos de uma crônica jornalística de Sant'Anna (2001):

A vida vai nos levando e, às vezes, a gente pára e se pergunta: - Mas o que foi que aprendi de essencial até agora?

Essas rugas, esses cabelos brancos, esses filhos, esses netos, todos esses corpos, casas e países habitados, todos os jornais e livros que lemos (ou que nos leram), os animais que tivemos, tudo o que nos exibiram nos museus do espanto, enfim, tanta alegria e perplexidade, tudo isto, para quê?

⁷ Veja-se, sobre esse assunto, Charaudeau (2001) e Machado (2001).

Talvez o verdadeiro aprendizado comece quando descobrimos que certas perguntas não têm respostas, que a arte da vida não está em achar respostas, mas em trocar de perguntas, que as fundamentais são irrespondíveis, e que as perguntas são mais viscerais do que as respostas. Então, como naqueles jogos em que se vai lançando dados e avançando nas casas a percorrer, a gente pode dizer para outro – “Ah! você ainda está nessa pergunta? Olha, eu já estou nesta aqui, ela é ótima, ela tem me enriquecido, mobilizado, me feito viver intensamente...

Às vezes tenho a pretensão de achar que já estou começando a entender certas coisas. Há muito que tenho essa sensação, de que um certo sentido vai se configurando. Daqui a uns cem anos, quando eu morrer, vou pedir para me colocarem esse epitáfio entre duas reticências: ‘...logo agora que eu estava começando a compreender...

O que o autor pretende, nesse texto, é conduzir o leitor a, juntamente com ele, encontrar uma ou várias respostas, dentre tantas outras possíveis, para uma indagação própria de todo ser humano racional, que diz respeito ao que se aprende ao longo da vida. Detectam-se, aí, dois percursos: de um lado, o de um mundo vivido, que faz referência às ações cotidianas, que exige respostas para todas as questões mundanas, concebidas sob a ótica da razão e, de outro, o de um mundo discursivamente representado (pelo autor), como sendo aquele que pretende validar socialmente junto ao seu público leitor, atinente à ordem da racionalidade, própria dos sábios, eternos questionadores. Segundo Bronckart (1999) essas ordens, ao contrário de serem indissociáveis, precisam ser vistas de forma interdependente, pois toda ação efetiva se baseia em recursos provenientes das atividades; estas, por sua vez, constituem um produto sócio-histórico das ações validadas e assim por diante.

Se se considerar a configuração textual do ponto-de-vista macro-hierárquico (cf. Roulet *et al.*, 2001) ver-se-á o texto, na íntegra, constituído de uma intervenção inicial – “Mas o que aprendi de essencial até agora? ” - desencadeadora de um número razoável de intervenções reativas complexas. Embora monologal em sua aparência, o texto apresenta uma estrutura interna marcadamente dialógica, o que cede espaço, evidentemente, ao embate entre a razão e a racionalidade (cf. Filiettaz, 2002).

Convém mencionar que a racionalidade, para Habermas (1993), apóia-se sobre o reconhecimento de três mundos: (i) objetivo; (ii) social; (iii) subjetivo. Daí poder-se admitir as condutas humanas de maneira heterogênea, sob o crivo desses três planos entrecruzados. Se, de um lado, as posturas humanas sócio-objetivas demandam respostas a todas as perguntas, de outro, elas podem ser sócio-subjetivamente definidas, impondo como consequência imediata perguntas que geram perguntas e assim sucessivamente. Valendo-se desse duplo dispositivo, o autor instaura um “*enjeu*”⁸ comum, visando a finalidades que podem ser entendidas ora como convergentes, ora como divergentes. Se as perguntas existem para serem respondidas, que se as respondam, tal como se dá na conduta racional e sócio-objetivamente acordada, como procuro ilustrar no esquema contido na fig. 1:

— P1
— R1
— P2
— R2
— .
— .
— Pn
— Rn

Entretanto, nada impede que o autor submeta esse comportamento discursivo a crivo de uma racionalidade sócio-subjetiva, de tal forma

⁸ Embora seja impossível encontrar um termo correspondente a este, em francês, pode-se admiti-lo próximo de jogo, aposta, desafio.

a provocar encadeamentos como os que se vêem representados na fig. 2:

- P1
- R/P2
- R/P3
- R/R4
- Rn/Pn

Ao textualizar sua atividade como está mostrado na figura 2, o autor quer, na verdade, não apenas invalidar ou redefinir a capacidade dialógica humana, como também mascarar a finalidade mesma da vida, enquanto um percurso auto-explicativo, assim esquematizado: (i) viver; (ii) aprender e (iii) morrer. Neste ponto, poderíamos retomar uma das questões inicialmente postas neste ensaio: a textualização, enquanto atividade socialmente constitutiva, orienta-se, necessariamente, para uma finalidade? Ora, o construto textual que acaba de ser examinado, ainda que preliminarmente, talvez aponte para uma direção intermediária, ou, melhor, para uma “zona cinzenta” (cf. Filliettaz, 2002), que eu chamaria de meta-orientada ou, quem sabe, orientada para uma meta-finalidade, não pertencente a quaisquer ordens das duas anteriormente mencionadas – não propriamente sócio-objetiva nem tampouco inteiramente sócio-subjetiva, mas uma ordem resultante de ambos os lugares. Esse fenômeno discursivo se torna mais facilmente compreensível quando percebido à luz da modularidade (cf. Roulet et al., 2001)⁹, ou seja, ao se admitir a combinação de informações provenientes de dois módulos – hierárquico e referencial - entendendo-se, por exemplo, que as estruturas operacionais constituem um instrumento de análise adaptado à heterogeneidade semiótica das condutas orientadas para determinadas finalidades: é como se dispuséssemos de um instrumento gerador de uma terceira via analítica. Torna-se, portanto, possível e necessário estender, analogamente, o mesmo raciocínio às meta-finalidades, conforme procurei mostrar nessa análise.

⁹ Veja-se, nesta obra, o capítulo 7, de autoria de Filliettaz.

A REGULAÇÃO TEXTUAL NOS PROCESSOS TRANSACIONAIS

Inicialmente, convém esclarecer que, por processos transacionais, entendo a transposição de universos acionais distintos, fenômeno que se dá de forma complexa, uma vez que envolve, no mínimo, o entrelaçamento de situações enunciativas e níveis interacionais multiplamente combinados¹⁰. Parto da premissa de que os autores, durante a atividade de textualização, dispõem de mecanismos reguladores inerentes àqueles processos, incorporando-os ou atualizando-os sob novas condições referenciais, interacionais, enunciativas e polifônicas. Conforme já sinalizei anteriormente, o enunciador mais imediato, reconhecido pelos leitores ora como narrador, ora como autor ou, até mesmo, como interactante, apropriase de todos os fatos, ações, acontecimentos, objetos e vozes, conferindo-lhes novas feições, novos sentidos, etc. recontextualizados.

Assim é que, por exemplo, o escritor Carvalho (1989) toma por eixo, em uma de suas crônicas, intitulada “*Entre o monólogo e o cochicho*”, um diagnóstico da conjuntura política republicana brasileira de 1919 expresso pelo então parlamentar Rui Barbosa, através do enunciado “As formas do novo regime mataram a palavra”. Longe de incidir apenas sobre a verdade objetiva dos fatos próprios daquela fase republicana, o cronista demonstra, predominantemente, seu interesse pela legitimidade social da ação de “matar a palavra”, tanto é que ele recorre a esta seqüência de paráfrases:

matar a palavra é matar a voz, o direito de expressão; é matar o debate, o diálogo, a luta de idéias; é matar a arte do convencimento... é substituir o debate público dos problemas nacionais pelo monólogo ditatorial... é, enfim, matar a democracia.

¹⁰ Cf. Roulet e Pires (2001).

Ao resgatar aquele enunciado proferido no início do século XX, o que o autor pretende, creio eu, é recompor um novo quadro referencial, agora bem mais amplo que o originalmente posto, procurando revalidar a experiência vivida e declarada por um único sujeito, estendendo-a para todo o universo de uma nação, durante quase todo um século de governos republicanos. Cabe-me, então, perguntar como se poderia conjugar essa postura analítica ao fato de que as ações tipificantes, como esta que acabo de focalizar, ou seja, a possibilidade de se reler ou de se reinterpretar um enunciado qualquer em contextos diferenciados, pressupõem condutas orientadas para uma ou outra(s) finalidade(s) práticas. Creio que, ao propor novos enquadres para ação de “matar a palavra”, Carvalho (1989) está provocando o seu leitor no sentido de encontrarem, juntos, intersubjetivamente, novas finalidades, novos sentidos, não necessariamente postos ou pensados em sua enunciação original. Percebe-se, daí, em lugar de uma mera transposição linguageira, uma nova situação discursiva que envolve tomada de posições¹¹ associada a contextos interacionais inéditos.

Decorre, a meu ver, dessas considerações, ser inadmissível falar-se em ‘perdas’ no processo transacional. É fato que se poderia pensar em finalidades comuns¹², resgatáveis em novos contextos, mesmo se se levasse em conta o distanciamento das situações, em seu todo. No caso em exame, tais finalidades poderiam convergir para a preservação do direito básico à cidadania, por exemplo, mas talvez não seja esse o grande fim, senão o de despertar o leitor para uma realidade em que ele se encontra, bem mais ameaçadora do que supõe ser; um novo quadro que lhe exigirá mais astúcia e perspicácia em suas eventuais ações, de modo a manter a sua própria palavra viva.

¹¹ Sob certos aspectos, essa atitude equivale ao que Filliettaz (2002) denomina ‘*prise en charge langagière de l’interaction*’.

¹² Conforme se verá na próxima seção deste ensaio.

EM TORNO DAS FINALIDADES COMUNS

Movidos por interesses estratégicos, os interactantes presentes em vários contextos situacionais podem atuar orientados por finalidades comuns, ainda que isso se dê apenas aparentemente. Não raro, essas finalidades comuns se deixam regular por comportamentos intersubjetivos que decorrem do que Schütz (1987) aponta como sendo a *tipicalidade* com que os indivíduos orientam suas ações, baseados em suas pré-experiências.

Vejam-se, a esse respeito, trechos de uma carta-resposta de Freud destinada a Einstein, em 1934, cinco anos antes da eclosão da II Guerra Mundial:

Prezado Professor Einstein,

Quando soube que o senhor intencionava convidar-me para um intercâmbio de pontos de vista sobre um assunto que lhe interessava e que parecia merecer o interesse de outros além do senhor, aceitei prontamente. Esperava que o senhor escolhesse um problema situado nas fronteiras daquilo que é atualmente cognoscível, um problema em relação ao qual cada um de nós, físico e psicólogo, pudesse ter o seu ângulo de abordagem especial, e no qual pudéssemos nos encontrar, sobre o mesmo terreno, embora partindo de direções diferentes. O senhor apanhou-me de surpresa, no entanto, ao perguntar o que pode ser feito para proteger a humanidade da maldição da guerra. Inicialmente me assustei com o pensamento de minha – quase escreve ‘nossa’ – incapacidade de lidar com o que parecia ser um problema prático, um assunto para estadistas. Depois, no entanto, percebi que o senhor havia proposto a questão, não na condição de cientista da natureza e físico, mas como filantropo...

De um lado, um físico filantropo e, de outro, um psicanalista, ambos momentânea e contingencialmente dedicados à defesa e à

preservação da paz mundial, apenas no plano linguageiro, quando não se tem qualquer notícia de nenhum deles tenha ido ao ‘front’ da guerra. Convicto de poder contar com adesão do psicanalista de renome à causa anti-belicista, Einstein o instiga a transpor seus conhecimentos e suas experiências do campo da psicanálise para o de uma política pacifista. Em resposta ao ‘Professor Einstein’, Freud se vale de suas teses, hipóteses e crenças, sustentadoras da sua prática profissional, para responder a um desafio (‘enjeu’) comunicacional de tal forma a atender às expectativas interacionais do seu interlocutor, orientadas, proeminentemente, para neutralizar a possibilidade ou, talvez, a necessidade de uma guerra. Vale notar que esse ‘enjeu’ comum, socialmente ajustado entre os interlocutores, submete-se a uma outra finalidade mais aparente e imediata, qual seja, a de manter um ‘intercâmbio de pontos de vista’ sobre um assunto previamente determinado por um dos interlocutores. Para se ajustar à finalidade menos imediata, é evidente que o psicanalista teve de aderir, previamente, à outra, mais imediata. Essas medidas de ajuste foram se revelando graduais e necessárias, na medida em que se percebe, por exemplo, que as teses originalmente postuladas para o universo comportamental dos seus pacientes foram sendo lançadas no texto, conforme procuro evidenciar nestes trechos extraídos da carta:

matar um inimigo satisfazia uma inclinação instintual... Por paradoxal que possa parecer, deve-se admitir que a guerra poderia ser um meio nada inadequado de estabelecer o reino ansiosamente desejado de paz ‘perene’... De acordo com nosso hipótese, os instintos humanos são de apenas dois tipos: aqueles que tendem a preservar e unir – que denominamos ‘eróticos’..., e aqueles que tendem a destruir e matar, os quais agrupamos como instinto agressivo ou destrutivo... Nenhum desses dois instintos é menos essencial do que o outro...

Em quase sua totalidade a resposta vai levando o interlocutor e, também, o leitor a crerem que o instinto guerreiro seja inerente à conduta humana e que, por conseqüência, a guerra não poderá ser

evitada. Tanto essa interpretação procede que, no antepenúltimo parágrafo de sua carta, Freud diz: “O resultado, como o senhor vê, não é muito frutífero quando um teórico desinteressado é chamado a opinar sobre um problema prático urgente”. Entretanto, o que, prematuramente, estava sendo orientado na direção oposta às expectativas práticas do locutor que desencadeara o debate, reorienta-se para os seus propósitos, a partir do momento em que Freud levanta uma questão não mencionada por Einstein, relativa ao fato de tantas pessoas se revoltarem contra a guerra. Segundo explica o psicanalista, essa reação se dá exatamente porque toda pessoa tem direito à própria vida. Confessa, também, sua perplexidade “ante o fato de a guerra ainda não ter sido unanimemente repudiada”. Tendo assumido esse deslocamento argumentativo, ele chega, finalmente, à formulação de um axioma que irá consumir sua adesão linguageira à finalidade comum menos imediata: “tudo que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra”. É provável que tenha sido esta a atitude responsiva esperada pelo seu destinatário.

Neste ponto da análise, cabe-me chamar a atenção para a complexidade dessa estratégia adotada pelo autor da carta: em todas as suas respostas parcialmente ancoradas nas questões levantadas pelo físico, ele não foi capaz (ou não fez a opção) de aderir à grande finalidade proposta. Somente a partir do momento em que ele próprio esboçou uma questão, até então intocada, é que, de fato, se desencadeou o percurso na direção esperada pelo interlocutor, atingindo, portanto a o que Roulet (1991) já reconhecia como sendo a ‘completude dialógica’. Isso, a meu ver, reitera a percepção inicialmente postulada neste trabalho, da existência de uma ‘zona cinzenta’(cf. Filliettaz, 2002), ou o que Laforest & Vincent (1993) denominaram ‘*bornes flues*’, ou, ainda, do que eu proponho seja considerado como uma ‘terceira via’, resultado de um desafio que ocorre na textualização dos processos transacionais.

CONCLUSÃO

Procurei mostrar, nestes ensaios de análise, que a textualização, enquanto atividade discursiva, não transpõe, de forma linear, ações e situações pertencentes a outros universos referenciais. Em lugar disso, convém considerá-las como panos-de-fundo, motivo pelo qual preferi encarar esses processos linguageiros como ‘desafios transacionais’, que se dão de forma complexa, por mobilizarem, além dos recursos referenciais, outros de natureza interacional, enunciativa e polifônica. As ações propostas, focalizadas, idealizadas e materialmente textualizadas, por sua vez, acabam por se confundirem com condutas orientadas para uma meta-finalidade, por assumirem estatuto de verdade e de legitimidade no novo contexto comunicacional. Essa meta-finalidade cria um falso efeito de ruptura para com a realidade sócio-histórica, efeito este identificado como uma ‘zona cinzenta’ ou terceira via. Esse efeito, ilusório a meu ver, deve ser concebido como uma atividade de risco própria dos desafios transacionais, vencida pela habilidade dos locutores e enunciadores em manipular os recursos provenientes de diferentes módulos e formas de organização do discurso (cf. Roulet *et al.*, 2001). Visto de uma forma mais ampla, nesse modelo de análise, não cabe, portanto, considerar a oposição interior-exterior discursivo – e aqui se inclui, necessariamente o textual – mas, sim, um movimento interpretativo que pressupõe o reconhecimento de inter-relações entre os seus vários componentes.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4.ed., São Paulo, Hucitec, 1988.
- BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. trad. Anna Rachel Machado, Pericles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*, vol. 2. Paris, Gallimard, 1972.
- CARVALHO, J. M. Entre o monólogo e o cochicho. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: Mari, H. (org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

FILLIETTAZ, L. *Actions, activités et discours: éléments de pragmatique psycho-sociale*. Laval, Editions Nota bene, 2002.

HABERMAS, J. Action, actes de parole, interactions médiatisées par le langage et monde vécu. In: *La pensée postmétaphysique: essais philosophiques*, Paris, Colin, 1993.

LAFOREST, M. & VINCENT, D. Du récit littéraire à la narration quotidienne. In: Larofest, M. (org.) *Autour de la narration*, Québec, Nuit Blanche Éditeur, 1993.

MACHADO, I. L. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: Mari, H. (org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

PIRES, S. A co-construção do domínio referencial na cena textual. In: Mari, H.(org.). *Categorias e práticas de análise do discurso*, Belo Horizonte, NAD/FALE/UFMG, 2000.

PIRES, S. As diferentes vozes em narrativas orais: superposição e transposição discursivas. In: SIMÕES, M. S. (org.). *Cultura e biodiversidade: entre o rio e a floresta*, Belém, UFPa, 2001.

ROULET, E. Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. *Cahiers de linguistique française*, 12:53-81, 1991.

ROULET, E. *La description de l'organisation du discours: du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1999.

ROULET, E. & PIRES, S. Uma visão modular da complexidade discursiva. In: Mari, H. (org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE;UFMG, 2001.

ROULET, E., FILLIETTAZ, L. & GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*, Berne: Peter Lang, 2001.

SANT'ANNA, A. R. O que aprendemos até agora. *Estado de Minas*, 31/3/2002.

SCHÜTZ, A. *Le chercheur et le quotidien: phénoménologie des sciences sociales*, Paris, Méridiens, Klincksieck, 1987.

VINCENT, D. La racontabilité du quotidien. In: LAFOREST, M. (org.)
Autour de la narration. Québec, Nuit.Blanche Éditeur, 1993.

MARI, H. et alii. *Análise do Discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

10

UNE APPROCHE MODULAIRE DE LA PROBLEMATIQUE DES RELATIONS DE DISCOURS

EDDY ROULET
UNIVERSITE DE GENEVE

ETAT DE LA QUESTION

Adopter une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours, c'est-à-dire une démarche consistant à décomposer le discours en un certain nombre de systèmes d'informations simples, présente un double intérêt: le premier, comme le montre Roulet,

Filliettaz & Grobet (2001), c'est d'intégrer dans un cadre unifié les dimensions linguistiques, textuelles et situationnelles du discours; le second, c'est de réexaminer, dans un cadre à la fois plus large et plus précis, des notions qui ont toujours été au cœur de la réflexion sur le discours, comme je vais le faire ici pour la notion de relation de discours.

L'étude des relations de discours occupe une place centrale depuis une vingtaine d'années dans les recherches en analyse du discours et a donné lieu à d'abondantes publications depuis l'article de Ducrot et de ses collaborateurs sur *car, parce que, puisque* (Groupe 1 Groupe λ-1 1975). Mentionnons en particulier Ducrot & al. (1980), Roulet & al. (1985), Mann & Thompson (1988), Sanders, Spooren & Noordman (1992, 1993), Knott & Dale (1994), Bateman & Rondhuis (1997), Knott & Sanders (1998), Marcu (2000), Asher, Busquets & Le Draoulec (2001), Rossari (2001), Roulet, Filliettaz & Grobet (2001), Roulet (2002a, 2002b) et Charolles (à paraître), ainsi que le recueil édités par Nølke (à paraître).

Les recherches se sont orientées dans trois directions. La première, qu'on peut qualifier de lexicale, se fonde sur la description des instructions données par les connecteurs dans différentes langues (cf. Ducrot & al. 1980, Blakemore 1987, Knott & Dale 1994, Rossari 1994 et 2001); la deuxième, qu'on peut qualifier de textuelle, cherche à inventorier et à définir les relations les plus fréquentes dans des textes (dans le cadre de la Rhetorical Structure Theory (RST); cf. Mann & Thompson 1988, Marcu 2000) et les dialogues (Roulet & al. 1985); la troisième, qu'on peut qualifier de cognitive, propose un cadre cognitif systématique permettant de classer les principales relations de discours (cf. Sanders, Spooren & Noordman 1992, 1993). Ces différentes approches sont complémentaires et aboutissent à des résultats partiellement convergents, comme le montrent Bateman & Rondhuis (1997) et Knott & Sanders (1998).

Ceci dit, ces recherches n'ont abouti qu'à des résultats partiels, principalement pour les raisons suivantes:

- 1) elles s'en tiennent généralement à l'étude des relations entre des segments de discours monologique. Or, si l'on admet, comme on le fait depuis Bakhtine, que tout discours est fondamentalement dialogique, on voit mal comment on peut ignorer dans une approche systématique des relations de discours, comme le font la RST et Sanders, Spooren & Noordman, les relations entre les constituants de l'échange indépendant ou celles entre un échange dépendant et la question qu'il vise à préparer ou clarifier.

- 2) Elles se réduisent généralement à l'étude des relations entre constituants textuels. Or, Berrendonner (1983) a montré clairement il y a déjà vingt ans au 2^{ème} Colloque de pragmatique de Genève que les relations de discours n'articulent pas deux segments textuels, mais un segment textuel et une information en mémoire discursive (qui peut éventuellement avoir sa source dans le constituant antérieur). Dès lors, on voit mal que les recherches systématiques sur les relations de discours se réduisent à l'analyse des relations entre constituants textuels: les théories, comme la RST et la Segmented Discourse Representation Theory (SDRT; cf. Busquets, Vieux & Asher 2001), qui se donnent pour unique objectif d'explicitier les relations entre les constituants du texte ou du dialogue, reposent sur une conception réductrice du texte et de son interprétation.

- 3) Elles ne définissent pas clairement les constituants textuels touchés par une relation de discours. Or, on ne saurait traiter des relations faisant intervenir des constituants textuels sans définir avec précision la nature de ceux-ci. Pourtant, de Schiffrin (1987) aux travaux mentionnés précédemment (RST et SDRT) et à la pragmatique du discours (Reboul & Moeschler 1998), on se contente d'unités mal définies, telles l'énoncé ou le segment (*span*), ou manifestement insatisfaisantes, comme la proposition, la clause ou l'acte de langage (cf. Roulet 2001); de plus, comme le notent dans leur conclusion Bateman & Rondhuis (1997:44), la description des relations ne peut faire l'économie d'une description précise des structures du discours.

- 4) Dans tous les cas, le degré de finesse dans la description des relations textuelles soulève un problème majeur. En effet, ou on retient un ensemble d'une trentaine de relations, comme le propose la RST, et cela ne suffit pas pour donner une interprétation fine des relations dans un texte particulier (ainsi, la RST ne distingue pas arguments accessoire (*d'ailleurs*), décisif (*même*) ou minimal (*au moins*))¹; ou on renonce, comme la théorie de la pertinence, à définir des relations a priori pour la raison que l'interprétation d'un énoncé est toujours l'application particulière d'un principe général de calcul inférentiel, guidé par le principe de pertinence, en fonction des propriétés linguistiques et contextuelles de cet énoncé. Dans les deux approches, on perd une information importante concernant l'organisation d'un texte; la première ne se préoccupe pas du calcul inférentiel de la relation spécifique qui caractérise un constituant textuel; la seconde ignore une généralisation importante concernant l'organisation d'un texte, la définition de ce que j'appelle le profil relationnel d'un discours, qui met en évidence les relations dominantes dans son organisation. Il faut donc trouver un dispositif qui permette à la fois de distinguer des relations textuelles génériques, indépendantes de langues et de discours particuliers, et de calculer inférentiellement la relation spécifique entre un constituant d'un texte et d'un dialogue et une information en mémoire discursive.
- 5) Elles ne permettent pas de rendre compte des relations, de nature praxéologique, entre les échanges d'un dialogue (par exemple, entre les échanges de salutation, de demande de renseignement, d'achat d'un livre et de remerciements) ou entre les actions langagières et non langagières d'une interaction (par exemple entre les actions successives d'un libraire telles que consulter un catalogue, chercher un livre sur les rayons, répondre au client, lui

¹ Ou alors, si elle s'engageait dans cette voie, elle aboutirait à des inventaires de relations fines au moins partiellement différents d'une langue à l'autre, ce qui serait problématique dans l'optique d'une linguistique ou d'une analyse du discours générale.

tendre le livre, lui en indiquer le prix et encaisser la somme); or, le thème même de ce symposium *Discours, action, société*, met bien en évidence la nécessité d'intégrer la problématique de l'action dans la réflexion sur le discours.

Pour illustrer ces problèmes et présenter des solutions, j'utiliserai une interaction dans une librairie genevoise, entre le libraire et un jeune client, qui a été légèrement adaptée pour les besoins de mon exposé. Je donne ici une transcription simplifiée du dialogue en tours de parole (C = client, L = libraire) et en actes, incluant entre crochets droits les actes non langagiers:

(19)

[C] (a) [il entre], (b) bonjour \ (c) est-ce que vous avez *La Machine infernale* / (d) parce que / en fait faut que je le lise pour l'école \

[L] (e) [il regarde sur les rayons] (f) Malheureusement pas \ (g) je viens de vendre le dernier \ (h) Tu veux que je le commande //

[C] (i) Volontiers \ (j) Alors, je repasserai la semaine prochaine //

[L] (k) D'accord \

[C] (l) Au revoir \ (m) [il sort]

Un modèle de l'organisation textuelle comme la RST ne donne pas de critères précis permettant de découper cette interaction en unités minimales; il ne permet de décrire ni les relations entre les interventions constitutives des échanges, ni la relation spécifique marquée par le connecteur *en fait* entre l'acte qu'il introduit et une information qui ne figure pas dans le segment précédent, ni les relations entre les échanges, ni les relations entre actes langagiers et non langagiers; enfin, il ne s'intéresse pas à la manière dont les relations sont marquées linguistiquement. Quant à la SDRT, elle commence tout juste à prendre en compte les relations entre les constituants de l'échange, mais elle ne propose pas de critères précis pour le découpage du dialogue, se contente d'une liste ouverte de

relations textuelles, et ne prend pas en compte les relations entre actes langagiers et non langagiers.

Il paraît donc nécessaire de reprendre l'examen de la problématique des relations de discours à la fois dans une perspective plus large, intégrant les relations dialogiques et praxéologiques, et plus précise, distinguant des relations de discours textuelles et praxéologiques. J'utiliserai comme instrument heuristique pour tenter d'approfondir et de préciser la notion de relation de discours l'approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours présentée dans Roulet (1999), Roulet (2000) et Roulet, Filliettaz & Grobet (2001)².

UNE APPROCHE MODULAIRE DE LA COMPLEXITÉ DE L'ORGANISATION DU DISCOURS

Le modèle du discours présenté dans Roulet (1999), Roulet (2000) et Roulet, Filliettaz & Grobet (2001) prend en compte, et distingue, les composantes linguistique, textuelle et situationnelle du discours. Il n'y a donc pas, dans cette perspective, de part et d'autre du discours, le linguistique et le situationnel, il n'y a pas d'intérieur et d'extérieur du discours. Le discours est défini par la combinaison de ces trois types d'informations.

La composante textuelle permet de décrire la structure hiérarchique des unités textuelles maximales: les échanges, à différents niveaux: interventions et actes (rappelons que cette structure hiérarchique est le produit émergent du processus de négociation sous-jacent à toute interaction; voir Roulet 1992 et le chapitre 3 de Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001). Cette structure hiérarchique réursive est régie par deux types de contraintes: une contrainte de complétude dialogique, qui postule qu'une négociation, et donc un échange, ne peut se clore que sur un accord entre les interactants, et une contrainte de complétude monologique, qui postule qu'une intervention doit être

² On trouvera une présentation en anglais dans Filliettaz & Roulet (2002).

suffisamment complète pour permettre la poursuite de la négociation. Si l'échange est défini comme la plus grande unité dialogique et l'intervention comme la plus grande unité monologique, l'acte est délimité par un passage en mémoire discursive (attesté, par exemple, par la possibilité de remplacer une anaphore par une expression définie) (Roulet, 2001). Ainsi, dans la séquence suivante

*Bien que ma voisine soit riche, elle (la brave femme) espère toujours qu'elle (*la brave femme) va gagner le gros lot.*

il est possible de remplacer le premier pronom anaphorique par une expression définie sans perdre la co-référence, alors que c'est impossible pour le second. Il faut donc admettre que cette séquence est formée de deux actes et que la frontière entre les deux se situe avant le premier pronom. On trouvera une présentation plus détaillée de notre méthode de segmentation, incluant d'autres critères, dans Roulet, Filliettaz & Grobet 2001, chap. 3) et dans Simon (2002).

L'étude des relations concernant les constituants du texte, que je qualifie de textuelles, relève de l'organisation relationnelle du discours (Roulet, Filliettaz & Grobet 2001: chap. 6). Celle-ci vise d'une part à identifier les relations illocutoires (initiative et/ou réactive) et interactives (argument, reformulation, etc.) génériques entre les constituants de la structure hiérarchique et des informations en mémoire discursive et, d'autre part, à décrire le parcours inférentiel permettant de déterminer la relation spécifique entre un constituant et une information en mémoire discursive dans un discours donné. La description de l'organisation relationnelle est fondée sur le couplage entre des informations d'ordre hiérarchique, concernant la définition des constituants textuels et leurs rapports de dépendance, des informations d'ordre lexical ou syntaxique, concernant les instructions données par les éventuelles marques de ces relations, et des informations d'ordre référentiel, concernant les connaissances sur l'univers du discours stockées en mémoire discursive.

LA DESCRIPTION DES RELATIONS TEXTUELLES

Les relations illocutoires concernent les interventions constitutives d'échange, alors que les relations interactives concernent les constituants de l'intervention. Dans l'inventaire et la description de celles-ci, pour éviter le triple écueil a) des taxinomies a-priori de relations, comme celle de Sanders, Spooren & Noordman (1992), qui ne s'appliquent qu'au discours monologique et ne peuvent répondre au besoin de l'analyse des interactions de la vie quotidienne, b) de la prolifération de relations établies à partir de l'observation de divers types de textes, exclusivement monologiques là aussi, comme celle de la Rhetorical Structure Theory (cf. le site web de la RST, qui en énumère actuellement une trentaine), et c) de la spécificité linguistique des taxinomies fondées sur un inventaire de marqueurs (*cue phrases*, cf. Knott & Dale 1994, Knott & Sanders 1998), je propose de fonder la description de l'organisation relationnelle sur une liste réduite de dix catégories génériques, définies par les opérations de base requises par la satisfaction des contraintes de complétude dialogique et monologique, et suffisantes pour décrire toutes les formes de discours, dialogiques et monologiques, analysées depuis le début de nos recherches en 1979.

Au niveau de l'échange, je distingue deux relations illocutoires génériques, la relation initiative et la relation réactive. La première intervention d'un échange est liée à la suivante par une relation illocutoire initiative, la dernière intervention est liée à la précédente par une relation illocutoire réactive, chacune des interventions intermédiaires est liée à la précédente par une relation illocutoire réactive et à la suivante par une relation illocutoire initiative. La catégorie "relation illocutoire générique initiative" recouvre donc les différentes relations illocutoires initiatives spécifiques décrites par la théorie des actes de langage et correspondant généralement à des verbes performatifs : question, assertion, requête, promesse, offre, etc.

La plupart des interventions présentent une structure complexe: pour satisfaire à la contrainte de complétude monologique, le

locuteur/scripteur peut recourir aux opérations suivantes, qui définissent autant de relations: introduire un objet de discours pour en faire le topique de l'acte suivant (topicalisation), préparer l'acte principal (préalable), justifier celui-ci, en utilisant des arguments ou en écartant des contre-arguments, le commenter (commentaire) ou le reformuler (reformulation). Le locuteur/scripteur peut aussi raconter des événements, liés par une relation de succession; enfin, si l'intervention du locuteur ne satisfait pas à la complétude monologique, l'interlocuteur peut ouvrir un échange subordonné lié à celle-ci par une relation de clarification.

Je parle de catégorie générique parce que, pour prendre un exemple, j'utilise la notion d'argument pour recouvrir une classe de relations interactives, dénommées parfois "cause (délibérée et non délibérée)", "explication", "justification", "motivation", "conséquence", "but", "résultat (délibéré et non délibéré)", "condition", "restriction", "argument", "argument supplémentaire", "argument décisif", "exemple", qui sont marquées par des connecteurs comme *car, parce que, puisque, donc, pour que, de sorte que, à moins que, si, même, d'ailleurs, à cause de ou par exemple*.

Il est intéressant d'observer en passant que les catégories de relation qui résultent d'une approche interactionniste descendante du discours sont différentes de celles qui résultent d'une approche grammaticale montante, telles que cause, concession, condition, opposition, qui ne sont guère staisfaisantes pour l'analyste, car elles présentent de nombreux chevauchements, comme l'ont montré plusieurs chercheurs (cf. Couper Kuhlen & Kortmann 2000); dans notre approche, *si, puisque* et *bien* d'une part, ou *mais, bien que* et *même si* d'autre part, indiquent les mêmes relations interactives génériques, respectivement argument et contre-argument.

La description des relations génériques dans un texte dialogique ou monologique est fondée sur

- a) la structure hiérarchique, qui définit les constituants textuels: échange, intervention et acte, et les relations de dépendance entre ceux-ci;
- b) la présence (ou la possibilité d'insérer) un marqueur de relation illocutoire ou interactive appartenant à une certaine classe.

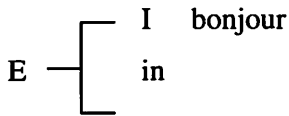
Plus précisément, les relations illocutoires génériques sont définies par la place de l'intervention dans la structure de l'échange. Quant aux relations interactives génériques, elles sont pour la plupart caractérisées par la présence (ou la possibilité d'insérer) un connecteur. Certaines relations, en particulier celles de préliminaire, de commentaire et de clarification sont définies par défaut par la position du constituant dans la structure hiérarchique. La liste suivante indique les marques les plus communes en français pour chaque relation interactive générique:

- a) argument (*parce que, puisque, car, comme, même, d'ailleurs, si, alors, donc, par conséquent, pour que, de sorte que, au moins, etc.*);
- b) contre-argument (*bien que, quoique, quel ... que, quelque que, même si, mais, pourtant, néanmoins, cependant, quand même, quand bien même, seulement, avoir beau, etc.*);
- c) reformulation (*en fait, de fait, au fond, en tout cas, de toute façon, enfin, finalement, après tout, en somme, somme toute, etc.*);
- d) topicalisation (*quant à, en ce qui concerne, ou dislocation à gauche*) ;
- e) succession (*puis, ensuite, après que, dès que, etc.*);
- f) préliminaire (pas de marqueur spécifique; l'acte subordonné précède le principal);
- g) commentaire (pas de marqueur spécifique; l'acte subordonné suit le principal);

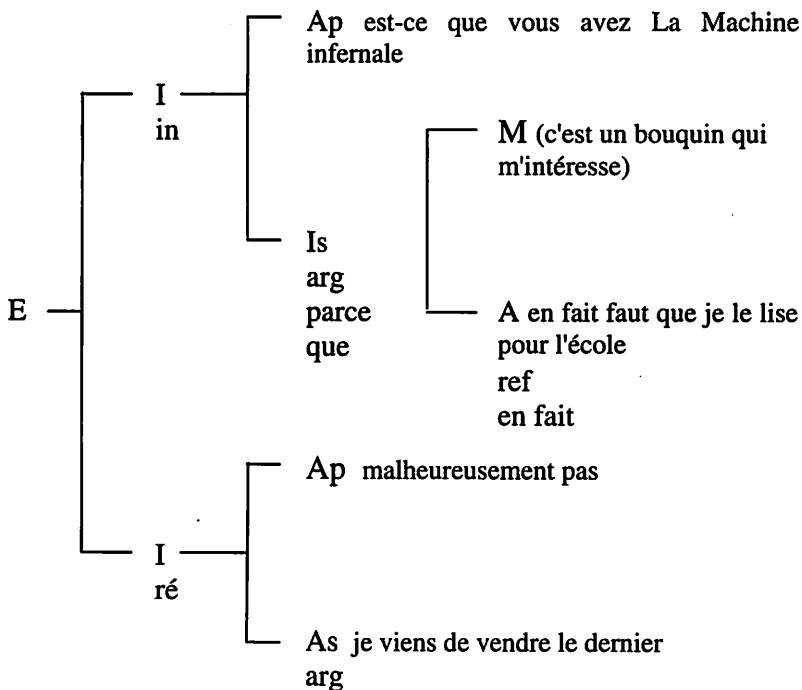
h) clarification (pas de marqueur spécifique; il s'agit de la relation entre un constituant principal et l'échange subordonné suivant, s'il commence par une question).

Les principales catégories proposées constituent donc une liste fermée des relations les plus courantes inventoriées dans des discours tant dialogiques que monologiques, qui s'appuie sur l'observation des opérations requises par la satisfaction des contraintes de complétude dialogique et monologique, ainsi que de classes de (ou de l'absence) de marques linguistiques ou textuelles correspondant à ces opérations.

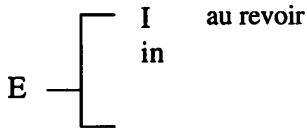
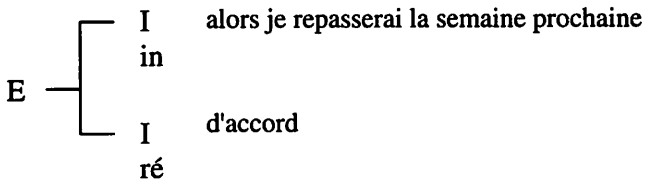
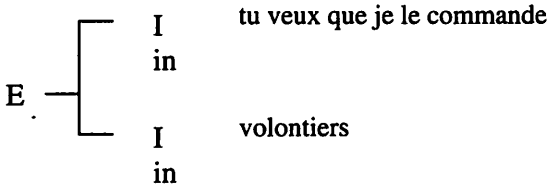
En utilisant ces catégories, on peut passer à la description des relations textuelles génériques entre les constituants de notre dialogue en librairie (j'utilise in pour initiative, ré pour réactive, arg pour argument, c-arg pour contre-argument, ref pour reformulation, pré pour préalable, com pour commentaire et clar pour clarification).



On a affaire ici à un échange tronqué; en enchaînant directement par l'ouverture de l'échange suivant, le locuteur de l'intervention à fonction illocutoire initiative dispense son interlocuteur de clore cet échange rituel par une intervention liée à la précédente par une relation illocutoire réactive.



Dans la mesure où la relation s'établit entre un constituant de la structure hiérarchique et une information en mémoire discursive ayant sa source dans le segment voisin, je l'indique sous le constituant concerné dans la structure hiérarchique. Entre le dernier acte principal et l'acte subordonné suivant, je pose une relation d'argument, qui est confirmée par la possibilité d'insérer le connecteur *car*. Si la relation s'établit entre un constituant de la structure hiérarchique et une information en mémoire discursive qui n'a pas sa source dans un constituant textuel, comme la relation indiquée ici par *en fait*, j'introduis dans la structure une information en mémoire discursive M, pour laquelle je propose une formulation tentative entre parenthèses.



Le dernier échange est aussi un échange rituel tronqué: le client, en quittant la librairie, dispense de fait le libraire de réagir.

Je me suis contenté jusqu'ici de repérer les relations illocutoires et interactives génériques entre des constituants textuels et des informations en mémoire discursive à l'aide de critères heuristiques tels que la position d'un constituant de la structure hiérarchique par rapport à un autre, la présence de certaines marques linguistiques, comme *parce que* ou la possibilité d'en insérer une. Ce faisant, je n'ai pas encore décrit la relation spécifique entre un constituant et une information en mémoire discursive qui est liée à l'emploi d'une certaine marque dans un certain contexte, ni expliqué l'origine de la relation si celle-ci n'est pas marquée. La détermination de la relation spécifique et la sélection de l'information en mémoire discursive résultent d'un calcul inférentiel, fondé sur la combinaison d'informations de natures linguistique, hiérarchique et référentielle.

Pour décrire les relations spécifiques entre des constituants textuels et des informations en mémoire discursive, j'utiliserai un modèle de l'inférence qui s'applique aussi bien au calcul des relations spécifiques marquées qu'à celles qui sont non marquées. Lorsque la relation entre deux segments textuels adjacents (ou, plus précisément entre le second constituant textuel et l'information introduite en mémoire discursive par le premier), n'est pas marquée linguistiquement, elle doit être calculée inférentiellement en combinant les informations fournies par les deux constituants à partir de nos connaissances du monde. Si je prends l'exemple de la séquence (f)-(g) de notre dialogue en librairie:

(f) malheureusement pas (g) je viens de vendre le dernier

on peut postuler une relation spécifique de cause entre les deux constituants en référence à l'information, qui relève de nos connaissances du monde, du sens commun, selon laquelle si un libraire a vendu le dernier exemplaire d'un livre, alors il n'en a plus.

On peut calculer la relation de la manière suivante, en utilisant un modèle simple de l'inférence qui relie des prémisses à une conclusion:

prémisse 1	information linguistique forme logique enrichie	L dit à C qu'il n'a malheureusement pas <i>La Machine infernale</i>
prémisse 2	information linguistique forme logique enrichie	L dit à C qu'il vient de vendre le dernier exemplaire de <i>Lmi</i>
prémisse 3	information la plus accessible en mémoire n'en a plus	si un libraire a vendu le dernier exemplaire d'un livre, alors il

conclusion	interprétation	L dit à C qu'il vient de vendre le dernier exemplaire de <i>Lmi</i> pour indiquer la cause du fait qu'il ne l'a pas (il y a une relation spécifique de cause entre les deux, qui pourrait être explicitée par parce que)
------------	----------------	--

La présentation de ce calcul inférentiel de la relation est informelle. A la différence de la SDRT, qui décrit généralement des exemples fabriqués, et en accord avec la RST, j'estime que nous ne disposons pas encore des instruments permettant un calcul formel des relations dans des discours authentiques.

Si un constituant textuel comprend un connecteur, on utilisera les instructions données par celui-ci dans le lexique pour 1) sélectionner en mémoire discursive l'information la plus accessible à laquelle ce constituant est relié par le connecteur et 2) calculer la relation interactive spécifique entre le constituant et l'information en mémoire discursive.

Examinons rapidement la séquence (c)-(d), qui présente l'intérêt de comporter deux connecteurs:

est-ce que vous avez *La Machine infernale* / (d) parce que / en fait faut que je le lise pour l'école \\\

Je vais calculer successivement les relations spécifiques marquées par les connecteurs *parce que* et *en fait*.

prémisse 1	information linguistique	le client demande au libraire s'il a <i>La Machine infernale</i>
------------	--------------------------	--

prémisse 2	information lexicale (instruction donnée pard'un acte y <i>parce que</i>)	si on dit <i>parce que</i> x, c'est pour présenter x comme la cause
------------	--	---

prémisse 3	information référentielle	le client vient de demander à acheter <i>LMI</i>
------------	---------------------------	---

prémisse 4	information référentielle	le fait qu'on doit lire un livre pour l'école peut être la cause de la demande d'acheter ce livre
------------	---------------------------	--

conclusion	interprétation	le client présente la nécessité de lire <i>LMI</i> pour l'école comme une justification de sa demande d'achat
------------	----------------	---

prémisse 5	information lexicale (instruction donnée <i>en fait</i>)	si on dit <i>en fait</i> x, c'est pour présenter x comme un fait conduisant à reformuler une hypothèse y
------------	--	--

prémisse 6	information référentielle	on peut envisager plusieurs hypothèses motivant l'achat d'un livre: intérêt, conseil, réputation, etc
------------	---------------------------	---

conclusion	interprétation	le client justifie sa demande d'achat en mentionnant un fait: l'obligation de lire le livre pour l'école, qui le conduit à reformuler une hypothèse
------------	----------------	---

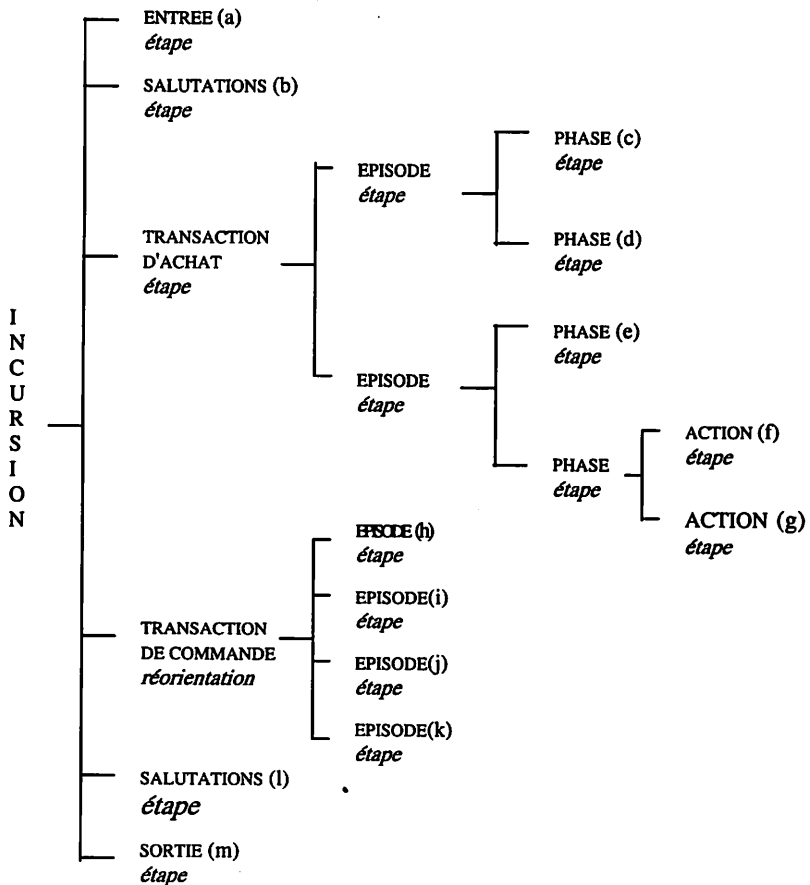
Le traitement des relations textuelles présenté ici en termes de relations génériques et spécifiques permet d'éviter un écueil majeur des traitements proposés jusqu'ici, à savoir la difficulté de concilier, dans la description de l'organisation d'un discours, l'exigence d'un nombre réduit de catégories générales de relations (appartenant à une liste fermée, motivée dans une perspective cognitive interactionniste) et le calcul de la diversité des relations spécifiques dans les séquences discursives observées, qui tient compte des instructions données par d'éventuelles marques linguistiques.

LA DESCRIPTION DES RELATIONS PRAXEOLOGIQUES

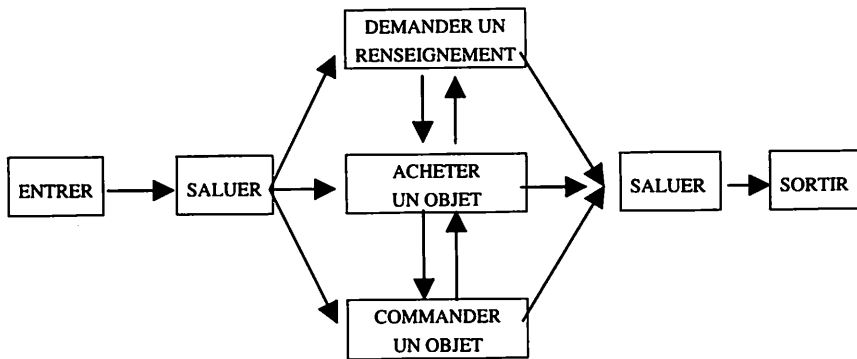
Après avoir ainsi traité des relations de discours textuelles, j'aborderai les relations praxéologiques, qui ne sont jamais décrites en tant que telles par les chercheurs en analyse du discours; en effet, elles sont soit confondues avec les relations textuelles (quand Berrendonner (1993) parle de programme praxéologique pour la structure de la période, qui correspond à notre intervention), soit ignorées, alors qu'elles sont indispensables dans la description d'interactions comportant plusieurs échanges indépendants, ainsi que dans le traitement des actions langagières intercalaires hétérogènes (comme demander d'ajuster le volume du micro lors d'un enregistrement) et des actions non langagières (entrer, regarder sur les rayons, etc.). Ces relations relèvent du module référentiel de la composante situationnelle, qui décrit les représentations et structures praxéologiques et conceptuelles de l'univers dans lequel se déroule le discours et de l'univers dont il parle (voir le chapitre 4 de Roulet, Filliettaz & Grobet 2001 et Filliettaz 2002). Il permet de décrire la

structure praxéologique des treize actions minimales qui constituent notre interaction en librairie

Reprenant certaines hypothèses des deux ouvrages précités, je postule une structure hiérarchique praxéologique fondée sur les constituants INCURSION, TRANSACTION, EPISODE, PHASE et ACTION, qui peuvent être liés par des relations praxéologiques d'étape, de réorientation et d'interruption. La structure de cette interaction peut être schématisée ainsi (à noter que chacun des constituants à droite est réalisé par une ACTION, que je me dispense de noter comme telle si ce n'est pas nécessaire):



Cette structure hiérarchique praxéologique constitue le produit émergent, une exploitation particulière, de la représentation praxéologique sous-jacente à toute interaction de service, qu'on peut représenter à l'aide de l'organigramme suivant:

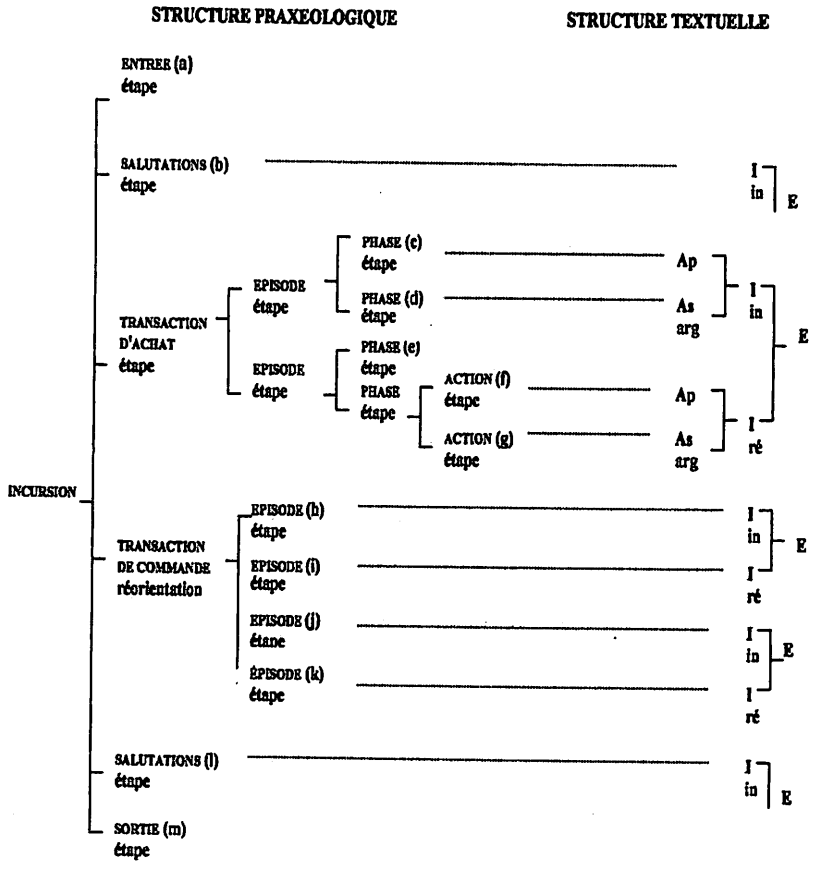


L'incursion que constitue notre interaction en librairie est formée de transactions, qui correspondent soit aux étapes prévues horizontalement dans la représentation, soit à une réorientation, décrite dans la représentation par le passage vertical de l'achat à la commande. Si on pousse l'analyse plus loin, chaque transaction s'analyse en épisodes, qui en constituent autant d'étapes; ainsi pour la transaction d'achat qui se décompose en un épisode de demande et un épisode de réaction. Chaque épisode s'analyse en phases, qui en constituent autant d'étapes; ainsi l'épisode de demande s'analyse en une phase d'indication de l'objet et une phase de justification, qui correspondent en fait à des actions minimales, puisqu'elles ne peuvent pas être décomposées.

On voit bien que l'analyse en actions minimales rejoint sur certains points l'analyse en actes de la structure hiérarchique textuelle. D'où l'intérêt de coupler la structure praxéologique avec la structure textuelle que j'ai décrite précédemment. On obtient ce que nous appelons la structure opérationnelle, qui indique comment s'articulent les activités langagières et non langagières constituant cette interaction en librairie et qui

permet en particulier de rendre compte des relations, de nature praxéologique, entre les échanges indépendants décrits par la structure hiérarchique textuelle, ainsi que de la fonction des actions non langagières.

STRUCTURE OPERATIONNELLE

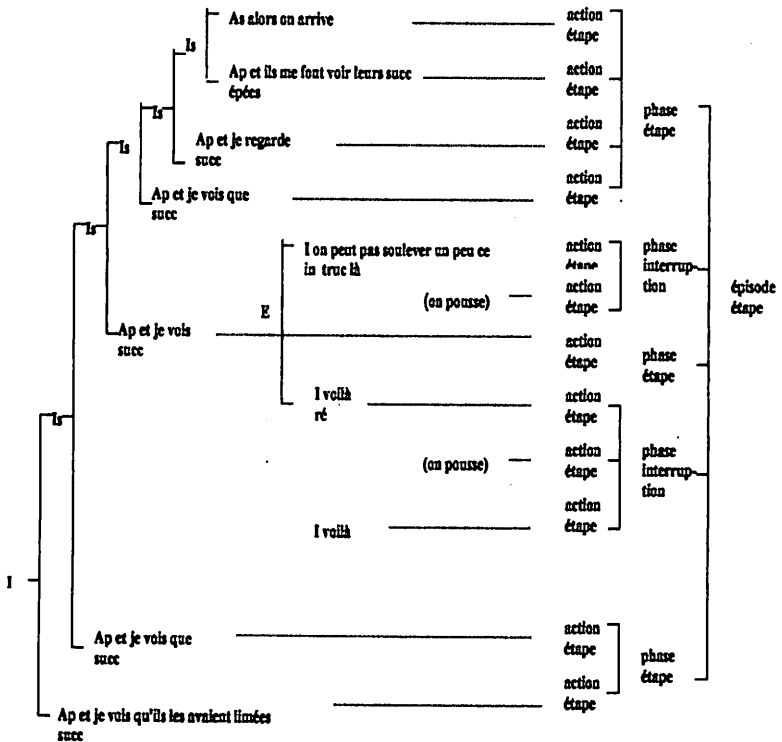


Ainsi, l'action (e) [il regarde sur les rayons] apparaît très clairement comme une phase de l'épisode de réaction à la demande d'achat, phase qui est liée à la phase de réponse langagière par une relation praxéologique d'étape. A noter aussi que la même séquence, par exemple (h)-(i) peut être décrite comme une séquence de deux épisodes, se réduisant en fait à deux actions, liées par une relation praxéologique d'étape, et comme une séquence de deux interventions constitutives d'échange liées par une relation illocutoire initiative et une relation illocutoire réactive.

L'approche proposée ici permet aussi de rendre compte des actions langagières hétérogènes intercalaires observées par Berrendonner (1993: 55-56), à propos de l'exemple suivant:

alors on arrive / et ils me font voir leurs épées / et je regarde /
et je vois que... [*faible et bas*] *on peut pas soulever un peu / ce
truc / là / (on pousse) voilà* | et je vois | (*on pousse*) *voilà* | et
je vois que - et je vois qu'ils les avaient limées \ (oral, radio)
[c'est moi qui introduis les italiques]

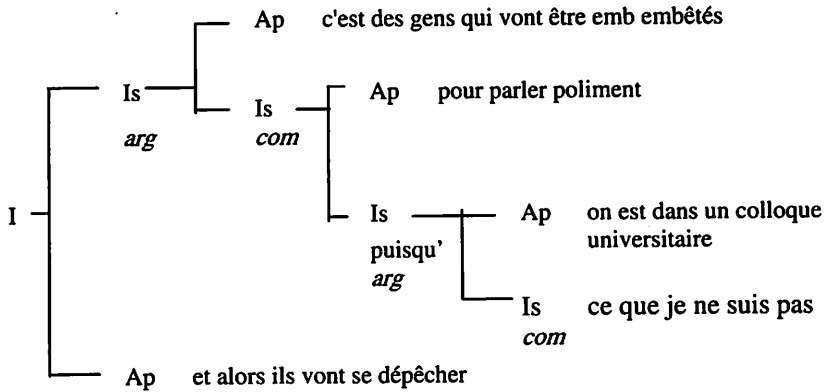
Berrendonner note à juste titre que les actes en italiques ne font pas partie de la narration et ne pourraient être intégrés dans la structure hiérarchique textuelle de celle-ci. Le seul moyen d'en rendre compte, me semble-t-il, c'est d'admettre que, comme les autres actes, ils font partie d'une activité globale d'interview, et que, s'ils ne sont pas liés à ceux-ci par des relations interactives de commentaire (comme d'autres exemples, légèrement différents, de Berrendonner traités dans Roulet 2001), ils sont, en tant qu'actions, liés aux actions correspondant à ceux-ci par une relation praxéologique d'interruption. On peut décrire cette organisation opérationnelle complexe à l'aide du schéma suivant:



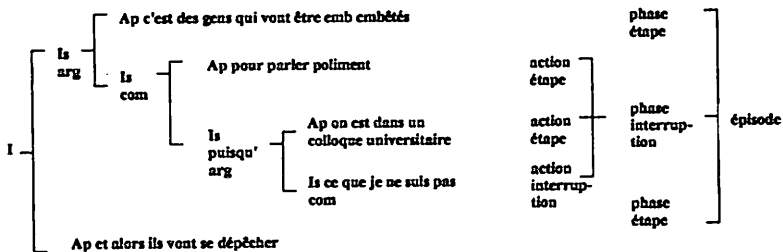
En fait, ce type de structure opérationnelle permet même de rendre compte des exemples de Berrendonner (1993) qui m'avaient paru, dans un premier temps relever exclusivement de la structure hiérarchique et de l'organisation relationnelle textuelle, comme je l'avais proposé dans Roulet (2001); ainsi, pour l'exemple suivant:

c'est des gens qui vont être emb embêtés / pour parler poliment
 puisqu'on est dans un colloque universitaire / ce que je ne suis
 pas \ et alors ils vont se dépêcher...

Je proposais la structure ci-dessous:



Mais elle ne rendait pas compte d'une dimension importante des incises, à savoir le fait qu'elles constituent une interruption. Il apparaît maintenant qu'on peut rendre compte aisément de cette dimension en postulant, outre une relation textuelle de commentaire entre les incises et les constituants principaux, une relation praxéologique d'interruption entre les phases ou actions correspondantes, comme le montre la description de la structure opérationnelle suivante:



Ces exemples montrent bien que, si le traitement des relations praxéologiques proposé ici reste rudimentaire et doit faire l'objet d'études plus poussées, on ne saurait en faire plus longtemps l'économie dans la description de l'organisation des discours, même ceux qui ne paraissent pas comporter d'activités non langagières.

LE MARQUAGE LINGUISTIQUE DES RELATIONS: LEXICALISATION ET GRAMMATICALISATION

L'approche modulaire permet enfin d'aborder la question du marquage linguistique des relations, qui constitue une dimension importante de l'organisation relationnelle du discours, sous ses deux aspects: lexical et grammatical. On peut en effet distinguer les cas de figure suivants.

Dans la séquence suivante, formée d'un constituant non langagier et d'un constituant langagier

(a) [il entre] (b) bonjour \

on observe seulement une relation praxéologique, d'étape, qui n'est pas marquée linguistiquement, entre les deux constituants.

Dans la séquence suivante, formée de deux constituants langagiers, mais relevant de deux échanges différents:

(i) volontiers \ (j) alors je repasserai la semaine prochaine //

la relation praxéologique d'étape est marquée par *alors*. Cette observation met en évidence la nécessité d'examiner systématiquement les marqueurs de relations praxéologiques, qui a été jusqu'ici négligée.

La séquence

(f) malheureusement pas \ (g) je viens de vendre le dernier \

est analysable à deux niveaux, complémentaires. D'une part, comme la séquence précédente, elle est formée de deux actions, qui sont liées par une relation praxéologique d'étape. D'autre part, ces deux actions sont des actes langagiers. En tant que constituants d'une intervention, ils sont liés par une relation interactive, ici d'argument. Celle-ci n'est pas marquée linguistiquement, mais elle peut être identifiée comme relation générique d'argument par la possibilité d'introduire un connecteur appartenant à la classe des argumentatifs (par exemple *parce que*) sans changer l'interprétation de la séquence. De plus, la relation interactive spécifique de cause peut être calculée à partir des prémisses linguistiques enrichies que constituent les formes propositionnelles des deux propositions indépendantes et de la prémisses référentielle constituée par l'information, qui relève du sens commun, selon laquelle "si on vient de vendre le dernier exemplaire d'un ouvrage, on n'en a plus".

On peut introduire dans cette dernière séquence un connecteur argumentatif de nature adverbiale, comme *en effet*:

(f) malheureusement pas \ (g') en effet je viens de vendre le dernier \

La relation textuelle entre les deux actes, réalisés par des propositions indépendantes, est ainsi marquée au plan lexical; on parlera alors de lexicalisation de la relation.

On peut aussi introduire un connecteur argumentatif appartenant à la catégorie syntaxique de la conjonction, comme *car*, voire *parce que*:

(f) malheureusement pas \ (g'') car je viens de vendre le dernier \

La relation textuelle entre les deux actes, qui constituent une proposition indépendante, est ainsi marquée aux deux plans lexical et grammatical; on parlera alors de grammaticalisation de la relation³.

³ Dans Nølke (à paraître), je faisais l'hypothèse qu'on pouvait distinguer un troisième type de relation de discours, sémantique (en restreignant le champ de la sémantique

Chacune de ces deux étapes de de la lexicalisation et de la grammaticalisation des relations de discours impose des contraintes plus strictes sur la construction et sur l'interprétation du discours.

L'emploi d'un adverbe ou d'une locution adverbiale ménage à ceux-ci une grande mobilité à l'intérieur du constituant qu'ils marquent; il peut se situer au début, au milieu ou à la fin de l'acte, sans modifier la relation, comme le montrent les exemples suivants:

- (f) malheureusement pas \ (g') en effet je viens de vendre le dernier \
- (f) malheureusement pas \ (g'') je viens en effet de vendre le dernier \
- (f) malheureusement pas \ (g''') je viens de vendre le dernier en effet \

L'emploi d'une conjonction de subordination autorise une interversion du constituant subordonné qu'elle marque et du constituant principal, comme le montrent les exemples fabriqués suivants (l'opération étant plus courante à l'écrit qu'à l'oral):

- J'ai longtemps hésité à lire ce livre, parce qu'il est difficile.
- Parce qu'il est difficile, j'ai longtemps hésité à lire ce livre.

l'interversion des deux constituants ne touche pas la relation, même si elle joue sans doute un rôle dans la structure informationnelle de la séquence.

En revanche, l'interversion des constituants est impossible avec une conjonction de coordination, comme *car* ou *mais*.

à la proposition indépendante), entre les propositions reliées par une conjonction dans une proposition indépendante, mais elle soulève davantage de problèmes qu'elle n'en résout dans la mesure où une conjonction comme *parce que* ou *mais* enchaîne souvent sur l'énonciation ou peut même apparaître en tête d'intervention.

Par ailleurs, l'emploi d'une conjonction, de coordination ou de subordination, limite en principe au constituant antérieur de l'intervention, s'il y en a un, l'origine de l'information en mémoire discursive sur laquelle le connecteur enchaîne, alors qu'une locution adverbiale peut fort bien enchaîner sur une information en mémoire discursive qui n'a pas sa source dans le constituant antérieur, comme le montrent respectivement les emplois de *parce que* et de *en fait* dans la séquence:

(c) est-ce que vous avez *La Machine infernale* (d) parce que .
en fait faut que je le lise pour l'école \\\

dont nous avons analysé l'interprétation sous 3.

CONCLUSION

Si on reprend l'examen de la question des relations de discours dans une perspective interactionniste et descendante (top down), selon les recommandations de Bakhtine et de Pike, et non, comme la plupart des linguistes, et même des pragmaticiens, persistent à le faire, dans une perspective montante (bottom up; des lexèmes et des énoncés vers le discours), on observe:

- A. que toutes nos activités dans le monde peuvent être décomposées en constituants praxéologiques (incursions, transactions, épisodes, phases, actions), liés par des relations praxéologiques (étape, réorientation, interruption);
- B. qu'un sous-ensemble des séquences d'actions se réalisent sous la forme de constituants textuels (échanges, interventions, actes) liés par des relations textuelles (illocutoires et interactives), qui peuvent être marquées ou non par des formes linguistiques.

On observe alors les trois degrés suivants dans l'organisation d'une séquence dans une interaction:

I. Elle peut être formée de deux actions non langagières, ou d'une action non langagière et d'une action langagière (réalisée par un acte textuel), liées seulement par une relation praxéologique, qui peut être marquée ou non marquée.

II. Elle peut être formée de deux actions langagières, généralement réalisées par des actes textuels et correspondant à des propositions indépendantes; on observe alors une relation praxéologique entre les actions, doublée d'une relation textuelle entre les actes, qui peut être éventuellement marquée lexicalement par un adverbe ou une locution adverbiale.

III. Elle peut être formée de deux actions langagières, généralement réalisées par des actes textuels et correspondant à une proposition indépendante; on observe alors une relation textuelle marquée lexicalement et grammaticalement par une conjonction (de coordination ou de subordination).

En conclusion, le recours à une approche modulaire nous a permis de distinguer deux types de relations de discours, textuelles et praxéologiques, qui sont souvent confondus, voire ignorés, et de montrer comment celles-ci se combinent dans l'organisation d'interactions, rarement décrites jusqu'ici, qui sont formées d'actions langagières et non langagières ou d'actions langagières intercalaires homogènes (comme les incises) ou hétérogènes. Il nous a permis aussi de distinguer un ensemble réduit de relations textuelles génériques, défini, dans une perspective interactionniste à partir des opérations de base requises par la satisfaction des contraintes de complétude dialogique et monologique, ainsi que des relations spécifiques, qui doivent faire l'objet, pour toutes les occurrences de constituants textuels, d'un calcul inférentiel combinant informations linguistiques et situationnelles. Il nous a permis enfin de décrire les différentes marques de ces relations, de la lexicalisation à la grammaticalisation, avec les contraintes qu'elles imposent sur l'organisation du discours.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

BATEMAN, J. A. & K. J. RONDHUIS. "Coherence relations: Towards a general specification". *Discourse Processes* 24: 3-49, 1997.

BERRENDONNER, A. "Pour une macro-syntaxe". *Travaux de linguistique* 21: 25-36, 1990.

BERRENDONNER, A. "Périodes". H. Parret (éd.). *Temps et discours*. Louvain: Presses universitaires. 47-61, 1993.

BUSQUETS, J., L. Vieu, L. & N. ASHER. "La SDRT: une approche de la cohérence du discours dans la tradition de la sémantique dynamique". *Verbum* 23: 73-101, 2001.

CHAROLLES, M. "De la phrase au discours: quelles relations?", in A. Rousseau (éd.). *Sémantique des relations*. Lille: Septentrion, (à paraître)

DUCROT, O. & al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

FILLIETTAZ, L. *La parole en action*. Québec: Nota Bene, 2002.

FILLIETTAZ, L. & ROULET, E. "The Geneva Model of Discourse Analysis. An interactionist and modular approach to discourse organization". *Discourse Studies*, 2002.

GROBET, A. *L'identification des topiques dans les dialogues*. Bruxelles: Duculot, 2002.

Groupe λ -1. "car, parce que, puisque". *Revue romane* 10: 248-280, 1975.

KNOTT, A. & R. DALE. "Using linguistic phenomena to motivate a set of coherence relations". *Discourse processes* 18: 35-62, 1994.

KNOTT, A. & T. SANDERS (1998). "The classification of coherence relations and their linguistic markers: An exploration in two languages". *Journal of Pragmatics* 30: 135-175, 1988.

MANN, W. C. & S. A. THOMPSON. "Rhetorical Structure Theory: Toward a functional theory of text organization". *Text* 8: 243-281.

MARCU, D. *The theory and practice of discourse parsing and summarization*. Cambridge: MIT Press, 2000.

MARINHO, J.H.C. *O funcionamento discursivo do item onde: uma abordagem modular*. Belo Horizonte: thèse UFMG, 2002.

- NØLKE, H. (éd.) *Macro-syntaxe et macro-sémantique*. Berne: Lang, (à paraître).
- REBOUL, A. & J. MOESCHLER. *Pragmatique du discours*. Paris: Colin, 1998.
- ROSSARI, C. *Les opérations de reformulation*. Berne: Lang, 1994.
- ROSSARI, C. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy: PUN, 2001.
- ROULET, E. *La description de l'organisation du discours*. Paris: Didier, 1999.
- ROULET, E. "Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours". H. Nølke & J.-M. Adam (éds). *La modularité: de la langue au discours*. Lausanne: Delachaux & Niestlé. 187-279, 2000.
- ROULET, E. "Le problème de la définition des unités à la frontière entre le linguistique et le textuel". *Verbum*, 2001.
- ROULET, E. & al. *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang, 1985.
- ROULET, E., L. FILLIETTAZ & A. GROBET. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.
- SANDERS, T., W. SPOOREN. & L. NOORDMAN. "Toward a taxonomy of coherence relations". *Discourse Processes* 15: 1-35, 1992.
- SANDERS, T., W. SPOOREN. & L. Noordman. "Coherence relations in a cognitive theory of discourse representation". *Cognitive Linguistics* 4/2: 93-133, 1993.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: CUP, 1987.
- SIMON, A.-C. *Segmentation et structuration prosodiques du discours*. Louvain la Neuve: thèse. Sperber, D. & D. Wilson (1989). *La pertinence*. Paris: Minuit. 2002.

TEXTUALISATION ET CADRAGE DES ACTIVITES.
UNE ANALYSE PRAXEOLOGIQUE
DES INTERACTIONS DE SERVICE¹

LAURENT FILLIETTAZ
UNIVERSITE DE GENEVE

LES MODELES DU DISCOURS FACE AUX THEORIES DE L'ACTION

A de nombreux égards, la question des rapports entre l'action et le discours est bien loin de constituer une problématique nouvelle dans

¹ Les travaux présentés dans cet article ont été rendus possibles grâce à un financement du Fonds National Suisse pour la Recherche Scientifique (subside n. 12-61516.00) portant sur un programme de recherche consacré aux *Propriétés situationnelles, textuelles et linguistiques des transactions de service*.

le champ des sciences du langage. En effet, si l'on considère que la pragmatique des actes de langage (Austin, 1970, Searle, 1969) partage avec des courants disciplinaires comme la sociolinguistique (Labov, 1976, 1978), l'analyse conversationnelle (Sacks, 1992) ou l'ethnographie de la communication (Hymes, 1984) une volonté de rupture avec une vision exclusivement codique des processus langagiers, on doit bien admettre que le concept d'action se retrouve au cœur des profonds bouleversements qu'a connus la linguistique occidentale depuis les années 1950.

Pourtant, force est de constater que la problématique de *l'agir communicationnel* s'est vue considérablement renouvelée ces dernières années, et qu'elle a donné lieu récemment à d'importantes contributions dans différents champs disciplinaires. En effet, l'indexation des productions langagières à leurs situations d'action se retrouve aujourd'hui au centre des préoccupations des analystes du discours, et ce aussi bien dans la tradition francophone (Maingueneau, 1995, Bronckart, 1997, Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001, Burger, 2002) que dans les différents paradigmes anglo-saxons que sont la *Social Discourse Analysis* (Van Dijk, 1997a et b), la *Critical Discourse Analysis* (Wodak, 1997) ou encore la *Mediated Discourse Analysis* (Scollon, 2001). La richesse de ces travaux et la multitude des questions qu'ils développent (les rapports entre genres de discours et types de séquences, le statut des conduites non verbales dans la construction de l'interaction, la négociation des identités discursives, le statut des médiations sémiotiques, etc.) tend à montrer que la logique illocutoire ne constitue pas le cadre de référence ultime d'une linguistique du discours, et que le programme de recherche bakhtinien, centré entre autres sur l'étude "des formes et des types d'interaction verbale en liaison avec les conditions concrètes où celle-ci se réalise" (Bakhtine, 1977:137), bien que méthodologiquement premier, n'a pas encore été complètement déployé.

Plusieurs raisons expliquent ce regain d'intérêt pour la problématique de l'action dans la configuration actuelle des sciences du langage:

- a. Au plan *théorique*, la prise en compte progressive des informations contextuelles dans la description des processus communicationnels (Kleiber, 1997) a naturellement orienté les recherches vers l'analyse des actions : on conçoit en effet bien souvent les propriétés de l'agir (buts, rôles, participants, etc.) comme les éléments structurants des situations de production du discours (Kerbrat-Orecchioni, 1990:76ss).
- b. Au plan *historique*, la traduction et la diffusion récente des travaux de l'approche historico-culturelle développée par la psychologie soviétique (Vygotsky, Leontiev, etc.) a profondément renouvelé des domaines scientifiques comme la psychologie développementale ou encore la sociologie des interactions. Mais elle a également considérablement influencé l'analyse des discours. La centralité du langage et des activités socio-historiques dans la description de l'émergence de la conscience par Vygotsky a par exemple donné lieu à de nouvelles formes d'articulation entre les conduites finalisées et les productions sémiotiques qui les médiatisent (voir Bronckart, 1997:chap. 1).
- c. Au plan *épistémologique*, on peut remarquer avec Brassac (2000:221ss) que "l'essentiel des modèles du discours reposent sur une vision représentationnaliste, informationnaliste de la communication"², et qu'ils négligent le fait que "les direx ne sont pas des objets à traiter, ils sont des actions continûment modificatrices du monde interlocutoire". De ce point de vue, la prise en compte des contextes d'action et des capacités "modificatrices" des productions langagières constitue pour l'analyse du discours un enjeu majeur, dont elle tire sa singularité, et sur lequel elle fonde la pertinence de son programme de recherche.
- d. Enfin, au plan *empirique*, le développement spectaculaire des recherches appliquées - comme par exemple celles qui portent sur

² La pragmatique radicale de Reboul & Moeschler (1998:17) reconduit par exemple explicitement cette conception informationnaliste de la communication : "Le langage est probablement d'abord et avant toute chose un outil de représentation et de transmission de connaissance et d'information".

le langage au travail (Boutet, 1995, Borzeix & Fraenkel, 2001, Sarangi & Roberts, 1999, Gunnarsson, Linell & Nordberg, 1997, Boden, 1994, Candlin, à paraître etc.) - oriente naturellement les analyses vers l'étude des contextes de production des discours et vers une conceptualisation globale des conduites finalisées des agents. Dans cette perspective, de nouveaux besoins théoriques se font jour, qui portent spécifiquement sur la contribution des productions langagières à la construction des actions conjointes.

Ces raisons attestent du rôle prépondérant de la problématique de l'action dans les recherches contemporaines en sciences du langage. Elles montrent aussi que les modèles du discours se retrouvent aujourd'hui à un point critique de leur développement, et qu'ils font face à des défis méthodologiques et épistémologiques de taille : outre le fait qu'ils s'approprient le "réseau conceptuel de l'action" et qu'ils s'ouvrent progressivement à des domaines disciplinaires aussi variés que la *philosophie analytique* (Anscombe, 1957, Ricoeur, 1977), la *psychologie sociale* (von Cranach, 1982) ou encore divers courants *sociologiques* comme la microsociologie de la vie quotidienne (Goffman, 1991), l'ethnométhodologie (Garfinkel, 1967, Quéré, 1990, 1992), la phénoménologie sociale (Schütz 1987) ou plus récemment l'ergonomie (Clot, 1999, Boutet, 1995, Borzeix & Fraenkel, 2001), les modèles du discours sont appelés à déterminer en quoi le recours aux théories de l'action peut déboucher sur des instruments d'analyse permettant de rendre compte de la composante praxéologique des productions langagières.

Ce sera précisément l'objectif de cet article que de déterminer en quoi les modèles du discours peuvent contribuer efficacement au développement des théories de l'action, et à quelles conditions ils peuvent permettre de décrire avec finesse les rapports qui se tissent entre les activités sociales et les unités sémiotiques qui les médiatisent. Pour ce faire, nous commencerons par rappeler quelques-unes des distinctions par lesquelles les modèles du discours ont souvent cherché à aborder la dimension praxéologique des productions langagières (2). Une confrontation de ces points de

repère à des données empiriques attestées permettra ensuite de faire remarquer que les dichotomies sur lesquelles se sont érigés les emprunts au champ conceptuel de l'agir ne permettent pas toujours d'appréhender dans leur complexité les processus liés à l'organisation des activités langagières (3), mais que des transformations méthodologiques majeures doivent être entreprises pour inscrire l'analyse du discours dans une démarche praxéologique (4).

QUELQUES POINTS DE REPÈRE DANS L'ÉTUDE DES RAPPORTS ENTRE L'ACTION ET LE DISCOURS

Dans leur volonté de se donner des points de repère dans le champ de l'analyse des activités, les modèles du discours se sont parfois réapproprié (non sans les radicaliser !) des débats internes aux théories de l'action. De ce fait, ils ont souvent abordé la composante praxéologique des productions verbales à l'aide de *distinctions dichotomiques*, qui ont largement contribué à structurer la manière dont ils ont conceptualisé les rapports du discours à l'action (voir Jones, 2002). Dans les paragraphes suivants, nous rappellerons quelques-uns de ces points de repère, avant de les mettre à l'épreuve d'une analyse d'interaction authentique (3).

ACTIONS REPRESENTÉES VS. ACTIONS MÉDIATISÉES

Dans le récent *Dictionnaire d'analyse du discours* (Charaudeau & Maingueneau, 2001:24), Charaudeau et Chabrol rappellent que "*dans le cadre d'une linguistique du discours se posent un certain nombre de problèmes qui tiennent à ce qu'il y a différentes façons de considérer et de traiter l'action*". Plus particulièrement, ils montrent que l'action a tantôt été envisagée comme a) un objet de représentation donnant lieu à la construction d'un récit b) le résultat (ou valeur performative) d'un ensemble de comportements langagiers qui contribuent à la construction des univers d'influence entre les partenaires et à la modification de leurs états intellectifs et émotionnels. Dans la première acception, l'action est considérée

comme un "objet du discours", alors que dans la seconde, elle en constitue le "contexte de production".

On pourrait ajouter à propos de cette dichotomie qu'elle renvoie historiquement à des traditions théoriques clairement distinctes, qui, à quelques rares exceptions près (voir Bronckart, 1997), ont peu été mises en relation :

- a. La question de la représentation de l'action et de ses effets sur les infrastructures textuelles a par exemple été au centre des recherches de la sémiotique littéraire (Greimas, 1970), de l'herméneutique (Ricoeur, 1986) ou encore de la linguistique textuelle (Adam, 1992, Revaz, 1997). Elle a permis d'identifier différents "textes d'action" (les récits, les textes procéduraux, etc.) et de les mettre en relation avec d'autres constructions référentielles (ex : la représentation des événements).
- b. La question des effets de l'usage du langage sur la construction des univers d'influence constitue en revanche l'objet de recherche privilégié de diverses approches pragmatiques³, qu'elles portent sur l'interprétation des énoncés (Searle, 1969) ou encore sur la description d'unités discursives plus vastes (Ghiglione & Trognon, 1993, Clark, 1996, Van Dijk, 1997a et b, Scollon, 2001). Elle a permis notamment de déterminer en quoi les situations d'action influencent les productions langagières, et réciproquement, en quoi les processus communicationnels contribuent à la négociation des activités sociales.

Si ces deux traditions sont à distinguer, c'est parce qu'elles assignent en définitive aux processus langagiers des statuts nettement différents, selon qu'elles les considèrent comme a) des instruments

³ J'entends ici *pragmatique* dans un sens large, c'est-à-dire qui renvoie, dans la terminologie de Mey (1993), aussi bien à des approches de type *micro* (théorie des actes de langage et des implicatures conversationnelles) qu'à des approches de type *macro* (l'analyse des productions langagières complexes dans leurs rapports aux situations d'action dans lesquelles elles sont produites).

sémiotiques de représentation de l'agir ou b) comme des instruments de médiation des actions dans le monde.

ACTIONS PLANIFIÉES VS. ACTIONS SITUÉES

Une autre question qui semble avoir particulièrement retenu l'attention des linguistes (et plus particulièrement de ceux qui s'intéressent à l'étude des actions médiatisées) porte sur la nature des pré-construits psycho-sociaux, et plus spécifiquement sur la capacité de ceux-ci à déterminer ou non le déroulement effectif et le sens des actions langagières. Dans les travaux d'influence ethnométhodologique (Suchman 1987, Quéré, 1990), cette réflexion sur le statut de la préfiguration s'est même cristallisée sous la forme d'une opposition forte entre des conceptions "planifiantes" et des approches "situées" de l'action:

- a. Selon Suchman (1987), les paradigmes de l'action planifiée (Schank & Abelson, 1977) conçoivent généralement les conduites finalisées comme la projection d'un but et considèrent l'existence de *plans* comme une condition nécessaire à la réalisation des actions effectives⁴. Plus particulièrement, ils cherchent à expliciter sous la forme de *scripts* ou de *praxéogrammes* les ressources que mobilisent les individus pour s'orienter dans les situations d'actions qui leur sont familières.
- b. A la différence des paradigmes planifiants, les modèles émergentistes de l'action perçoivent l'intentionnalité non pas comme la projection d'un but, mais comme une affectation indexée à une situation⁵ et conjointement négociée entre les

⁴ "A plan, at least in a rudimentary form and on some level of organization, is a necessary requirement. Even routine actions will be subconsciously monitored by latent plans of which the actor becomes aware in the moment of deviation." (von Cranach, 1982:40)

⁵ "Dans une telle perspective, c'est dans l'action effective et publique que l'intention trouve son "expression naturelle". [...] L'intention n'est plus alors l'état mental indépendant que distingue le discours de l'action : elle appartient entièrement à l'action accomplie, elle est incorporée en elle." (Quéré, 1990:37).

interactants⁶. Dès lors que les ressources de l'agir résident moins dans des plans prédéfinis que dans la capacité des agents à développer une sensibilité aux circonstances locales, les processus de préfiguration sont considérés comme des informations déterminant faiblement les cours d'action et leur signification.

Ces conceptions déterministes ou émergentistes ne sont pas sans effets sur la manière de conceptualiser les productions langagières, puisqu'elles envisagent ces dernières soit a) comme des réalités surdéterminées par des schémas d'action ou b) comme un ensemble de ressources permettant de "déterminer ce qui compte comme action, de faire des attributions d'actions, d'imputer des responsabilités, et d'assurer la lisibilité de la communicabilité du champ pratique" (Quéré, 1990:90).

ACTIONS FINALISEES VS. ACTIONS NON FINALISEES

Parmi la richesse et la complexité des catégories qui composent selon Ricoeur (1977) le "réseau conceptuel de l'action" (*intention, but, motif, choix, désir, agent*, etc.), la notion de *but* semble avoir fait l'objet d'une attention particulière dans les modèles du discours. L'analyse des interactions verbales admet par exemple que "ce critère est très important pour différencier entre eux les échanges communicatifs", puisque "c'est par rapport à son objectif attiré que s'évalue la réussite d'une interaction" (Kerbrat-Orecchioni, 1990:126).

Plus particulièrement, on a parfois proposé de différencier les productions discursives selon la nature des buts qui semblent les sous-tendre:

⁶ "Rather, the organization of situated actions is an emergent property of moment-by-moment interactions between actors, and between actors and the environments of their action." (Suchman, 1987:179)

On oppose généralement les interaction "finalisées" aux conversations "non finalisées", mais il est préférable de parler d'interaction à finalité "externe" vs. "interne" (converser, c'est "parler pour parler"). (Kerbrat-Orecchioni, 1990:127)

En dépit du caractère graduel de cette dichotomie, que Kerbrat-Orecchioni ne manque pas de rappeler⁷, la nature de la finalité des interactions a souvent été considérée comme un moyen de classer des "types d'interactions". Plus particulièrement, elle a permis de différencier, aux deux pôles d'un continuum, des conversations à fonction purement phatique, centrées sur la maintenance de la relation interpersonnelle, et des transactions de service, largement orientées vers l'accomplissement d'une tâche.

L'affectation d'une finalité particulière à un type de discours n'est pas sans liens non plus avec la manière de conceptualiser les productions langagières, puisque celles-ci sont perçues tantôt a) comme un moyen de satisfaire des tâches externes au discours, tantôt b) comme une réalité sur laquelle porte la finalité interne des productions discursives.

SITUATION D'ACTION VS. TEXTUALISATION

Comme le laisse d'ailleurs clairement entendre la distinction rappelée ci-dessus entre différents types de finalités, les modèles du discours ont souvent recouru aux métaphores de l'*extériorité* et de l'*intérieurité* pour décrire les rapports que les situations d'action entretiennent avec les productions langagières auxquelles elles donnent lieu : aux propriétés internes (ou textuelles) des discours, s'opposeraient des composantes externes (ou contextuelles), parmi lesquelles seraient à

⁷ "D'autre part, il s'agit là d'une dimension graduelle, chaque type d'interaction se situant quelque part sur un axe allant des échanges les plus *gratuits* aux transactions les plus manifestement *task-oriented*". (Kerbrat-Orecchioni, 1990:127)

ranger les informations relatives à la situation d'action. Au plan méthodologique, une telle conceptualisation de l'environnement extralinguistique de l'énoncé a par ailleurs bien souvent coïncidé avec l'inventaire d'un nombre restreint de paramètres.

Pour Kerbrat-Orecchioni (1990:76) par exemple, les situations de communication "déterminent entièrement les opérations de production des énoncés aussi bien que leur interprétation", et elles peuvent être caractérisées par des "ingrédients du contexte" que sont, selon Brown & Fraser (1979), le *cadre spatio-temporel*, le *but*, le *nombre* et le *statut* des participants. Dans l'approche socio-discursive qu'il présente dans son récent ouvrage, Bronckart reconduit clairement ces distinctions, puisqu'il admet que "c'est cette situation d'action intériorisée qui influe réellement sur la production d'un texte empirique", et que cette dernière peut être analysée comme un ensemble de paramètres:

Le contexte de production peut être défini comme l'ensemble des paramètres susceptibles d'exercer une influence sur la manière dont un texte est organisé. Si de multiples aspects d'une situation d'action pourraient, théoriquement, être invoqués, en accord avec la plupart des théoriciens, nous mettrons l'accent pour notre part sur les seuls facteurs qui exercent une influence nécessaire (mais non mécanique !) sur l'organisation des textes. (Bronckart, 1997:95)

Même si cette conception distingue une situation "externe" – telle qu'elle pourrait être décrite par une communauté d'observateurs - et la situation effective - telle qu'elle est intériorisée par le locuteur -, elle perçoit clairement les propriétés situationnelles du discours comme des composantes extérieures aux réalités sémiotiques qui les médiatisent. De plus, elle inscrit dans une logique *descendante* les relations entre les conditions extradiscursives de production des textes et leur architecture interne. C'est du moins ce que sous-entend clairement ce modèle "génétique", dans lequel la production des

discours prend sa source dans une "situation d'action intériorisée" (93ss), puise ensuite dans des "modèles de genres" disponibles dans l'intertexte (103ss), puis enfin se réalise dans les différentes strates qui composent "l'architecture interne des textes" (115ss), soit l'infrastructure générale, les mécanismes de textualisation, les mécanismes de prise en charge énonciative. Dans cette perspective, les productions langagières ne peuvent être conçues que comme le produit sémiotisé d'une situation d'action intériorisée.

LES POINTS DE REPERE A L'EPREUVE D'UNE ETUDE DE CAS : LES TRANSACTIONS DE SERVICE

L'illustration et la discussion des éléments théoriques rappelés ci-dessus peut être précisée à l'aide de données empiriques attestées. Dans les paragraphes suivants, nous centrerons donc notre attention sur l'étude d'un genre d'activité langagière particulièrement intéressant à notre sens, les transactions de service.

Le domaine de la vente spécialisée, ou, plus généralement, celui des prestations de service, renvoie à l'accomplissement d'un grand nombre de tâches dans lesquelles les processus langagiers semblent occuper une place centrale. L'activité des vendeurs ou des conseillers à la clientèle consiste par exemple à livrer des informations, à proposer des conseils, à coordonner des engagements avec des collègues, à rechercher des informations dans différents types de supports écrits (classieurs, ordinateurs, modes d'emplois, etc.) ; bref, elle revient souvent à maîtriser des situations de communication. Pourtant, réduire ces situations de communication à la seule négociation de réalités verbales reviendrait à négliger non seulement le caractère multimodal des interactions qui y prennent place (Filliettaz à paraître a), mais encore la complexité des rapports qui se tissent entre ces réalités verbales et les activités sociales qu'elles médiatisent. De ce point de vue, l'analyse des interactions de service constitue un domaine d'investigation particulièrement fructueux pour étudier sous quelles modalités les pratiques discursives se rapportent à la construction des activités sociales.

Cependant, lorsqu'on porte un regard sur l'ensemble des données empiriques étudiées par l'analyse du discours au cours de ces dernières décennies, on ne peut que constater avec Aston (1988:2⁸) que les interactions de service n'ont pas fait l'objet d'une attention particulière. Bien sûr, on peut compter sur des contributions significatives à la description des interactions entre clients et vendeurs, et ce dans plusieurs domaines disciplinaires comme par exemple la linguistique systémique (Ventola, 1987), l'analyse conversationnelle (Aston, 1988, Ylänne-McEwen, 1996, Traverso, 2001) ou encore l'analyse du travail (Joseph & Jeannot, 1995, Hanique & Jobert, 2002). Mais ces travaux portent sur des aspects particuliers de la relation de service et constituent des démarches relativement isolées en comparaison avec l'abondance des recherches effectuées sur des domaines comme l'éducation, les médias ou encore la santé.

En conséquence, une vision parfois caricaturale et inadéquate de ce genre d'interaction semble prédominer, dans laquelle sont convoquées des oppositions dichotomiques peu à même de rendre compte de la complexité des processus en jeu. Comme le rappelle Aston (1988), les interactions de service sont en effet souvent perçues comme largement prédictibles, essentiellement impersonnelles et principalement orientées vers une tâche transactionnelle externe:

By contrast, where most of the definitions of service encounters provided by the literature seem inadequate is in (a) their exclusive focus on "transactional" goals associated with providing and obtaining the relevant service ; (b) their stress on impersonal or positional roles; (c) their exaggeration of predictability. (Aston 1988:38)

⁸ "A glance through these material and the studies upon which they are based, however, reveals a near-total absence of reference to actual conversational data. It seems generally to have been assumed that public service encounters are realised as we intuitively imagine them to be." (Aston, 1988:2)

De ce fait, seule une confrontation de ces conceptions à des données empiriques attestées peut permettre de déboucher sur une description plus fidèle du genre, et sur une instrumentation théorique plus fine des rapports qui s'établissent, dans ces situations, entre la construction des activités sociales et la production du discours.

C'est ce que je propose d'esquisser maintenant, en recourant à des interactions verbales récemment enregistrées dans des surfaces de ventes spécialisées du canton de Genève. Le corpus Genève-2001 a été constitué entre mai et juillet 2001 dans trois secteurs distincts d'un centre commercial : un magasin de sport, un magasin d'électronique et un magasin de bricolage et jardinage. Comme l'évoque le tableau récapitulatif ci-dessous⁹, il comporte environ 350 interactions (soit 35 heures d'enregistrement) de ventes ou de conseils entre des vendeurs spécialisés et des clients, à propos d'un grand nombre d'objets transactionnels:

	nombre de Minidisc	nombre de vendeurs	nombre de transactions	ex objets transactionnels
<i>Département Sport</i>	12	7	100	chaussures de montagne, textile, matériel de camping, vélos, appareils fitness
<i>Département Electronique</i>	10	4	85	chaînes stéréo, aspirateurs, rasoirs, réveils, téléphones
<i>Département Bricolage - Jardinage</i>	9	4	170	articles de peinture, jardinage, robinetterie, quincaillerie

⁹ Des informations complémentaires portant sur les conditions de recueil du corpus Genève-2001 sont disponibles à l'adresse URL suivante:

<http://www.unige.ch/lettres/linge/dialogue/laurent/appel-geneve01.html>

Afin de centrer l'analyse sur une portion de discours abordable dans les limites de cet article, une attention particulière sera accordée à un extrait d'une transaction spécifique, enregistrée en juin 2001 dans le département bricolage. Cet extrait met en scène une cliente d'une cinquantaine d'années (C), qui, après avoir sollicité une information à propos de paniers pour vélo, interpelle la vendeuse (V) pour lui demander un boussole¹⁰:

- 1 C : euh une boussole est-ce que vous avez une boussole
 V : euh ça c'est bien possible venez voir enfin si c'est une boussole c'est un petit truc de voiture hein ? [V et C se déplacent dans les rayons]
 C.: ouais
- 5 V : mais ça peut aller
 C : si c'est le même que j'ai euh::
 V : ben je vais vous montrer puis vous allez voir
 C : XX je voulais quelque chose d'un tout petit peu plus imposant
 V : alors nous on n'a rien qui soit imposant
- 10 C : quelque chose qui soit::: comme ça quand même [accompagné d'un geste iconique]
 V : ouais ça gros comme ça nous on n'aura pas nous on a un petit truc de voiture euh: allez voir à tout hasard chez Electronix alors en-dessous du sport
- 15 C : ouais d'accord je vais aller voir .
 V : ouais
 C : parce que mon mari il n'a toujours pas compris . que . la boussole elle nous donne le nord <rire de V> . alors si on se tourne comme ça ce sera comme ça si on se tourne comme ça ce sera comme ça si on se tourne comme ça . ce sera . comme ça <ben ouais> alors euh:: . faut que je lui .
- 20 fasse une petite leçon alors sur le petit machin c'est pas évident <rire de V> j'aimerais une belle boussole quitte à lui faire:: son cadeau d'anniversaire euh:: pour euh l'année prochaine mais <rire de V> . c'est vrai on pose la boussole comme ça <ben ouais> elle nous dit où nous on est <ben ouais> hein ? elle nous dit où NOUS on est . alors il me dit hein:: la flèche . je dis mais la flèche elle t'indique toujours le nord <ben ouais> alors il me dit alors le nord il est où ? . je dis ben tu te
- 25

¹⁰ Nous appliquons les conventions de transcription suivantes : les points (.) (..) indiquent des pauses de durée variable; les (:) marquent des allongements syllabiques; les chevauchements sont indiqués par des soulignements; les segments entre chevrons (<>) désignent des signaux d'écoute qui se superposent totalement au discours du locuteur; et les crochets droits ([]) renvoient à des conduites non langagières.

30 tourne jusqu'à ce que la flèche . t'indique . le nord <rire de V> . il a toujours pas compris . alors avec quelque chose un tout petit machin comme ça une toute petite boule là qui est encore cachée à moitié il comprend rien alors j'aimerais bien lui trouver une belle boussole <rire de V> . merci

V : De rien [pause 3 sec.]

C : vous devez avoir des gens bizarres des fois hein ?

35 V : non c'est un plaisir justement parce qu'on rencontre plein de gens différents puis c'est ça qui est chouette <rire de V> [sonnerie d'un téléphone cellulaire]

(M-B-1-T10: boussole)

L'intérêt de la séquence interactionnelle ci-dessus réside dans la manière dont les interlocuteurs négocient les enjeux praxéologiques qui président à leur rencontre, et dans l'usage qu'ils font des ressources langagières pour s'orienter dans les tâches qu'ils accomplissent. Dans ce sens, elle constitue un exemple particulièrement pertinent pour mettre à l'épreuve d'une réalité empirique complexe les emprunts conceptuels effectués par les modèles du discours aux théories de l'action (voir 2.). Plus particulièrement, elle nous permettra de mettre en évidence successivement, a) la complexité des enjeux qui président aux situations d'interaction (3.1.), b) le rôle des actions représentées dans la négociation des actions situées (3.2.), et enfin c) le rôle des processus de textualisation dans l'intériorisation des situations d'interaction (3.3.).

LA COMPLEXITE DES ENJEUX EN SITUATION D'INTERACTION

A l'évidence, l'analyse de notre extrait peut difficilement se satisfaire d'une conception dichotomique de la notion de finalité, et elle ne peut pas non plus souscrire à une opposition stricte entre des genres d'interactions "orientés vers des tâches" et des "conversations à fonction purement phatique" (Kerbrat-Orecchioni, 1990:127). En effet, si une finalité "externe" est clairement perceptible dans notre exemple, notamment à travers l'énonciation d'une requête ("euh une boussole est-ce que vous avez une boussole" l. 1) et le déroulement d'un ensemble d'étapes comme l'offre de la vendeuse ("venez voir

enfin si c'est une boussole c'est un petit truc de voiture hein ?" l. 2-3) et son évaluation ("je voulais quelque chose d'un tout petit peu plus imposant" l. 8), force est de constater que les actions accomplies durant la rencontre ne se ramènent pas à la réalisation de telles tâches.

Plus spécifiquement, on peut noter que l'interaction glisse progressivement vers une pratique conversationnelle, et que, par conséquent, des enjeux "internes" ou relationnels sont également perceptibles. L'intervention initiée par la cliente dès la ligne 17 semble d'ailleurs jouer un rôle prépondérant dans cette réorientation ("parce que mon mari il n'a toujours pas compris que la boussole elle nous donne le nord") puisque c'est à ce moment que s'opère un mode de distribution distinct des tours de parole, que sont convoqués dans le discours des topiques externes au monde de l'interaction (mon mari, son cadeau d'anniversaire, etc.), et que se déploie un monde discursif disjoint propice à l'émergence d'une séquence narrative (voir 3.2.). Cette réorientation n'est pas sans effets sur les identités situées qu'assument les interactants (voir Zimmerman, 1998), si l'on considère que la cliente et la vendeuse abandonnent progressivement leur rôle de "requérante" et d' "experte" pour endosser celui de simples "conversants" (Burger & Filliettaz, à paraître).

Plutôt que d'opposer deux types de finalités, notre extrait combine de manière consubstantielle deux ordres d'enjeux et renvoie ainsi nécessairement à une conception complexe des buts qui président à l'interaction¹¹. En particulier, il montre que ce qui se joue dans la rencontre interpersonnelle ne se ramène pas à une transformation d'un monde externe au discours, mais renvoie également aux représentations sociales des interlocuteurs et à la manière dont ils se

¹¹ Aston (1988:76) fait la même observation, en montrant que les transactions de service combinent ce que Brown appelle du *discours transactionnel* (transactional speech) et du *discours interactionnel* (interactional speech) : "Brown suggests that whereas the discourse process in transactional speech is primarily a matter of negotiating shared information, with a focus on correct understanding, in interactional speech it is primarily one of negotiating shared attitudes, with a focus on agreement".

mettent en scène dans leurs pratiques langagières. Pour rendre compte dans sa complexité de l'organisation de ces enjeux, une conceptualisation fine de la rationalité des situations d'interaction est donc nécessaire.

Un des apports majeurs de la philosophie de Jürgen Habermas aux modèles de l'interaction réside précisément dans le traitement complexe qu'elle présente de cette problématique. En effet, la *Théorie de l'agir communicationnel* (1987) se propose principalement d'étudier "dans toute son ampleur" la question de la rationalité des conduites finalisées. Pour ce faire, Habermas emprunte à Popper sa conception des "trois mondes", et montre que dans le cadre de leurs activités collectives, les agents sont appelés à instaurer des rapports entre leurs conduites et trois ordres de représentations qu'ils mobilisent à propos:

- a) des réalités *objectives*, constituées de "l'ensemble des états de choses qui existent ou se produisent ou peuvent être suscités par une intervention délibérée" (Habermas, 1987:103), et sur lesquelles se fonde la *dimension téléologique* de leurs conduites;
- b) des réalités *normatives*, constituées de "l'ensemble des relations interpersonnelles légitimes" (Habermas, 1987:104), et qui fondent la *dimension sociale* de leurs conduites;
- c) des réalités *dramaturgiques*, constituées de l'ensemble des expériences vécues, par lesquelles les interactants se mettent en scène, et qui fondent la *dimension subjective* de leurs conduites.

Selon une telle tripartition, la finalité des actions langagières ne peut se ramener à une tâche strictement externe. Les agents engagés dans l'interaction non seulement expriment leur volonté de modifier des états de choses dans le monde objectif (a), mais par ailleurs confirment le contexte normatif qui régit la situation d'action (b) et alimentent le monde de leurs expériences subjectives (c). Dans cette

comme ça elle nous dit où nous on est" – *déclenchement* : "alors il me dit hein:: la flèche" – *réactions* : "je dis mais la flèche elle t'indique toujours le nord", etc. – *état final* : "il a toujours pas compris"¹³, la fréquence du discours représenté formulé à la forme directe¹⁴ et l'omniprésence de propositions évaluatives ("il a toujours pas compris. alors avec quelque chose un tout petit machin comme ça une toute petite boule là qui est encore cachée à moitié il comprend rien" l. 25-27)¹⁵.

Si on prend en considération cette double inscription du concept d'action dans l'organisation de notre extrait, il apparaît clairement que l'analyse des "discours en action" (a) et celle des "discours d'action" (b) ne sont pas à envisager comme des orientations radicalement distinctes. Au contraire, leur mise en relation s'impose, dès lors qu'on admet que la représentation d'actions peut jouer un rôle de première importance dans la manière dont les activités situées sont négociées. En effet, notre exemple permet de montrer que les actions représentées dans la séquence narrative contribuent largement à la négociation des enjeux qui président à la rencontre interpersonnelle, et ce aux deux plans que sont les aspects socio-objectifs ou pragmatiques, et les aspects socio-subjectifs ou relationnels.

D'un point de vue *téléologique* ou *socio-objectif*, on peut constater que les actions représentées dans la séquence narrative viennent justifier le refus par la cliente de l'offre de la vendeuse ("alors sur le petit machin c'est pas évident" l. 19, "alors avec quelque chose un tout petit machin comme ça une toute petite boule là qui est encore cachée à moitié il comprend rien" l. 26-27). L'évocation d'événements extradiscursifs antérieurs (la scène de la dispute) et

¹³ Pour une discussion des notions de mise en intrigue ou de chaîne événementielle culminative, voir Adam (1992) ou Filliettaz (1999a).

¹⁴ La présence du discours représenté à la forme directe est parfois considérée comme une propriété formelle marquante des récits conversationnels (voir Laforest & Vincent, 1996).

¹⁵ On peut rappeler que pour Labov (1978), les propositions évaluatives sont essentielles à l'organisation du discours narratif.

postérieurs (la leçon qu'elle veut donner à son mari et le cadeau qu'elle compte lui faire) à l'espace-temps de la transaction lui permet de faire valider les réorientations ainsi opérées sur le cours de la transaction: les boussoles proposées sont inadaptées parce qu'elles ne satisfont pas aux conditions d'usage des activités extradiscursives dans lesquelles elles seraient impliquées. On doit ainsi considérer que la représentation d'actions renvoie en l'occurrence aux conditions de réussite pragmatique de l'interaction: elle permet aux interactants d'explicitier les contraintes liées au déroulement "heureux" de la transaction, et à quelles conditions ils garantissent leur engagement dans l'action conjointe. C'est dans ce sens que ces procédés discursifs contribuent clairement à la négociation des enjeux objectifs qui président aux rencontres inter-individuelles.

Mais le "discours d'actions" n'est pas sans effets non plus sur la dimension *socio-subjective* ou *relationnelle* des enjeux qui sous-tendent cette interaction, et plus particulièrement sur la manière dont les interactants négocient les images qu'ils donnent d'eux en public. De ce point de vue en effet, on ne peut manquer de relever que la cliente utilise le processus narratif comme un moyen de se mettre en scène dans la relation qu'elle entretient avec son mari : en incarnant tour à tour les personnages qu'elle rassemble dans la scène de la dispute, elle convoque dans l'interaction des expériences vécues subjectives qui lui permettent de se présenter comme une personne compétente et attentionnée, qui sait comment utiliser une boussole et qui cherche à se donner les moyens d'en faire comprendre le fonctionnement à son mari. Elle ménage ici clairement sa face positive. Ce processus de figuration semble d'ailleurs largement ratifié par la vendeuse, qui produit de nombreux régulateurs verbaux d'acquiescement (<ben ouais>), et dont les fréquents rires marquent un fort degré d'empathie avec la situation décrite.

En d'autres termes, notre analyse montre que la récapitulation d'activités extradiscursives permet aux interactants non seulement de spécifier les conditions de réussite pragmatique de la transaction, mais encore de se mettre en scène dans des pratiques sociales autres que celles dans lesquelles ils se trouvent engagés. C'est la raison pour

laquelle il importe en définitive, d'une part de considérer la représentation d'actions dans le discours comme une forme de médiation des actions situées, et d'autre part d'éviter d'ériger des cloisons étanches entre l'étude des "textes d'action" et celle des actions langagières (voir Filliettaz, 2001a).

LA SITUATION D'ACTION COMME SOURCE ET COMME PRODUIT DE LA TEXTUALISATION

Enfin, la complexité des processus en jeu dans notre exemple ne semble pas se satisfaire complètement d'une opposition stricte entre *planification* et *accommodation* (2.2.), pas plus que d'une conception essentiellement descendante des rapports entre les situations d'action et les productions verbales qui y prennent place (2.4.). En particulier, ces approches dichotomiques s'avèrent peu à même de rendre compte de la relation dialectique qui s'établit, dans notre extrait, entre l'intériorisation d'une situation d'action et les mécanismes de textualisation qui les médiatisent.

En effet, si l'émergence d'un topique transactionnel (la boussole) et l'articulation du dialogue dans une suite organisée d'étapes comme la MANIFESTATION D'UNE REQUETE (l. 1), L'OFFRE DE LA VENDEUSE (l. 2-7) et L'EVALUATION DE LA CLIENTE (l. 8-28) renvoient bien à des attentes typifiantes¹⁶, qui préfigurent le déroulement des cours d'action et qui influent sur l'architecture interne du texte, il importe de ne pas négliger le rôle structurant des processus langagiers dans la négociation des situations d'action. Comme nous l'avons montré ci-dessus, l'évocation d'un monde discursif disjoint et l'apparition d'une séquence narrative ne sont pas seulement le produit d'une situation d'action intériorisée : ils constituent avant tout pour les interactants des instruments sémiotisés permettant de construire une représentation riche des enjeux qui président à leur rencontre et d'accéder ainsi à l'intelligibilité des situations dans lesquelles ils se trouvent engagés.

¹⁶ Pour une présentation plus détaillée des attentes typifiantes qui pèsent sur le déroulement processuel des transactions de service, voir Filliettaz (2002:52ss).

A plusieurs égards, cette logique à la fois descendante et remontante que nous tenons à concilier dans l'analyse de nos données s'apparente au modèle goffmanien du "cadrage" (framing), qui peut dès lors constituer une alternative intéressante aux conceptualisations dichotomiques dont nous avons éprouvé les limites. Dans *Les cadres de l'expérience* (1991), Goffman se penche en effet sur la délicate question de l'interprétation de la réalité, et il cherche à déterminer ce qui permet aux individus de comprendre les événements naturels ou sociaux auxquels ils sont confrontés. A ce propos, il montre que l'expérience de la réalité est médiatisée par des "cadres", qu'à la suite de Bateson, il définit comme des "prémises organisationnelles" régissant un événement social, et qui permettent de l'interpréter comme tel. Selon ses termes, les cadres permettent aux individus de "localiser, de percevoir, d'identifier et de classer un nombre infini d'occurrences entrant dans leur champ d'application" (p. 30), mais ils les invitent également à "conformer leurs actions à ce qui se passe" (p. 242). En d'autres termes, dire d'une activité qu'elle est cadrée, revient à admettre:

- a. qu'elle est *interprétée* et *accomplie* selon une contractualité collectivement cristallisée dans des "principes organisationnels", à propos desquels les agents disposent de représentations mentales:

A partir du moment où nous comprenons ce qui se passe, nous y conformons nos actions et nous pouvons constater en général que le cours des choses confirme cette conformité. Ce sont ces prémisses organisationnelles - que nous confirmons en même temps mentalement et par notre activité - que j'appelle le cadre de l'activité. (Goffman, 1991:242)

- b. qu'elle peut faire l'objet *de transformations* (par *modalisation* ou par *fabrication*), et qu'elle est donc négociable en situation;
- c. et enfin, que les conduites effectives des agents peuvent être considérées comme des *traces* des prémisses qui cadrent une

situation d'action particulière. De ce point de vue, les réalités discursives constituent des objets empiriques très pertinents pour observer comment les activités sont interprétées et négociées.

Parce qu'elle reconnaît à la préfiguration des expériences de la réalité sociale une importance centrale, sans pour autant négliger les processus de transformation dont elle peut faire l'objet, la théorie du cadrage offre une conceptualisation flexible des rapports entre les situations d'action et l'usage du langage, et elle permet de dépasser une conception manichéenne des rapports entre planification et accommodation. En effet, le "cadrage" de l'expérience permet de montrer d'une part que la production et l'interprétation des réalités verbales est liée aux prémisses organisationnelles qui structurent une situation d'action, et d'autre part que les processus langagiers jouent un rôle structurant non seulement dans l'établissement des cadres, mais encore dans leur transformation.

A la lumière d'une telle conceptualisation des rapports entre les situations d'action et les productions discursives qui y prennent place, on peut maintenant porter notre attention sur la remarque qui succède immédiatement à la pré-clôture de notre transaction. A la ligne 30, la cliente ouvre en effet un nouvel échange au moyen de l'intervention initiative suivante : "vous devez avoir des gens bizarres des fois hein ?". Cet énoncé n'est pas sans intérêt pour la problématique qui nous occupe ici, surtout si l'on considère qu'il propose un regard "de l'intérieur" sur le déroulement d'une action langagière. Plus particulièrement, cet exemple produit plusieurs types d'effets sur l'intériorisation des situations d'action, et il permet d'explicitier les processus suivants:

- a. Par sa remarque, la cliente adopte une posture *réflexive* sur le déroulement de l'action en cours et *évalue* rétrospectivement le produit interactionnel : elle ne se contente donc pas d'accomplir des actions langagières, mais elle porte un jugement sur ses conduites finalisées.

- b. Cette dimension réflexive et évaluative rend manifestes les "prémises organisationnelles" qui cadrent l'interaction verbale en contexte transactionnel. En effet, en qualifiant ses conduites de "bizarres", la cliente reconvoque implicitement les "*normes*" d'un genre d'activité et confirme l'indexation de l'interaction à des attentes typifiantes qui en préfigurent partiellement le déroulement.
- c. Enfin, sa remarque assigne une *valeur transgressive* à ses conduites langagières et stigmatise le produit interactionnel comme un déroulement "atypique". Plus particulièrement, l'adjectif "bizarre" revient à assumer que des procédés discursifs comme la focalisation progressive sur des enjeux socio-subjectifs ou relationnels (3.1.) ou encore la textualisation d'une forme clairement marquée de discours narratif (3.2.) ne cadrent pas complètement avec les préfigurations en cours dans la situation d'action, mais qu'elles opèrent une "modalisation"¹⁷ des attentes du genre.

En définitive, l'analyse de cet exemple confirme la nécessité de dépasser des oppositions radicales entre *planification* et *accommodation*, et illustre bien l'intérêt qu'il y a de concilier une vision à la fois descendante et remontante des rapports entre l'intériorisation des situations d'action et les mécanismes de textualisation. En particulier, elle atteste la capacité des productions discursives, non seulement d'explicitier les attentes qui préfigurent une situation d'action, mais encore de transgresser ou à renégocier de telles attentes¹⁸. De ce point de vue, les situations d'action intériorisées ne sont pas seulement un préalable à l'action langagière,

¹⁷ J'entends ici *modalisation* au sens de Goffman (1991:52) : "Par mode j'entends un ensemble de conventions par lequel une activité donnée, déjà pourvue d'un sens par l'application d'un cadre primaire, se transforme en une autre activité qui prend la première pour modèle mais que les participants considèrent comme sensiblement différente".

¹⁸ Ces phénomènes de renégociation ont été particulièrement bien décrits par Aston (1988:42): "The schema provides initial presuppositions and expectations, but through the discourse process its instantiation may be modified and renegotiated on a bottom-up basis".

mais elles en sont aussi partiellement le produit, ce qui n'est pas sans conséquences au plan méthodologique. En effet, même si on doit admettre, avec Bronckart (1997:94) que "le chercheur n'a, en principe, pas d'accès direct à cette situation intériorisée" et que "méthodologiquement, à partir des informations relatives à la situation d'action externe, on ne peut que formuler des hypothèses concernant la situation d'action effective de l'agent", on doit considérer que les productions verbales donnent des indications sur la manière dont les activités sont cadrées, et sur la manière dont les agents se représentent les actions dans lesquelles ils s'engagent : c'est dans ce sens que les processus de textualisation ne sont pas à considérer seulement comme des effets sémiotisés d'une situation d'action particulière, mais qu'ils constituent également des instruments heuristiques permettant d'accéder à des formes intériorisées de représentation d'action.

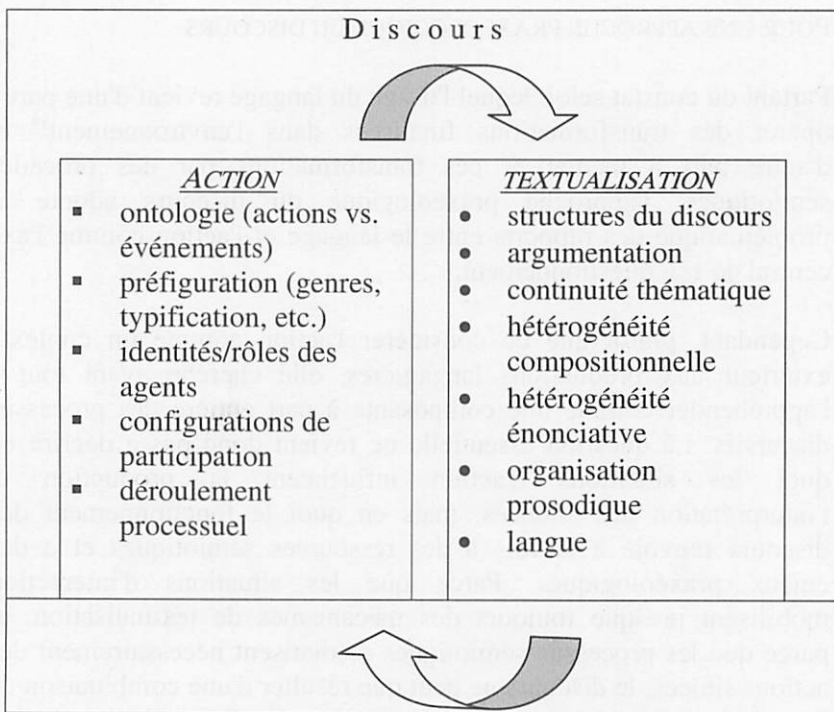
A plusieurs égards, ce bref parcours à travers la complexité des enjeux en situation d'interaction (3.1.), le rôle de la représentation d'actions dans la médiation des activités langagières (3.2.) ou encore les rapports entre situation d'action et textualisation aura permis de relativiser certains lieux communs souvent évoqués à propos des transactions de service. Mais il aura surtout conduit à éprouver les limites de certaines oppositions dichotomiques qui semblent, encore aujourd'hui, faire loi dans les modèles du discours. De cette confrontation de quelques points de repère à l'analyse d'une interaction authentique, il ressort donc que des emprunts ponctuels aux théories de l'action ne permet pas véritablement de rendre compte des rapports discours-action dans leur complexité, ni même d'opérer pleinement le "virage actionnel" des sciences du langage prôné par certains. Pour dépasser ces limites, une reconfiguration plus profonde du champ de l'analyse des rapports entre les actions et le discours semble nécessaire. C'est une telle reconfiguration que nous esquisserons pour conclure, en présentant les principes épistémologiques qui sous-tendent selon nous une approche praxéologique du discours.

POUR UNE APPROCHE PRAXEOLOGIQUE DU DISCOURS

Partant du constat selon lequel l'usage du langage revient d'une part à opérer des transformations finalisées dans l'environnement¹⁹ et d'autre part à médiatiser ces transformations par des procédés sémiotiques, l'approche praxéologique du discours adopte la problématique des rapports entre le langage et l'action comme l'axe central de son questionnement.

Cependant, plutôt que de considérer l'action comme un contexte extérieur aux productions langagières, elle cherche avant tout à l'appréhender comme une composante à part entière des processus discursifs. La question essentielle ne revient donc pas à décrire en quoi les situations d'action influencent la production et l'interprétation des énoncés, mais en quoi le fonctionnement des discours renvoie à la fois à des ressources sémiotiques et à des enjeux praxéologiques. Parce que les situations d'interaction mobilisent presque toujours des mécanismes de textualisation, et parce que les processus sémiotiques médiatisent nécessairement des actions situées, le discours ne peut que résulter d'une combinaison de facteurs praxéologiques et textuels. De ce point de vue, la description de son organisation implique de reconnaître une relation dialectique entre deux ordres de réalités : les actions dans le monde et les mécanismes de textualisation:

¹⁹ Nous rejoignons clairement sur ce point la position de Brassac (2000:226) : "En fait la position tenue ici est une position qui revendique l'envisagement du discours conversationnel qui ne soit pas que le simple échange de formes linguistiques (informations, énoncés ou actes). Au contraire, il doit être considéré, selon moi, comme : espace de co-production d'actions langagières et non langagières; espace d'inscriptions de cognitions situées et distribuées".



Comme le montre clairement le schéma ci-dessus, une approche praxéologique du discours mobilise deux champs de recherche interdépendants, qui apparaissent comme autant de conditions nécessaires à l'analyse situationnelle des productions langagières. Plus précisément, elle doit permettre a) de décrire dans sa complexité le fonctionnement des activités humaines, et b) de montrer comment les mécanismes de textualisation s'articulent avec les processus actionnels. Attardons-nous quelques instants sur ces deux conditions:

- a. Adopter une approche praxéologique consiste tout d'abord à dépasser des emprunts ponctuels aux théories de l'action pour aborder ce champ dans sa complexité. En particulier, elle doit d'une part appréhender les conduites finalisées dans leurs dimensions *physique* (quelles sont les implications matérielles ou comportementales des conduites finalisées ?), *psychologique* (quel rôle jouent les ressources psychiques dans la régulation de

telles conduites ?) et *sociale* (quelle est l'influence des médiations sociales sur de telles conduites et sur les représentations mentales qui les sous-tendent ?), et d'autre part éviter une focalisation excessive sur le concept de *but* pour décrire de manière détaillée la diversité des notions mobilisées dans le "réseau conceptuel de l'action" (*intention, agent, motif, désir*, etc.). Pour rendre compte efficacement de la diversité et de la complexité des activités langagières, une approche praxéologique doit en outre développer des instruments d'analyse explicites permettant:

- 1) de situer l'ontologie de l'action par rapport à d'autres types d'éventualités (les états, les événements, etc.);
- 2) d'identifier les ressources psycho-sociales à caractère préfiguratif que les agents mobilisent dans l'interprétation et l'accomplissement des conduites finalisées;
- 3) de décrire, dans des situations d'interaction effectives, la configuration des enjeux tels qu'ils contribuent à structurer les conduites des agents en présence (les buts, les motifs, le degré et la direction des engagements, les identités situées, etc.);
- 4) et enfin, de saisir, dans ses aspects séquentiel et hiérarchique, la dynamique interne aux processus actionnels effectivement réalisés.

b. Cependant, l'analyse praxéologique du discours ne s'intéresse pas seulement à la manière dont les activités humaines sont interprétées, typifiées et négociées. Elle cherche avant tout à décrire la part du langagier dans ces processus, notamment en rapportant les propriétés structurelles, argumentatives, thématiques, compositionnelles, énonciatives, prosodiques ou encore linguistiques du discours aux contextes d'action dans lesquels elles sont mobilisées (voir Roulet, Fillietaz & Grobet, 2001). Dans cette perspective, il importe de penser les mécanismes de textualisation comme des processus sémiotiques ouverts sur les actions qu'ils médiatisent, sans toutefois minimiser leur pouvoir configurant sur les situations de discours. De cette ouverture dépend l'identification des buts d'un texte et la compréhension des spécificités de son organisation ; mais de cette

ouverture dépend aussi, comme nous l'avons montré, la possibilité pour les agents d'appréhender au moyen du discours le monde dans lequel ils interagissent et les activités humaines dans lesquelles ils sont engagés.

A plusieurs égards, une telle approche du discours renvoie à des exigences théoriques nouvelles. Elle implique notamment une meilleure intégration des procédés de représentation et de médiation de l'agir (3.2.), une conceptualisation plus fine de la rationalité des conduites finalisées (3.1.), une description plus détaillée des dimensions configurationnelle et processuelle de l'action, une prise en compte plus explicite du caractère multimodal des productions discursives (Filliettaz à paraître a) ou encore un inventaire plus exhaustif des différents modes de textualisation de l'action (Filliettaz, 2002:chap. 5). Autant de défis pour l'avenir d'une discipline, qui constituent en définitive les conditions épistémologiques auxquelles les théories linguistiques doivent se soumettre pour conceptualiser efficacement les rapports entre l'action et le discours.

REFERENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- ADAM, J.-M. *Les textes: types et prototypes*, Paris, Nathan. 1992.
- ADAM, J.-M. *Linguistique textuelle: Des genres de discours aux textes*, Paris, Nathan. 1999.
- ANSCOMBE, G.E.M. *Intention*, Oxford, Blackwell. 1957.
- ASTON, G. *Negotiating Service: Studies in the Discourse of Bookshop Encounters*, Bologne, CLUEB. 1988.
- AUSTIN, J.L. *Quand dire, c'est faire*, Paris, Seuil. 1970.
- BAKHTINE, M. *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris, Minuit. 1977.
- BODEN, D. *The Business of Talk. Organizations in Action*, Cambridge, Polity Press. 1994.
- BORZEIX, A. & Fraenkel, B. *Langage et Travail. Communication, cognition, action*, Paris, CNRS. 2001.

BOUTET, J. *Paroles au travail*, Paris, L'Harmattan. 1995.

BRASSAC, C. Interprétation et communication, in A.-C. Berthoud & L. Mondada, *Modèles du discours en confrontation*, Berne, Peter Lang, 2000. pp. 219-228.

BRONCKART, J.-P. *Activité langagière, textes et discours*, Lausanne, Delachaux & Niestlé. 1997.

BROWN, P. & Fraser, C. Speech as a marker of situation, in K.R. Scherer & H. Giles. *Social markers in Speech*, Cambridge, Cambridge University Press. 1979. pp.33-62.

BROWN, P. & Levinson, S. *Politeness. Some Universals in Language Use*, Cambridge, Cambridge University Press. 1987.

BROWN, G. & Yule, G. *Discourse Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press. 1983.

BURGER, M. *Les manifestes: paroles de combat. De Marx à Breton*, Paris, Delachaux & Niestlé. 2002.

BURGER, M. & Filliettaz, L. (à paraître) 'Media Interviews: An Intersection of Multiple Social Practices', in C.N. Candlin (éd.) *Research and Practices in Professional Discourse*, Hong Kong, City University Press.

CANDLIN, C. (à paraître) *Research and Practices in Professional Discourse*, Hong Kong, City University Press.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*, Paris, Seuil. 2001.

CLARK, H.H. *Using Language*, Cambridge, Cambridge University Press. 1996.

CLOT, Y. *La fonction psychologique du travail*, Paris, Presses universitaires de France. 1999.

FILLIETTAZ, L. Une approche modulaire de l'hétérogénéité compositionnelle du discours: le cas des récits oraux, *Cahiers de linguistique française* 21, 1999a. pp.261-327.

FILLIETTAZ, L. La structure actionnelle et la structure textuelle des interactions verbales, *Cahiers de linguistique française* 21, 1999b, pp.79-100.

FILLIETTAZ, L. Formes narratives et enjeux praxéologiques. Quelques remarques sur les fonctions du *raconter* en contexte transactionnel, In: *Revue Québécoise de Linguistique* 29/1 : "Pratiques du récit oral",

- Montréal, Université du Québec à Montréal. 2001a. pp.123-153.
- FILLIETTAZ, L. Action, Cognition and Interaction: The Expression of Motives in Bookshop Encounters, article présenté lors du 11th Suzanne Hübner Seminar sur le thème *Bridging the Gap between Cognition and Interaction in Linguistics*, Saragosse, 26 février -1 mars. 2001b.
- FILLIETTAZ, L. The Construction of Requests in Transactional Settings: A Discursive Approach, article présenté lors d'une conférence internationale sur le thème *Discourse, Communication and the Enterprise*, Lisbonne, 25-27 octobre. 2001c.
- FILLIETTAZ, L. *La parole en action. Elements de pragmatique psychosociale*. Quebec: Editions Nota bene (<http://www.notabene.ca>). 2002.
- FILLIETTAZ, L. (à paraître a) "The multimodal negotiation of service encounters", in R. Scollon & P. Le Vine (éds), *Discourse analysis and Technology : multimodal discourse analysis*, Georgetown University Press.
- FILLIETTAZ, L. (à paraître b) "L'explication motivationnelle et la construction de l'interaction", in C. Hudelot, E. Veneziano & A. Salazar-Orvig (éds), *L'explication. Enjeux cognitifs et communicationnels*, Paris.
- GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*, Cambridge, Polity Press. 1967.
- GHIGLIONE, R. & TROGNON, A. *Où va la pragmatique?*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble. 1993.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*, tome 1, *La présentation de soi*, Paris, Minuit. 1973.
- GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*, Paris, Minuit. 1991.
- GREIMAS, A.-J. *Du sens: essais sémiotiques*, Paris, Seuil. 1970.
- GUNNARSSON, B.-L., LINELL, P. & NORDBERG, B. *The Construction of Professional Discourse*, Londres, Longman. 1997.
- HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel*, Paris, Fayard. 1987.
- HANIQUE, F. & JOBERT, G. Au guichet, le genre fait loi. Mais comment l'observer ?, texte manuscrit. 2002.
- HYMES, D. *Vers la compétence de communication*, Paris, Hatier-Credif. 1984.
- JONES, R. H. The problem of context in computer mediated

communication, Communication présentée lors des Georgetown University Round Table, Washington, 7-9 mars 2002.

JOSEPH, I. & JEANNOT, G. *Métiers du public: les compétences de l'agent et l'espace de l'utilisateur*, Paris, CNRS. 1995.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*, vol. 1. Paris, Colin. 1990.

KLEIBER, G. Contexte, où es-tu ?, *Revue de sémantique et pragmatique* 1, 1997. pp. 65-79.

LABOV, W. *Sociolinguistique*. Paris, Minuit. 1976.

LABOV, W. *Le parler ordinaire*. Paris, Minuit. 1978.

LAFORÉST, M. & VINCENT, D. Du récit littéraire à la narration quotidienne, in LAFORÉST, M.. *Autour de la narration*, Québec, Nuit blanche, 1996. pp.13-28.

MAINGUÉNEAU, D. *Les analyses du discours en France*, Langages 117, Paris, Larousse. 1995.

MEY, J.L. *Pragmatics. An Introduction*, Oxford, Blackwell. 1993.

QUÉRE, L. Agir dans l'espace public. L'intentionnalité des actions comme phénomène social, in PHARO, P. & QUÉRE, L. *Les formes de l'action*, Paris, EHESS, 1990. pp.85-112.

QUÉRE, L. Le tournant descriptif en sociologie, *Current Sociology* 40, 1992. pp.139-165.

REBOUL, A. & MOESCHLER, J. *La pragmatique aujourd'hui*, Paris, Seuil. 1998.

REVAZ, F. *Les textes d'action*, Paris, Klincksieck – Publications du Centre d'Etudes Linguistiques des Textes et des Discours de l'Université de Metz. 1997.

RICOEUR, P. *La sémantique de l'action*, Paris, CNRS. 1977.

RICOEUR, P. *Du texte à l'action: essais d'herméneutique II*, Paris, Seuil. 1986.

ROULET, E. *La description de l'organisation du discours*, Paris, Didier. 1999.

ROULET, E. et al. *L'articulation du discours en français contemporain*, Berne, Peter Lang. 1985.

- ROULET t, E., FILLIETTAZ, L., GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*, Berne, Peter Lang. 2001.
- SACKS, H. *Lectures on Conversation*, 2 volumes, Oxford, Blackwell. 1992.
- SARANGI, S. & ROBERTS, C. *Talk, Work and Institutional Order. Discourse in Medical, Mediation and Management Settings*, Berlin, Mouton de Gruyter. 1999.
- SCHANK, R.C. & ABELSON, R.P. *Scripts, Plans, Goals and Understanding: An Inquiry into Human Knowledge Structures*, Hillsdale, NJ, Erlbaum. 1977.
- SCHÜTZ, A. *Le chercheur et le quotidien. Phénoménologie des sciences sociales*, Paris, Méridiens Klincksieck. 1987.
- SCOLLON, R. Action and Text: Toward an Integrated Understanding of the Place of Text in Social (Inter)action, in WODAK, R & MEYER, M. (éds) *Methods in Critical Discourse Analysis*, Londres, Sage. 2001.
- SEARLE, J.R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, Cambridge University Press. 1969.
- SUCHMAN, L.A. *Plans and Situated Actions: The Problem of Human-Machine Communication*, Cambridge, Cambridge University Press. 1987.
- TRAVERSO, V. Syrian service encounters: A case of shifting strategies within verbal exchange, *Pragmatics* 11(4): 2001, pp.421-444.
- VAN DIJK, T.A. *Discourse as Structure and Process*, Londres, Sage. 1997a.
- VAN DIJK, T.A. *Discourse as Social Interaction*, Londres, Sage. 1997b.
- VENTOLA, E. *The Structure of Social Interaction: A Systemic Approach to the Semiotics of Service Encounters*, Londres, Pinter. 1987.
- VERNANT, D. *Du discours à l'action*, Paris, Presses Universitaires de France. 1997.
- VON CRANACH, M. et al. *Goal-Directed Action*, Londres, Academic Press. 1982.
- VYGOTSKY, L.S. *La signification historique de la crise en psychologie*, Traduction française par C. Barras & J. Barberis, Lausanne, Delachaux & Niestlé. 1927.
- WODAK, R. Critical Discourse Analysis and the Study of Doctor-Patient

Interaction, in GUNNARSSON, B.L. et al. (éds) *The Construction of Professional Discourse*, Londres, Longman, 1997, pp.172-200.

YLÄNNE-MCEWEN, V.T. *Relational Processes within a Transactional Setting: An Investigation of Travel Agency Discourse*, Thèse de doctorat, Université de Wales. 1996.

ZIMMERMAN, D.H. Identity, Context and Interaction, in C. Antaki & S. Widdicombe (éds) *Identities in Talk*, Londres, Sage, 1998, pp. 87-106.

12

OS TEXTOS DE ALUNOS COMO ÍNDICES PARA AVALIAÇÃO DAS CAPACIDADES DE LINGUAGEM

ANNA RACHEL MACHADO
PUC/SP

Em consequência do desenvolvimento dos estudos sobre os discursos e, particularmente no Brasil, da difusão das diretrizes propostas pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Língua Portuguesa* (1995), que enfatizam a necessidade de serem ensinados diferentes gêneros na escola, inúmeros pesquisadores têm mostrado o papel essencial da análise de discurso para sua descrição, indispensável para a elaboração e a avaliação de materiais didáticos

adequados (Dionisio, Machado & Bezerra, 2002; Barbosa, 2002; Rojo, 2000; Chiappini, 1997). Entretanto, pouco se tem discutido sobre o papel dessa análise no levantamento e (auto)-avaliação das capacidades de linguagem que os aprendizes já desenvolveram ou devem desenvolver em relação a um determinado gênero que se pretenda ensinar, o que também é necessário para a elaboração de currículos, programas e materiais.

O seminário por nós desenvolvido no *II Simpósio Internacional sobre Análise de Discurso* teve exatamente o objetivo de mostrar esse papel, por meio da análise de texto de aluno, considerado por nós como portador de índices essenciais para a avaliação de suas capacidades de linguagem e para a planificação de atividades que possam levar a seu desenvolvimento. Neste artigo, com o mesmo objetivo, reproduzimos a ordem de apresentação desse seminário, apresentando nossa discussão em três partes sucessivas. Em primeiro lugar, apresentaremos as capacidades de linguagem que se julga estarem envolvidas em qualquer tipo de produção de linguagem, relacionando-as ao modelo de análise proposto pelo interacionismo sócio-discursivo (Bronckart, 1999). A seguir, o resultado de um conjunto de análises de resenhas de divulgação acadêmica¹ produzidas por ‘experts’, de acordo com esse modelo. Finalmente, a análise de uma resenha produzida por um aluno em processo de aprendizagem desse gênero, confrontando suas características com as dos ‘experts’, para, a partir daí, levantarmos hipóteses sobre o nível das capacidades de linguagem que esse aluno já desenvolveu e quais deveriam, ainda, ser desenvolvidas para a produção de textos pertencentes a esse gênero.

¹ Para isso, nos servimos de trabalhos que já desenvolvemos sobre esse gênero (Machado, 1997, 2002a e 2002b), assim como analisamos doze resenhas, que aparecem sob o título de “Notas Bibliográficas” ou de “Resenha”, publicadas na revista *D.E.L.T.A* (2001).

CAPACIDADES DE LINGUAGEM E MODELO DE ANÁLISE

De acordo com Dolz, Pasquier & Bronckart (1993) e Dolz & Schneuwly (1998), são três as capacidades de linguagem envolvidas na produção textual: as capacidades de ação, as capacidades discursivas e as capacidades lingüístico-discursivas. Segundo os autores, embora, do ponto de vista teórico, possam ser definidas separadamente, elas se encontram, de fato, em permanente interação. As capacidades de ação permitiriam a adaptação da produção às restrições impostas pela situação de comunicação, implicando a mobilização de três tipos de representações: sobre o meio físico, sobre o tipo de interação que se processa (estatuto social dos participantes, instituição social em que o texto é produzido e os objetivos) e sobre os conhecimentos de mundo que podem ser mobilizados na produção de um texto como seus conteúdos específicos. As capacidades discursivas, por sua vez, dizem respeito às operações de gerenciamento da infraestrutura global do texto, isto é, à escolha de um plano do texto, de uma variante discursiva (ou de várias), de uma forma(s) de organização seqüencial e da escolha e elaboração de conteúdos. Finalmente, as capacidades lingüístico-discursivas envolveriam as operações de uso de recursos lingüísticos que permitem, de um lado, explicitar as grandes articulações hierárquicas, lógicas e/ou temporais do texto, tendo em vista o destinatário, e, de outro, esclarecer as responsabilidades enunciativas e as avaliações que o enunciador efetua sobre os conteúdos. Dentre elas, teríamos as operações de textualização, isto é, de conexão e segmentação das partes do texto e do estabelecimento de coesão nominal e verbal, as operações de posicionamento enunciativo, que envolvem o gerenciamento das diferentes vozes presentes no texto e a expressão de modalizações; as de construção dos períodos e de escolha de itens lexicais.

De forma correspondente a essa discriminação de três tipos de capacidades de linguagem, Bronckart (1999) propõe um modelo de análise que envolve a definição da situação de ação de linguagem, situação essa que tem influência decisiva sobre determinados aspectos textuais, e a análise do texto efetivamente produzido. Na

primeira, levantamos hipóteses sobre as representações que o produtor possivelmente detém sobre o contexto físico, o contexto sócio-subjetivo² e os conteúdos a serem mobilizados para a produção. De forma evidente, podemos relacionar essa fase da análise às capacidades de ação. Para a segunda fase, que consiste na análise do texto propriamente dito, são propostos três níveis da chamada 'arquitetura textual'. Em relação ao primeiro, analisamos a infraestrutura textual, constituída pelo plano global do texto, os tipos de discurso e sua articulação, e os tipos de seqüência e sua articulação. Como se vê, esse nível pode ser relacionado às capacidades discursivas. No segundo, analisam-se os mecanismos de textualização (conexão e segmentação; coesão nominal e verbal) e, no terceiro, os mecanismos enunciativos (isto é, os mecanismos de inserção das diferentes vozes e das modalizações). Como podemos perceber, esses dois últimos níveis podem ser associados às capacidades lingüístico-discursivas.

Vejamos então, a seguir, quais são as características que podemos levantar dos textos pertencentes ao gênero resenha acadêmica com a utilização desse modelo.

RESULTADOS DAS ANÁLISES DAS RESENHAS DE PRODUTORES 'EXPERTS'

As representações do produtor de um texto, pertencente ao gênero resenha crítica acadêmica, que constituem a situação de ação de linguagem, podem ser concebidas da seguinte forma:

X, no papel social de especialista em uma determinada área de conhecimento, realiza uma ação de linguagem, na modalidade escrita, que vai se materializar em um texto a ser publicado em uma revista especializada de sua área que circula na

² Esse contexto implica as representações sobre o papel social do locutor e do destinatário, da instituição social em que o texto é produzido e no qual vai circular e dos objetivos da produção.

instituição acadêmica. X dirige-se a receptores ausentes, também no papel social de especialistas da mesma área, com dois objetivos: em primeiro lugar, o de fazê-los conhecer os aspectos fundamentais de uma obra recém-lançada por outro especialista e, em segundo, o de convencer esses destinatários sobre a validade de seu posicionamento (na maioria das vezes, positivo) em relação à referida obra.

Assim, a mobilização dos conteúdos implica uma atividade de leitura, de interpretação e de sumarização prévias, uma vez que devem ser mobilizados os conteúdos centrais de uma obra e suas inter-relações. Frequentemente, o produtor ainda mobiliza conteúdos de outras obras, que lhe permitam estabelecer comparações e efetuar sua avaliação. Além disso, o produtor tem de considerar que está se posicionando em relação a uma questão potencialmente controversa (*esse livro/artigo é bom ou não? merece ser lido ou não?*), pois outros leitores podem ou poderão ter uma opinião contrária à sua, devendo, portanto, apresentar argumentos convincentes e próprios da esfera acadêmica, sustentados por valores que vigoram nessa esfera, o que implica mobilização adequada de conteúdos pertinentes para essa argumentação.

Assim, definida a situação de ação de linguagem, passemos à enumeração de algumas das características lingüístico-discursivas mais interessantes, detectadas nos textos analisados, nos três níveis propostos pelo modelo.

Em relação ao plano global, embora possam aparecer em ordem diferente, as partes constitutivas do plano global que é o mais freqüente e mais completo são as seguintes:

- Apresentação geral da obra, do título, do autor e do tema global, que, aparecem completamente explicitados logo no início, no topo do texto, e que geralmente são retomados no primeiro parágrafo.
- Contextualização da obra, geralmente com caráter avaliativo. Embora não seja obrigatória, aparece em cinco das resenhas

analisadas, especificando a situação da obra resenhada no contexto científico em relação a obras semelhantes de outros autores ou em relação à própria obra de seu autor, apontando-se para qual ramo da ciência ou para qual temática o texto resenhado contribui ou para a diferença de sua abordagem em relação a outras semelhantes.

- Apresentação do tema global da obra, tal como em: “Neste livro, ele propõe analisar os traços lingüísticos das piadas...” (De Andrade, 2001:353).

- Descrição global da estrutura da obra (que aparece em seis das doze resenhas), com ou sem apresentação dos conteúdos, com maior ou menor amplitude, como em “IAL contém seis capítulos que variam de 21 a 28 páginas, Referências bibliográficas (28pp) e um Índice (3 pp)”. (De Mattos, 2001:366).

- Apresentação dos conteúdos das diferentes partes e capítulos, com a descrição de ações de diferentes tipos que o produtor da resenha atribui ao autor da obra.

- Avaliação global da obra, que pode não aparecer em uma parte bem delimitada ou não aparecer explicitamente.

- Indicação dos leitores a quem mais interessaria a leitura do livro e/ou por que interessaria, com caráter avaliativo, como no trecho abaixo:

... útil para lingüistas e interessados em geral na linguagem e seus mecanismos, pois ele mostra que as piadas representam um material valioso para a compreensão de certos mecanismos lingüísticos. (De Andrade, 2001:354).

O tipo de discurso produzido é predominantemente misto, isto é, há algumas unidades, como o presente atual, que remetem à situação de enunciação, mas também há um certo distanciamento, pela quase

inexistência de frases não declarativas, pelo uso do presente genérico, quando se trata do discurso teórico do autor da obra, pela quase ausência de marcas da primeira e da segunda pessoa do singular, pelo uso de um *nós* genérico, que se refere aos participantes da comunidade científica em geral e não exclusivamente aos participantes diretos da interação.

Quanto ao tipo de organização local, ressalta-se, na parte de apresentação dos conteúdos da obra resenhada, a ocorrência de uma seqüência descritiva, no sentido de que o produtor da resenha “guia o olhar” do destinatário pelas diferentes partes/capítulos da obra resenhada, fazendo-o “ver” seus conteúdos básicos e/ou as ações que neles realiza o produtor da obra resenhada. Essa seqüência descritiva a que chamamos de seqüência de descrição de ações³ segue, normalmente, a ordem de ocorrência dos conteúdos no texto resenhado, apresentando-se o fio condutor do pensamento de seu autor. Para isso, o produtor da resenha lhe atribui o papel de agente de diferentes ações intelectuais, como ações cognitivas globais (“examina, estuda”) ou específicas (tanto na voz ativa: “classifica, analisa, confronta”, quanto na voz passiva: “são analisadas, comparadas”) ou de ações retóricas ou metadiscursivas (“expõe, comenta, justifica, sugere, propõe, questiona”). Observe-se que essas ações, na maioria das vezes, não se encontram explicitamente nomeadas pelo autor do texto resenhado. Sua identificação, portanto, provém de um trabalho interpretativo do resenhador e se constitui como uma operação que tem por função explicar, comentar a significação do texto, buscando-se explicitar, através da nomeação dessas ações, as intenções do autor, sua lógica global, a coerência de sua exposição. Interessante é ainda observar que, às vezes, num processo de impessoalização/objetivação, algumas dessas mesmas ações são atribuídas à própria obra ou a uma parte dela, tal como em “O livro apresenta...”, “O capítulo X explora...”. Marcando as diferentes fases dessa seqüência descritiva, encontramos macroorganizadores descritivo-narrativos, tais como “inicialmente, a

³ Maiores detalhes sobre esse tipo de seqüência podem ser encontrados em Machado (1997 e 1998).

seguir, finalmente, no primeiro capítulo, no segundo, nesta primeira parte, na segunda” etc.

Em relação à coesão nominal, o próprio objeto da resenha – o texto de um autor - faz com que as séries coesivas centrais sejam constituídas por expressões que remetem a esse autor, a essa obra no seu conjunto e ao seu tema central. Quanto à série coesiva referente ao autor, ela se constitui por mecanismos variados: repetição de seu nome completo ou de uma parte, apagamento ou substituição do nome por sintagmas do tipo de “o autor”, “o pesquisador” etc. Quanto à série coesiva referente à obra, é constituída basicamente pela introdução do referente, logo no início, com o título do livro, que é retomado, a seguir, por repetição ou por sintagmas nominais como “a obra”, “o livro”, “o estudo”, “o trabalho”, que podem aparecer repetidas vezes ou se alternarem uns aos outros.

Em relação aos mecanismos enunciativos, o primeiro aspecto a considerar é que as vozes predominantes, explícitas, são duas: uma, que se poderia chamar de voz neutra do expositor e a outra, predominante, do autor do texto resenhado. Nesse aspecto, observa-se a preocupação em distinguir o que é da responsabilidade enunciativa de um e de outro, por meio do uso de diversos procedimentos, tais como: utilização de expressões do tipo de “conforme X”, “segundo X”, “para X”, às quais pode se seguir uma paráfrase ou uma citação direta do autor resenhado; uso de aspas ou itálico para marcar termos técnicos utilizados pelo autor da obra resenhada; discurso direto diretamente inserido no enunciado do autor da resenha, sem que seja introduzido por verbos de dizer, mas destacado por aspas; discurso indireto, introduzido por verbos de *dizer + que*, que vão desde os mais neutros como “diz que”, aos que evidenciam uma interpretação do resenhador, como “sugere que, sustenta que” etc. Além desses procedimentos que tornam explícita a inserção da voz do autor resenhado, outros a introduzem de forma mais implícita, como por exemplo a colocação do próprio texto ou de uma de suas partes na posição de sujeito agente de ações, como em “O livro apresenta..., O primeiro capítulo mostra...”.

Quanto às modalizações, observamos que há um predomínio claro de afirmações categóricas, o que produz, evidentemente, um efeito de objetividade. Modalizações lógicas que expressem dúvida, possibilidade ou modalizações deônticas aparecem, sobretudo, nos enunciados em que a responsabilidade enunciativa é atribuída ao autor da obra resenhada com os quais o produtor da resenha atribui ao autor um determinado posicionamento sobre o seu próprio enunciado (de dúvida, de obrigatoriedade, de certeza etc).

Em relação às escolhas lexicais, duas características merecem ser apontadas: a primeira é o fato de que são fortemente influenciadas pelo texto resenhado, principalmente nas partes mais descritivas. A segunda é que, para a avaliação, embora diferentes unidades lexicais possam ser escolhidas para essa função, como substantivos (“*relevância* teórica”) ou verbos (“Clark *esmera-se...*”) são, sobretudo, os adjetivos avaliativos que aí se destacam. Observe-se ainda que essa seleção lexical revela os valores que movem a comunidade científica, tais como a inovação, a instigação para novas questões, a novidade da proposta, a interdisciplinaridade, a presença de critérios, a clareza e a organização, o avanço ou expansão das idéias, a resolução dos problemas dos paradigmas científicos vigentes etc., tendo um forte valor argumentativo e, assim, contribuindo para justificar a posição tomada pelo produtor da resenha diante do texto resenhado.

RESULTADOS DA ANÁLISE DA RESENHA DE ALUNO

Para buscarmos identificar as capacidades já desenvolvidas e a desenvolver de um determinado produtor em relação à produção de um texto pertencente à resenha de divulgação científica, tomamos a resenha abaixo, produzida por um aluno do primeiro ano de Letras, em processo de aprendizado desse gênero, destinada supostamente a ser publicada em periódico especializado para alunos e professores de Letras, tendo por objeto o capítulo. “Por que meu aluno não lê?” do livro “Oficina de Leitura” (Kleiman, 1993), e que reproduzimos abaixo, sem nenhuma modificação.

Nome do produtor da resenha

Alô professor

Não gostar de ler é um problema que vários professores têm com seus alunos. Kleiman alerta para essa realidade e considera que uma das causas esteja nos profissionais da escrita, que em grande parte não são leitores e têm que ensinar seus alunos a gostarem de ler.

Infelizmente, o profissional da língua materna que encontramos no mercado de trabalho, possui a conclusão de um curso acadêmico, mas não são capazes de formar leitores. A falta de atualização de profissionais mais antigos também contribui para isso, ou seja, há uma limitação cada vez maior para o espaço de leitura na escola.

A prática de leitura realizada na instituição escolar, é mencionada pela autora, como uma atividade sem prazer, que se baseia apenas na “árida e tortuosa decifração de palavras”. Essa realidade acarreta uma grande desestimulação no aprendiz, que passa a executar atividades escolares por obrigação e obtenção de pontos e notas, sem preocupar-se em construir conhecimentos.

A escola mostra-se muito dependente da gramática normativa, acreditando que bons profissionais se forma através dos conhecimentos acumulativos de regras e teorias.

Nos livros didáticos, por exemplo, encontramos atividades que visam a interpretação de textos, quando na verdade são simples atividades de compreensão de palavras. (cf. Kleiman 1993).

Kleiman cita vários exemplos de textos trabalhados na escola, executados sem objetivo pelo aluno, “desvirtuando efetivamente o caráter da leitura”. O sentido de um texto não está exclusivamente neste mesmo, “a experiência do leitor é indispensável para construir o sentido.” Trabalhando dessa forma, a escola tornaria as atividades de textos mais eficazes,

pois, apesar de titulado “compreensão de texto”, essa prática não acontece.

A autora também aborda o tipo de texto que é escolhido pelos professores e a maneira que trabalham esses textos com seus alunos. Parte-se do “pressuposto de que todo texto pode ser abordado seguindo as mesmas etapas”, o que é uma inverdade.

Talvez uma mudança pedagógica para os professores de língua traga medos e receios, permanecendo assim, a mesmice. Realmente não é fácil mudar uma tradição, mas, deve-se considerar nesse caso, que trata-se da formação de seres humanos, que num futuro próximo, serão médicos, dentistas, governadores, presidentes e professores de português.

O plano global desse texto é constituído pelas seguintes partes: apresentação do problema da falta de gosto pela leitura pela produtora da resenha; posicionamento de Kleiman e da autora da “resenha” em relação a suas causas, que seria o fato de os professores não serem leitores e de desenvolverem práticas inadequadas de leitura na escola; conclusão da produtora do texto: a dificuldade e a necessidade de se mudar a tradição desse ensino. Já na síntese desse plano, podemos observar que não encontramos as partes que encontramos nas resenhas dos “experts”, desaparecendo a apresentação da obra, sua contextualização, a descrição de sua estrutura, a apresentação de seus conteúdos, a avaliação e a indicação de seus leitores preferenciais. Dessa forma, o texto analisado apresenta apenas conteúdos parciais do texto lido, configurando-se mais como uma exposição da autora sobre seu posicionamento frente ao problema da leitura do que frente ao texto que pretende resenhar. O efeito produzido sobre o destinatário é de que o texto de Kleiman aí figura apenas como apoio para as idéias da autora sobre o problema da leitura e não como seu objeto temático específico, como se esperaria de uma resenha.

Em relação ao tipo de discurso, observamos que já há uma tentativa de construção de um discurso mais teórico, com a presença da terceira pessoa e a ausência de dêiticos de primeira ou segunda

pessoa do singular. Entretanto, a presença maciça de verbos no presente atual faz com que haja domínio do discurso interativo, o que é ratificado pelo próprio título dado ao texto – “Alô, professor” – que implica o destinatário.

Em relação à organização seqüencial, também podemos observar uma tentativa de se construir uma descrição das ações desenvolvidas pela autora do texto resenhado (“considera, é mencionada, cita, aborda”), mas essa tentativa ainda é mal sucedida, pois o leitor não é “guiado a ver” o texto de Kleiman. Além disso, pelo próprio tipo de verbos selecionados, essas ações são apontadas como tendo o mesmo valor, e não de forma hierárquica, refletindo ações cognitivas e metadiscursivas mais específicas e de valor diferente, tal como acontece nas resenhas de “experts”. Assim, não se estabelece uma conexão hierárquica ou ordenada desses conteúdos, isto é, eles são colocados coordenadamente, como se tivessem o mesmo valor lógico, não se explicitando as relações de subordinação lógicas ou temporais que mantêm entre si. Evidentemente, a falta dessa ordem da seqüência descritiva decorre também da ausência de macroorganizadores descritivo-narrativos próprios das resenhas.

Da mesma forma, observando-se as séries coesivas predominantes, notamos que não há, em momento algum, a série coesiva referente ao texto resenhado e a série coesiva referente ao autor – característica das resenhas dos ‘experts’ - são constantemente esquecidas, predominando a série coesiva referente a “professores”.

Em relação aos mecanismos enunciativos, verificamos que há enunciados em que determinadas unidades de modalização deixam evidente a subjetividade do enunciador e seu posicionamento, mas não diante do texto resenhado – de acordo com as resenhas dos ‘experts’-, e sim, apenas diante dos conteúdos discutidos, sobretudo com o uso de modalizações apreciativas (“infelizmente”, “não é fácil”) ou lógicas (“talvez”) e deônticas (“deve-se”). Quanto aos mecanismos de inserção das vozes, notamos que já uma tentativa de separação das vozes do produtor da resenha e do autor do texto resenhado, mas ainda muito mal sucedida, pois, de fato, há vários

enunciados de responsabilidade de Kleiman que não são assinalados como tal.

HIPÓTESE SOBRE AS CAPACIDADES DE LINGUAGEM DO ALUNO

Como poderíamos interpretar esses resultados de nossas análises em relação às capacidades de linguagem já desenvolvidas ou a desenvolver por esse aluno? Num primeiro momento, poderíamos afirmar que o texto do aluno ainda não se constitui como um exemplar do gênero resenha e que, portanto, os três tipos de capacidades anteriormente apresentados ainda precisam ser mais desenvolvidos para o domínio eficaz desse gênero, ressaltando-se que o texto nos mostra nitidamente um aprendizado em processo de desenvolvimento, dadas as tentativas evidentes de uso de vários procedimentos lingüístico-discursivos próprios desse gênero.

Entretanto, buscando ir mais além dessa constatação genérica, podemos afirmar que o texto do aluno mostra uma influência clara da situação de produção escolar, evidenciando-se uma dificuldade evidente de ficcionalizar outra situação de produção e, no caso específico, o da resenha. Isso se evidencia no fato de não haver nenhuma referência precisa ao texto resenhado, possivelmente considerado desnecessário pelo aluno pelo fato de ele tomar o professor, que já conhece o texto, como seu destinatário privilegiado. A influência dessa situação de produção escolar ainda pode ser inferida pelo próprio plano global do texto do aluno, constituído pelas partes da tradicional “dissertação” ensinada para os vestibulares.

Assim, parece-nos que são, sobretudo, as capacidades de ação que deveriam ser trabalhadas inicialmente, pois as características do texto do aluno nos mostram que as representações mais adequadas sobre a situação de ação de linguagem relacionada ao gênero resenha de divulgação - sobre a instituição social em que circula, sobre seu enunciador, seus destinatários, seus objetivos e seus conteúdos) ainda não lhe estão suficientemente claros, o que se evidencia ainda na

falta de descrição do texto e de posicionamento sobre ele. Portanto, um trabalho sistemático sobre essas capacidades contribuiria em muito para a superação de alguns dos problemas do texto.

Além disso, uma capacidade lingüístico-discursiva, a da expressão das responsabilidades enunciativas, deveria merecer um trabalho mais particularizado, visto que, de acordo com nossa experiência didática, a falta de seu desenvolvimento provoca um dos problemas mais freqüentes na produção de resenhas, tal como visto no texto do aluno, que é a mistura das vozes do autor do texto resenhado e do produtor da resenha. Para isso, seria necessário o estudo dos mecanismos de inserção das vozes dos autores resenhados, incluindo-se aí o uso de verbos adequados para se indicar diferentes tipos de ações cognitivas e retóricas atribuídas ao autor do texto resenhado. Entretanto, como vimos, esses mecanismos estão diretamente relacionados a um trabalho interpretativo que se desenvolve na leitura do texto. Em outras palavras, o domínio das unidades lingüístico-discursivas que expressam essas ações na resenha está inexoravelmente ligado à capacidade de interpretá-las, quer estejam explícitas ou implícitas. Portanto, para o desenvolvimento dessa capacidade lingüístico-discursiva em relação ao gênero resenha, necessário se faz um trabalho anterior em relação ao processo de leitura, que não incida apenas sobre os conteúdos do texto a ser resenhado, mas também sobre aquilo que o autor *faz* nas diferentes partes que o constituem, sobre suas ações, que também devem ser conteúdos a serem mobilizados pelo produtor da resenha, o que nos leva de volta à necessidade de desenvolvimento das capacidades de ação.

Em suma, consideramos que o exemplo dado tenha sido suficientemente claro para demonstrar como análises discursivas podem e devem ser efetuadas para orientar o trabalho didático com a produção de textos, notadamente para a discriminação das capacidades de linguagem a serem trabalhadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, J. P. (coord.) Coleção *Trabalhando com os gêneros do discurso*. São Paulo: FTD, 2001.
- BRÄKLING, K. SOLIGO, R. & WEISZ, T. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*, 1995.
- BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, texto e discurso: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. A. R. Machado e P. Cunha. São Paulo: EDUC, 1997.
- CHIAPPINI, L. (coord.). Coleção *Aprender e Ensinar com textos*. São Paulo: Cortez, 1997.
- DE ANDRADE, R. B. Notas sobre livros, *D.E.L.T.A.*, 17:2, São Paulo: EDUC: 353-354, 2001.
- DE MATTOS, F. G. Notas sobre livros, *D.E.L.T.A.*, São Paulo: EDUC: 365-367, 2001.
- DOLZ, J. & SCHNEUWLY, B. *Pour un enseignement de l'oral: initiation aux genres formels à l'école*. Paris: ESF, 1998.
- DOLZ, J. & SCHNEUWLY, B PASQUIER, A. & BRONCKART, J.-P. L'acquisition des discours: emergence d'une compétence ou apprentissage de capacités langagières diverses? *Etudes de linguistique appliquée*, 89: 25-35, 1993.
- MACHADO, A. R. A organização seqüencial da resenha crítica. *the SPecialist*, 17: 2. São Paulo: Educ: 133 – 149, 1997.
- MACHADO, A. R. *O diário de leituras: a introdução de um novo gênero na escola*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MACHADO, A. R. Revisitando o ensino de resumos na escola. In: Dionisio, A. P. Machado, A. R. & Bezerra, M. A. (orgs.) *Gêneros da Mídia e Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna: 138-150, 2002.
- MACHADO, A. R. *A elaboração de material didático com base na noção de gênero: o modelo didático da resenha crítica como exemplo*. (no prelo)
- ROJO, R. H. R. (org.) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. EDUC/Mercado de Letras: São Paulo/Campinas, 2000.

13

LEITURA E ANÁLISE DO DISCURSO: O MOVIMENTO DE PRODUÇÃO DO SENTIDO DO TEXTO

EDSON NASCIMENTO CAMPOS
UFMG

*Marginal é quem escreve à margem,
deixando branca a página
para que a paisagem passe
e deixe tudo claro à sua passagem*

*Marginal, escrever na entrelinha,
sem nunca saber direito
quem veio primeiro,
o ovo ou a galinha.
(Leminski, 1995)*

Todo produto traz, no seu corpo, as marcas do processo que o institui. Discursivamente, todo enunciado, nos termos do projeto de sentido para o texto, dialoga, em eco, com a enunciação que o

explicaria. Ou seja, articulando as estratégias textuais do intertexto, posso esclarecer esse diálogo no sentido proposto por Paz (1986):

Aqui

Meus *passos* neste *beco*

Ecoam

noutro *beco*

Onde

Ouçõ meus *passos*

Passar neste *beco*

Onde

Só é real a névoa.

Aliás, se quem escreve deixa, enquanto enunciador, no texto escrito, as marcas verbalizadas desse processo, por outro lado, quem lê, ocupando as possibilidades da diferença constitutiva da relação enunciador/ co-enunciador, estaria preenchendo, pressupostamente, os espaços abertos dessa distância. O leitor, aqui, estaria produzindo alusões, que indiciariam, enquanto parte, as manifestações provisórias do todo a que precariamente estariam elas sendo integradas, e, assim, estariam ganhando, enquanto parte, o seu sentido. Nesses termos, o jogo alusivo do co-enunciador, faria um diálogo em eco, no espaço aberto da enunciação, com as alusões disseminadas pelo enunciador, articulando, no texto, a intimidade do processo com o seu produto.

Mas esse leitor das estratégias textuais da alusão poderia ser um leitor/co-enunciador particular e, como tal, seria diferente daquele outro leitor, enquanto leitor empírico, de um outro projeto de leitura que poderia incluir, ou não, é claro, a leitura dos jogos enunciativos das estratégias da alusão e de outras estratégias textuais alternativas.

Isso posto, devo dizer que a leitura do enunciado, em diálogo com a enunciação, circula pela ambigüidade contraditória que aproxima e distancia aquele que lê e aquele que escreve. Isso porque a posição

discursiva de ambos é diferente: ela os reúne e os separa como interlocutores e, por isso, o projeto enunciativo que aí se manifesta não faz do co-enunciador um mero repetidor do programa do enunciador.

A relativização que aqui se desenha pressupõe uma concepção de leitura que nos obriga a olhar a relação autor/leitor como atividade de interação em que o outro, o leitor empírico, seria constituído pela posição de leitor/co-enunciador, enquanto estratégia textual, através da ação do autor-empírico. Mas o autor-empírico, por sua vez, constituiria um conjunto de estratégias textuais indiciadoras da posição de autor/ enunciador. Enfim, todo texto seria um espaço de sentido em que se cruzam, discursivamente, as atividades de ler e escrever e, nesse cruzamento, a diferença constitutiva de tais estratégias relativizaria a ação de quem escreve e de quem lê. Se essa diferença distancia os enunciadores na produção do sentido do texto, a semelhança, por outro lado, prevista pelo trabalho semiológico do autor-enunciador, os aproxima. Por isso, pode-se dizer que os interlocutores, enunciativamente, na interação, mantêm, uma relação em que se afinam e se desafinam: ler seria, então, uma atividade semiológica praticada pelas vias da simetria e da assimetria ainda que o autor/enunciador possa imaginar, na interação verbal, uma relação com graus diferentes de acentuada simetria.

De fato, o autor/enunciador pode deixar, no corpo do texto produzido, as marcas do processo que o institui, mas o leitor/co-enunciador que, pressupostamente, articularia os sentidos materializados nessas marcas, não se manifesta simetricamente, de forma plena, nas ações do leitor empírico, que, aliás, lê o que se pode e se deve ler, mas, ainda, o que não se pode e não se deve ler.

Mas o que poderia e deveria ler este leitor empírico que agora está falando, a partir do co-enunciador que vou assumindo em diálogo com o enunciador do poeta Leminski (1995)?

Enunciativamente, posso dizer que leio, no trabalho do poeta, o desenho de alguns traços que caracterizam discursivamente a

experiência com a língua e a linguagem. E assim fazendo vou lendo o que posso e devo ler: vou lendo a materialização verbal da experiência com a formação discursiva a que estamos submetidos, nós, os interlocutores em ação.

O enunciador traça os sentidos que identificam o sujeito: marginal é o que escreve à margem. Esse é o sujeito que fica fora e, dentro, fica o sujeito que escreve no espaço branco da página: o centro. Além de fazer esses traçados, o enunciador constitui a unidade dos sentidos: a escrita do marginal é produzida nas entrelinhas; a do outro é produzida nas linhas. Uma deixa tudo claro, mas a outra não. Uma privilegia a linearidade do tempo cronológico no controle das explicações para os fenômenos observados; a outra, ao contrário, aponta para a sinuosidade do sentido na explicação desses fenômenos, uma vez que tanto faz vir antes como depois.

Considerando o que acabo de enunciar, leio, pelas estratégias do intertexto, o que Orlandi (2001) indica:

Como sabemos, a formação discursiva – lugar provisório da metáfora – representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem dos outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do processo de interpelação.

O que leio, é, pois, um movimento possível de produção de sentidos o qual caracterizaria a unidade dos sentidos e a identificação dos sujeitos na interpelação a que estão submetidos autor e leitor. Assim, ler os espaços da página central e da página marginal é, em outros termos, dar conta da construção sócio-histórica que produz a hegemonia do centro e a contra-hegemonia da margem. Isto porque a submissão determina para tais espaços uma certa posição que se cristalizaria em metáforas, pela força da ideologia, uma vez que a

interpelação ideológica, ao produzir o centro, por assim fazê-lo, produz, simultaneamente, o outro – a margem – em regime de relação de heterogeneidade constitutiva. Por isso, justifica-se o que se deve e o que se pode ler e escrever como se justifica o que não se deve e não se pode ler e escrever.

Este olhar discursivo sobre o texto de Leminski (1995), é bom que se diga, no exercício da lembrança com que vou constituindo os sentidos da enunciação, através da qual articulo o seu texto, abre espaço para repetirmos o sentido da divisão previsto pela formação discursiva que o articula. E abre espaço para esquecermos, em parte, os sentidos produzidos em tal formação. É o que posso pensar ao dizer que o Ocidente sempre se deu mal com as diferenças: embutida no Logos há toda “*uma cadeia desses grandes conceitos universais a qual atravessa toda a cultura ocidental.*” (Santos, 1989)

Logos é Espírito, que dá em Razão, que faz Ciência, que promove a Consciência que impõe a Lei, que estabelece a Ordem, que organiza a Produção. No entanto, a cadeia das maiúsculas só se promoveu reprimindo e silenciando como inferiores os termos de uma outra cadeia: corpo, emoção, poesia, inconsciente, desejo, acaso, invenção. Além de matar as diferenças em identidades, o Logos comete uma segunda violência: hierarquiza esses elementos, valoriza, torna uns superiores aos outros. Os primeiros - maiúsculos, superiores - reduzem o mundo a identidades, são sólidos, centrais, racionais, duradouros, programáveis. Os outros - minúsculos, inferiores - pulverizam o mundo em diferenças, são fugidios, sem centro, irracionais, breves, imprevisíveis. (Santos, 1989)

Mas essa não é a articulação que organiza a formação discursiva que orienta o discurso do texto de Leminski (1995): se os sentidos e as identidades são distribuídos pela verticalidade do comando de Logos ou pela superioridade e inferioridade respectivas dos “maiúsculos” e “minúsculos”, formalmente constituídos, na escrita e na leitura do

Ocidente, não é esse o desenho da formação discursiva que o poeta nos apresenta. As relações entre quem escreve na página central com quem escreve na página marginal são marcadas pela diferença, mas, nisso, não existe a dimensão do sentido da identidade do que vem programado pela ação verticalizante das burocracias. É outra a sua orientação: é desta posição de marginal que o poeta escreve e, enunciativamente, ainda que não participe da condição sócio-política hegemônica, e excludente, de página central, é, por isso mesmo, do próprio lugar da margem que o discurso do poeta orienta o sentido de seus textos na relação dialógica e constituinte com o centro.

Chama a atenção nos estudos sobre Leminski, por exemplo

...a presença de palavras como prazer, rebeldia, liberdade, informação nova, amor, paixão. De certo modo, nessa concepção poética estão envolvidos valores que se opõem radicalmente ao mundo contemporâneo, "lucrocêntrico", onde impera o princípio da utilidade, ou seja, a idéia de que todas as coisas têm determinada serventia, tudo e todos devem produzir e toda produção se coloca mediatizada pelo consumo. A busca dos valores expressos por aquelas palavras é uma forma de resistência representada no plano da linguagem, pela poesia. (Marques, 2001)

Nesta formação discursiva, o desenho da escrita e da leitura como centro e margem, acaba por figurar, uma certa complementaridade contraditória no exercício das práticas de linguagem. Se, de um lado, o enunciador da página central escreve um texto claro, sujeito aos efeitos da precisão punctual - isto veio antes disto, aquilo veio depois disto - cai-se, aí, na ordem do texto. E se, por outro lado, o enunciador da página marginal, relativiza o que veio antes e o que veio depois, desdobrando, deslocando, dispersando os pontos dos sentidos estabelecidos, tem-se a ordem do discurso instalada no corpo do texto. Disso decorre o seguinte: a disponibilidade das fontes primárias como recursos metodológicos que informam a investigação e a pesquisa do texto podem atuar de forma

linear e, aí, a especificidade do ponto primeiro (ou ponto primacial) terá a vocação para a reprodução dos significados estabelecidos pelo trabalho do pesquisador ao representar o controle das origens dos sentidos. Por outro lado, a investigação e a pesquisa podem atuar pela articulação sinuosa que se expressa na relação dos pontos estabelecidos e dos que vão sendo articulados independentemente de um certo eixo prévio que os amarra. Tem-se, aqui, as fontes primárias enquanto recurso metodológico, na condição de origem que mobiliza os pontos relacionais. A pesquisa do discurso aponta, então, para a dispersão promovida, intertextualmente, pela reprodução e transformação dos sentidos e isto se contrapõe à linearidade possibilitada pela intertextualidade da reprodução dos sentidos do texto.

Fica mais claro, acredito, o que diz Orlandi (2001):

Do ponto de vista discursivo, não há um fim punctual como não há um começo absoluto, uma inicial total. É ao autor, enquanto função-sujeito, que cabe a representação de que ele começa e termina seu texto. Incompletude do sujeito, vocação totalizante do autor, incompletude do discurso, acabamento do texto. De um lado, dispersão do sujeito e do discurso, de outro, unidade do texto e do autor, em que a linguagem adquire, em seu imaginário, dimensões precisas, com recortes, segmentos, tamanhos.

Nessa posição enunciativa que assumo, no exercício de co-enunciador, articulando, discursivamente o texto de Leminski, o que acabo por fazer é a prática de tentar um exercício de discurso que reflete sobre um outro discurso. Nisso, sensível ao discurso do enunciador, o co-enunciador atravessa os sentidos das duas estrofes do texto e articula, aí, o movimento de reformulação da primeira estrofe com os sentidos que a esclarecem e a ampliam, localizados nos sentidos construídos pela leitura da segunda.

Diferente, pois, da heterogeneidade que constitui os diferentes planos da margem e do centro no mesmo enunciado, a heterogeneidade que,

aqui, é construída articula níveis diferentes no interior do próprio discurso:

Manifestação de heterogeneidade enunciativa, o locutor pode, em todo momento, comentar sua própria enunciação do interior mesmo dessa enunciação: o discurso é imbuído de metadiscurso. Esse metadiscurso pode, igualmente, atingir a palavra do co-enunciador, para confirmá-la ou reformulá-la: ao mesmo tempo em que se realiza, a enunciação auto-avalia-se, comenta-se, solicitando a aprovação do co-enunciador ('se posso dizer', 'para falar a verdade', 'ou melhor', 'quer dizer que...') (Maingueneau, 1998)

O que o locutor diz vem acompanhado de glosas. E cada uma se apresenta

... como a exibição de um debate com as palavras, o qual se pretende exemplar; ela define para o co-enunciador o bom caminho através do rumor infinito dos signos da língua e do interdiscurso. O sujeito cuja imagem é construída pelas glosas é um sujeito que domina um discurso e que oferece este domínio em espetáculo. (Maingueneau, 1993).

E, aí, a voz, enquanto aquilo que os locutores revelam pelo próprio modo de se expressarem, produzindo efeitos sobre o auditório, a partir das imposições requeridas pela formação discursiva, não deixa de incluir no que é dito o tom com que é dito: é firme, seguro, decidido o espetáculo do domínio da produção da unidade dos sentidos e o da constituição das identidades na formação discursiva que está presente, de forma particular, nesse texto de Leminski.

Enfim, se a interação verbal se constrói com a articulação que aos poucos produz uma *memória intratextual*, no discurso, ainda, a

memória se constrói com a articulação de outros discursos: *memória intertextual*. “*Certos tipos de discursos têm uma relação privilegiada com a memória. Assim os discursos literários, religiosos, jurídicos... estão destinados a suscitar, segundo* (Foucault, 1971:24), *‘palavras que os retomam, os transformam ou falam deles’*.(Maingueneau, 1998)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, E. N. *Informação, Função, Organização; A interação lingüística na leitura/produção de textos – o movimento dos interlocutores*. Belo Horizonte: Projeto de Reformulação Curricular e de Capacitação de Professores do Ensino Médio da Rede Estadual de Minas Gerais. Secretaria de Estado da Educação, 1998.

CAMPOS, E. N. e CURY, M. Z. F. Fontes Primárias: saberes em movimento. *Revista da Faculdade de Educação da Universidade de S.Paulo*. São Paulo, v.23, n.1/2, p.303-313, jan./dez.1997.

LEMINSKI, P. *Distraídos venceremos*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Editora da Universidade de Campinas, 1993.

MAINGUENEAU, D. *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1998.

MARQUES, F. *Aço em flor; a poesia de Paulo Leminski*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, C. M. F. *Escola, Leitura e Paródia. A dimensão reprodutora e transformadora da ação pedagógica*. Belo Horizonte. Dissertação: Mestrado em Estudos Lingüísticos. PosLin/Fale/ UFMG, 2001

ORLANDI, E. *Discurso e Texto; formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PAZ, O. “Aqui”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 mar.1986. Folhetim, n. 475, p.12.

SANTOS, J. F. *O que é Pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TORGA, V. L. M. O movimento de sentido da alusão; uma estratégia textual de leitura de *Ler, escrever e fazer conta de cabeça* de Bartolomeu Campos Queirós. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2001. (Dissertação: Mestrado em Linguística)

14

LEITURA E ANÁLISE DO DISCURSO

ELIANA AMARANTE DE MENDONÇA MENDES
UFMG

O tema *Leitura e Análise do Discurso* causa-me um grande desconforto. Proponho-me, no entanto, a abordá-los, entendendo isso como um grande desafio.

Vou tentar, num primeiro momento, colocar os motivos de meu desconforto. Primeiramente, o tema *Leitura e análise do discurso* me incomoda porque, assim colocado, é ambíguo, podendo significar:

vamos tratar da leitura e vamos tratar da análise do discurso; ou vamos tratar da inserção da leitura na análise do discurso, já que todas as vertentes da Análise do Discurso incluem a leitura em seus construtos. Não se pode, portanto, em princípio, tratar da análise do discurso, sem incluir a leitura. Por outro lado, é possível falar de leitura sem falar de análise do discurso. A leitura costuma ser tratada de forma separada, embora pressupondo sempre um texto – são diversas as teorias de leitura existentes.

Em segundo lugar, o meu desconforto se deve a que leitura é um tema muito complexo. Aliás, toda a parte da recepção, seja a escritura ou a compreensão oral, é muito complexa.

Em relação à leitura o que mais tenho são perguntas para as quais não encontro respostas satisfatórias. Não tenho, portanto, nenhuma pretensão de trazer uma contribuição efetiva para o tema, mas simplesmente levantar algumas questões que me incomodam.

O ponto de partida para minhas reflexões é a minha constatação de que, embora prevista pelos modelos de análise do discurso, a leitura (bem como toda a parte relativa ao receptor) não tem recebido o mesmo tratamento dedicado aos outros componentes do discurso. Isso pode ser constatado até mesmo através de uma simples verificação do espaço dedicado à recepção na já ampla bibliografia sobre análise do discurso.

Esse fato foi, aliás, denunciado por Mari (2002) quando, a propósito de reflexões sobre o contrato no modelo de Charaudeau, diz

Há um lado da enunciação, onde a nossa compreensão capta grande parte dos fenômenos ali recorrentes; há um outro lado, o lado do "outro", onde impera a desordem, onde nossas categorias ainda têm sido muito ineficazes no esclarecimento dos fatos que ali ocorrem. (Mari, 2002:46-47)

De fato, o que tenho visto em diversos trabalhos de análise de discurso me leva a concordar plenamente com Mari. As análises do discurso, enquanto construtos teóricos no tratamento da produção me parecem consistentes, o problema parece se colocar em relação ao tratamento do outro: na concepção da recepção e na conseqüente carência de instrumentos de análise adequados para abordá-lo na prática.

Embora considerados elementos de um mesmo algoritmo, a produção do discurso e a recepção do discurso são muito diferentes. Como diz Charaudeau,

...não há simetria entre as atividades do Euc e do Tui . Se o resultado do processo de produção pode ser estudado através das características da encenação do dizer, configurada no texto, o resultado do processo de interpretação só pode ser captado de duas formas: seja através do texto interação (e tal captação, por mais interessante que seja so pode ser parcial), seja de forma psico experimental, isto é, testando-se os sujeitos interpretante ...” (Charaudeau, 2001:32)

Com efeito, a produção (oral e escrita) é acessível à observação de uma forma direta, ao contrário dos processos receptivos de compreensão oral e leitura. O discurso escrito apresenta uma natureza se não mais concreta, pelo menos uma natureza registrada e registrável, o que não ocorre com a leitura. Apreende-se o texto escrito de uma forma relativamente fácil em relação à grande dificuldade (se não impossibilidade) de apreensão da leitura. Os textos escritos constituem uma ancoragem bastante concreta – podem ser lidos em voz alta, até mesmo por quem não entenda o que está lendo, podem ser colecionados e preservados em bibliotecas, podem ser selecionados por tipos, gêneros, podem constituir *corpora* diversos, podem ser medidos, inventariados, alterados, analisados, parafraseados, traduzidos, citados e até podem ser lidos. Quanto à leitura, embora seja ela uma realidade inquestionável, ela não é algo

facilmente capturável, se é que o é de alguma maneira: quase todas as formas sugeridas até hoje para a apreensão da leitura passam necessariamente por uma leitura de um outro, ou pela própria escritura, ou ainda por formas orais de reprodução do texto, levando a que não se possa apreender com alguma segurança qual é realmente a leitura que se faz de um texto.

Leitura e escritura diferem também porque não é possível ocorrer leitura se não houver um texto, mas em princípio é possível haver um texto não lido, ou só lido pelo autor durante o processo de escritura, podendo eventualmente depois ser destruído.

Estudos na área da lingüística cognitiva e psicolingüística indicam também profundas diferenças no processamento mental dessas duas habilidades. Até mesmo no plano biológico corporal são gritantes as diferenças entre produção e recepção.

Essas diferenças entre produção e recepção, bem como as dificuldades apontadas quanto à captação da recepção, a meu ver, podem justificar o fato de a leitura ser de certa forma pouco tratada, ou maltratada, pelas teorias do discurso.

Pode ser também que, na falta de um tratamento mais adequado que reflita a distinção entre produção e recepção, estenda-se para a recepção o que foi concebido para a produção. Por exemplo, parece que a concepção de sujeito da produção é usada para tratar do sujeito da recepção, desconsiderando-se as diferenças existentes entre as duas modalidades.

No entanto, a despeito dessa possível fragilidade dos modelos quanto a esse aspecto, análises são praticadas, textos são analisados, *corpora* são analisados.

No meu entender, essas práticas parecem sofrer as conseqüências dessa fragilidade e incompletude teóricas.

O que às vezes me incomoda, é que não consigo reconhecer, na prática da análise do discurso, por exemplo, a teoria que inclui o

sujeito por ela preconizado, ou seja, que qualquer que seja a concepção teórica de sujeito, a análise não vai ser afetada porque ela, vai refletir sempre, fatalmente, a leitura que um indivíduo faz tanto da teoria eleita quanto do discurso em análise.

A sensação que tenho quanto ao que ocorre nas práticas de análises é, por um lado, a de que o modelo dirige a leitura, no que ele prevê, e por outro lado, a de um “*déjà vu*”, é a sensação de que o analista se reveste da autoridade que lhe confere o estatuto de falante nativo da língua e pratica um tipo de introspecção lingüística – buscando sua intuição lingüística, nos moldes gerativistas, agora com um foco mais abrangente do que outrora, uma vez que vai além do nível da frase - e em que o *corpus* só tem a função de legitimar suas intuições.

Isso me leva sempre a questionar, quando tenho a oportunidade de examinar trabalhos na linha da Análise do Discurso, qual seria a diferença na análise se não se tivesse utilizado um modelo de AD, se se tivesse utilizado uma análise de textos tradicional? A sensação que tenho é a de que é teoria e filosofia demais, para muito pouco.

Se minhas intuições são corretas, onde estaria a origem dos problemas?

Tradicionalmente, entendia-se que o sentido era dado pelo texto e que ler era descobrir os significados do texto. E, ainda, que só havia um sentido, o sentido intencionado pelo autor, que devia ser descoberto pelo leitor. Ler seria então uma atividade que protegeria os significados depositados no texto pelo autor e só uma leitura seria legitimada. Esta é, no meu entender, uma concepção fechada de leitura.

Daí se evoluiu para uma concepção de leitura segundo a qual o sentido não é totalmente dado pelo texto, que são possíveis n leituras de um mesmo texto, e que o sentido é construído pela interação entre autor, texto e leitor, no ato da leitura, a partir de pistas que o texto fornece, de uma base explícita e literal já dada.

Essas pistas são o que, de acordo com esses modelos, justificam a possibilidade de semelhança nas interpretações, nas diversas leituras.

Dentro dessa última concepção de leitura, num primeiro momento, em que se entendia que a enunciação ficava circunscrita ao espaço do subjetivo e do individual (Benveniste), também a concepção do sujeito da leitura ficava circunscrito ao espaço do subjetivo e do individual. Esta seria uma concepção relativamente aberta de leitura.

Num segundo momento, essa dimensão individual e subjetiva atribuída ao discurso vai ser contestada e o discurso passa a ser considerado instância histórica e social. O discurso para Foucault, por exemplo, é ancorado não na unidade do sujeito, mas, na sua dispersão; há, portanto, um descentramento do sujeito, entendido, pois, como parte de um corpo sócio-histórico-cultural.

Nesse cenário, também o sujeito leitor se inscreve como instância sócio-histórica e cultural.

Esta seria, para mim, uma concepção aberta de leitura.

Temos finalmente a concepção de leitura inspirada no desconstrutivismo, que parte do pressuposto de que não existe nada fora da linguagem e de que o texto não tem sentido anterior à interpretação e fora dela. A semelhança de interpretações nesse modelo é atribuída a convenções institucionalizadas, pela convencionalização de sentidos possíveis em períodos e culturas distintos. Essa concepção de leitura, no meu entender, é excessivamente aberta.

A Análise do discurso adota o que considero uma concepção aberta de leitura: o sujeito descentrado, parte de um corpo sócio-histórico cultural, nos moldes de Foucault.

No entanto, enquanto arcabouço teórico, edifício coerentemente estruturado, é um modelo relativamente fechado, uma vez que, na prática da análise, se por um lado ajuda a descobrir alguns dos

sentidos do texto, por outro limita os sentidos do mesmo, além de generalizar e atribuir o mesmo sentido a vários textos de mesmo tipo.

Haveria então incompatibilidade entre essa teoria aberta de leitura e a teoria da análise do discurso relativamente fechada? Uma teoria mais fechada de leitura não seria mais compatível com o modelo, e ao mesmo tempo não refletiria melhor o que de fato acontece na prática?

O que interessa, na prática, uma concepção teórica que assume o sujeito como constituído sócio-histórico-culturalmente, se na prática da análise o seu fazer é inevitavelmente o fazer de um indivíduo, que faz a sua própria leitura, tanto da teoria que utiliza quanto do texto analisado, seja lá de que forma ele tenha sido constituído?

Uma única concepção de sujeito, mas que atende a duas realidades diferentes, o sujeito da produção e o sujeito da recepção, seria o motivo do problema que suponho ocorrer na prática da análise do discurso?

Concepções distintas de sujeito da produção e sujeito da recepção, que considerassem os diferentes estatutos das duas modalidades, resolveriam o problema?

Quer-me parecer que não. Embora se tenha a impressão de que a produção é teoricamente bem resolvida nos modelos, na verdade, como analisar um discurso é ler um discurso e não produzi-lo, nenhum modelo pode ser aplicado e testado na prática da produção: a produção, em si, parece escapar também ao modelo.

O fato de a teoria, ela própria, ser um discurso e de o analista ter ao mesmo tempo de ler seu *corpus* e de ler a teoria que deseja aplicar ao mesmo é mais um complicador que precisa ser encarado.

O contrato subjacente a um discurso teórico não é o contrato do “fazer-crer”, que, em última análise, é o discurso da autoridade de um “falante-ouvinte ideal”?

Acredito que só teremos solução para essas tantas questões, e para as muitas outras que podem ser formuladas, com o desenvolvimento dos estudos da lingüística cognitiva, da psicolingüística ou de outros estudos que possibilitem que a linguagem seja tratada através de outros instrumentos que não somente ela própria, se não correremos o risco de ficar eternamente correndo em círculos, tentando “morder o próprio rabo”.

Creio ainda que as ADs poderiam muito se beneficiar com contribuições advindas dessas outras áreas a elas complementares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, P. Uma Teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. (orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. NAD/FALE/UFMG, 2001, pp. 23-38.

MARI, H. Percepção do sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MACHADO, I.L. et al. (orgs.) *Ensaio em Análise do Discurso*. NAD/FALE/UFMG, 2002, pp. 31-57.

15

O CONTRATO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA SALA DE AULA DE ESPANHOL LÍNGUA ESTRANGEIRA

JUAN PABLO CHIAPPARA CABRERA
MESTRANDO - UFMG

Partindo de observações em sala de aula, em Minas Gerais, e com grupos de alunos brasileiros, este trabalho propõe uma descrição teórica de uma aula de Espanhol Língua Estrangeira (E.L.E.), a partir da teoria Semiolingüística de Charaudeau. Considerando os componentes do quadro de ato de linguagem da mencionada teoria, pretende-se refletir sobre a questão do contrato e da construção das identidades, como forma de identificar possíveis causas de

problemas no processo de aprendizagem do E.L.E., o que pode vir a se confirmar também no caso de outras línguas estrangeiras.

Esse processo de aprendizagem supõe pelo menos dois tipos de dificuldades: as de ordem estrutural, relacionadas ao enfoque da língua tal como a definiu a lingüística desde Saussure, e as de ordem discursiva, vinculadas à habilidade de decodificar/produzir conteúdos lingüístico-discursivos, quer dizer, vinculados a processos de ordem cultural. Neste trabalho apenas serão enfocadas algumas questões relacionadas ao plano discursivo, embora se reconheça que ambas estejam intimamente ligadas.

DISCURSO E CONTRATO: O QUADRO TEÓRICO

Se a partir de finais do século XIX e até os anos 1970 associou-se muito fortemente a língua com a noção de estrutura ou de sistema (Saussure), desde os anos 60 e mais fortemente desde os anos 70, começou-se a perceber que, nos fenômenos que envolvem a comunicação através das línguas humanas são de capital importância os elementos exteriores à estrutura do código, e que esses elementos têm a ver com o lado afetivo, cognitivo, emocional e social dos indivíduos.

Na perspectiva estruturalista norte-americana, a partir da Segunda Guerra Mundial, o ensino de línguas estrangeiras tentou desenvolver técnicas de aprendizagem que conceberam a língua como um catálogo de palavras a serem memorizadas, e uma série de estruturas a serem internalizadas e aplicadas na situação de comunicação, que era pensada como um acontecimento futuro, exterior à sala de aula. O behaviorismo e as teorias de Skinner, que desenvolveram pesquisas em torno de experiências de estímulo-resposta, foram alicerces teóricos que sustentaram no pós-guerra tais metodologias aplicadas ao ensino de línguas estrangeiras.

Mas, a partir de finais dos anos 50 e início dos 60, e, sobretudo, na Europa, começa-se a pensar na importância do indivíduo, do social e

do cognitivo em tudo o que envolve a linguagem e a comunicação. Nesse contexto, Benveniste¹ vai introduzir uma idéia central que será o ponto de partida para uma nova forma de encarar os estudos lingüísticos. “*Desta maneira, passaria a fazer parte do objeto da lingüística o estudo dos mecanismos pelos quais o falante, apropriando-se da língua, a transforma em discurso*” (Mello, 2001:227).

O conceito de discurso abordado aqui é o estudado dentro das ciências da linguagem que dão uma ênfase particular à enunciação. Trata-se de um conceito de difícil definição teórica. O dicionário publicado recentemente na França sobre *Análise do Discurso* pode esclarecer o enfoque que pretendo dar-lhe neste texto:

Depuis les années 80, on voit proliférer le terme “discours” dans les sciences du langage, aussi bien au singulier (...) qu’au pluriel (...), selon que l’on réfère à l’activité verbale en général ou à chaque évènement de parole. La prolifération de ce terme est le symptôme d’une modification dans la façon de concevoir le langage. (...) Pour une bonne part, cette modification résulte de l’influence de divers courants pragmatiques (Charaudeau & Maingueneau, 2002:187).²

A idéia central que interessa aqui é que, desde a perspectiva da comunicação e a partir de uma teoria do discurso, não podemos dar um sentido a um enunciado se não for em relação a outros enunciados que circulam na sociedade. Assim, a noção de discurso está intimamente ligada a de interdiscurso. Todo discurso é também o interdiscurso de outro discurso.

¹ *Problèmes de linguistique générale I*, 1966, e *Problèmes de linguistique générale II*, 1974.

² Pode-se consultar sobre esta questão: Maingueneau, D. *Análise de textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez editora, 2002.

Ao tentar enxergar esses conceitos na perspectiva deste trabalho, destaco um primeiro possível problema na aprendizagem de uma língua estrangeira que é a maior ou menor habilidade para ativar discursos que acionem interdiscursos, condição necessária para que o 'aprendente' construa, cognitivamente, um contexto cultural imprescindível que lhe permita decodificar mensagens lingüísticas que por si só carregam uma dose de opacidade estrutural, no caso da língua estrangeira.

Essa dificuldade articula-se, na prática, com outra que é simultânea a ela: a questão da interação e do acontecimento social que é um ato de linguagem. É na interação, que acontece entre sujeitos da linguagem, que os discursos são construídos. Esta dinâmica leva-me a introduzir a questão do contrato e da construção das identidades no ato de linguagem que uma aula de língua estrangeira como a de espanhol supõe, e leva-me a pensar nas dificuldades decorrentes dessa dinâmica comunicativa.

Na teoria dos sujeitos de Charaudeau, é o indivíduo quem toma a iniciativa, embora ele só exista em relação a outro indivíduo, a partir do qual ele vai construir uma representação de si próprio e desse outro. No final da década de 1970, este autor desenvolveu a teoria Semiolingüística³ na qual pretende captar o fenômeno linguageiro como produto de uma interação encenada dentro dos limites de um contrato social implícito.

Com as teorias estruturalistas (...) o ato de linguagem é o feito de um "locutor-ouvinte ideal" (...) Não há, portanto, lugar para a teoria dos sujeitos, uma vez que estes desaparecem na abstração ideal de um modelo de competência supostamente perfeito. Com a Teoria da Enunciação, a presença dos responsáveis pelo ato de

³ "(...) trata-se de uma teoria que não despreza aquisições resultantes de pesquisas em etnometodologia, em antropologia, em sociologia, nem tampouco as aquisições da pragmática e do dialogismo bakhtiniano" (Machado, I L. *Uma teoria de Análise do Discurso: A Semiolingüística*, in Mari, 2001:43).

linguagem, suas identidades, seus estatutos e seus papéis, são levados em consideração. (Charaudeau, 2001:27)

O autor define um quadro do ato de linguagem e o resultado é a inclusão de aspectos teóricos que não apareciam, por exemplo, no antigo e famoso quadro da comunicação de Jakobson.

QUADRO DO ATO DE LINGUAGEM NA TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA⁵



⁴ O que é o FAZER? “A lingüística da enunciação tem suas origens na análise dos *shifters* (Jakobson, 1963), dos performativos (Austin, 1970) e da categoria de pessoa (Benveniste, 1966). As análises destes teóricos mostram domínios em que é impossível dissociar da língua a atividade do falante, e, assim, a língua deixa de ser vista como instrumento externo de comunicação, de transmissão de informação, para ser vista como uma forma de atividade, entre dois protagonistas. (Maingueneau, 1990)”. (Mello. “Inter-subjetividade e enunciação” in Mari, 2001, 227)

⁵ Este quadro é objeto de estudo, análise e explicitação em dois artigos publicados recentemente: Machado. *Uma teoria de Análise do Discurso: A Semiolingüística*, in Mari *et al.* 2001:39-62, e Charaudeau. *Uma teoria dos sujeitos da linguagem*. in Mari *et al.*, 2001:23-38.

No quadro, há uma esfera do social que é o lugar onde se constroem as identidades dos *parceiros* ou seres sociais. Esta esfera considerada externa, destaca três níveis: o *comunicacional*, que seria o canal pelo qual a comunicação vai acontecer (presença ou não dos interlocutores, etc.); o *psicossocial* que faz referência aos estatutos dos parceiros (idade, sexo, categoria sócio-profissional, posição hierárquica); e o *intencional* que diz respeito ao conhecimento que cada um dos parceiros possui sobre o outro, ou constrói de forma imaginária, fazendo apelo a saberes supostamente compartilhados. Dentro do quadro, ainda nesta esfera do *fazer*, o EUC é o *sujeito comunicante*, de quem parte a iniciativa no ato de linguagem, e o TUi é o *sujeito interpretante*. Estes sujeitos sociais estabelecem uma *relação contratual*. Esta será colocada em ação através dos sujeitos de fala, o *sujeito enunciador* Eue, e o *sujeito destinatário* TUd. Eles terão *atitudes discursivas* que podem ser subdivididas como mostra o quadro. (Charaudeau, 2001:31)

Ao focar o aspecto contratual da aula de língua estrangeira e ligando-o às noções de discurso e de interdiscurso, tentarei colocar algumas questões que acho pertinentes na hora de avaliar dificuldades de aprendizagem nas aulas de E.L.E.

A SALA DE AULA: UMA ENCRUZILHADA TEATRAL

De um modo geral, o método adotado no ensino de língua estrangeira hoje é o chamado *Comunicativo*. Quem introduziu o termo foi Hymes, em 1972, num artigo intitulado “On Communicative Competence”, resultado de uma pesquisa começada em 1966. (Hymes, 1991) *Grosso modo*, esse método, re-elaborado, acrescentado, pensado e trabalhado por pesquisadores em diferentes países do mundo da área da didática associados à lingüística aplicada, coloca a ênfase em atividades chamadas comunicativas, que também envolvem a escrita e a leitura, apresentando a matéria lecionada em contextos culturais específicos da língua-alvo, posto que se considera que língua e cultura são inseparáveis. Espera-se do aluno uma participação “real” já que se procura estabelecer situações

“reais” de comunicação. As teorias pragmáticas e, especificamente, a dos Atos de Fala influenciaram bastante o ensino de línguas e esta metodologia.⁶

Nesse contexto, as atividades realizadas na sala de aula estimulam constantemente a participação do aluno e mesmo, dela dependem. O espaço da sala de aula é organizado de modo que a comunicação circule de maneira “igualitária” e para tal colocam-se as carteiras num semicírculo de modo que ninguém dê as costas para ninguém, e o professor não fique numa posição destacada, face aos alunos. Para que a comunicação circule, forma-se um círculo. Trabalha-se muito com *jogos de rôle* ou com atividades nas quais os alunos têm de desempenhar “papéis sociais” e adotar “identidades” com as quais espera-se que se identifiquem, como forma de favorecer a aprendizagem da língua alvo.

Além das teorias lingüísticas acima citadas, a lingüística da enunciação também tem auxiliado teoricamente esse tipo de aula. Nessa relação natural que tem existido entre a teoria lingüística e sua aplicação, acho que podemos tentar aplicar aspectos da Semiolingüística para tentar entender alguns problemas da aprendizagem da língua alvo.

A dinâmica da sala de aula de língua estrangeira (L.E.), por exigir do aluno a “representação de papéis” e a adoção de “identidades”, pode ser considerada como uma dinâmica que pretende reproduzir ou recriar situações reais da vida cotidiana. Qualquer tema é válido para ser tratado na aula de língua; isto a aproxima de situações da vida real, em que a interação entre os sujeitos sociais de palavra pode abordar qualquer tema. O aluno tem de dar opiniões sobre temas

⁶ A Comunidade Européia elaborou, dentro de um projeto de ensino de línguas estrangeiras, um catálogo-guia – em espanhol chamou-se *Un Nivel Umbral* (1979) e em francês *Un Niveau Seuil* (1976) – que tinha uma forte base na Teoria dos Atos de Fala de Austin. A idéia dominante nesse documento é que usamos a língua para fazer coisas. A primeira edição foi em inglês, *The Threshold Level*, em 1972. Claro que em se tratando de uma aplicação da teoria, não tentou colocar em prática a complexidade que ela encerra.

variados, tem de escrever cartas, tem de dizer se é a favor ou contra determinado assunto, quase sempre tem que contar sua vida, etc. Porém, uma diferença importante em relação às situações comunicativas reais é que tudo isso deve ser feito em língua estrangeira. Se aceitarmos que a língua é algo constituinte do indivíduo e o aluno deve falar em outra língua, então ele deve representar o papel de um *outro*, e para tal, ele deveria se reconhecer num outro.

A aula de língua tenta reproduzir duas situações, dois contratos, que não lhe pertenciam antes do uso do chamado método comunicativo. Por um lado, deve reproduzir situações da vida real; por outro lado, dada a consciência de que não é a vida real, deve reproduzir situações teatrais como forma de contornar essa dificuldade. Vida e teatro sempre foram associados. Esta idéia encontra legitimação no fato de que a metáfora usada pela teoria lingüística e pela didática tem uma origem muito antiga na cultura ocidental:

Theatrum mundi, la idea de que el mundo es un escenario sobre el cual la humanidad interpreta papeles o roles diversos en sus vidas como los actores en una obra teatral, ha recorrido perdurablemente la cultura occidental desde la Grecia clásica hasta nuestros días. La trayectoria de esta fermental metáfora puede seguirse en Platón, en Horacio, en Séneca, en Cicerón, en el Nuevo Testamento, en Boecio, en Petronio, en Lutero, en Ronsard, en Shakespeare, en Bem Johnson, en Gracián, en Cervantes, en Calderón. La fortuna de la metáfora Theatrum mundi, casi um lugar común de la cultura a través de los tiempos, nos dice indudablemente de su hondo calado. Algo esencial parece ser evidenciado o descifrado por ella. (Centanino, 2000:9)

Ainda que a citação pare no final do Renascimento, é claro que a metáfora chega até o século XX. A relação entre teatro e aprendizagem, será destacada, por exemplo, por Bertolt Bretch: “*El*

dramaturgo (...) apoyándose en las ideas de Aristóteles sobre el instinto de imitación, señala las analogías existentes entre el teatro y el aprendizaje de las capacidades sociales... (Centanino, 2000:12-13)

Dentro da *Análise do Discurso*, Maingueneau (2002: 69) também faz referência a metáforas ligadas ao aspecto teatral: “*Para caracterizar os gêneros de discurso, costuma-se recorrer a metáforas tomadas de empréstimo essencialmente de três domínios: jurídico (contrato), lúdico (jogo) e teatral (papel).*” Na teoria Semiolingüística, também achamos a referência ao teatro, ligada à linguagem e à noção de contrato:

A terminologia mise en scène de Charaudeau é bastante feliz. Na verdade, todos nossos atos de linguagem têm um lado “teatral” já que, se quisermos ser bem sucedidos em nossas comunicações cotidianas, na vida em sociedade, temos de estar sempre atentos para produzir a encenação adequada... Enfim, tudo se explica, se pensarmos que a AD no seu sentido amplo, enquanto disciplina, toma por base três tipos de discursos bem “representativos”, no sentido teatral da palavra: o discurso teatral, o discurso jurídico e o discurso lúdico. (Machado, 2001:51)

As influências da lingüística da enunciação, dada a forte ancoragem social que a caracteriza, vêm de um contato com disciplinas sociais como a sociologia e a antropologia, em que o conceito de ator social é bastante difundido.

A aula quer imitar as relações que se dão no mundo real (método comunicativo, atos de fala, discurso, interdiscurso), mas reconhece que não é o mundo real e vai procurar um auxílio em aspectos teatrais. No entanto, vimos que o próprio mundo foi, desde sempre, considerado um teatro. Assim, levando em conta essa superposição aula-vida/real-teatro, numa aula de L.E. vão se colocar problemas no

nível do contrato que afetarão de algum modo o processo de aprendizagem. A superposição de contratos faz com que o ato de linguagem fique numa encruzilhada tipológica, que os parceiros terão de decodificar e processar da melhor maneira possível para otimizar a aprendizagem. Nesse tipo de aula, deve se aprender a ser aluno de outra forma.

A noção de contrato nos remete ao quadro teórico do ato de linguagem de Charaudeau. Dentro do ato de linguagem que supõe uma aula de E.L.E., tentarei destacar alguns aspectos ligados à questão do contrato e da representação de papéis exigida na sala de aula; isto me levará a concentrar-me sobre a questão da identidade dos alunos/parceiros dentro desse ato de linguagem.

O CONTRATO NA AULA DE E.L.E.: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

Sem perder de vista os conceitos de discurso e interdiscurso, assim como a dinâmica usual de uma aula de L.E., pode-se retomar o quadro do ato de linguagem explicitado mais acima. Concentrando-me no âmbito do *fazer*, coloco a seguinte pergunta: -Como o bom ou o mau funcionamento dos componentes teóricos desse âmbito pode influenciar na aprendizagem da língua? Comentando os três itens destacados nessa esfera do *fazer*, talvez se possa fornecer alguma resposta ao problema.

Examinarei, a seguir, os três componentes em questão, ou seja: o comunicacional, o psicossocial e o intencional e suas interações com o tema deste artigo.

Pode-se dizer que o comunicacional talvez seja o componente que menos problemas coloca. A situação interacional dos participantes do ato de linguagem que a aula supõe já é bem resolvida na redistribuição das carteiras no espaço e na dinâmica que se pretende desenvolver para um funcionamento igualitário/equilibrado da comunicação. Se se pensar na interação que é estabelecida pelo aluno, no ato da leitura do material didático, creio que o problema se

mostra relativamente bem resolvido no plano do comunicacional; o material didático, seja produto de edições profissionais e especializadas, seja material selecionado pelo professor, tenta sempre otimizar as possibilidades do canal, trabalhando sempre com suportes reais da sociedade. Todavia, devemos ter consciência de que também neste plano, os desafios são constantes e as dificuldades nem sempre são simples. Uma análise aprofundada deste componente será, certamente, objeto de um outro trabalho.

O componente psicossocial coloca um problema importante para o sucesso do *contrato* dentro da sala de aula. O estatuto que os parceiros devem reconhecer no outro está ameaçado pela não credibilidade. É necessário esclarecer que o outro, neste caso, nos envia ora para o outro-colega, ora para o outro-material didático, ora para o outro-professor, ora para o universo social e cultural relativo à língua-cultura alvo. O outro, no contexto de uma aula de L.E., e concretamente de E.L.E., é tudo aquilo que coloque um problema de reconhecimento, um problema de identificação. A credibilidade do contrato fica ameaçada dado que os papéis representados pelos alunos, ao realizarem as atividades propostas, são muito mais frágeis e artificiais do que os papéis que esses mesmos/outros parceiros adotam fora da sala de aula. Nas observações de aula de E.L.E., percebe-se uma ameaça constante de reaparecimento do contrato que rege as relações entre os alunos fora da aula de língua, causada pela dificuldade do auto-reconhecimento dos estatutos dos sujeitos de palavra (EUE e TUD), o que, na prática, dificulta o andamento do ato de linguagem aula de E.L.E. Todavia, o pertencimento ao mesmo grupo, à mesma faixa etária (quando várias idades se misturam podem acontecer problemas suplementares), assim como a mesma posição hierárquica colocam os parceiros num plano de igualdade, e todos esses elementos favorecem o funcionamento do ato de linguagem, facilitando o sucesso da aprendizagem através do intercâmbio lingüístico encenado.

O componente chamado intencional é, sem dúvida, o que merece maior atenção no contexto do exposto até agora. A partir deste componente contratual se chega ao problema central que este

trabalho pretende destacar: chamar a atenção para um problema intercultural presente na sala de aula de língua, e que é um dos desafios maiores a enfrentar para lograr um melhor rendimento na aprendizagem e na assimilação de uma língua-cultura-estrangeira alvo.

O intencional supõe que os parceiros têm um conhecimento *a priori* do outro e para isso eles devem fazer apelo aos seus imaginários culturais ou a saberes partilhados entre eles, já que

...todos os atos de linguagem por nós enunciados ao longo de um dia, ao longo de uma vida, são ou serão construídos a partir de dados tirados de nossas condições de seres histórico-sociais vivendo numa determinada situação, em um determinado espaço e tempo.
(Machado, 2001:51)

Em vista disso, nos casos das aulas de E.L.E. observadas, podem ser observados três problemas:

- 1- todo aluno sabe/acha do outro que ele é um aluno como ele e que ambos estão lá, *a priori*, para aprender e não para ensinar. Isto é importante, dado que o método comunicativo supõe que os alunos aprendem através de seus próprios erros e acertos, bem como dos erros e acertos dos de seus colegas. Este método leva em consideração os saberes dos alunos como estratégia para fazer avançar a dinâmica da classe e a aprendizagem;
- 2- todo aluno sabe do outro que ele é brasileiro e que fala português, sabe que é principalmente nessa língua que comunicações diversas se estabelecem, o tempo quase todo;
- 3- o saber enciclopédico é por vezes, deficitário. Os parceiros, como seres histórico-sociais, não partilham “todos” os saberes necessários para participar do ato de linguagem que a aula de língua pretende encenar.

Os dois primeiros itens remetem a saberes partilhados da mesma natureza, enquanto que o terceiro ponto mostra a deficiência de um saber, avaliado como essencial para as teorias do discurso.

Em 1 e 2, os saberes partilhados ameaçam constantemente o *jogo* e o *contrato* que se tenta estabelecer na sala de aula. É um fato muito comum o do aluno querer voltar à língua materna e deixar bem clara a sua posição sobre tal ou tal outro tema, quando realmente se interessa pelo assunto que está sendo discutido. Ele pretenderá salvar a sua face⁷ voltando ao *contrato* que rege a maior parte do tempo sua relação com seus colegas e com o professor, reafirmando a sua identidade social através da sua fala. Quando isso acontece, estamos frente a uma sobreposição de contratos, em que o aluno adota *papéis* diferentes, quase que simultaneamente. Isto pode ser revelador da dificuldade de trabalhar com o método comunicativo em grupos onde todos compartilham a mesma língua materna.⁸

O fato de utilizar a língua estrangeira para defender uma posição, implica duas coisas: que o aluno sente que tem a possibilidade de lograr uma boa performance (dimensão teatral do ato de linguagem ressaltada por Charaudeau), e, o que é mais importante, que a língua estrangeira é considerada como “digna” de ser utilizada para exprimir algo do qual depende sua legitimação face ao grupo. Em outras palavras, isso implica no fato de que o aluno aceita o contrato e aceita ser outro dentro de um determinado gênero do discurso, que é a aula de língua estrangeira, nos moldes que a lingüística aplicada e a didática imaginaram. É importante ressaltar que a aceitação ou não do contrato não acontece de forma homogênea por parte dos alunos; o contrato pode se estabelecer e se quebrar muitas vezes ao longo de

⁷ A expressão *salvar a face* remete, em lingüística, à necessidade que sentem os falantes de passarem uma imagem ao interlocutor que seja idêntica àquela que eles consideram como esperada pelo mesmo interlocutor.

⁸ Os métodos comunicativos desenvolveram-se nos Estados Unidos e, sobretudo, na Europa onde a realidade lingüística das salas de língua estrangeira pode ser de multiplicidade: turistas, estudantes estrangeiros em estágio, etc. A língua alvo é a língua na qual todos eles podem se comunicar.

uma aula de língua, gerando dificuldades ou 'conflitos' no desenvolvimento da mesma.

Pode-se pensar que o problema que pode estar por trás da dificuldade para aceitar o contrato seja o da identidade dos sujeitos? Será que a construção dos sujeitos dentro do ato de linguagem, no funcionamento simultâneo dos dois circuitos: do fazer (social) e o do dizer (lingüístico), coloca um problema na sala de aula? Dentro de um contrato frágil, ou num contexto de contratos que flutuam (fazendo-se e desfazendo-se), a identidade do parceiro no ato de linguagem também mudará. Às vezes, nas observações das aulas, se percebe o temor do aluno em mostrar certa defasagem frente ao outro, defasagem entre o papel desempenhado como aluno de língua naquele *contrato* específico, enquanto *sujeito de palavra* e o seu papel social no *contrato* fora da sala. A questão é que, se a identidade não é assumida no contratual, dificilmente terá êxito no conversacional, o que é essencial para avançar no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira.

Isto é muito mais evidente nos alunos que estudam uma língua sem muita convicção e, portanto, não a aceitam como meio legítimo para se comunicar "de verdade". O tema da motivação do aluno (tão importante em todo processo educativo) na aula de L.E., passa pela motivação de querer ser outro. Através de uma postura teatral que obriga o aluno a representar o papel de um outro, que deve adotar um código novo e que, no começo, ainda não o constitui como sujeito, tenta-se incitar o aluno à aprendizagem. Mas, isso nem sempre funciona.

Estamos frente a um problema intercultural? Qual é a representação que o aluno tem dessa língua-cultura hispânica para querer realmente adotá-la e se sentir à vontade adotando-a? O que o levaria a construir uma nova identidade (híbrida)⁹, identificando-se com essa cultura-

⁹ O termo *híbrido* é utilizado pelo antropólogo Nestor García Canclini num contexto que não é o da lingüística aplicada mas que pode ser aproximado da análise feita neste trabalho. Ele o utiliza para pensar a realidade da América Latina. García Canclini, Néstor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1998.

alvo? E é possível se reconhecer em alguém/algo que se conhece tão pouco?

Assim, avançamos para o item 3. A partir dele, pretende-se destacar outro elemento fundamental das teorias do discurso que também faz parte dos saberes partilhados do componente *intencional*: o interdiscurso. O apelo aos imaginários culturais ou saberes supostamente partilhados entre os parceiros do ato de linguagem coloca também um problema que remete ao plano contratual, cuja incidência no plano do *dizer* será direta. Chegamos no propriamente discursivo através do interdiscurso.

O Outro (e desta vez trata-se do outro do universo hispânico em questão no curso de língua espanhola) também aparece no material didático apresentado pelo professor: o livro utilizado, as músicas, os filmes, as revistas, os jornais, a internet, e tudo aquilo que consideramos discurso e que pode ser utilizado como suporte didático dentro da sala de L.E., tudo isso está em relação interdiscursiva com outros discursos. Decifrar os conteúdos propostos na sala de aula requer ter um conhecimento de mundo que quanto mais amplo é, mais fácil se revela no que diz respeito à aprendizagem. Quando interagimos lingüisticamente, aprendemos muito pouco da própria língua e do mundo. De um modo geral, o que acontece na comunicação é a reativação de conhecimentos que já possuímos, reativação esta que visa criar novos sentidos pragmáticos. No caso da aprendizagem de uma língua estrangeira, se à deficiência do código lingüístico que se está aprendendo, soma-se um saber enciclopédico escasso dos alunos em relação à cultura alvo, a dificuldade para reativar conhecimentos prévios (por não tê-los), acarretará obviamente dificuldades no andamento da aprendizagem.

Os métodos comunicativos, pensados na Europa, se estruturaram na base de um conhecimento intercultural forte que existe nos países da Comunidade e surgiram, precisamente, em resposta a uma realidade nova que contemplava um novo tipo de alunos: pessoas que viajavam cada vez mais pelos diferentes países (negócios, turismo, estudo), quer dizer, surgiram num contexto real de integração.

A nossa realidade no Brasil é diferente, e a dificuldade de aceder a um conhecimento da cultura que a língua-alvo veicula é real. A contradição parece estar no seguinte fato: na aula de L.E., se pretende ensinar a língua a partir de práticas discursivas; ora, essas práticas supõem um conhecimento prévio da cultura que o aluno não possui. Ao aprender aspectos culturais, o aluno deve ter esses conhecimentos para poder interagir lingüisticamente em sala de aula.

Embora as coisas assim se apresentem, pode-se supor que uma vontade de identificação com esse tipo de outro pode acelerar o processo da aprendizagem. Uma atitude passiva em relação à nova cultura, sem dúvida dificultará tal processo. Isto, de um modo geral, é muito visível nas turmas observadas. O problema que se apresenta para a aprendizagem, no dia a dia do aluno, é o de saber qual é a relação que ele tem com os interdiscursos que supõem os discursos com os quais ele se confronta na aula de língua. Por exemplo, como acontece esse reconhecimento dos outros parceiros instituídos no ato de linguagem que supõe a leitura do material didático? Fora da sala de aula, o aluno procura um contato com essa nova cultura para expandir seu conhecimento enciclopédico? Qual é o grau de opacidade ou transparência intercultural que dificulta ou facilita o reconhecimento desses parceiros para colocar em movimento o ato de linguagem? E do ponto de vista da construção da identidade que acontece no ato de linguagem, o aluno/parceiro pode se reconhecer/identificar na identidade do outro para construir a sua própria identidade, nessa relação especular necessária?

Talvez a possibilidade ou não de aprender uma língua estrangeira, sendo adulto, seja proporcional à capacidade ou incapacidade, à vontade ou falta dela, de adotar traços de novas identidades,

identificando-se com outras culturas, o que acontecerá necessariamente através da aprendizagem da língua.¹⁰

Concluindo, neste trabalho, a partir do quadro teórico da Semiollingüística, que dá um papel de destaque ao aspecto contratual da interação linguageira, tentei refletir sobre dois aspectos ligados às dificuldades de aprendizagem de E.L.E. Postulei que para se obter sucesso nesse processo de aprendizagem duas condições seriam necessárias. Por um lado, no plano contratual, seria necessária a capacidade de representar/assumir papéis e novas identidades no contexto de uma aula de língua espanhola, como condição de vir a se transformar num ser de palavra que atualize o mundo com um código linguageiro estrangeiro. Para tal, seria necessário um processo de identificação com a cultura veiculada pela língua em questão. Por outro lado, no plano do discurso, destaquei a relevância da necessidade do aluno estar em condições de atualizar conhecimentos interdiscursivamente, como condição necessária para o sucesso da aprendizagem.

Duas soluções podem ser almeçadas para melhorar esse processo, no caso do espanhol no Brasil: uma integração real e forte do Mercosul (e de um Mercosul ampliado) que signifique o reconhecimento do outro e sua aceitação, e uma política de educação intercultural ampliada, a partir da qual se possa enfrentar e construir o diálogo entre alunos vindos de horizontes diferentes.

¹⁰ A criança passa por esse processo de maneira natural se confrontada a uma nova língua-cultura. A partir da experiência de imigrantes adultos, existem pesquisas que apontam para o problema da identidade no processo de aprendizagem e assimilação da nova língua-cultura. Garcia, Pilar. "El espacio comunicativo: entorno de enseñanza y aprendizaje para inmigrantes" in *La Enseñanza del español como lengua extreanjera: del pasado al futuro*. Actas del VIII Congreso Internacional de ASELE. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 1998.

Referências Bibliográficas

- ALVAR, C. et alli. (orgs.) *La enseñanza del español como lengua extranjera: del pasado al futuro. Actas del VIII Congreso Internacional de ASELE*. Alcalá de Henares, 17-20 de septiembre de 1997. Alcalá de Henares: Universidad Alcalá, 1998.
- BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística general II*. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- CENTANINO, H. *Modernización y cultura en el Uruguay. Una lectura teatral: Regules, Falco, de las Carreras*. Montevideo: melibea ediciones, 2000.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. MARI, H. et al. (Orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte, NAD/FALE/UFMG, 2001, pp. 23-38.
- CHARAUDEAU, P & MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'Analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.
- HYMES, H. Dell. *Vers la compétence de communication*. Paris: Hatier, 1991.
- MACHADO, I. L. Uma teoria de análise do discurso: A Semiolingüística. MARI, H. et al. (Orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte, NAD/FALE/UFMG, 2001, pp. 39-62.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MELLO, R. Inter-sbjetividade e enunciação. MARI, H. et al. (Orgs.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte, NAD/FALE/UFMG, 2001, pp. 227-238.

MARI, H. et alii. *Análise do Discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

16

DISCURSO, SUJEITOS DA LINGUAGEM E CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

JERÔNIMO COURA-SOBRINHO
DOUTORANDO - UFMG

Este trabalho explora alguns conceitos utilizados em diversas teorias lingüísticas, em especial, na semiolingüística desenvolvida por Charaudeau, no Centro de Análise do Discurso – C.A.D., da Universidade de Paris XIII. Serão discutidos os conceitos de *discurso*, *sujeito* (na linguagem) e *contrato de comunicação*, e apresentado um exemplo de aplicação de tais conceitos em um texto publicitário.

Charaudeau (1984, 2001) afirma que, a partir dos anos 80, a lingüística tem sido pressionada por disciplinas como a antropologia, a sociologia e a psicologia social, por não dar conta de algumas questões fundamentais, tais como: Que objeto de estudo tem a lingüística, que seja desprovido de sua dimensão psicossocial? Em que consiste a descrição de sistemas lingüísticos que não explica a totalidade da comunicação humana? Como analisar a linguagem sem se preocupar com as condições de produção sem as quais não se capta o fenômeno da significação? Que sintaxe é essa que, apesar de tão elaborada, não explica as expectativas psicossociais que estão em jogo no ato da linguagem?

DISCURSO

Na expectativa de contemplar a dimensão psicossocial do ato de linguagem, Charaudeau (1984, 2001) propõe uma teoria do discurso que leva em conta o desdobramento dos diversos sujeitos que participam da encenação da linguagem. Como o termo *discurso* tem sido usado com diversas acepções, o autor propõe utilizá-lo com dois sentidos:

- no primeiro sentido, *discurso* está relacionado com a encenação do ato da linguagem. Esta encenação depende de um dispositivo que engloba dois circuitos: um circuito externo que representa o lugar do Fazer (Situacional) e um circuito interno que representa o lugar da organização do Dizer. O termo *discurso* se refere ao domínio do Dizer. O ato de linguagem comporta, portanto, duas encenações: a *discursiva* (espaço da organização do Dizer) e a *linguageira* (espaço da organização do Dizer somado ao espaço do Fazer) que inclui o aspecto Situacional.
- no segundo sentido, *discurso* se refere a um conjunto de saberes partilhados construídos pelos indivíduos de um grupo social. Estes discursos são testemunhos das práticas sociais e dos valores do grupo.

Na teoria semiolinguística, o ato de linguagem

- é um fenômeno que combina o Dizer e o Fazer. O Dizer é o lugar da instância discursiva que se define como uma encenação na qual participam seres de palavra (ou *protagonistas*). O Fazer é a instância situacional em cuja encenação se encontram os seres associados (ou *parceiros*).

- corresponde a uma expectativa de significação e pode ser considerado como uma interação de intencionalidades movida pelo princípio do jogo. A encenação do Dizer envolve estratégias discursivas que levam em conta as limitações (*contraintes*) da instância situacional.

- envolve seres psicossociais, mais ou menos conscientes das práticas e do imaginário de sua comunidade, e é determinado por um certo número de rituais socio-linguagens.

OS SUJEITOS DO ATO DA LINGUAGEM

Segundo Charaudeau (1984, 2001), até a consolidação da teoria da enunciação, que busca estabelecer a relação entre língua e mundo, as teorias linguísticas procuravam descrever os sistemas internos das línguas. O *sujeito* aparecia apenas como uma realidade gramatical. O estruturalismo, bem como a teoria gerativa de Chomsky, consideravam o ato de linguagem como simétrico, envolvendo sujeitos ideais com competência supostamente perfeita. É com Benveniste (1966) que o sujeito enunciador é colocado em primazia sobre o enunciado. A Pragmática vai além, ao considerar o estatuto do sujeito para explicar os atos performativos¹. Paralelamente ao desenvolvimento das teorias linguísticas na década de 60, a semiótica se interessa em distinguir, a partir de textos literários, diversos tipos

¹ Os atos performativos, conceito fundamental na teoria pragmática de Austin (1994), constituem enunciados que, em certas condições, têm a propriedade de conduzir à ação. Neste sentido, enunciação e ação não constituem conceitos dissociados.

de enunciadores e destinatários, enquanto que, na década de 70, outros termos como participantes, atores, parceiros, começam a ser empregados, o quê reflete o interesse dos estudos antropológicos e sociológicos pela linguagem e pelos seres sociais envolvidos no ato da comunicação.

Charaudeau (1984) considera o *sujeito* como o lugar de produção da significação linguageira. Ele não é um indivíduo preciso nem um ser coletivo, mas, uma abstração: é o lugar da produção/interpretação da significação. O quadro a seguir representa a classificação dos sujeitos, segundo a teoria semiolinguística.

Sujeitos envolvidos no ato de linguagem, segundo Charaudeau (1984)

SUJEITOS DA LINGUAGEM			
PARCEIROS (Seres associados)		PROTAGONISTAS (Seres de palavra)	
Sujeito comunicante Sc	Sujeito interpretante Si	Sujeito enunciador Se	Sujeito destinatário Sd
Instância do FAZER (Espaço SITUACIONAL)		Instância do DIZER (Espaço da encenação DISCURSIVA)	
Encenação LINGUAGEIRA			

Dependendo do papel que o sujeito desempenha no ato da linguagem, têm-se os *protagonistas* e os *parceiros*. Os *protagonistas* se subdividem em *sujeito enunciador* (Se) e *sujeito destinatário* (Sd). O *sujeito enunciador* (Se) é o produtor da encenação, a ser interpretada pelo sujeito interpretante (Si). Os papéis dos *protagonistas* lhes são atribuídos pelos *parceiros* do ato de linguagem, em função de sua relação contratual. Os *parceiros* (ou pessoas associadas) - *sujeito comunicante* (Sc) e *sujeito interpretante* (Si) - devem se reconhecer como tal e também se encontram implicados na(s) expectativa(s) de uma relação contratual. Tal

relação não tem bases objetivas fixadas pelo estatuto social dos parceiros fora da situação. Ela só existe na medida em que os parceiros se reconhecem e depende de componentes² mais ou menos objetivos tornadas pertinentes através da expectativa (*enjeu*) do ato de linguageiro. O *sujeito comunicante* inicia o processo de produção e levanta hipóteses sobre o *sujeito interpretante*. O *sujeito interpretante* inicia o processo de construção da interpretação (através da interação ou do silêncio), em função da imagem que ele constrói de Se, e da percepção do ritual linguageiro.

O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

A noção de contrato de comunicação vem sendo utilizada no quadro da semiolinguística, assim como em outras disciplinas, para tratar daquilo que torna legítima a construção de sentidos, durante as interações humanas. É o que rege as expectativas mútuas dos sujeitos do ato de linguagem.

Segundo Charaudeau (1994), todo discurso ocorre no interior de uma situação de comunicação que se compõe de um certo número de dados fixos. Tais dados, além de determinar os sujeitos envolvidos, constituem o quadro das *limitações discursivas (contraintes discursives)* que devem ser reconhecidas pelos sujeitos e o *espaço* no qual eles podem usar as *estratégias discursivas* a fim de influenciarem-se mutuamente.

Toda situação de comunicação depende, portanto, de um contrato (normalmente implícito) constituído pelos seguintes dados:

² Há três tipos de componentes que determinam a relação contratual do ato linguageiro: a) a componente *comunicacional* ou quadro psíquico da situação interacional, incluindo o canal de comunicação usado; b) a componente *psicossocial* refere-se ao *statuto* dos sujeitos, tais como sexo, idade, profissão; c) a componente *intencional* ou conhecimento prévio e/ou compartilhado dos sujeitos que interferem no quê falar e em quais estratégias usar para ganhar as apostas do jogo.

- os que definem a *finalidade* do ato de comunicação. Diz respeito à questão: o sujeito está presente para fazer o quê? E para dizer o quê?;
- os que determinam a *identidade* dos parceiros. Diz respeito à questão: quem se comunica com quem e quais os papéis linguageiros devem ter?
- os dados relacionados com as *circunstâncias materiais* nas quais se realiza o ato de comunicação. Diz respeito à questão: em que ambiente, com que meios, usando que canal de transmissão se dará a interação?

O espaço das estratégias discursivas representa a margem de manobra que o sujeito comunicante dispõe para executar seu projeto de fala e depende das limitações discursivas. Tal espaço responde a pergunta: como dizer? As escolhas discursivas do sujeito comunicante produzirão efeitos específicos no destinatário da comunicação.

AS INSTÂNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Charaudeau (1994) considera que a comunicação midiática não envolve quatro sujeitos, mas duas instâncias: a *instância de produção* e a *instância de recepção*. A instância de produção corresponderia aos sujeitos enunciadore (Se) e ao comunicante (Sc). A instância de recepção corresponderia aos sujeitos interpretantes (Si) e ao destinatário (Sd). A figura que representa a instância de produção é o jornalista, o radialista ou o apresentador que tem o papel de transmitir a informação. A instância de recepção tem como figura central o leitor, o ouvinte ou o telespectador que tem a função de tomar conhecimento das informações que lhes são apresentadas. O perfil social da instância de recepção pode ser delineado através de pesquisas, a fim de se atingir o alvo com mais precisão, como é o caso da publicidade.

O ESPAÇO DAS ESTRATÉGIAS DA INSTÂNCIA DE PRODUÇÃO

ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO

No contrato de comunicação midiática, a instância de produção procura atingir o maior número de consumidores possível, buscando despertar neles o desejo de se informar (ou de comprar), através de estratégias (de sedução, principalmente) que provoquem emoções ou até pulsões inconscientes. A instância de produção vai procurar oferecer a oportunidade de satisfação do desejo, ao entrar no universo de crenças e de estados emocionais da instância de recepção, atingindo seu imaginário discursivo, isto é, as representações coletivas de sua comunidade sociocultural.

ESTRATÉGIAS DE CREDIBILIDADE

A credibilidade remete à possibilidade de comprovação de que o informante está dizendo a verdade. O sujeito informante deve fornecer a prova do que afirma, através de estratégias discursivas que provoquem efeitos de verdade e/ou de autenticidade, que podem ser conseguidos através de procedimentos diversos, tais como:

- o detalhe, a precisão, a concretização dos fatos; apresentação de fotos ou documentos;
- o testemunho de alguém, preferencialmente de um especialista;
- o contato (ou a ilusão do) direto entre as duas instâncias, etc.

ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DE UM TEXTO PUBLICITÁRIO

A seguir, será apresentada a análise de um texto publicitário (Anexo 1) veiculado nos meses de Dezembro/99 e Janeiro/00, em jornais de Belo Horizonte, no qual serão aplicados alguns conceitos explicitados anteriormente.

A PUBLICIDADE

O texto se refere à propaganda de apartamentos de 3 quartos em prédio construído pela empresa *Alicerce*, situado em uma região nobre de Belo Horizonte (Bairro Belvedere).

A DIAGRAMAÇÃO

O texto apresenta, em sua parte central, a imagem de um homem bem vestido (de terno). De algumas partes de seu corpo (cabeça, olhos, boca, coração, pernas e pé), além de seu bolso, saem setas que indicam as facilidades disponíveis próximas ao prédio anunciado. Na parte superior do texto aparece a identificação do objeto de venda: "*3 quartos de luxo no Belvedere*". Logo acima da cabeça do homem e imediatamente abaixo de seus pés aparecem respectivamente duas frases apelativas: "SEU CORPO VAI QUERER MORAR AQUI" e "VOCÊ PERTO DE TUDO. TUDO PERTO DE VOCÊ". Abaixo da última frase, encontram-se o endereço da obra, o nome da empreiteira (construtora e incorporadora) e o endereço da empresa de vendas. Na lateral esquerda, em letras menores e em sentido vertical, o nome do cartório e o número do registro da incorporação.

OS SUJEITOS / INSTÂNCIAS

Charaudeau (1991) afirma que uma das condições para a construção de um modelo de discurso consiste em dar conta de todos os atos de linguagem, independentemente da situação de comunicação, quer seja uma situação *interlocutiva* ou *monolocutiva*³. No caso da peça de publicidade em análise, a situação de comunicação é monolocutiva e o canal utilizado é o gráfico. Em função da situação de comunicação e do meio utilizado para divulgação do texto - a

³ A situação de comunicação *monolocutiva* se caracteriza pela ausência de intervenção imediata do interlocutor. Tal situação pode ocorrer de forma oral, em uma conferência. A situação *interlocutiva* se caracteriza pela possibilidade de intervenção imediata do interlocutor (Charaudeau, 1992).

imprensa escrita, serão consideradas as *instâncias* (de produção e de recepção) em vez de *sujeitos* (protagonistas e parceiros), e as *estratégias de captação e de credibilidade* presentes no texto proposto. Temos, pois, por um lado a instância de produção representada pela empresa ALICERCE (construtora e incorporadora) tentando despertar no consumidor o desejo de morar em um apartamento de luxo, em região nobre da cidade de Belo Horizonte. A imagem idealizada do consumidor (instância de recepção) é materializada pela foto no centro do texto publicitário.

O CONTRATO

Considerando o ato de comunicar como uma atividade contratual, serão analisados a seguir os seguintes dados que constituem e determinam as instâncias envolvidas na peça de publicidade escolhida:

FINALIDADE DO ATO DE COMUNICAÇÃO

A empresa *Alicerce*, com o objetivo de vender apartamentos de luxo, apresenta suas características e sua localização privilegiada. Ao leitor do texto publicitário cabe informar-se do lançamento de mais um imóvel em uma das regiões mais nobres e que mais crescem na zona sul de Belo Horizonte.

AS INSTÂNCIAS

- *A instância de produção* é representada pela *Alicerce*, construtora e incorporadora do imóvel, que tem a função de despertar no consumidor o desejo de morar na zona sul de Belo Horizonte, pelas facilidades que existem na região.

- *A instância de recepção* refere-se ao consumidor que deseja morar em um imóvel novo e luxuoso, cercado de facilidades.

CIRCUNSTÂNCIAS MATERIAIS DA INTERAÇÃO

A instância de produção dispõe do canal escrito (código gráfico), e de uma peça publicitária que explora a imagem do possível consumidor cercado das facilidades externas ao produto (apartamento), diferentemente de outras peças que mostram o produto.

ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO

Charaudeau (1994) afirma que: *"as estratégias de captação consistem em lançar a informação de maneira que esta produza um espetáculo que deve tocar a sensibilidade do espectador"*. Assim, a Alicerce lança um empreendimento no bairro *Belvedere*, palavra de origem italiana que quer dizer *"Pequeno mirante de onde se descortina um vasto panoramá"*⁴. O edifício denomina-se *Villa San Giogio*. Outra vez são usadas palavras de origem italiana, dando idéia de chique e, portanto, de luxo. O homem que aparece no centro do texto apresenta-se bem vestido, de terno e sapatos finos, o quê também remete à idéia de um consumidor de bom gosto idealizado pela instância de produção.

Para atingir o universo de crenças do possível consumidor, a instância de produção apresenta as facilidades próximas ao imóvel através das quais ela acredita poder provocar estados emocionais que conduzam ao desejo de usufruir tais facilidades. O imóvel está cercado por escolas, faculdades, pela Fundação Torino (mantida por italianos), pelo melhor shopping da cidade, por hospitais, clínicas e bancos. As facilidades citadas fazem parte dos valores materiais que constituem o conceito de morar bem para os belo-horizontinos (comunidade socio-cultural).

⁴ cf. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2^a ed. Ed. Nova Fronteira, 1986.

ESTRATÉGIAS DE CREDIBILIDADE

Na peça em questão, são usados os seguintes procedimentos para provocar *efeitos de verdade e de autenticidade*:

- descrição detalhada do apartamento;
- a foto do consumidor idealizado pela instância de produção, através da personificação pela imagem, do grupo social visado. Se o leitor for como ele, merece morar no imóvel em questão;
- o testemunho da instância de produção que fornece os endereços da obra e do escritório de vendas, além do endereço eletrônico da construtora/incorporadora;
- descrição detalhada das facilidades em torno do imóvel: escolas, hospitais, shopping (com todos os seus recursos);
- a proximidade entre as instâncias provocada pelas frases que se encontram acima e abaixo da foto: SEU CORPO VAI QUERER MORAR AQUI e VOCÊ PERTO DE TUDO. TUDO PERTO DE VOCÊ. A modalidade alocutiva de enunciar, manifestada através do uso do pronome pessoal VOCÊ e do possessivo SEU, também provocam tal proximidade;
- A identificação do cartório onde foi registrada a incorporação, bem como o número do registro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias lingüísticas procuravam, até os anos 60, descrever a língua, através de seus sistemas internos, como se ela fosse um objeto abstrato. A teoria semiolingüística de Charaudeau considera a língua como multidimensional, apresentando uma dimensão cognitiva, uma dimensão social e psicossocial e uma dimensão semiótica. Nesta teoria, alguns conceitos são fundamentais, entre os quais os de *discurso*, *sujeito* e *contrato* que auxiliam na descrição do ato da linguagem e, portanto, no fenômeno da comunicação.

Para verificar o potencial de análise da teoria semiolingüística, qualquer gênero textual pode ser utilizado, desde que se leve em

conta as condições em que o texto foi produzido. Isso quer dizer que a noção de gênero, no quadro teórico da semiolinguística, encontra-se necessariamente vinculado à situação de comunicação, com todo o seu dispositivo que inclui sujeitos (com suas identidades e seus papéis sociais), a relação contratual (com suas limitações), tudo isso somado à intenção de influencia recíproca que é o que move as interações humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J.L. *How to to things with words*. Cambridge: Havard University Press, 1994.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Gallimard, 1966.

CHARAUDEAU, P. Une théorie des sujets du langage, in *Langage et Société* 28 (papiers de travail sociosémiotique). Paris: Maison des Sciences de L'homme 1984.

CHARAUDEAU, P. Roles Sociaux et Roles Langagiers. *Communication au colloque sur l'Interation*. Université d'Aix-en-Provence. Septembre, 1991.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: HACHETTE, 1992.

CHARAUDEAU, P. Le contrat de communication dans la situation classe. In: *Inter-action*, Halté, J. Féd. Université de Mertz. no. Especial. 1993.

CHARAUDEAU, P. Le contrat de communication de l'information médiatique, revue *Le Français dans le monde*, numéro spécial, juillet. 1994.

CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours, revue *Langages* 117, Paris: Larousse, Mars 1995.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

ANEXO 1

3 QUARTOS DE LUXO NO BELVEDERE. SEU CORPO VAI QUERER MORAR AQUI.

Incorporação registrada sob o nº 63.338 no cartório 2º Ofício de Registro de Imóveis

Escolas, Faculdades e Fundação Torino.

McDonald's, Krug Bier, padarias, praça de alimentação do BH Shopping.

Gente bonita nos bares e restaurantes do Seis Pistas; 7 cinemas no BH Shopping.

Biocor, Hermes Pardini, Araújo.

6 bancos por perto.

BH Shopping, pra você bater perna.

Pista de cooper no edifício e a 100 m de lá.

VILLA SAN GIORGIO

- 3 quartos de luxo c/ suite
- Sala para 2 ambientes com varanda
- Área de lazer completa com mais de 4000 m²
- 2 ou 3 vagas de garagem
- Pagamento em 36 vezes sem juros.

VOCÊ PERTO DE TUDO. TUDO PERTO DE VOCÊ.

Plantão Alicerce: Av. Luiz Paulo Franco, 701.
Na praça da rotatória em frente ao BH Shopping.

Construção e incorporação:
ALICERCE
www.alicerce.com.br

Vendas:
JR DRUMMOND
287.8600
R. Fernandes Tourinho, 913

17

O PROFESSOR E A POLIS: INTENCIONALIDADE INDIVIDUAL E COLETIVA E O ESCAMOTEAMENTO DO CONFLITO DIANTE DA INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA

MÍRIA GOMES DE OLIVEIRA
DOUTORANDA - UFMG

Neste artigo, procederemos a análise do discurso de professores e integrantes do Departamento de Educação (DE) da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME-BH), durante reunião pedagógica, com o objetivo de discutirmos as relações entre *discurso e ação*, enquanto atividades que marcam a convivência dos homens e que criam nosso senso de “eu” e de “nós”. Para isto, tomaremos

como base teórica considerações acerca do conceito de Intencionalidade (Searle, 1983) e Intencionalidade Individual e Coletiva (Searle, 1991), enfocando, no segmento selecionado, as discussões em torno da *inclusão social* na escola.

Entendendo como *inclusão* as medidas que visam garantir educação a todos os cidadãos a quem o direito à escola foi denegado; apontaremos, ainda, a relação entre o professor e a *polis* – esta dimensão da cidade revelada pelos gregos que se opõe à *haste* enquanto mera construção material. Ao re-conhecermos a *polis*, voltamo-nos para a “alma” da cidade em que é discutida a *construção* em sua dimensão política e que coloca todos “nós”, cidadãos, em pontos equidistantes com o poder.

O PROFESSOR E A *PÓLIS*

Independentemente das causas históricas do surgimento da cidade-estado grega, interessa-nos retomar e redimensionar o conceito de *pólis* para discutirmos a dimensão política do trabalho do profissional da educação na implementação de um projeto pedagógico de inclusão.

Se, como Sócrates (apud. Bárcena, 2001:16), pensarmos a *pólis* enquanto espaço aberto e plural em que os professores-cidadãos podem mostrar-se para argumentar cara a cara, e se deixarem persuadir no debate de assuntos públicos que eles conhecem, a cidade pode ser representada como esta categoria em que a cada um é dada a oportunidade, tanto de pensar por si mesmo, como de pensar no lugar dos demais, pensar no outro – mas não pelo outro.

Dentro deste cenário, a vida cívica depende do poder da palavra. A esfera pública da cidade é o espaço em que a atividade política depende da capacidade do cidadão de compartilhar significados. Trata-se de ver a cidade a partir de uma *ética da interação*. Mais do que o reconhecimento e o direito à fala de todos, *interagir* passa a ser o propósito primeiro dessa dimensão invisível da cidade. A interação

é a esfera política que depende da presença constante do outro, ou melhor, estar só é estar incapacitado de agir (Arendt, 1988:128).

Nesse sentido, podemos afirmar que, nos processos interativos entre professores e integrantes do DE-RME/BH, o conflito entre diferentes pontos de vista e opiniões acerca das medidas de inclusão, implementadas a partir da EP, estabelece a vitalidade do debate entre as partes da pólis, e possibilita a reflexão sobre práticas de inclusão/exclusão. Nos contatos interativos, cada professor-cidadão - cada "eu" - age com (ou contra) os outros, nas 'igualdades' e 'desigualdades' que acabam se tornando os parâmetros primitivos da sociedade e, portanto, parâmetros do nosso senso de "nós". Através da interação, pensamos a comunidade e manifestamos o útil e o nocivo e, por consequência, nos entendemos sobre o justo e o injusto que a constituem.

Para redefinirmos o conceito de pólis, é necessário considerar, ainda, aquilo que nós, seres humanos ativos e perceptivos, podemos promover, dadas certas condições econômicas e *habitus*¹, no interior do quadro social que nos cerca e que cria e é criado por vozes que nele operam no âmbito da vida cotidiana. Ainda que vinculados a certas condições, é no espaço social, mais exatamente, no entrecruzamento de vozes nas interações sociais de natureza pública e política que a *polis* é permanentemente edificada. A atividade individual por si só não leva à organização social, nem a ação em si mesma cria a interação na pólis. Nela, interagir significa ser cidadão, habitar a cidade, tê-la como morada comum de indivíduos diferentes.

Com isto, a dicotomia social/individual é parcialmente rompida: o ideal de cidadania está ligado a uma atividade que compromete a

¹ Nos referimos ao conceito de *Habitus* de Bourdieu (1995:82) enquanto um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona, a todo momento, como matriz de percepções, apreciações e ações, tornando possível a realização de tarefas infinitamente diversificadas, graças à transferência analógica de esquemas que permitem a solução de problemas de configuração similar e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por aqueles resultados.

identidade pessoal e depende de uma maneira pública de ver e de estar no mundo. A pólis existe ali onde o debate abre espaço à construção da democracia que é, em si mesma, um de seus fundamentos.

Em tempos de globalização, o desafio de se pensar a democracia moderna está em nos afastarmos de um "pluralismo doutrinal" que, ao tentar fugir de padrões unitários de racionalidade, parece sugerir uma incomunicabilidade intercomunitária. Concordamos com Jacques (1991), ao lembrar que romper com padrões unitários de racionalidade implica em situar a interação como um fundamento pragmático:

Não se trata de unificar o universal e de nos rendermos impessoais e passarmos por cima de nossas opiniões subjetivas. Trata-se de nos rendermos interpessoais a fim de compor, de acordo com a reciprocidade, a parte da iniciativa de cada um quando então reavaliaremos nossos campos conceituais e categorias... (Jacques, 1991:99)

A construção da democracia moderna é mais que um regime político, é a regeneração contínua de uma cadeia complexa e retroativa de um *processo dialógico*, entendido como um eterno "por-vir": uma construção contínua gerada no contato interativo com o outro. Como definido por Morin (2001:107):

os cidadãos produzem a democracia que produz cidadãos. A democracia necessita, ao mesmo tempo, de conflitos de idéias e de opiniões, que lhe conferem sua vitalidade e produtividade.

Assim, o conceito de *polis* está intimamente ligado, também, às redefinições emergentes de democracia e cidadania, já que o processo de redefinição destes conceitos se dá nos microdebates cotidianos. Neste processo, a cultura hegemônica autoritária é

confrontada através da atribuição de *novos significados* às noções de direito, espaços públicos e privados, formas de sociabilidade, ética, igualdade e diferença compreendidos nos diversos contextos sociais que compõem a sociedade.

No âmbito da educação, o resignificar destes conceitos e noções surge com a própria experiência produzida pela democratização do acesso à escola, que tem gerado a consciência de que oferecer vagas no ensino fundamental é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir o direito à educação à grande maioria dos nossos alunos. As práticas sociais, enquanto ações, discursos e valores, são o terreno próprio da denegação do direito à educação, ainda que este direito já esteja inscrito nos dispositivos legais relativos à educação. Assim, é na trama das relações sociais, é no interior de uma cultura que tem por pano de fundo uma gramática social e política regida por regras excludentes que repõem velhas hierarquias, criam outras tantas e excluem do jogo as maiorias, que podemos entender como o direito à educação é destituído.

Com o processo de democratização, a presença de um aluno com características diferentes daquelas idealizadas pela escola tornou evidente o fato, para educadores e para gestores dos sistemas públicos, de que a denegação do direito à educação se processava também pelas características de funcionamento internas à escola, tanto quanto pela persistência da adversidade social excludente que se manifesta fora da instituição escolar.

Resignificar o processo de democratização da educação rumo a uma escola inclusiva requer, então, a percepção das características excludentes de funcionamento internas à escola e a percepção da adversidade social que não é outra senão aquela que perturba o (falso) bom funcionamento da *polis* idealizada e monológica. Aqui, alguns cidadãos são mais cidadãos do que outros, têm mais direito à fala e não é necessário interagir porque o devir já está posto, as identidades pré-determinadas e os espaços a serem por elas preenchidos previamente definidos dentro de um círculo imaginário

que sustenta, delimita e garante o lugar de alguns e a exclusão da maioria.

Em um projeto de educação inclusiva, o debate político, antes ilusoriamente mantido para além dos portões escolares, se torna uma das condições de efetivação: o “eu” e o “nós” estão sempre em questão na busca da comunicação coletiva da vida pública perdida com o fetiche da intimidade burguesa.

As questões culturais se tornam constitutivas da dimensão política a partir do momento em que a entendemos como *atribuição de significados* embutida nas práticas sociais que, por sua vez, ocorrem em contextos institucionais (como a escola), caracterizados por conflitos e relações de poder. A luta por significados e por quem tem o direito de atribuí-los não é apenas, em si mesma, uma luta política, mas é também inerente e constitutiva de toda política:

Quando o terreno da cultura é reconhecido como político e como locus da constituição de diferentes sujeitos políticos, quando as transformações culturais são vistas como alvo da luta política e a luta cultural como instrumento para a mudança política, está em marcha uma nova definição da relação entre cultura e polític. (Alvarez, 2000:105).

Problematizar um projeto educacional de inclusão, como a EP, apenas como uma “proposta inovadora” ou uma proposta de “intervenção cultural” não consegue dar conta do fundamento da proposta que é a noção do direito à educação, na perspectiva da reelaboração e da resignificação que o exercício desse direito, enquanto cidadania *em ato*, requer.

A dimensão lingüística entra no debate ao discutirmos como os falantes de uma língua instituem certas práticas de exclusão/inclusão (que são determinantes na vida social de todos os indivíduos-cidadãos), e como a linguagem os ajuda nessa tarefa ou os impede de realizá-la. A partir do momento em que entendemos os processos de

significação como construções históricas e sociais, a linguagem entra no jogo não apenas como uma razão comunicativa mas para tentarmos entender como ela é produzida e reescrita dentro dos legados ideológicos e materiais do imperialismo e do colonialismo. É no domínio da linguagem que os sinais de uma jornada teórica e política começam a emergir como parte de uma tentativa mais ampla de engajar o significado como uma forma de memória social, as instituições sociais como portadoras e legitimadoras importantes do significado e as práticas sociais como locais em que o significado é reinventado no corpo, no desejo e nas relações entre as diferentes subjetividades.

Assumir a escola pública enquanto espaço para enfrentamento dos mundos da *pólis* não implica uma dicotomia, mas precisamente uma continuidade entre o “eu” e o “nós”. Esta continuidade nos leva a querer perceber de perto a manifestação/escamoteamento dos conflitos e a caracterização dos *sujeitos-políticos* em ambiente escolar, entendendo-os como sujeitos híbridos, ou seja, constituídos por vozes antagônicas que falam de diferentes lugares sociais (Oliveira, 2000) e pensar, como Searle (1991) em intencionalidades individuais e coletivas.

INTENCIONALIDADE, INTENCIONALIDADE INDIVIDUAL E COLETIVA

De acordo com Searle (1985), *Intencionalidade*² é a propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo. Trata-se de uma propriedade da mente (cérebro) pela qual este é capaz de representar outros objetos.

Podemos apontar como estados intencionais nossas *Crenças e Desejos* já que estes sempre se referem a “alguma coisa” no mundo. Temos a *Crença/Desejo* de que determinada coisa *é/seja* desse ou daquele modo. Por exemplo, para sabermos se a frase:

² Em seu texto, Searle diferencia o conceito de intencionalidade de intencionalidade (intenção do sujeito) marcando as diferentes grafias.

ESTADO E:

Eu creio que a EP escancarou a realidade social na nossa cara

é ou não de um estado intencional, teremos que levar em conta as seguintes considerações (Searle, 1985:2):

1. Se um estado *E* é intencional, deve haver uma resposta para perguntas como:

- A que se refere "*E*"?

À crença de que a EP escancarou a realidade social...

- Em que consiste "*E*"?

Consiste da crença de que a EP escancarou...

2. Um estado intencional é diferente de um ATO.

"Ato" são coisas passíveis de serem feitas; são *realizações* intencionais (Searle, 1985:36). Para diferenciá-los basta fazermos a seguinte pergunta: - *O que você está fazendo agora?*

Na afirmação acima teríamos:

- Estou crendo que a EP escancarou a realidade social em nossa cara.(?!)

A pergunta não faz sentido por se tratar de um estado intencional.

Intencionalidade refere-se, portanto, a crenças, temores, esperanças e desejos: estados e eventos mentais direcionais de/a algo. Assim como *Ato de Fala* representam "objetos" e "estados de coisas", os estados intencionais representam minha crença/desejo sobre determinado "estado de coisa". Voltemos ao exemplo acima:

"A EP escancarou a realidade social na nossa cara."

"Eu creio que a EP escancarou a realidade social na nossa cara"

<i>Ato de Fala</i> : representa Estado de Coisa	<i>Intencionalidade</i> : representa minha crença sobre Estado de Coisa
---	---

Afirmar que uma crença constitui *uma representação* equivale a dizer que:

1. ela tem um conteúdo proposicional e um modo psicológico;
2. seu conteúdo proposicional determina um conjunto de condições de satisfação sob certos aspectos;
3. que seu modo psicológico determina a direção de adequação do seu conteúdo proposicional, direção de ajuste, etc. Sua representação é definida por seu conteúdo e seu modo (S = modo psicológico; r = conteúdo representativo).

Assim, podemos dizer que uma *crença* possui um conteúdo proposicional em um determinado modo psicológico, e que o modo determina uma direção de ajuste mente-mundo e seu conteúdo proposicional determina um conjunto de condições de satisfação.

Para realizar as análises que nos propomos no início deste texto, duas alegações searleanas (1985:28) serão ainda essenciais:

1. Os estados intencionais são em geral partes de *redes de estados intencionais* e suas condições de satisfação só existem em relação à sua posição na rede.
2. Além da rede de representações, há também um *background* de capacidades mentais não-representacionais. Em geral, as representações só funcionam, só têm as condições de satisfação que têm, em relação a esse *background* não-representacional.

Podemos dizer, portanto, que os estados intencionais não são individuados. Eles só existem a partir de nossas experiências sociais anteriores. Além disso, para Searle (1992:228), o comportamento coletivo é irredutível à conjunção de intencionalidades individuais.

Existe, antes, um comportamento social deveras coletivo, que não equivale à soma dos comportamentos individuais. As intenções em "nós" não podem ser analisadas junto às intenções em "eu", mesmo se esta junção for complementada por crenças mútuas sobre as intenções dos outros membros de um grupo. Trata-se da perspectiva adotada à realização de uma ação (que pode ser) compartilhada.

Uma das chaves para a compreensão da intencionalidade coletiva é o fato de que, em geral, as relações de *maneira* e de *meio* definidas em relação ao comprimento de um objetivo coletivo devem desembocar sobre ações individuais. Neste caso, o componente individual das ações coletivas tem o papel de "um meio" para se atingir um objetivo. A verdadeira distinção entre o caso singular e o caso coletivo reside no tipo de intenção implicada, e não na maneira em que os elementos são combinados entre eles para as condições de satisfação.

Dizer que o sentimento da comunidade é verdadeiramente constituído pela intencionalidade coletiva é diferente de dizer que o comportamento coletivo aumenta o sentimento da comunidade, mas o sentimento da comunidade pode existir sem nenhuma intencionalidade coletiva. A diferença é que a intencionalidade coletiva pressupõe, em segundo plano³, um certo nível de sentimento da comunidade antes mesmo que este possa "entrar em funcionamento". Trata-se de um sentimento de ser "um grupo", de "estar junto". A intencionalidade coletiva pressupõe o sentimento de estar em relação com "outros", considerados, mais do que simples agentes conscientes, como membros reais ou potenciais de uma atividade de cooperação:

Quando eu saio de minha casa para ir à rua ajudar a empurrar um carro de um desconhecido, uma parte do segundo plano é que cada um considera o outro como

³Em nosso entendimento, ao afirmar que a intencionalidade coletiva pressupõe "um sentimento de comunidade em segundo plano", o autor não pretende criar uma hierarquia ou subjugar tal sentimento, mas, ao contrário, situá-lo como sentimento que envolve o estabelecimento de um estado intencional coletivo.

um agente e como um é candidato a fazer parte de uma ação coletiva.(Searle, 1992:229).

Diante disto, discutiremos, a seguir, a representação dos estados intencionais coletivos e individuais na reunião pedagógica em questão, e as implicações que a representação destes estados produzem nas ações necessárias à construção de um projeto de educação inclusiva.

ANÁLISE

No segmento a seguir, dois integrantes do DE, direção e professores da Escola Municipal I discutem problemas enfrentados nas turmas que chegam ao 3º Ciclo sem saber ler.

Nesta reunião, os professores reivindicavam um professor “alfabetizador” (já que os professores de português de 3º Ciclo não têm necessariamente esta formação), reclamavam da heterogeneidade das turmas e da dificuldade em encontrar material didático para alfabetização de adolescentes. Segundo eles, os materiais disponíveis no mercado editorial são ora muito infantis, ora muito adultos, além de descontextualizados da realidade social da escola.

O fato de não terem autonomia para implementarem medidas que julgam necessárias nos permite afirmar que as relações de *maneira* e de *meio* definidas em relação ao comprimento do objetivo de viabilizar o projeto pedagógico de inclusão na Escola Municipal I, coloca em cheque, já de início, a possibilidade de tratar-se de ações coletivas, compartilhadas entre DE/escola. Parece-nos, antes, que as ações são - ou não - *autorizadas* pelo DE. Por outro lado, os dois lados têm o mesmo objetivo comum de construir e dignificar o seu lugar, de viabilizar o projeto de inclusão na cidade. Estas duas dimensões – não compartilhar as ações, mas jogar no mesmo time e ter o mesmo objetivo comum - serão notadas na representação das

intencionalidades coletivas e individuais no segmento abaixo, fazendo variar o senso de “eu” e de “nós” dos interlocutores.

Adotamos as seguintes convenções para transcrição do corpus:

S	= segmento
DE	= Departamento de Educação
PDE	= professor integrante do Departamento de Educação
P +Letra	= professor + letra inicial de sua disciplina (P = Português, M = Matemática)
/	= pausa breve
//	= pausa longa
[xxx]	= falas simultâneas incompreensíveis
/.../	= corte na transcrição
Sublinhado	= ações que pressupõem <u>intencionalidade coletiva</u>
Itálico	= Ações que pressupõem <i>Intencionalidade individual</i>

S.1

1. PDE1 - E eles// gostam do que?// Página Policial / letras de música?// Não dá pra eles identificarem as vogais/ as letras do nome neste material?

2. PP - a gente tem montado um pacote /e eles mesmos escolhem /.../ Inclusive / a gente fez uma reunião com os pais / para questionar como é em casa // pra vê // Porque eu acho que não adianta a gente ficar tentando sozinho. E ficamos sabendo / que eles não tem momento nenhum // nada. Acho que tem um agravante: // não sei / acho que esta geração que nós estamos trabalhando com ela / num tem noção do que é ser estudante // Eles acham que ser estudante é vir pra escola / ficar aqui até 5:30 / e voltar para casa // Eles não têm aquela noção do que é estudar do que é ler // ouvir a respeito de alguma coisa.../

3. PDE2 - Ô professora // Eu tenho a impressão que eles não tem esta noção porque / na verdade / até pouco tempo / ser estudante era estar aqui ouvindo coisas com pouco envolvimento // mas a partir

do momento em que vemos que aqui // o coletivo de professores está trabalhando temas significativos / eu acho que aí / vai incorporando neles que ser estudante é ter mais compromisso/.../

4. PDE1 - E nessa turma que vocês estão falando tem algum com deficiência comprovada/síndrome de down/ paralisia cerebral.

5. PC - Não com síndrome de down / mas nós tivemos o caso da menina aqui que era grave / todo mundo tinha certeza que ela tinha problema neurológico// Encaminhamos ela pro Fórum⁴ / e teve até o caso da professora novata / que não quis entrar na sala que ela estava e foi um bafafá//

6. PDE1 - Tá // e vocês sabem se ela está sendo tratada? // Porque a gente sabe que é difícil / que a família não leva para o tratamento // E é super difícil estar encaminhando menino para psiquiatra / e na verdade quando são encaminhados a família não tem comprometimento de tá levando // E então/ o que que a gente / enquanto educador / tem que fazer:// tem que encaminhar para o conselho tutelar//

7. PM - Eu acho / que é o caso da / Prefeitura começar a colocar nas escolas estes profissionais// A família não vai levar//

8. PDE1 - Gente / a gente que trabalha com educação inclusiva/ a gente não vai dar conta de tudo/ A gente vai ter que ter as interfaces e as parcerias//

9. [xxx]

10. PP - A família// aí a gente fica mais maluco// A gente vê :// ó / eu tô sozinho mesmo//

⁴A professora refere-se ao Fórum de Saúde Mental realizado, mensalmente, nas diferentes secretarias regionais com o objetivo de discutirem casos novos e em andamento nas escolas.

11. PDE2 - Bom / a gente tem que tá fazendo a nossa parte // documentando/ Dá conta do processo inteiro // né/ a gente vai acabar se frustrando//.../

12. PP - Como tem o caso / da menina que foi encaminhada / aqui / da mãe que veio aqui / e falou que não tinha jeito / que ela tinha mais quatro / que não podia deixar de trabalhar // para levar a menina no tratamento / e nem dinheiro para pagar o transporte//

13. PDE1 - Tem caso que ganham o cartão metropolitano // Não sei como poderia tá fazendo//.../

14. PDE2 - /.../ Mas que dia que a gente marca // pra voltar então pra oficina de poesia?//

15. PP - Com os meninos?//

16. PDE1 - Não/ a gente acredita em vocês /.../ enquanto equipe da regional // nós temos 29 escolas para trabalhar // se a gente tivesse que trabalhar com os alunos / aí / descaracterizaria o nosso trabalho//

17. PM - Eu acho interessante isso que PP coloca // Cês deviam vir aqui / pegar uma turma uma vez por mês // para não perder o contato com a prática//

18. PDE2- Mas o nosso objetivo também é tá conversando // clareando as idéias nestes momentos aqui// porque eu acho super difícil a gente tá dando sugestão // Porque se você for dar sugestão de como trabalhar / fica parecendo que a gente vai tá passando receita / e tá garantindo// E não garante // Porque o desafio / pra nós / que estamos trabalhando com este meninos dia-a-dia / é que temos que estar descobrindo a forma como eles aprendem // Temos estes meninos que passavam 5, 6 anos na escola sem alfabetizar// Então como é que foi o trabalho que foi feito com eles?// Nós trabalhamos assim / não deu / como nós coletivamente vamos trabalhar? // Eu acho que vai gastar uma saliva danada e // pelo pouco que eu tô sabendo vocês estão por este caminho//

Observe-se que no turno 2 acima, selecionar materiais para o trabalho de alfabetização dos alunos e a realização da reunião com os pais são representados por PP como ações coletivas dos professores (*“a gente tem montado um pacote com estas coisas e com alguns textos das diferentes disciplinas”*; *“a gente fez uma reunião com os pais”*). Estas afirmações nos colocam diante do “segundo plano” invocado por Searle como um pressuposto da intencionalidade coletiva, junto aos sentimentos de comunidade, de ser “um grupo” e de “estar junto” entre os professores. Ainda que cada um trabalhe em sua disciplina, inferimos que estão envolvidos em atividades de cooperação.

A intencionalidade coletiva e o senso de comunidade deste grupo de professores pode ser percebido ainda no turno 2, através da crença *“eu acho que esta geração que nós estamos trabalhando com ela / num tem noção do que é ser estudante”*; no turno 5, nas afirmações *“nós tivemos o caso da menina”*, *“encaminhamos...”*; e no turno 10: *“A gente vê :// ó / eu tô sozinho mesmo.”* Por outro lado, o turno 7 (*Eu acho / que é o caso da / Prefeitura começar a colocar nas escolas estes profissionais// A família não vai levar//*), conota o desejo de que os problemas relativos à viabilização de tratamentos sejam solucionados através da presença dos profissionais da saúde dentro das escolas.

Notamos, também, a preocupação de envolver os pais no sentimento de comunidade já que não adianta *“a gente tentar sozinho”*: ainda que trabalhando coletivamente na escola, a falta de apoio em casa sugere a falta da ação específica de algum membro potencial (os pais) para a realização do trabalho de alfabetização dos alunos.

Também, no turno 10, a falta dos pais para a viabilização dos tratamentos dos portadores de necessidades especiais é evidente. Há casos em que, mesmo a Prefeitura oferecendo transporte, há negligência, vergonha, impossibilidade devido ao número de filhos, indisponibilidade de tempo devido ao trabalho e, até mesmo, negação da necessidade de tratamento.

Passemos, então, à representação do senso de “eu” e de “nós” na fala dos integrantes do DE.

Nos turnos 1 e 3 está claro que os integrantes do DE estão fora do processo pedagógico e das ações implementadas coletivamente pelos professores. No turno 4, PDE2 diverge da crença de P, ao mesmo tempo em que se refere à percepção da imagem dos professores da escola como uma visão conjunta do “nós-integrantes do DE” (*mas/a partir do momento em que vemos que aqui // o coletivo de professores está trabalhando temas significativos / eu acho que aí / vai incorporando neles que ser estudante é ter mais compromisso/.../*).

Observe-se, ainda no turno 4, que PDE 2 traz a crença de que o trabalho coletivo de temas significativos pode mudar a crença dos alunos do que seja “ser estudante”. Com isto, PDE põe em questão a necessidade de resignificação das práticas e das culturas educativas como condição de uma educação inclusiva de alunos e professores e se opõe à fala anterior de PP.

As imagens do que conta como letramento também talha a construção das identidades; as práticas de letramento têm a produção e interpretação de textos através dos quais os *meanings* sobre problemas são construídos.

Já nos turnos 6, 8 e 11, “a gente” inclui os integrantes do DE no “nós-coletivo de professores da escola”, sugerindo que as ações necessárias à efetivação das medidas de inclusão (*encaminhar para o Conselho Tutelar os casos de negligência familiar, (não) dar conta de tudo, buscar as interfaces e as parcerias, documentar os casos*) são também compartilhados por eles enquanto atividades de cooperação.

Estas variações na forma intencional da representação do “eu” e do “nós” visa escamotear o conflito que aflora como consequência dos diferentes lugares institucionais: os professores vêm os integrantes da equipe regional como representantes da Secretaria de Educação, que, historicamente, traz o ranço das “Delegacias de Ensino”. Nelas,

apesar de serem oferecidos apenas cargos burocráticos e administrativos, as vagas geralmente eram preenchidas através de indicação política e cobiçadas como forma de os professores se “verem livres” da sala de aula. Este fato fica claro quando, no turno 14, PDE tenta marcar a data da próxima reunião, em que realizariam uma “Oficina de Poesia” com os professores, PP sugere que eles façam a oficina com os alunos. No turno 17, PM reforça a rivalidade institucional ao sugerir que é “*para não perder o contato com a prática*”.

Este fato gera resistências às propostas de formação em serviço desenvolvido pelos integrantes do DE. No turno 18, a própria crença sobre o *que seja o trabalho de formação de professores* reflete o conflito entre a visão de PDE 1 e a visão dos professores (*o nosso objetivo também é tá conversando // clareando as idéias nestes momentos aqui//...*). Se, por um lado, a crença de PDE 1 em “achar difícil está dando sugestão” se justifica pelo fato de perceber o trabalho de formação de professores como um processo de reflexão conjunta sobre as práticas educacionais, por outro, para o professores não sugerir significa não compartilhar dos desafios reais sucitados por um projeto de educação inclusiva.

A partir do momento em que a rivalidade institucional aflora, no turno 15, o senso de “nós” de PDE passa a representar o trabalho da equipe da “regional”⁵ (*Não/ a gente acredita em vocês /.../ enquanto equipe da regional // nós temos 29 escolas para trabalhar // se a gente tivesse que trabalhar com os alunos / aí / descaracterizaria o nosso trabalho//*). Ainda que os integrantes do DE, usem da intencionalidade coletiva enquanto ação a ser implementada em conjunto para a efetivação das medidas de inclusão, o papel institucional permite apenas que eles “discutam” ou “prescrevam” determinadas ações a serem realizadas pelos professores, como podemos ver no turno 18.

⁵ O professor refere-se, aqui, ao Departamento de Educação que, ao ser descentralizado desde o ano de 1994, passou a ser conhecido como “regional”.

Assim, “*temos estes meninos que passavam 5, 6 anos na escola sem alfabetizar. Então como é que foi o trabalho que foi feito com eles?// Nós trabalhamos assim / não deu / como nós coletivamente vamos trabalhar? //*” parece pressupor um estado mental intencional coletivo, mas logo a seguir: “*Eu acho que vai gastar uma saliva danada e // pelo pouco que eu tô sabendo vocês estão por este caminho*” sugere um estado intencional individuado. Ao mesmo tempo em que temos um objetivo comum, a falta do sentido de comunidade em segundo plano, impede o estado mental intencionalmente coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conceitos de intencionalidade individual e coletiva e da resignificação do conceito de *pólis* podemos apontar algumas implicações que as análises aqui apresentadas têm para os desafios de um projeto político-pedagógico de educação inclusiva.

Primeiramente, notamos como nosso senso de “eu” e de “nós” variam, no segmento em questão, de acordo com as diferentes crenças e desejos dos sujeitos envolvidos e de acordo com seus papéis sociais. Estas oscilações refletem o escamoteamento do conflito institucional mas permitem, também, vislumbrar a confrontação entre os diferentes mundos da *pólis*.

É exatamente nestes momentos de confrontação que podemos notar as novas identidades individuais e coletivas sendo formadas: o enfrentamento dos desafios suscitados por uma política de inclusão e a busca de soluções são, em si mesmas, práticas de inclusão, o que nos leva a crer que novas identidades de professores e alunos estão se constituindo. A afirmação de 2.PP “*Porque eu acho que não adianta a gente ficar tentando sozinho*” e, logo depois, “*A gente vê :// ó / eu tô sozinho mesmo*” conotam este desejo que não é outro senão o de assumir o projeto Escola Plural, enquanto uma política de inclusão a ser construída por todos os habitantes da comunidade escolar, o que, por certo, “vai gastar uma saliva danada”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, S E. et alii. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2000.

ARENDT, H. *A condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BARCENA, F. *La Esfinge muda – El aprendizaje del dolor después de Auschwitz*. Barcelona : Anthopos; Guadalupe: Universidad Autonoma de Nuevo León, 2001.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo, Perspectiva: 1995.

DAVIDSON, D. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

LIVET, P. *De la perception à l'action. Contenus perceptifs et perception de l'action*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2000.

JACQUES, F. Consensus et conflit: une réévaluation. In: PARRET, H. *La communauté en paroles. Communication, consensus, ruptures*. Mardaga, 1991.

MARI, H. Atos de Fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. In: MARI, H. et alii. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

SEARLE, J. *Intentionality, an essay in the philosophy of mind*. New York: Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, J. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

SEARLE, J. Intencionalité Colective. In: PARRET, H. *La communauté en paroles. Communication, consensus, ruptures*. Mardaga, 1991.

SEARLE, J. (On) *Searle on conversation*. Philadelphia: J. Benjamins Pub.Co, 1992.

18

FAIRE SIGNIFIER DES IMAGES ET RENDRE ÉQUIVOQUE LES MOTS: LES DISCOURS PUBLICITAIRES EN QUÊTE DE PLAISIR

CLAUDE CHABROL
PARIS III - SORBONNE NOUVELLE

Dans ce texte les discours publicitaires seront étudiés de deux points de vue complémentaires: on s'interrogera d'abord sur les conditions sémiotiques et pragmatiques nécessaires à un investissement signifiant et même sémantique de leurs icônes puis seront examinées les diverses stratégies actuelles de productions incongrues ou non

attendues avec un usage marqué de formes spécifiques qui visent des effets humoristiques et un essai provisoire de classement des types et fonctions sera proposé à la discussion.

LA CONSTRUCTION DU SENS ET L'IMAGE PUBLICITAIRE

Une image isolée, dessin, peinture ou photographie, hors contexte et sans ancrage linguistique ne fait pas sens, si ce n'est par convention spécifique (signalétiques, symboles iconographiques convenus). On ne comprend pas une image isolée, on ne la lit pas. On voit des éléments plastiques: volumes, formes, couleurs, lignes, trames, matières et surtout des jeux de-avec la lumière. Ces éléments sont plus ou moins ordonnés dans un cadre-fenêtre par rapport à un centre/périphérie, aux coordonnées verticale/horizontale et au proche/lointain (plans).

Cependant les éléments plastiques des images non figuratives nous procurent déjà par leur arrangement des sensations euphoriques ou disphoriques qui orientent nos humeurs et nos affects de façon plus ou moins consciente.

La comparaison avec la musique souvent suggérée par les peintres, s'impose sans doute, mais elle suppose des recherches rigoureuses, encore à venir, pour saisir les substrats corporels des émotions provoquées par la dimension rythmique des éléments plastiques dans le système nerveux et le cerveau.

Lorsque ces organisations plastiques se configurent pour former des "scènes" iconiques, celles-ci peuvent hériter d'une part de ces orientations émotionnelles, mais cet héritage nous demeure à nouveau obscur. Quant au contenu sémantique et conceptuel des signifiants plastiques malgré des conjectures élégantes comme celles du Groupe μ de Liège (*Théorie du signe visuel*) rien n'a jamais pu être démontré. Aucune procédure de commutation sémiotique ne fût jamais en effet envisageable comme si les signifiés plastiques dépendaient d'abord des éléments cotextuels et de la situation pour

former des sens (?) qui varient beaucoup en fonction des motivations et des connaissances des spectateurs et surtout de *leur niveau d'expertise*. Seule une psychologie esthétique de la réception pourrait mettre à l'épreuve les suggestions des sémioticiens mais avec des méthodes expérimentales et différentielles et des concepts qui réuniraient les approches des psychologies cliniques et des neurosciences!

Naturellement on peut reconnaître dans les images dites figuratives des "scènes" dénotées qui sont censées représenter, à partir de conventions très diverses selon les cultures, y compris pour les photographies, des êtres humains ou animés, des objets ou des éléments de nos environnements réels ou imaginaires. Mais on ne peut en aucun cas confondre la reconnaissance ou dénotation d'une scène et de ses éléments humain, animal et végétal avec la signification d'un énoncé ou d'un discours ou d'une image contextualisée. On n'est là qu'au stade *pré-iconographique* de Panofsky (1967).

Serions-nous directement interpellés par *les émotions* qu'expriment les personnages dans la situation? Ces affects surtout ceux qui manifesteraient des émotions dites *de base*, (joie, colère, surprise, dégoût,...) se liraient d'emblée sur leurs visages comme malgré eux (Ekman, 1982). En fait ces indices d'émotions "basiques" sont bien rares dans la réalité et d'ailleurs beaucoup moins "identifiables" dans les photos que l'on ne le croyait, indépendamment du contexte signifiant iconographique.

En effet, une scène figurative en soi, isolée, sans ancrage linguistique et décontextualisée, i.e. sans repérage d'un domaine de la pratique sociale de référence et du contrat de communication proposé, fonctionne comme *une surface de projection*. Autrement dit sa lecture est *structurée* fondamentalement par les orientations interprétatives de ses spectateurs-lecteurs qui s'étaye sur l'organisation plastique (cf. utilisation des images dans les tests projectifs).

Barthes parle alors de “punctum” (1980: 49): “ce hasard qui, en elle, *me point* (mais aussi me meurtrit, me poigne)”.

Toute scène figurative est habituellement reconnue et située par son “studium” (Barthes, 1980) ou *cadrage psycho-sémiotique (CPS)*, selon nous. Celui-ci est une résultante de l'évocation d'un domaine prédominant de la pratique sociale: économique, artistique, éducatif, médiatique, religieux, sexuel, politique, et d'un contrat de communication adéquat : publicitaire, esthétique, informationnel, ritualiste, érotique, propagandiste et de buts d'actions. Au fond avec l'image, “l'usage” et l'emploi évoqués par Wittgenstein deviennent déterminants pour établir la lecture et les significations pertinentes.

Le CPS produit la contextualisation socialement signifiante (catégorisation) de la scène montrée par une opération supplémentaire de *mise en série* par activation en mémoire du corpus d'images apparentées, *sa famille iconographique* qui constitue les fondements du genre ¹. A la limite, une même scène figurative ne sera pas du tout vue et ressentie de la même façon selon son CPS et cela vaut particulièrement pour toute photographie. L'image extraite des reportages médiatiques sur les fronts social ou guerrier, de l'illustration de mode, ou de la mise en scène pornographique et détournée pour un usage publicitaire, est modifiée profondément par le regard qui la recadre.

On posera maintenant que sans ancrage textuel, une scène figurative même contextualisée produit surtout des “*impressions de sens*” et non des “*effets de sens*” (Sperber et Wilson, 1989). La différence reposera sur l'hypothèse qu'une impression de sens est un faisceau

¹ Dans la modernité, la référence au recours “intentionnel” à des codes “iconographiques”, religieux et mythologiques, au sens de Panofsky, disparaît. Du moyen âge à l'époque classique, ils avaient structuré la représentation picturale et son interprétation symbolique. On posera que le “cadrage” est aujourd'hui une procédure *par défaut* qui tend à rétablir a minima un *effet* iconographique.

de constructions inférentielles connotatives². L'activité du lecteur est décisive en ce cas. Ces constructions sont dépendantes de ses connaissances à propos du domaine de référence évoqué, de son investissement dans le traitement de l'image et surtout de son expertise iconographique et iconologique antérieure.

Cela dit, contrairement aux cas précédents, la scène contextualisée structurerait les connotations. Celles-ci sont bien des faisceaux de significations implicites qui doivent être inférés mais l'interaction des éléments iconiques et de leur cadrage les rendent plus collectives et partageables si le lecteur, du moins, a le degré d'expertise nécessaire soit un partage approximatif en mémoire de *la même famille iconographique* que le producteur.

On peut désigner ces significations comme des représentations et des affects socialement pertinents, activées par des procès interprétatifs dirigés par le dispositif proposé par le sujet communicant et non plus comme des représentations individuelles structurées presque entièrement à partir du seul imaginaire du sujet interprétant.

Ainsi les images publicitaires malgré toutes leurs différences sont "lisibles" selon leur CPS spécifique. Toutes leurs caractéristiques iconiques sont ancrées dans le contrat qui les soutient et elles renvoient soit au produit et à la marque en permettant de se disjoindre d'univers de valeurs négatifs et de se joindre à des univers positifs soit directement à la marque comme énonciateur-entreprise "complice" au plan idéologique (Benneton) ou langagier (humour/sexe).

Enfin avec un ancrage textuel, les scènes figuratives contextualisées peuvent aussi produire des "effets de sens" au sens de Sperber et

² On maintiendra provisoirement la notion controversée de "connotation" en précisant qu'elle n'est plus conçue ici comme un signe d'un langage second (Hjelmslev) constitué d'un signifiant (langage de dénotation) et d'un signifié mais comme un processus inférentiel, plus ou moins contraint d'associations de significations psychologiques et sociales et d'états affectifs, à des blocs sémantiques ou à des figures iconiques.

Wilson (1989), qui s'inscrivent cette fois dans une relation de pertinence où la présomption que le message iconique et linguistique était bien la meilleure façon possible de transmettre des hypothèses à reconstruire devient possible.

Dans ces conditions il s'agit d'abord de *comprendre* et *non plus d'interpréter*, puisque maintenant l'intentionnalité du locuteur peut être et doit être ressaisie comme pour tout projet de parole ordinaire.

Les images publicitaires, d'actualité (photo journalisme), illustratives du roman photo ou des textes pédagogiques, propagandistes des messages de prévention, des magazines de conseil (beauté, cuisine, jardinage, décoration...) ne sont donc "lues" et "comprises" que grâce à leur ancrage textuel (légendes, titres, argumentaires, textes...).

Il va de soi que tout texte ne remplit pas de la même façon sa fonction d'ancrage, soit dissiper les équivoques référentiels, désambiguïser, focaliser les traitements sur les isotopies fondamentales. Ces opérations peuvent demeurer plus ou moins à la charge du sujet comprenant qui aura de plus en plus d'efforts cognitifs à faire à mesure que les éléments linguistiques permettent moins d'atteindre ces objectifs. On peut prévoir que plus il devra faire d'efforts pour traiter, plus la part des impressions de sens l'emportera sur celle des effets de sens et donc plus les processus interprétatifs l'emporteront sur les processus de compréhension.³

³ Naturellement des scènes figuratives faciles à contextualiser parce que conformes aux normes de production iconographiques majoritaires dans le domaine et le contrat seront par analogie avec leurs équivalents dans la série mieux ancrées linguistiquement, traitées pour élaborer des effets de sens et non seulement des impressions connotatives. Ainsi l'esthétisme même subtil et varié des publicités de parfum indique seulement un signifié central "le luxe", attaché à l'usage de ces essences précieuses.

³ Ghiglione & Chabrol (2000), "Contrats de communication: stratégies et Enjeux", Introduction au numéro spécial de la *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, n°4, 7-15 Georget & Chabrol (2000), "Traitement langagier des accroches et publicités argumentées", in *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, n°4, 17-49.

L'utilisation de l'humour, de la dérision et de la provocation par exemple dans l'image publicitaire peut ainsi arrêter ou retarder l'élaboration des effets de sens (en particulier au niveau des accroches et slogans) et en tout cas laissent prévoir une pluralité de traitement en réception et donc une pluralité des significations.

DES STRATEGIES FONDEES SUR LA VISEE D'UN EFFET HUMORISTIQUE.

Nous avons proposé avec JC Soulages, après une analyse de corpus de publicités de magazines français les éléments suivants:

La relation offerte par l'annonceur au destinataire d'une publicité est souvent une relation non attendue. Une relation est *non attendue* (R/NA) quand la majorité des contenus iconiques et/ ou sémantiques discursifs actualisés ne correspond pas aux attentes "prototypiques" dérivables du genre situationnel en mémoire pour ce type d'objet et donc aux schémas normés du contrat de lectorat. (Ghiglione & Chabrol, 2000:7-15), (Georget & Chabrol, 2000:17-49)⁴

Pour une bonne partie du message, il n'y a, par exemple, aucun rapport entre l'univers du produit et certains des univers évoqués, au sens où ils ne peuvent pas servir à une argumentation pour le produit. Ils ne sont en aucun cas des univers de valeur associables au premier abord. Un travail quasi poétique de réduction des tropes et figures et d'inférence discursive serait nécessaire.

Il faut prévoir de distinguer plusieurs types de relations non attendues (R/NA). En soi, cette relation n'assure pas un effet humoristique. Les messages publicitaires NA ne sont pas en eux-mêmes humoristiques, que l'on pense aux nombreuses évocations de situations insolites qui proposent des univers extraordinaires (atopiques) lunaires, fantastiques, surréels pour des produits ordinaires. (voitures, parfums, montres, cafés...)!

Les citations filmiques ou de bandes dessinées y abondent pour créer une rupture fictionnelle et esthétisante avec les univers de la “réalité” quotidienne et les représentations sociales usuelles attachées à ces produits.

De façon rapide, on dit souvent que ces publicités n’argumentent plus *par* le produit. Ce ne sont plus en effet, ses qualités intrinsèques qui opèrent pour transformer narrativement une situation insatisfaisante en situation satisfaisante. Ces qualités ne sont même plus facilement associables à des *univers symboliques sociaux* immédiatement positifs et émotionnellement euphoriques (couple complice plus ou moins érotisé en harmonie sensuelle et émotionnelle, réunion de la famille nucléaire heureuse, environnements confortables, luxueux ou exotiques pour des êtres jeunes et économiquement sans problèmes, beauté d’un visage et d’un corps parfait dans une nature édénique, convivialité fusionnelle amicale inter ou intra-générationnelle autour du partage de la nourriture terrestre...).

La Marque devient l’entité anthropomorphique agissante en ce cas, en offrant à travers le média publicitaire un discours qui tend à déplacer les attentes rationnelles du consommateur et à le constituer, en apparence, en pur lecteur voyeur de fictions esthétiques et d’utopies de *mondes possibles imaginaires* où ses rapports à la technique, la science et l’économie sont largement occultées et même parfois forcloses. Sans pouvoir y insister ici, il faut prévoir que cette forclusion dans *l’imaginaire* n’est pas sans effet sur la production idéologique de nos sociétés modernes. 5

Les relations (NA) peuvent toutefois viser vraisemblablement un effet “humoristique” lorsqu’elles sont *provocatrices*. Des valeurs

5 Si celles ci ont investit la technique et la science dans leurs idéologies, (Habermas), ce type de discours publicitaire tenterait de renforcer les éléments favorables à une contre-idéologie anti-rationnelle et anti-scientifique où le retour à la Nature et à la Fiction ferait écran et du moins jouerait bien le rôle d’un “distracteur” efficace.

sociales, morales et esthétiques sont mises en cause au niveau de l'image comme du texte, par le moyen de messages qui semblent tourner en dérision: la vieillesse (CD Saint Travolta, digitall.fr), l'obésité (Multamania), la pauvreté (New beetle), l'interdit du cannibalisme (serialweb.com), l'abstinence d'alcool (Ricard), l'interdit de la zoophilie (digitall.fr), le respect dû à la féminité (multimania), l'enfantement (le moneymag.fr), le respect dû à la personne du travailleur (Jobpilot.fr), la légalité dans les rapports à l'argent déposé en banque (Union financière de France).

Il faut que ces valeurs socialement supposées à peu près partagées par tous, ne soient pas remises en cause de façon "sérieuse" c'est-à-dire avec une visée probable de *véracité*. L'intention de "mise en cause" ne peut en effet être perçue comme sincère dans la majorité des cas. Cette distance de l'énonciateur vis-à-vis de son propos, produit (éventuellement) un effet humoristique ou de drôlerie au niveau d'une énonciation qu'on dira pour cette raison: "provocatrice".

On devrait parler d'une dimension d'*autodérision* qui paraît disqualifier le locuteur-annonceur, peu sérieux car s'autorisant à mal argumenter. Toutefois, ce faisant, celui-ci instaure une relation de connivence possible avec un destinataire qui partagerait avec lui une évaluation de l'énonciation publicitaire comme "non sérieuse" et comme lieu de remise en cause oblique des valeurs et tabous trop pesants de cette société. ⁶ L'acte d'énonciation est convoqué entièrement dans ce qui s'apparente sans doute à une "équivoque sur le sens, ironique" (Berrendonner, 1990: 1375).

⁶ Les campagnes de Toscani pour Benneton étaient, elles, de plus en plus faussement "provocatrices". Toscani a finalement utilisé le média publicitaire "politiquement" (cf campagne contre la peine de mort aux USA). Il s'agit là d'un détournement du contrat de communication et de la CSP du domaine qui n'est pas sans conséquences sur la réception puisqu'il a abandonné progressivement l'équivoque du sens propre à l'ironie.

On évoquera aussi dans les stratégies à visée humoristique, des R/NA de *distanciation*. Elles se caractérisent par les distances sémantiques créées par des éléments de l'image et de l'accroche avec l'univers du produit. Les isotopies évoquées par ces éléments paraissent d'abord totalement disjointes et se proposent de fait comme *une énigme* à résoudre.

Le lecteur devra construire un circuit de raisonnement inférentiel pour résoudre l'énigme et réduire la distance avec l'aide de certains indices textuels polysémiques. On pourrait concevoir ces messages comme des quasi-jeux poétiques où le destinataire est supposé chercher à relier une série d'indices pour construire une signification à peu près cohérente pour l'ensemble.

Il faut noter l'ampleur des efforts cognitifs attendus pour participer pleinement à ce type de jeu "gratuit". Il ne faut pas exclure au cas où peu d'efforts de traitement serait consenti, l'établissement d'une simple relation humoristique de "*non sense*", fondée sur le plaisir procuré par les éléments incongrus de l'image à la suite d'une lecture superficielle.

On distinguera encore une R/NA *ludique*, fondée sur le simple plaisir de jouer avec le langage et les représentations imagées. Elle utilisera surtout le jeu de/sur les mots, (tropes et figures). C'est au niveau linguistique que les jeux principalement métaphoriques suggérés souvent par les éléments iconiques peuvent être résolus.

Des réseaux sont déployés: // *Grands (vins)blancs d'Alsace: viandes blanches et cigognes: volailles //*, ou // *Bijoux: voiture Alpha: Femme //*, // *panneau "sortie de chevaux": voiture Renault Clio et chevaux mécaniques //*,

// *Voiture craquante: page craquée (Mini)//*, // *pleuvoir des hallebardes: pluie (Golf cabriolet et sa capote résistante)//*, // *la belle italienne (Femme): voiture (Lancia), qui refroidit le chaud lapin (homme galant/ conducteur passionné)" et "la saison de la chasse"*

// sous-vêtements féminins: armes de chasse à l'homme ou trophées masculins (Triumph) //.

Des équivoques référentielles sont assez souvent produites au niveau iconique et doivent être réduites grâce au texte et aux autres éléments iconiques: souris/spermatozoïdes, souris informatique/souris animale, amaigrissement d'un cochon-tirelire, où vaches maigres: cochon maigre.

En général, ce qui domine est l'ambiguïté d'expressions linguistiques polysémiques. Exemples: "belle italienne", "refroidir", "chaud lapin" (climatisation de Lancia), saison de la "chasse" et sous vêtements Triumph, qui peuvent être parfois iconicisées comme dans la catégorie précédente.

Pour entrer dans ce type de *relation ludique*, le destinataire doit avoir des connaissances culturelles et linguistiques comme des capacités inférentielles de haut niveau, sans parler d'une motivation à traiter sans gain réel au niveau de l'action, des messages complexes.

Ces R/NA *ludiques* sont aussi réalisées dans *les situations* évoquées. Elles reposent sur une *relation à plaisanterie*, exemples; "garer soi même sa Passat V6", une voiture de luxe mais sans chauffeur, ou encore puissance de la Toyota pour fuir le taureau qui s'immisce dans un pique-nique familial).

TYPES ET FONCTIONS

Ces discours publicitaires n'utilisent qu'une partie des formes d'*Humour* connues. La satire qui est censée tourner en dérision les vices et travers de l'époque, la moquerie ou la raillerie qui attaquent les personnes en les disqualifiant par le ridicule ou le grotesque y sont à peu près ignorées, du moins dans le corpus Français. L'interdiction d'attaquer la concurrence nommément rend ces formes

peu pertinentes.⁷ De façon plus générale, l'attaque obligerait à déployer une argumentation négative, au moins pour les autres marques ou encore pour ceux qui s'abstiendraient de consommer le produit. Or les discours publicitaires semblent obtenir moins d'effets persuasifs avec des cadrages négatifs et il paraît en outre délicat d'agresser un consommateur, quel qu'il soit.

Ces discours n'ignorent cependant pas toutes les formes d'agression ou d'attaque, comme on l'a noté en explicitant les stratégies ironiques de "provocation".

Certes ces dernières ne sont pas fondées sur la trope "ironique" qui consiste selon la tradition à dire le contraire de ce que l'on veut faire comprendre, ni sur la citation souvent absurde ou sans pertinence du propos d'un énonciateur bien distinct du locuteur qui ne l'assume clairement pas (Sperber & Wilson, 1978, Ducrot, 1984).

Aucune cible n'y est véritablement disqualifiée mais l'équivoque du sens évoquée par Berrendonner (1990) invite à situer l'analyse au niveau énonciatif. Le locuteur "provocateur" n'est pas censé assumer totalement ses pointes discursives ou ses mises en scènes iconiques souvent comiques mais surtout tous les sites et annonceurs peu ou pas connus qui interviennent ainsi sur Internet ou dans la presse magazine, le font en prenant *le contre-pied* du prototype de la bonne annonce. Leur argumentation centrale est absurde ou absente et leurs images actualisent des situations sans pertinence qui ridiculisent souvent les personnages en évoquant une transgression des normes et tabous: laideur exhibée de la vieillesse ou de l'obésité d'un modèle, présence soulignée des liquides et matières secrétées par le corps animal ou humain, incitation déniée à faire un hold up dans les banques de la concurrence...

Il faudrait nuancer car dans cette classe, des publicités maintiennent en fin de compte une signification socialement positive au plan

⁷ Cependant on mentionnera la campagne d'une marque de portable qui soulignait, il y a quelques années, par la caricature le poids exagéré des produits adverses et la légèreté des siens.

sémantique. si l'on accepte de faire, grâce aux indices textuels, le traitement assez complexe proposé contrairement aux autres. L'impasse sémantique n'y était qu'apparente.

A l'opposé, le "vieux Travolta" qui utilise ses dentiers en guise de castagnettes pour suivre la musique des CD du site peut difficilement être récupéré. Il demeure un anti-modèle mais au plan énonciatif, c'est justement cela qui importe. Si l'attaque contre "le respect dû à la vieillesse" peut apporter une certaine satisfaction au jeune lecteur ce sera surtout la dérision du discours publicitaire conforme qui provoquera le gain de plaisir attendu.

Une *petite* levée d'inhibition et un *petit* plaisir de jouer de façon défensive avec les normes sociales et les normes langagières de la communication apparaissent. En somme une irruption du principe de plaisir dans le principe de réalité, telle pourrait être la fonction de ce type de stratégies humoristiques "provocatrices".

Quant aux stratégies fondées sur la distance ou le ludique qui proposent des énigmes ou des jeux quasi-poétiques, si leur caractère "humoristique" n'est pas toujours avéré, leur fonction principale réside encore dans ce plaisir de jouer avec la langue, les genres et les règles de mise en relation et d'ancrage des icônes avec le plan discursif. Ce type de plaisir doit être rapproché à l'évidence de celui du Mot d'esprit, double sens, connotations grivoises, sous-entendus allusifs, passage poétique du sens figuré au sens littéral, y compris du linguistique à l'iconique (ex. "*pleuvoir des hallebardes*" réaliser littéralement dans l'image de la publicité Golf).

Freud dans le Witz (GW, VI, 269) indique une voie à reprendre, celle d'une économie psychique qui tend à *épargner l'énergie ou la dépense*: d'inhibition (Mot d'esprit), de sentiments (l'Humour), et d'investissement représentatif (le Comique). Les stratégies publicitaires évoquées dans ce texte devraient sans doute être considérées en ce sens comme des économiseurs d'énergie psychique.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- ARNHEIM, R. *Vers une psychologie de l'art*, 1973.
- AUMONT, J. *L'Image*, Paris: Nathan université, 1990.
- BARTHES, R. *La Chambre claire, note sur la photographie*, Paris: L'Etoile, Gallimard, Seuil, 1980.
- BERRENDONNER A. Art. Ironie, in *Les Notions Philosophiques*, Ency Philo. Univ, Paris: PUF, 1990.
- DUCROT, O. 1984, *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit. 1984.
- EKMANN, P. *Emotion in the human face*, 2^{ème} edition, Cambridge: Cambridge University press, 1982.
- FREUD, S, *le Mot d'esprit et ses rapports avec l'Inconscient*. Paris: Gallimard, et (GW,VI, 269)
- GEORGET P. & CHABROL C. Traitement langagier des accroches et publicités argumentées, in *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, n°4, 2000, pp. 17-49.
- GHIGLIONE, R., CHABROL, C. Contrats de communication: stratégies et Enjeux, Introduction au numéro spécial de la *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, n°4, 2000, pp. 7-15.
- Groupe μ de Liège. *Théorie du signe visue*. Paris: Seuil, 1990.
- KANDINSKY W. *Point, Ligne, Plan, Pour une grammaire des formes*. Denoël-Gonthier, 1926.
- PANOFSKY, E. *Essais d'iconologie*. Paris: Gallimard, 1967.
- SPERBER D & WILSON D. *De la Pertinence*. Paris: Minuit, 1989.
- SPERBER, D & WILSON, D. Les ironies comme mention. *Poétique* 36, 1978, pp.399-412.

ESPORTE E DISCURSO TOTALITÁRIO:
OS JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM
E O DISCURSO NAZISTA NA IMPRENSA ¹

ELCIO LOUREIRO CORNELSEN
UFMG

CONSIDERAÇÕES GERAIS

E, em Berlim, as “milhares” de pessoas foram conduzidas pela “força e alegria”; os estrangeiros, diante dos quais “a Alemanha é um livro aberto” – mas quem escolheu e preparou as páginas desse livro? – (Victor Klemperer) 2

O presente artigo se destina à apresentação de etapas práticas de análise do discurso nazista, veiculado pela imprensa alemã no contexto dos XI. Jogos Olímpicos de 1936. Com o auxílio de um

¹ As considerações acerca da relação entre Esporte e Totalitarismo, aqui apresentadas, resultam da pesquisa sobre os Jogos Olímpicos de Berlim e o discurso nazista na imprensa, que desenvolvo sob supervisão do Prof. Dr. Izidoro Blikstein (FFLCH/USP).

² Apontamento em diário, de 13 de agosto de 1936; Klemperer, Victor. *Os Diários de Victor Klemperer*, trad. de Irene Aron, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.174. Os diários de Victor Klemperer são relatos autênticos de uma testemunha ocular do cotidiano no *Terceiro Reich*. Professor da área de Estudos Românicos, Klemperer perdeu sua cátedra na Universidade de Dresden após 1933 por ser judeu, e passou a levar uma vida cada vez mais segregada. O que o “salvou” de uma deportação e da câmara de gás foi o fato de que sua esposa, não judia, suportou a todo tipo de pressão – material e psicológica – por parte daqueles que queriam que ela se divorciasse dele, evitando que o marido tivesse o “destino” de milhões.

dispositivo analítico fundamentado na Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau, pretendemos identificar as estratégias de manipulação e de persuasão empregadas pelos detentores do poder no intuito de fabricar perante a opinião política internacional uma imagem falsa da Alemanha nazista, bem diferente daquela vivenciada no dia-a-dia de um Estado totalitário que tinha por fundamentos o expansionismo militar e o racismo.

A concepção de que o esporte, sob o domínio nacional-socialista, tenha sido um segmento “apolítico” da vida cultural alemã, permaneceu por longo tempo inabalável. Mesmo no contexto da Olimpíada de Munique em 1972 não houve qualquer discussão sobre o papel do esporte a serviço do nazismo. Apenas a partir dos anos oitenta é que investigações sobre o tema vêm ganhando maior atenção. Com a candidatura da cidade de Berlim como sede dos Jogos Olímpicos de 2000, que previa a sua realização no mesmo *Olympiastadion* de 1936, originou-se uma ampla discussão pública na Alemanha. Mesmo após o fracasso da candidatura em 1993, essa discussão ainda continua atual e, certamente, será reavivada pelo fato de que a final do campeonato mundial de futebol de 2006, que será realizado na Alemanha, terá como palco o *Olympiastadion* de Berlim, que está passando atualmente por uma reforma para adequação às normas da FIFA.

Ainda hoje, nos deparamos com certas afirmações que procuram legitimar o lado “positivo” da Olimpíada de 1936, na medida em que se desvincula esse evento esportivo mundial do contexto histórico. Portanto, a reabilitação do “passado nazista” implica necessariamente uma descontextualização, ou seja, uma suspensão do contexto sócio-histórico de emergência de sua produção discursiva em nome de uma suposta “a-temporalidade”. Consideremos o exemplo a seguir, extraído de um artigo sobre esporte e saúde no contexto dos Jogos Olímpicos de Sydney:

Esta cena é claramente inspirada no lendário documentário Olympia, em que a cineasta alemã Leni Riefenstahl retratou as Olimpíadas de Berlim, em 1936.

A obra de Riefenstahl foi injustamente acusada de ser uma apologia ao culto ariano. Era apenas apuro estético, como o desta foto, dos atletas Kerri Pottharst e Victor Anfiloff, craques do vôlei de praia (Cardoso/Luz, 2000:89).

Este texto comenta uma das fotos que ilustram o artigo “Olimpíadas 2000. As lições de Sydney para sua saúde”, publicado na revista *Veja* em setembro de 2000. Tais fotos foram extraídas do ensaio fotográfico em preto e branco da revista *Black & White*, realizado com atletas da delegação australiana e publicado em forma de livro com o título *The Sydney Dream*. A defesa do filme de Leni Riefenstahl por parte dos articulistas demonstra os perigos que se incorre ao se separar a Olimpíada de 1936 de seu contexto histórico, pois a fascinação pela Antiguidade e pela beleza clássica é desvinculada do sistema racial de pensar o mundo e a humanidade propagado pelo nazismo. O próprio discurso apresentado no artigo revela algumas afinidades entre a seção de nu artístico dos atletas australianos e o conceito de beleza veiculado através do filme *Olympia*: em um comentário sobre a foto em que a atleta Rechelle Hawkes, jogadora de hóquei sobre patins, aparece nua e em pose que lembra uma estátua, a atleta “se revela sem sensualismo algum, como a Vênus das esculturas gregas” (Cardoso/Luz, 2000:87); em um outro comentário, o jogador de pólo aquático Daniel Marsden “aparece com o ar de superioridade, tão característico dos jogadores dessa modalidade” (Cardoso/Luz, 2000:91). No entanto, o mero “apuro estético”, alegado pelos articulistas em defesa de Riefenstahl, foi, na verdade, resultado da incumbência que a cineasta recebeu do Governo nazista, no outono de 1935, para rodar um filme que pudesse “documentar” os Jogos Olímpicos de Berlim segundo a ideologia apregoada pelo Estado, em que a exaltação do mito ariano e o culto ao corpo como expressão de força de combate eram algumas de suas colunas de sustentação. Riefenstahl contou com uma verba de 1,5 milhão de marcos para a produção do filme *Olympia*, que se compõe de duas partes: *Fest der Völker* (“Festa dos Povos”) e *Fest der Schönheit* (“Festa da Beleza”). A acusação de envolvimento

ideológico com o regime não foi injusta, pois seu filme, que pretende ser um documentário, está longe de ser um retrato desprovido de qualquer intenção propagandista. *Olympia*, como ressalta o historiador Hilmar Hoffmann, é, ao mesmo tempo, “um documentário propagandista e uma propaganda documentária” (1993:103). O maior exemplo de que o filme de Riefenstahl não pode ser considerado um documentário em sentido restrito é o prólogo apresentado em “Festa dos Povos”: em uma seqüência de imagens, a escultura grega do *Discóbulo*, de Myron, é superposta de modo gradativo por imagens de um atleta simbolizando um guerreiro, no sentido de unir os Jogos de Berlim à Antigüidade Clássica, “como se a arte despertasse para a vida: ao mesmo tempo, uma naturalização do ideal e uma idealização da natureza” (Hinz, 1991:122-137); e um grupo de atletas refaz, através da linguagem cinematográfica, o transporte da chama olímpica da Grécia Antiga à Alemanha nazista. O artigo acima citado, na verdade, reflete uma tendência dos anos noventa, na qual se prega a “reabilitação” de Leni Riefenstahl, na medida em que seus defensores separam a estética da propaganda presente nos seus filmes rodados durante o período nazista.

Até mesmo as obras que, sem dúvida, criticam o uso da arte em geral a serviço do *Terceiro Reich*, parecem não estar isentas desse processo de “reabilitação” do passado nazista. Um exemplo disso é o filme *The Architecture of Doom* (1994), do cineasta sueco Peter Cohen. Pelo recorte temporal que faz, Peter Cohen centraliza sua crítica no ano de 1937, quando os nazistas organizaram em Munique a exposição *Entartete Kunst* (“Arte Degenerada”), na qual obras de diversos artistas de vanguarda foram expostas como exemplo de produção estética e cultural contrária àquela apreçada pelo Estado nazista. O enfoque de Cohen recai também sobre a escultura de Myron, o *Discóbulo*, adquirido pela cúpula nazista de seus antigos proprietários em Roma, para funcionar como modelo de arte a ser almejada, pois, na sua leitura, os nazistas viam na obra de Myron uma expressão fiel do ideal humano de beleza e combatividade. Porém, no filme, não há qualquer associação com os Jogos Olímpicos de Berlim, realizado um ano antes da inauguração da *Haus der Deutschen Kunst* (“Casa da Arte Alemã”), em Munique, em cuja cerimônia de abertura Hitler anunciou

publicamente a aquisição do *Discóbulo*. Peter Cohen chega a apresentar alguns aspectos ligados à arquitetura antes de 1937, sobretudo a respeito da construção de uma área para sediar as convenções anuais do partido nazista na cidade de Nuremberg, um projeto do então arquiteto do *Reich*, Albert Speer (1905-1981). No entanto, o fato de não mencionar sequer a construção do *Olympiastadion* de Berlim, um projeto do arquiteto Werner March (1894-1976), nem a ornamentação do Complexo Olímpico Poli-Esportivo por meio de esculturas que, esteticamente, estabeleciam uma ponte entre a Alemanha nazista e a Grécia Antiga como ideal de beleza e combatividade significa excluir tal produção da chamada *architecture of doom*. Pois não devemos esquecer que seria ingênuo fazermos uma “leitura” de tais emblemas apenas por intermédio da estética que veiculam – portanto, o dito – e desconsiderarmos a visão de mundo na qual estavam arraigados – o não-dito, o racismo, a discriminação, a exclusão do Outro.

Deste modo, dentro do princípio da relevância da Análise do Discurso que, por seu caráter interdisciplinar, coloca a linguagem em contato com a História, a Sociologia, e as Ciências Políticas, pretendemos recuperar as vozes que nos possibilitem desmontar a “realidade” artificial produzida no contexto dos Jogos Olímpicos de Berlim e recontextualizar o discurso nazista, pois localizar o texto no espaço e no tempo é ativar o procedimento de contextualização. Retomando a idéia de Victor Klemperer (1881-1960), esta contribuição pretende ir além das “páginas escolhidas e preparadas”, para revelar os mecanismos propagandísticos empregados pelos nazistas para encobrir as “demais páginas” de sua nefasta obra, “quando” – citando o historiador León Poliakov – “homens, decretados não-arianos, foram oferecidos em holocausto aos deuses da raça” (1974:327).

“OLYMPIA” A SERVIÇO DE “GERMANIA”: O ESPORTE SOB O JUGO NAZISTA

Dentre as Olimpíadas da era moderna, os XI. Jogos Olímpicos, realizados na cidade de Berlim de 01 a 16 de agosto de 1936, são,

seguramente, um dos maiores exemplos de instrumentalização indevida do esporte por parte de um regime totalitário. Nunca o ideal olímpico, resgatado por Pierre de Coubertin (1863-1937), foi tão deturpado e abusado até as últimas conseqüências como naquelas duas semanas de agosto de 1936.

Para entender a importância do significado deste evento esportivo para os seus organizadores, é necessário localizá-lo dentro do contexto histórico em que está inserido: o período do *Terceiro Reich* ou, mais precisamente, o período de consolidação da política nazista, desenvolvida desde a ascensão de Hitler ao poder em 30 de janeiro de 1933. Tal importância, aliás, não foi sempre uma evidência para os nazistas. Antes de chegarem ao poder, os nazistas mostraram-se contrários à realização da Olimpíada em Berlim, nomeada como sede dos XI. Jogos Olímpicos em 13 de abril de 1931 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). As manifestações ideológicas e a prática política do nacional-socialismo, fundada no nacionalismo, no expansionismo e no racismo, contradiziam o ideal olímpico veiculado pelo Barão de Coubertin, o qual sempre destacou o significado da Olimpíada como forma de incentivo ao humanismo, ao desenvolvimento do respeito mútuo entre os povos e, conseqüentemente, a uma consolidação da paz mundial. As idéias de internacionalismo e de democracia, implícitas no ideal olímpico na era moderna, foram alvos constantes de veementes críticas por parte da propaganda nazista. Portanto, a ponte entre olimpismo e nacional-socialismo parecia ser intransponível.

Todavia, ao chegarem ao poder, os nazistas deixaram de lado as críticas do passado que demonstravam sua oposição à participação alemã em qualquer tipo de evento esportivo no âmbito mundial. Diversos motivos levaram os nazistas a mudar de opinião e a autorizar, em março de 1933, a continuidade dos preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos em 1936, na então capital do *Reich*. Entre outros, destacam-se as seguintes possibilidades: suprimir o isolamento político internacional em que a Alemanha se encontrava e, conseqüentemente, legitimar o nacional-socialismo

perante a opinião política mundial; iludir os visitantes estrangeiros e a opinião mundial sobre a real repressão política e cultural e a política discriminatória contra judeus; veicular uma imagem da Alemanha como um Estado moderno, progressista e defensor da paz, sem deixar transparecer o intenso rearmamento com vistas ao desenvolvimento prático da política expansionista futura, denominada *Lebensraum* (“espaço vital”), que não seria concretizada por vias diplomáticas, e que feria tanto o Tratado de Versalhes como o Pacto de Locarno; obter apoio da população, apesar da intensa vigilância e da repressão de qualquer foco de oposição; estabilizar a crise econômica através de diversas medidas, como a criação de empregos e a elevação de divisas através do incentivo do comércio exterior. A Olimpíada serviria – como realmente serviu – de “vitrine”, através da qual o nacional-socialismo empreenderia todos os meios para mostrar ao mundo – e, portanto, fabricar – uma bela imagem da “nova” Alemanha (*das neue Deutschland*), bem diferente daquela vivenciada no dia-a-dia de um Estado totalitário, erigido sobre a base de uma ideologia carismática e imperialista defendida por um líder – o *Führer* –, um único partido populista – o *NSDAP*, Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães –, aparelhos de repressão – *SA*, *SS* e *Gestapo* – e um monopólio de armas, informações e propaganda. Portanto, a ponte entre olimpismo e nacional-socialismo só poderia ser transposta se o verdadeiro caráter do sistema político e ideológico nacional-socialista fosse mascarado, sem, no entanto, precisar negá-lo, pois isto traria aos nazistas efeitos indesejáveis na política interna. Em contraponto, através da realização dos Jogos Olímpicos deveria ser forjada uma mensagem de paz entre os povos, de alto desempenho esportivo e de grandeza cultural por parte de seus “anfitriões”.

No intuito de realizar tais metas, os nazistas tomaram uma série de medidas que, por um lado, asseguraram a realização dos Jogos e, por outro, criaram a atmosfera para a encenação da “nova” Alemanha. O radicalismo praticado desde o início pelos aparelhos repressores *SA* e *Gestapo* na realização da política interna nacional-socialista e o anti-semitismo despertaram a desconfiança dos membros do COI.

Pensou-se em transferir os Jogos para uma outra sede ou boicotar a “Olimpíada nazista”. No entanto, as promessas de não utilizar os Jogos Olímpicos para fins de propaganda política e ideológica surtiram efeito, assim como as medidas tomadas para esconder a real situação dos judeus na Alemanha e, em contrapartida, para despertar na opinião mundial a falsa impressão de igualdade de direitos tanto da população judia como dos atletas judeus. Logo após a aprovação da realização dos Jogos Olímpicos por parte de Hitler, a cúpula nazista aprovou a continuidade, pelo menos formal, de duas organizações esportivas judaicas: o *Makkabi* e a liga esportiva *Schild* (“Escudo”), pertencente à organização de ex-combatentes judeus *Reichsbund Jüdischer Frontsoldaten* (“Liga do Reich dos Soldados Judeus do Front”). Por motivos táticos, os nazistas queriam forjar um tratamento não diferenciado de atletas judeus perante a opinião mundial e, sobretudo, perante os membros do COI. Em 1934, para continuar desviando a atenção do COI da real falta de condições de treinamento em que atletas judeus eram discriminados a ponto de não terem a mínima condição de atingirem o índice olímpico, o Comitê Olímpico Alemão enviou um convite oficial ao Comitê Olímpico da Palestina, publicado nos jornais alemães, para participação dos Jogos Olímpicos. Um outro exemplo do mascaramento do manifesto anti-semitismo no *Terceiro Reich* é a medida tomada pelos nazistas por ocasião da visita do americano Charles Hitchcock Sherill (1867-1936), membro do COI, em junho de 1935, a Garmisch-Partenkirchen, sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 1936: solicitou-se a retirada de todos os cartazes e placas com slogans anti-semitas em Garmisch-Partenkirchen e ao longo da estrada que a ligava a Munique (cf. Bohlen, 1979:88).

Enquanto membros do COI e seu Presidente, o belga Henri de Baillet-Latour (1876-1942), exigiram dos representantes alemães explicações sobre a chamada “questão judaica” (*Judenfrage*), durante o 32º Congresso do COI em 1934, na cidade de Atenas, o tema não figurou mais na pauta do Congresso seguinte, realizado em Oslo. Os protestos do movimento internacional a favor do boicote da Olimpíada de 1936 não tiveram força suficiente para influenciar os membros do COI, nem mesmo após a promulgação das “Leis de

Nuremberg” (*Nürnberger Gesetze*), leis raciais que, entre outros, privavam os judeus de seus direitos como cidadãos alemães e que foram aprovadas durante a Convenção do Partido em setembro de 1935 na cidade de Nuremberg.

O reconhecimento da possibilidade da instrumentalização dos Jogos Olímpicos resultou principalmente da experiência que os nacional-socialistas haviam adquirido, até então, através da construção e da organização de grandes eventos esportivos e políticos que contavam com a presença das massas. Além disso, os Jogos Olímpicos abriram aos nazistas uma outra possibilidade de propaganda ideológica através da associação simbólica entre a Grécia Antiga, como berço da civilização ocidental, e a “nova” Alemanha. Inúmeros aspectos dão testemunho desta associação, dentre eles, a realização, pela primeira vez na história dos Jogos, do transporte da chama olímpica, carregada por vários corredores ao longo do trajeto, partindo do antigo estádio grego em Atenas em 20 de julho e, após percorrer sete países, chegando a Berlim no dia 1º de agosto de 1936. Carl Diem (1882-1962), então secretário geral do Comitê Olímpico Alemão, idealizou a cerimônia protocolar de se acender a chama olímpica, realizada pela primeira vez em 1928 na abertura dos Jogos Olímpicos de Amsterdã, como o regresso do “fogo eterno” ao originário Altar de Pan em Olímpia. Tal evento tornou-se parte integrante do conjunto de cerimônias protocolares dos futuros Jogos Olímpicos (cf. Hoffmann, 1993:100). Com isso, deu-se margem a uma fascinação culturalista em torno da Olimpíada, bem-vinda às pretensões nazistas em “sacralizar” os Jogos Olímpicos por meio de inúmeros símbolos, transpondo assim para o âmbito do esporte um caráter “ritualístico”, encenado, principalmente, nas “Convenções do Partido” (*Parteitage*). E, ao ser “documentado” por Leni Riefenstahl no prólogo de “Festa dos Povos”, tal evento recebe um tratamento cinematográfico que simula a união entre o passado mítico, representado por guerreiros correndo e carregando a tocha pelas ruínas em Atenas, e o presente das ruas de Berlim, enfeitadas com a suástica, a *Unter den Linden*, uma das principais avenidas da cidade, o Portal de Brandenburgo, palco de diversos episódios históricos, até que um atleta adentra o

Olympiastadion e acende a pira olímpica, decretando simbolicamente a abertura dos Jogos.

O caráter ritualístico da Olimpíada de Berlim não incomodou em nada os representantes do esporte mundial, pois, originalmente, os Jogos Olímpicos, promovidos a cada quatro anos na Grécia Antiga de 776 a.C. até 394 d.C., eram realizados em homenagem a Zeus e Apolo e abertos com um ritual de sacrifício. Da mesma maneira, os nazistas exploraram intensamente na imprensa o fato de que, durante a realização das Olimpíadas na Grécia Antiga, os guerreiros depunham armas e observavam rigorosamente a suspensão temporária de toda espécie de conflito. Portanto, a Olimpíada significava para os gregos um tempo de paz, paz esta que os nazistas se esmeraram em forjar por meio de propaganda.

A associação entre a Grécia Antiga e o *Terceiro Reich* tornou-se ainda mais patente na instrumentalização da arte como meio de propaganda. A plasticidade das estátuas esculpidas por Josef Torak, Arno Breker, Karl Albiker, Josef Wackerle e Sepp Mages, as quais serviram de ornamento para o Complexo Olímpico Poli-Esportivo, resultaram da interpretação de um ideal de beleza extraído de esculturas gregas, contextualizado com elementos nórdicos, tornando-se uma espécie de emblema mítico anacrônico. Trabalhando a serviço do regime, estes artistas plásticos pretendiam resgatar para o nazismo o mesmo ideal de perfeição física e espiritual (*kalos-k-agathos*) da Grécia Antiga, em que o atleta praticava esporte a fim de se sentir belo (*kalos*) e igualmente bem (*aghatos*) no sentido moral (cf. Pfister, 1983:126-127). Todavia, pode-se notar uma diferença fundamental entre o culto ao corpo na Grécia Antiga e o culto ao corpo no nacional-socialismo: enquanto o ideal clássico de beleza fundamentava-se na harmonia entre corpo e espírito, os nazistas idealizavam, em primeiro lugar, o corpo. O espírito representava, dentro dos princípios ideológicos que fundamentavam o nacional-socialismo, uma “conseqüência” do corpo. O ideal de educação nazista, por exemplo, prezava as habilidades físicas, apuradas através da prática esportiva, e a atitude aguerrida em detrimento do que os nazistas chamavam de “intelectualismo”

(*Intellektualismus*). Os nazistas atrelavam este ideal à militarização do esporte como meio para criação do seu ideal humano: o soldado “ariano”.

Os nazistas usaram, inescrupulosamente, os Jogos Olímpicos também como meio de propagação de valores ligados ao culto ao corpo, baseados em idéias tanto racistas quanto militaristas, sem que isto pudesse ter despertado na opinião mundial uma imagem negativa do nazismo como sistema totalitário. Segundo Hilmar Hoffmann, a utilização de símbolos construídos a partir de uma forma de linguagem clássica não provocou qualquer tipo de reação negativa na opinião pública, pois estes símbolos funcionaram como uma espécie de “linguagem universal” (*Weltsprache*), comum a todos, e não como algo específico, fundamentado em idéias racistas e darwinistas propagadas pela ditadura nazista (cf. 1993:32).

Exemplo de instrumentalização inescrupulosa do esporte como veículo de propaganda ideológica e política, os Jogos Olímpicos de 1936 são, não obstante, até hoje, sinônimo de perfeição e de organização. Além de ter legitimado o regime nazista perante o cenário político mundial, a Olimpíada de Berlim desviou a atenção popular, mesmo que por duas semanas, das questões internas da repressão, da discriminação da população judia, da falta de liberdade de expressão, e da escassez de alimentos, despertando em muitos a identificação com a ditadura.

OS JOGOS OLÍMPICOS DE BERLIM E O DISCURSO NAZISTA NA IMPRENSA

Hitler e outros representantes do NSDAP tinham consciência de que dispunham de um meio eficaz para superar a contradição entre nacional-socialismo e olimpismo: a instrumentalização dos meios de comunicação, que os transformava em veículos de propaganda política manipuladora.

No âmbito da imprensa, a manipulação foi praticada pelo Estado nazista sob a forma das chamadas “instruções de imprensa” (*Presseanweisungen*) expedidas em conferências diárias, realizadas pelo Setor de Imprensa do Ministério da Propaganda, as quais contavam com a participação obrigatória de um redator de cada jornal ou revista. Desde a promulgação da “Lei do Redator” (*Schriftleitergesetz*) em 04 de outubro de 1933, a relativa independência da imprensa alemã deixou de existir. A punição para jornalistas e órgãos de imprensa que não observassem o cumprimento das “instruções de imprensa” variava desde uma simples advertência ou multa, podendo chegar à proibição do exercício da profissão e, em casos considerados como “traição à Pátria” (*Landesverrat*), à prisão em campos de concentração e à pena de morte. As “instruções de imprensa” são um dos mais importantes documentos em que se podem constatar claramente as reais intenções da cúpula nazista. Em média, foram expedidas 10 instruções por dia durante o ano olímpico. O Setor IV do Ministério da Propaganda, responsável pelas “instruções de imprensa”, era chefiado por Alfred-Ingemar Berndt (1905-1945). Mas, segundo Walter Hagemann, uma boa parte das “instruções de imprensa” foi elaborada pessoalmente pelo Ministro da Propaganda, Joseph Goebbels (1897-1945) (cf. 1948:316-319).

As “instruções de imprensa” variavam, basicamente, entre si sob dois aspectos: enquanto umas continham informações falsas a serem veiculadas através da imprensa, outras proibiam a divulgação de determinadas notícias. Portanto, tratava-se de uma prática de pré-censura, através da qual os nazistas determinavam o que a imprensa podia divulgar e de que maneira determinada notícia deveria ser veiculada. A importância que os nazistas atribuíam não só à função que a imprensa alemã deveria desempenhar durante os Jogos, como também ao efeito propagandístico que ela produziria sobre a opinião mundial, foi claramente expressada na seguinte instrução, expedida meses antes, em que é comunicada a possibilidade do aumento da tiragem dos jornais durante a Olimpíada, apesar da carência de papel:

*Solicita-se à imprensa alemã que os Jogos Olímpicos e os seus preparativos sejam utilizados para uma propaganda detalhada sobre a Alemanha. No momento, está sendo negociado com a Associação dos Editores de Jornais do Reich um aumento da tiragem dos jornais para este período. Pede-se aos jornais que escolham um material apropriado dentre aquele material de propaganda, colocado à disposição dos jornais por ocasião da eleição. No mais, o Ministério da Propaganda e suas Representações Estaduais estão disponíveis a qualquer hora para dar apoio.*³ (tradução própria)

Em uma outra instrução expedida no mesmo dia, o Setor de Imprensa deixa clara a tarefa “evidente” que caberia à imprensa alemã por ocasião dos Jogos Olímpicos:

*[...] a tarefa evidente da imprensa alemã, durante os Jogos Olímpicos, consiste em dar forma a todos os jornais de modo que os estrangeiros sofram o efeito da propaganda. [...]*⁴ (tradução própria)

³ *Die deutsche Presse wird gebeten, die Olympischen Spiele und die Vorbereitungen dazu zu einer ausführlichen Propaganda über Deutschland auszunutzen. Mit dem Reichsverband der Zeitungsverleger werden bereits Verhandlungen geführt, den Umfang der Zeitungen für diese Zeit zu vermehren. Die Zeitungen werden gebeten, aus dem Propagandamaterial, das ihnen anlässlich der Wahl zur Verfügung gestellt wurde, geeignetes Material herauszusuchen. Im übrigen stehen das Propagandaministerium und seine Landesstellen zur Unterstützung jederzeit zur Verfügung.*

Instrução de Imprensa 101/7/383/nº.577 de 15 de junho de 1936; in: Bohrmann, 1993:635.

⁴ *[...] die selbstverständliche Aufgabe der deutschen Presse sei, während der Olympischen Spiele die gesamten Zeitungen so auszugestalten, daß sie propagandistisch auf die Ausländer wirkten. [...]*

Instrução de Imprensa 102/2b/108/43 (6) de 15 de junho de 1936; in: Bohrmann, 1993:635.

Apesar da manipulação da imprensa representar apenas um dos mecanismos que compunham a manipulação sistemática praticada para abarcar todos os segmentos envolvidos, tanto na organização quanto na realização dos Jogos, ela é, certamente, aquela que possibilitou aos nazistas a exploração imediata e eficaz, para fins de propaganda política, de um acontecimento simultâneo no cenário político mundial: a Guerra Civil Espanhola, deflagrada algumas semanas antes da abertura oficial dos Jogos. Contudo, a meta dos nazistas era transmitir ao mundo uma idéia de evento “não-político”, regido pelo sentimento de paz entre os povos, ao mesmo tempo em que a imprensa alemã exibiu, em uma mesma página de jornal, notícias sobre a Olimpíada e sobre a Guerra Civil Espanhola como alvo de propaganda anticomunista. No jornal *Berliner Tageblatt* (“Diário Berlimense”) de 06 de agosto de 1936, por exemplo, são destacadas as seguintes manchetes na primeira página: “3ª Medalha de Ouro para Owens” (*Owens 3. Goldmedaille*) e “Sugestão de Roma: o reconhecimento de Franco” (*Vorschlag aus Rom: Anerkennung Francos*)⁵. O jornal *Der Angriff* (“O Ataque”) de 11 de agosto de 1936 também emprega a mesma estratégia ao exibir dois artigos em uma mesma página: “Política do Dia-a-Dia” (*Politik von Tag zu Tag*) e “O Führer já está em Kiel” (*Der Führer bereits in Kiel*)⁶, em que este último noticia a presença de Hitler na cidade costeira de Kiel, onde se realizaram as provas das diversas categorias de embarcações à vela. O mesmo procedimento foi adotado pelo órgão de imprensa do partido nazista, o jornal *Völkischer Beobachter* (“Observador Popular”), em cuja edição de 12 de agosto de 1936 figuram, na mesma página, as seguintes manchetes: “O décimo dia de disputa” (*Der Zehnte Kampftag*) e “19 aviões militares franceses enviados a Barcelona” (*19 französische Militärflugzeuge nach Barcelona geliefert*)⁷. Aliás, no intuito de criar o efeito de distanciamento em relação à Guerra Civil Espanhola e à questão da neutralidade ou da intervenção diante do conflito, os artigos políticos publicados pela imprensa alemã no contexto dos Jogos Olímpicos foram redigidos a partir de citações de material de agências

⁵ *Berliner Tageblatt*, n° 369, de 06 de agosto de 1936, p.1.

⁶ *Der Angriff*, n° 187, de 11 de agosto de 1936, p.7.

⁷ *Völkischer Beobachter*, n° 225, de 12 de agosto de 1936, p.1.

estrangeiras. Tal estratégia permitiu aos nazistas simularem os seus dizeres através do dizer do Outro.

Enquanto os jornais alemães fabricavam a imagem de uma Alemanha neutra, defensora da paz e da tolerância entre os povos, os bastidores revelavam uma outra história totalmente diferente: o envio maciço de armas e, mais tarde, de soldados para fortalecer as tropas do general Francisco Franco. Em 27 de julho de 1936, portanto, a uma semana da abertura dos Jogos Olímpicos, Hitler ordenou o fornecimento de material bélico solicitado por Francisco Franco, entre eles 10 aviões de transporte, 6 aviões de carga tipo *Heinkel* e 20 peças de bateria anti-aérea de 20mm (cf. Abendroth, 1978:55). Sem dúvida, o golpe fascista teria tido vida curta, caso o general Franco não tivesse contado com o apoio maciço dos nazistas. Em 2 de dezembro de 1936, tropas alemãs desembarcaram em Cádiz. A “Legião Condor”, como era denominado o contingente alemão em solo espanhol, não só ofereceu a Franco e suas tropas apoio bélico e logístico, como também participou de importantes incursões durante a guerra. O maior exemplo foi o bombardeio da cidade basca de Guernica no final de abril de 1937 por aviões da *Luftwaffe*. Pela primeira vez na História realizou-se um maciço ataque aéreo contra uma população civil indefesa (cf. Benz, 1994:92-93).

Portanto, devemos tomar como ponto de partida para a análise do discurso nazista, veiculado pela imprensa no contexto dos Jogos Olímpicos de Berlim, o quadro como um todo, ou seja, a imagem forjada da Paz olímpica e a moldura da Guerra, proporcionada pela cobertura do conflito armado na Península Ibérica.

DOIS EXEMPLOS DE ANÁLISE

A seguir, apresentaremos dois exemplos de análise do discurso nazista, tendo por base textos de artigos publicados no jornal *Völkischer Beobachter* (“Observador Popular”) no contexto dos Jogos Olímpicos de Berlim. Como tecido organizado e estruturado e como objeto de cultura cujo sentido depende do contexto sócio-

histórico, o texto é resultado de um ato de comunicação produzido por um sujeito numa situação contratual de interação social (cf. Charaudeau, 1997:136). Ao ser analisado numa visão de conjunto, o texto nos possibilita recuperar a relação entre a linguagem e o contexto histórico e cultural, ou seja, o contexto de emergência em que a enunciação, no nosso caso textual, está inserida. Neste sentido, pretendemos constatar os reflexos do Estado totalitário sobre a linguagem.

Na qualidade de documento histórico-cultural, o texto é o lugar de manifestação do discurso em que, por sua vez, os mecanismos de enunciação se estabelecem. Por meio de um dispositivo prático fundamentado na Teoria Semiolingüística, o registro do discurso nazista em forma de propaganda jornalística será analisado, a fim de recuperarmos o significado dos valores empregados com a finalidade de fabricar imagens a serem recepcionadas pelo leitor, através de estratégias de persuasão, como “verdadeiras”.

Primeiramente, examinemos o texto do artigo *So kämpfen die Soldaten des Friedens* (“Assim lutam os Soldados da Paz”), que visava à fabricação da imagem de uma Alemanha uniforme, produtiva, ordeira e, sobretudo, amante da paz:

Data de publicação: 25 de julho de 1936

Völkischer Beobachter, nº 207, edição do Norte da Alemanha, p.32.

Autoria: artigo não assinado

Paratexto:

- a) *Título:* “Assim lutam os Soldados da Paz” (*So kämpfen die Soldaten des Friedens*);
- b) *Ilustração:* foto que apresenta homens uniformizados empurrando tubos de canalização: ancoragem do texto por meio de um instrumento que se funda na crença de que seria „cópia do real“;
- c) *Legenda:* “Tubos de canalização são movidos para o local da construção” (*Kanalisationsrohre werden an die Einbaustelle*

geschafft), cujo texto também aparece em inglês, francês e espanhol.

Assim lutam os Soldados da Paz

Segundo a vontade do Führer, todo jovem alemão precisa prestar serviço à Alemanha durante meio ano na função de Soldado do Trabalho. Na Marca Oriental e na Marca Ocidental, nas montanhas e na costa, na Comarca de Brandenburgo e noutra parte no coração do Reich, por todo lado, em terra alemã, estão de prontidão 200.000 Soldados do Trabalho, de pá na mão, a fim de cultivar terreno inculto e, deste modo, em luta pacífica, conquistar terra nova para o homem alemão, para que a alimentação do povo seja assegurada.

Durante meio ano os jovens servem à Nação em um dos 1.200 Campos de Serviço do Trabalho, sem distinção de posto, encerrados apenas pela igualdade da faixa etária e do sangue, e vivenciam no Campo a grande comunidade do povo, para que, um dia, se tornem valorosos membros do povo como um todo.

Trabalhar o homem e trabalhar o solo: estas são as duas tarefas do Serviço de Trabalho do Reich. O Führer qualificou o Serviço de Trabalho como sendo a Escola da Nação. E por essa escola passa toda a juventude alemã, que carrega nos ombros o futuro do povo, e que aqui é educada para o respeito diante do camarada e do trabalho.

A jornada diária do Soldado do Trabalho pertence ao trabalho dos punhos, que agarram firme a pá, porque as condições, sob as quais eles cultivam terra nova, são pesadas. Mas cada um dos 200.000 homens sabe que sua obra é um tijolo na construção do novo Reich através do Führer. A noite pertence, então, à camaradagem em comunidade e à educação espiritual: ao aprofundamento do pensamento ideológico.

Lá fora, no Campo, o jovem alemão é moldado, mantendo-se em lealdade inabalável para com o Führer e emprestando-lhe sua força, a fim de alcançar a meta comum de sedimentar o povo alemão novamente em uma Nação, cujos fundamentos rígidos são a vontade de trabalho e a força vital. (tradução própria; destaques e grifos meus) ⁸

= termos marcados por valoração positiva
em negrito = termos oriundos do jargão militar

⁸ *So kämpfen die Soldaten des **Friedens***

*Nach dem Willen des Führers muß jeder junge Deutsche ein halbes Jahr lang als **Arbeits**dienstmann für Deutschland schaffen. In der Ostmark und in der Westmark, in den Bergen und an der See, in der Kurmark und anderswo im Herzen des Reiches, überall in deutschen Lande stehen 200.000 **Arbeits**soldaten mit dem Spaten in der Hand bereit, um Ödland zu kultivieren und so in **friedlichem** Kampfe Neuland für den deutschen Menschen zu erobern, damit die Ernährung des Volkes sichergestellt wird.*

Ein halbes Jahr lang dienen die Jungen der Nation in einem der 1.200 Arbeitsdienstlager, ohne Unterschied des Standes, zusammengeschlossen nur durch die Gleichheit des Alters und des Blutes, und erleben im Lager die große Volksgemeinschaft, auf daß sie eines Tages wertvolle Glieder des Volksganzen werden.

Arbeit am Menschen und Arbeit am Boden, das sind die beiden Aufgaben des Reichsarbeitsdienstes. Schule der Nation hat der Führer den Arbeitsdienst genannt. Und durch diese Schule geht die ganze deutsche Jugend, die die Zukunft des Volkes auf den Schultern trägt und hier zur Achtung vor dem Kameraden und der Arbeit erzogen wird.

*Der Tag des **Arbeits**soldaten gehört der Arbeit der Fäuste, die den Spaten hart anpacken, weil die Bedingungen, unter denen sie Neuland schaffen, schwer sind. Aber jeder der 200.000 Männer weiß, daß sein Werk ein Stein ist am Aufbau des neuen Reiches durch den Führer. Der Abend gehört dann der kameradschaftlichen Gemeinschaft und der geistigen Erziehung: der Vertiefung des weltanschaulichen Gedankengutes.*

Draußen im Lager wird der junge deutsche Mensch geformt, der in unerschütterlicher Treue zum Führer steht und ihm seine Kräfte leiht, das gemeinsame Ziel zu erreichen, das deutsche Volk wieder zur Nation zusammenzuschweißen, deren starke Grundpfeiler Arbeitswille und Lebenskraft sind.

Trata-se de um artigo sobre a organização governamental denominada “Serviço de Trabalho do *Reich*” (*Reichsarbeitsdienst*), criada pelo Governo nazista em 1935 nos moldes do serviço militar obrigatório, a fim de gerar novas ocupações e, com isso, fazer frente ao desemprego. Ao completar 18 anos, o jovem tinha de se apresentar ao “Serviço de Trabalho” e cumprir seis meses de serviço em campos, segundo uma estrutura militar (cf. Benz, 1994: 26). A tarefa de cultivo de terrenos, até então ermos, ganha sentido de luta. O homem, não mais como camponês, é, sobretudo, o “soldado” alemão que “conquista” espaço para a garantia da existência de seu povo. Este é um exemplo de dissimulação da política expansionista denominada *Lebensraum* (“espaço vital”), pois o substantivo “paz” (*Frieden*) no título do artigo, o adjetivo “pacífico” (*friedlich*) na expressão “em luta pacífica” (*in friedlichem Kampfe*), e o termo “trabalho” no substantivo composto “soldados do trabalho” (*Arbeitssoldaten*) criam um sentido diferente daquele usualmente empregado, caso falemos de “luta” (*Kampf*), “soldados” (*Soldaten*), “lutar” (*kämpfen*) e “conquistar” (*erobern*): a guerra. Com isso, as idéias de paz, reiteradas pelo trabalho no campo, dissimulam o significado do programa da organização “Serviço de Trabalho” (*Arbeitsdienst*) como uma das formas de militarização da sociedade alemã que garantirão a futura política de *Lebensraum*, quando não mais se conquistará, pacificamente, “terra nova” (*Neuland*) “para o homem alemão” (*für den deutschen Menschen*), mas sim se levará a guerra e o terror às terras além das fronteiras alemãs.

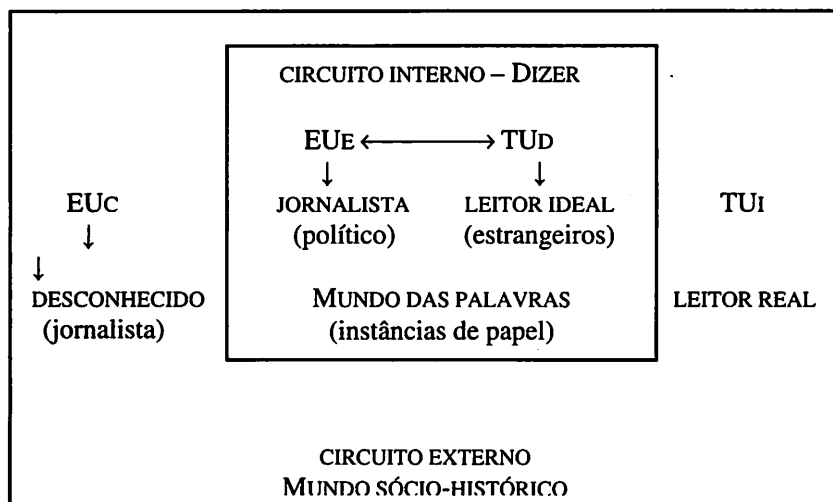
Ainda sobre o exemplo acima citado, é importante salientar que um dos mecanismos típicos, empregados pelos nazistas para mascarar suas verdadeiras intenções, é fazer com que o seu discurso reproduza, através da união de termos antagônicos ou pelo menos estranhos entre si, uma atenuação do termo neutro ou negativo através de sua valorização pelo outro termo neutro ou explicitamente positivo. Desta forma, temos, na expressão “soldados da paz” (*Soldaten des Friedens*) e no substantivo, composto em alemão, “soldados do trabalho” (*Arbeitssoldaten*), a valorização do termo “soldado” através dos termos “paz” e “trabalho”, e na expressão “em luta pacífica” (*in friedlichem Kampfe*) a valorização do termo “luta”

através do termo “pacífica”. Fundamental na implementação dessa estratégia de persuasão é o conhecimento prévio de valores meliorativos partilhados pelo leitor. Pois, do ponto de vista do conteúdo semântico, os objetos podem ter valor positivo por codificação cultural (cf. Charaudeau, 1983:144). Objetos-valor como “Paz”, “Liberdade”, “Democracia” etc. gozam de valoração universal positiva e são usados para mobilizar fatores emocionais positivos que se vinculam a eles. No nosso exemplo, os termos *Frieden* (“paz”) e *friedlich* (“pacífico”) funcionam como marcas impregnadas de sentimentos positivos provenientes de um determinado domínio de avaliação: o domínio da Ética. Aliás, como destaca Charaudeau, o domínio da Ética, formado por valores positivos, como “solidariedade”, “fidelidade”, “disciplina”, “honestidade”, “lealdade”, “responsabilidade”, “justiça”, “bondade”, etc. é uma marca constante na construção do discurso político (cf. 1992:817). Por isso, ao publicar tal artigo às vésperas da abertura oficial dos Jogos e marcar seu texto de tal modo que este incorpore o valor simbólico dos Jogos como momento de paz entre os povos – resgatado de suas origens gregas –, o articulista vincula-o ao todo, transforma-o em parte integrante da “vitrine”, composta justamente por textos cujos corredores isotópicos repetem, de maneira recorrente, o mesmo valor. Por sua vez, o não-dito, que podemos tomar como o antivalor da “Paz”, é parte do contexto: a Guerra Civil Espanhola.

Cabe, ainda, enfocarmos a questão da paratextualidade, que “diz respeito às adjacências do texto propriamente dito, sua periferia (títulos, prefácio, ilustrações, encartes, etc.)” (Maingueneau, 2000:87). O modo de organização enunciativa na construção de um texto pode cumprir a finalidade de persuasão do leitor. Para isso, o sujeito da enunciação pode se valer de vários recursos, entre outros, a estatística, fotos, legendas, etc. Ao empregar tais recursos o sujeito da enunciação constrói um aparato argumentativo no qual as legendas apenas garantem a direção de leitura, deixando as fotos falarem. Não obstante o efeito de objetividade que queira produzir, o sujeito da enunciação costuma deixar marcas no modo como constitui o texto, a fim de impor uma visão de mundo ao leitor. No

nosso exemplo, o fato da foto ser acompanhada por legenda em quatro idiomas – alemão, inglês, francês e espanhol – é um índice da construção do sujeito-destinatário, do leitor-ideal, pois, sem dúvida, o artigo tinha um endereçado em especial: o público estrangeiro.

No intuito de refletirmos sobre a fabricação da mensagem transmitida no artigo em questão, tomando por base, sobretudo, o sujeito da enunciação e as condições de produção, podemos construir o seguinte esquema a partir de categorias semiolingüísticas⁹:



Antes de refletirmos sobre a relação contratual de comunicação em questão, necessitamos salientar alguns aspectos que nos sirvam de fundamentação para nossa proposta de leitura e interpretação a partir do emprego de “ferramentas” oriundas da Teoria Semiolingüística. Primeiramente, devemos partir do pressuposto de que, como em todo ato de comunicação, a comunicação mediática coloca em relação duas instâncias: uma instância de produção e uma instância de recepção (cf. Charaudeau, 1997:81). O ato de linguagem não é

⁹ Os esquemas a seguir se baseiam em quadros de representação da relação contratual de comunicação, presentes em Charaudeau 1983:46 e 124; 1992:644; 2001:29.

apenas o resultado de um processo duplo e simétrico entre emissor e receptor. Todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito, que se realiza em um ponto de reencontro dos processos de produção e de interpretação, que é a *mis en scène* (cf. Charaudeau, 1983:46). No ato de linguagem, o sentido é resultado de uma co-intencionalidade que se estabelece entre enunciador e destinatário, e não apenas entre produtor e receptor do discurso.

A instância responsável pela produção do discurso é o sujeito-comunicante (EUc). Trata-se de um sujeito agente, exterior ao circuito interno do dizer (cf. Charaudeau, 1983:46), ou seja, ao circuito do discurso configurado. A identidade da instância de produção é, no texto em questão, desconhecida, uma vez que se trata de artigo não assinado. Todavia, no nosso modo de entender, podemos considerá-lo, para efeito de reflexões acerca do contrato de comunicação, a partir de sua função sócio-institucional, ou seja, como jornalista. De acordo com Patrick Charaudeau, o jornalista, de modo geral, desempenha basicamente dois papéis: o papel de “pesquisador-fornecedor de informação” (*chercheur-pourvoyeur d’information*) e o papel de “descriptor-comentador de informação” (*descripteur-commentateur d’information*) (1997:83). Além desses papéis, por imposição do próprio objeto que estamos analisando, nos vemos impelidos a pensar em um terceiro papel: o de “produtor de discurso persuasivo”. Para isso, partimos do pressuposto de que a própria existência de um sistema de interdição da linguagem, cujas diretrizes formais são impostas pela pré-censura, impõe ao sujeito-comunicante uma determinada finalidade: influenciar o “Outro”, o sujeito-interpretante (TUi), por meio de um ato marcado pelo fazer-crer persuasivo que atribua credibilidade à informação transmitida. Além de “sujeito assujeitado”, ou seja, de sujeito “capaz de veicular as chamadas ‘palavras de ordem’ de um determinado partido ou voz política” (Machado, 1998:112), o sujeito-comunicante, neste caso, conta com um balizador que determina não só o que pode e o que não pode ser dito, mas também de que maneira o dito deverá ser materializado. Aliás, o efeito sobre o público estrangeiro, objetivo apontado por uma “instrução de imprensa” citada anteriormente, faz com que consideremos a intencionalidade imposta à instância de

produção do discurso. Portanto, temos de ter em mente que o sujeito-comunicante (EUC) e seus desdobramentos, ou seja, o sujeito-enunciador (EUE) e o sujeito-destinatário (TUD), actantes internos da comunicação, são condicionados por tal intenção propagandística imposta pela prática da pré-censura.

Em todo contrato de comunicação, estão presentes dois circuitos de produção do saber: o circuito do discurso configurado é aquele interno em que se institui a imagem de sujeito-enunciador (EUE) e de sujeito-destinatário (TUD) de acordo com um saber que se funda na representação linguageira das práticas sociais; o circuito externo ao discurso configurado, em que são instituídas as imagens do sujeito-comunicante (EUC) e do sujeito-interpretante (TUI) de acordo com um saber que se funda no conhecimento de organização do “real” (psicossocial) que determina tais sujeitos (cf. Charaudeau, 1983:47). A seguir, devemos refletir mais precisamente sobre as estratégias empregadas na construção de uma imagem pacífica da Alemanha nazista dentro do circuito interno de comunicação, onde figuram os dois desdobramentos do sujeito-comunicante (EUC): o sujeito-enunciador (EUE) e o sujeito-destinatário (TUD), “seres do ‘mundo das palavras’” ou “seres de papel” (Machado, 2001:50-51) por se tratar de comunicação escrita. O EUE é uma instância discursiva que está sempre presente no ato de linguagem, e que diz respeito à configuração do discurso. A imagem do enunciador é construída pelo sujeito produtor do discurso (EUC). Visto a partir do processo de interpretação, o EUE corresponde a uma imagem do enunciador construída pelo TUI, ou seja, pela instância responsável pelo ato de interpretação, como hipótese sobre qual seria a intencionalidade do EUC (cf. Charaudeau, 1983:41-42). O EUE é, pois, um sujeito estratégico responsável pelo “efeito de discurso” a ser produzido sobre o sujeito-interpretante (cf. Charaudeau, 1983:45-46). No artigo em questão, o sujeito-enunciador resulta do investimento feito pelo EUC em um modo de produção de sentido que seja permeado pelo fazer-crer persuasivo, como aquele que deve descrever para o leitor as ações ou qualificações positivas dos agentes de supostas “melhorias sociais” – no caso, o combate ao desemprego por meio de criação de novos postos de trabalho, gerados de acordo com uma

estrutura militar –, estratégia característica que marca o discurso político. Ele é o executor de estratégias de credibilidade, instaurada pela produção de “efeitos de verdade”, e também de captação, na medida em que é capaz de atingir o emocional do público-alvo. Por um lado, ele se vale da “debreagem enunciativa”, estratégia comumente empregada na linguagem jornalística, para forjar distanciamento entre enunciação e discurso pela produção do discurso em 3ª pessoa, de modo que os fatos parecem narrar a si mesmos, dentro de um processo que visa criar efeitos de “realidade” e de “evidência”, independentemente da subjetividade do jornalista. Por outro lado, o âmbito da política impõe que, no repertório ativado pela comunicação, seja seguido, estrategicamente, um critério de escolha e de formulação de termos de acordo com idéias e valores supostamente partilhados pelo sujeito-interpretante (TUi). Portanto, pensar o EUE implica, automaticamente, pensar também o sujeito-destinatário (TUD), pois este último é programado a partir da noção de valores partilhados que, supostamente, garantam os resultados na construção do discurso persuasivo. O TUD é um interlocutor fabricado pelo sujeito-comunicante como destinatário ideal, adequado a seu ato de enunciação e à noção que este detenha do TUi. Mas o TUD também pode ser resultado do ato de interpretação do TUi, sendo que o TUD do sujeito-comunicante e o TUD do sujeito interpretante não coincidem em todos os pontos (cf. Charaudeau, 1983:41). No contexto dos Jogos Olímpicos, pela imposição expressa pela pré-censura, o público visado é, em primeiro lugar, o público estrangeiro. Podemos identificar o TUD a partir de índices inscritos no próprio discurso. O índice principal é, sem dúvida, o termo *Frieden* (“paz”), enunciado como valor meliorativo supostamente partilhado pelo TUi. Quanto maior for a aproximação entre TUi e TUD, maior será a eficácia do discurso persuasivo, pois significará que, ao projetar o leitor ideal, o EUC foi eficiente na escolha das estratégias de enunciação e nos valores a serem veiculados. Embora o sujeito-comunicante possa ter total domínio da construção do seu discurso, uma vez que programa cada elemento que utilizará e “investe numa configuração que lhe parece garantir os efeitos de sentido desejado” (Lysardo-Dias, 1998:23), por mais que julgue conhecer o seu interlocutor, o sujeito-comunicante não tem como se

assegurar de que a intencionalidade do seu ato comunicativo será percebida pelo interlocutor, enquanto ator social e indivíduo. O TUi não é passível de controle, pois pode contrapor-se ao dito a partir de conhecimento prévio e poder de avaliação, ao contrário do TUD, que é um mero construto actancial que diz respeito ao circuito interno do ato comunicativo. Um mesmo ato de linguagem pode ser interpretado pelo TUi de maneiras diferentes, de modo que o EUC pode ser reconhecido diferentemente. Sendo assim, um mesmo discurso poderá ser interpretado como provocativo, demagógico, de denúncia e/ou irônico por parte do TUi (cf. Charaudeau, 1983:45). Além disso, o Outro não pode ser programado com precisão, pois não conseguimos anular ou mesmo controlar a polifonia do lugar do Outro (cf. Mari, 2002:43). Porém, trabalhando com valores partilhados através de nossos “óculos sociais”, podemos obter resultados na construção de um discurso persuasivo que se fundamentaria na idéia de um leitor-modelo, que é apenas uma projeção otimizada para os sentidos de um texto.

Devemos considerar, também, que, como instrumento mediático de transmissão de discurso, o jornal está preso a certas restrições específicas. Como aponta Mari (2002:36), o jornal, enquanto instrumento padrão para reportar acontecimentos, não escapa a restrições e se constrói em um espaço de estratégias. O compromisso com a objetividade no relato dos fatos e com a sua formatação se vincula a restrições discursivas: descrever, opinar, relatar em contraste com avaliar, são padrões que visam à formatação da notícia. Além disso, trata-se de uma comunicação unilateral entre o jornalista e o leitor coletivo e anônimo. Portanto, o dispositivo jornal, como a materialidade da *mise en scène* (cf. Charaudeau, 1997:117), implica uma situação monolocutiva, ou seja, aquela em que os parceiros de um contrato de comunicação não estão presentes fisicamente um diante do outro, e que não permite a interação (cf. Charaudeau, 1992:639). No plano de expressão do discurso jornalístico, estão presentes, lado a lado, a linguagem verbal e a linguagem visual que, juntas, trabalham para criar efeitos de realidade e de referência. Certas restrições também podem ser de ordem discursiva, como, por exemplo, as variedades de gênero

(editorial, reportagem, entrevista, etc.). No nosso caso, devemos levar em conta ainda uma restrição imposta pelo controle exercido pelo Estado nazista sobre a imprensa: a pré-censura. As marcas e estratégias discursivas detectadas no artigo “Assim lutam os Soldados da Paz” demonstram que, se pensarmos o discurso jornalístico a serviço do nazismo dentro do domínio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), e sob influência dos Aparelhos Repressores de Estado (ARE) – usando as categorias althusserianas (cf. Brandão, 1994:21-22) –, devemos então considerar a instância de produção do discurso a partir da correlação existente entre o aparelho ao qual ela pertence e as estratégias empregadas no processo de se produzir “efeitos de verdade” por meio de persuasão/manipulação, subjetivamente inscrita no próprio discurso por meio de juízos de valor programados para atuar sobre o sujeito-interpretante.

Passemos, agora, ao segundo exemplo, mais precisamente, ao texto de uma mensagem oficial do então Ministro do Exterior alemão, Barão Konstantin von Neurath (1873-1956)¹⁰, endereçada, sobretudo, ao público estrangeiro:

Data de publicação: 25 de julho de 1936

Völkischer Beobachter, nº 207, edição do Norte da Alemanha, seqüência 1, p.11.

Autoria: artigo atribuído ao então Ministro do Exterior alemão, Barão (*Freiherr*) von Neurath

Paratexto: Título: “XI. Jogos Olímpicos, uma contribuição para a paz mundial” (*XI. Olympische Spiele, ein Beitrag zum Frieden der Welt*)

O Ministro do Exterior, Barão von Neurath:

XI. Jogos Olímpicos, uma contribuição para a paz mundial

¹⁰ O Barão Konstantin von Neurath esteve à frente do Ministério do Exterior entre 1932 e 1938. Durante a guerra, exerceu o posto de Protetor da Boêmia e Moravia entre 1939 e 1943. Detido após o término da guerra e condenado a 15 anos de prisão, von Neurath foi libertado em 1954, dois anos antes de sua morte.

O povo alemão e seu governo saúdam da forma mais cordial os hóspedes olímpicos de todo o mundo. Eles estão chegando a um país livre. Com alegria e orgulho podemos dar as boas vindas aos representantes esportivos do mundo.

*Quando, em 1º de agosto, a seleta juventude esportiva de cinqüenta e duas Nações se **reunir**, no Campo de Esportes do Reich em Berlim, em disputa **pacífica** pela vitória olímpica, será uma poderosa profissão de fé não só pelo esporte, mas também por uma **convivência pacífica** das Nações. Sem grandes idéias que têm o poder de **unir**, a diversidade dos interesses das Nações agem separando e isolando. No abalo dos anos do pós-guerra, na luta das Nações umas contra as outras e nas crises econômicas os povos são freqüentemente sacrificados a um isolamento psicológico que os tem separado espiritualmente, apesar de todos os progressos da facilitação técnica de **unificação**.*

*Os primeiros Jogos Olímpicos em solo alemão são apenas um símbolo de que o campo deve se abrir, de modo geral, à **convivência pacífica** e **compreensível**, acima da livre profissão de fé pela própria Nação e por sua proteção intocável.*

*O **entendimento** pressupõe respeito mútuo, conhecimento da vontade e do progresso do outro e **compreensão** para com o ser estrangeiro. Os Jogos Olímpicos estão conclamados a promover esta meta elevada, e, deste modo, a leal **ação conjunta** esportiva de cinqüenta e duas Nações deve ter também, neste sentido, um significado exemplar.*

*Os Jogos Olímpicos encontraram no povo alemão um eco que demonstra que o serviço em prol da **paz** tornou-se para o povo alemão uma questão fundamental. Dentre os representantes esportivos de todo o mundo, a Alemanha saúda os jovens mensageiros da **paz**. Que a mensagem, que eles levarão às suas respectivas pátrias, seja: o povo alemão nos acolheu*

como se fossemos seus próprios filhos; como nós, ele ama a **paz** e quer viver com todos os outros povos em **paz** e **união**.

Um sucesso dos XI. Jogos Olímpicos de Berlim, neste sentido, deve se tornar também um impulso indireto, mas por isso mesmo valioso em direção à **pacificação** do mundo, à **compreensão** e ao **entendimento** entre as Nações. (tradução própria; destaques e grifos meus) ¹¹

¹¹ Der Reichsminister des Auswärtigen Freiherr Von Neurath:

XI. Olympische Spiele, ein Beitrag zum **Frieden** der Welt

Das deutsche Volk und seine Regierung begrüßen auf das herzlichste die olympischen Gäste aus aller Welt. Sie kommen in ein freies Land. Mit Freude und Stolz kann es die sportlichen Vertreter der Welt willkommen heißen.

Wenn am 1. August die Auslese der Sportjugend von zweiundfünfzig Nationen auf dem Reichssportfeld in Berlin sich zu **friedlichem** Wettstreit um den olympischen Sieg **vereinigt**, so ist das ein gewaltiges Bekenntnis nicht nur zum Sport, sondern auch für ein **friedliches** **Gemeinschaftsleben** der Nationen. Ohne große und **verbindende** Ideen wirkt die Vielfältigkeit der Interessen der Nationen trennend und isolierend. In der Erschütterung der Nachkriegsjahre, in dem Ringen der Nationen unter- und gegeneinander und in den wirtschaftlichen Krisen sind die Völker vielfach einer psychologischen **Abschließung** zum Opfer gefallen, die sie trotz aller Fortschritte der technischen **Verbindungs**erleichterung geistig getrennt hat.

Die ersten Olympischen Spiele auf deutschem Boden sind uns ein Symbol dafür, daß über dem freien Bekenntnis zur eigenen Nation und ihrem unantastbaren Schutz das Feld zu **friedlichem** und **verständnisvollem** **Gemeinschaftsleben** sich ganz allgemein öffnen muß.

Jede **Verständigung** setzt gegenseitige Achtung, Kenntnis des Willens und Werdens des anderen und **Verständnis** für fremdes Wesen voraus. Die Olympischen Spiele sind berufen, dieses hohe Ziel zu fördern, und so soll das sportlich-faire **Zusammenwirken** von zweiundfünfzig Nationen auch in diesem Sinne vorbildliche Bedeutung haben.

Die Olympischen Spiele haben im deutschen Volk einen Widerhall gefunden, der beweist, daß der Dienst am **Frieden** dem deutschen Volke Herzenssache ist. In den sportlichen Vertretern aus aller Welt begrüßt Deutschland die jungen Botschafter des **Friedens**. Möge die Botschaft, die sie in ihre Heimat zurückbringen werden, lauten: Das deutsche Volk nahm uns an, wie seine eigenen Söhne; es liebt den **Frieden** wie wir und will mit allen anderen Völkern in **Frieden** und **Eintracht** leben. Ein Erfolg der XI. Olympischen Spiele in Berlin in diesem Sinne muß auch zu einem mittelbaren, aber um so wertvolleren Antrieb in der Richtung der **Befriedung** der Welt, des **Verständnisses** und der **Verständigung** unter den Nationen werden.

= termos marcados por valoração positiva em torno da idéia de paz

em negrito = termos marcados negativamente por sentido de desunião e de crise

em negrito = termos marcados positivamente por sentido de união e entendimento

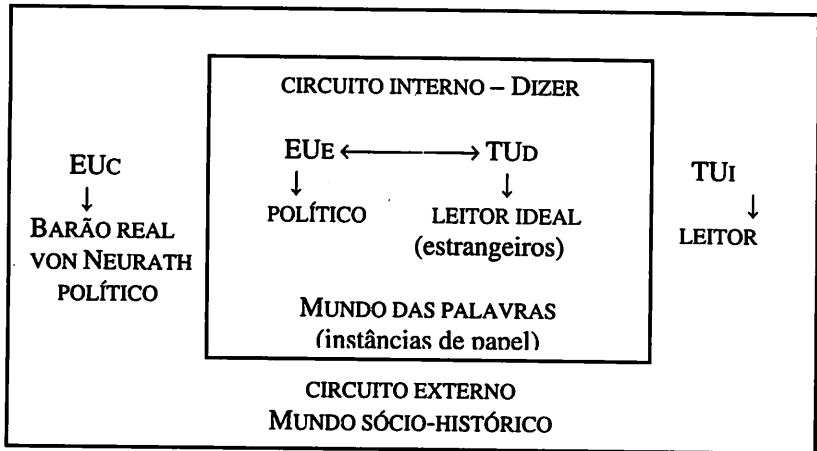
Como no artigo anterior, temos aqui a recorrência do termo *Frieden* (“paz”) que aparece duas vezes, isoladamente, e nas expressões *Frieden der Welt* (“paz mundial”/“paz do mundo”), *Dienst zum Frieden* (“serviço em prol da paz”), *Botschafter des Friedens* (“mensageiros da paz”). O adjetivo *friedlich* (“pacífico”) também aparece nas expressões *zu friedlichem Wettstreit* (“em disputa pacífica”), *ein friedliches Gemeinschaftsleben* (“uma convivência pacífica”) e *zu friedlichem und verständnisvollem Gemeinschaftsleben* (“à convivência pacífica e compreensível”).

O texto em questão também é permeado por termos que marcam um gesto de entendimento, união e confraternização, formando uma isotopia temática pela recorrência do mesmo traço semântico: *vereinigt* (“reúnem”), *verbindend* (“unindo”), *Gemeinschaftsleben* (“convivência”), *der technischen Verbindungserleichterung* (“da facilitação técnica de unificação”), *Verständigung* (2x) (“entendimento”), *Verständnis* (2x) (“compreensão”), *Zusammenwirken* (“ação conjunta”) e *Eintracht* (“união”). A essa isotopia temática são opostos outros termos que transmitem a noção de diferença e desunião: *Vielfältigkeit* (“diversidade”), *trennend* (“separando”), *isolierend* (“isolando”), *Ringen* (“luta”) e *Abschließung* (“isolamento”).

Podemos constatar pelo exemplo que a memória discursiva, referente a saberes e valores partilhados pela sociedade, é fundamental na projeção do TUd. O discurso é construído de tal forma que contrasta passado (de conflitos e desentendimentos) e presente (da “paz olímpica”), forjada no e pelo discurso. Para isso, o sujeito-comunicante lança mão de procedimentos semânticos que remetem a um consenso social, na medida em que tais procedimentos repousam

no fato de que os membros de um grupo sócio-cultural partilham determinados valores e determinados domínios de avaliação.

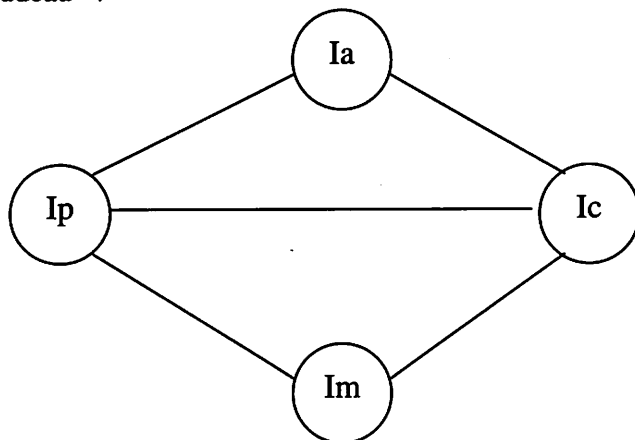
De acordo com as categorias semiolinguísticas, podemos construir o seguinte esquema:



Partindo da análise do artigo “XI. Jogos Olímpicos, uma contribuição para a paz mundial”, podemos identificar os seguintes elementos que constituem a praxeologia situacional do discurso: a) finalidade: persuasão; b) identidade: o Ministro do Exterior alemão que se dirige, em tom de pronunciamento oficial, ao público-leitor imaginado como, sobretudo, o público estrangeiro; c) propósito: destacar o caráter simbólico dos Jogos Olímpicos e, ao mesmo tempo, construir a imagem da Alemanha nazista como um país “amante da paz”; d) dispositivo: veículo de imprensa do partido nazista. Enquanto o discurso informativo diz respeito à transmissão do saber, o discurso propagandista visa seduzir ou persuadir (cf. Charaudeau, 1997:58), finalidade esta presente no texto em questão. Em relação ao critério de identidade, como aponta Charaudeau, o crédito que pode ser atribuído a uma informação depende, em parte, da “posição social” do informante, do papel que este exerce na situação de troca, de seu “valor de representatividade” (1997:51). O

Ministro do Exterior não só enuncia a partir de sua posição institucional como autoridade, como também é recepcionado como tal. Parte dos efeitos de “credibilidade” de seu discurso é produzida justamente em torno de sua identidade social enquanto “porta-voz” do poder vigente.

Também podemos refletir sobre a configuração do contrato de comunicação interpretado anteriormente, tomando por base o seguinte modelo de análise do discurso político, proposto por Charaudeau ¹²:



Ia = Instância adversária

Ip = Instância política

Ic = Instância cidadã

Im = Instância mediática

Mesmo sendo um esquema baseado na configuração política democrática dentro de um espaço interno de influência e controle, podemos, sem dúvida, tomar as quatro categorias como base para reflexões sobre uma outra configuração política, ou seja, aquela que,

¹² O modelo em questão foi apresentado por Patrick Charaudeau no Seminário Temático intitulado “Le modèle sémiolinguistique pour l’analyse du discours politique”, durante o II. Congresso Internacional sobre Análise do Discurso na FALE/UFMG, em maio de 2002.

por seu caráter totalitário, situa o adversário além das fronteiras da suposta totalidade de domínio.

A forma de pensar a instância política (Ip), a partir do texto analisado, em que figura o Ministro do Exterior do *Reich*, Barão Konstantin von Neurath, como instância de produção do discurso político, implica que também devemos pensar a instância cidadã (Id), o Outro, como um ser fora do jogo político interno. Ao levarmos em conta a finalidade de persuasão de um determinado público-alvo, ou seja, do público estrangeiro, como imposição determinada pelo órgão ministerial responsável pela pré-censura, temos em mente uma instância que, por estar fora do jogo político interno, não exerce propriamente um controle direto sobre a instância política, controle este que, aliás, não poderia ser exercido nem mesmo pelo cidadão alemão dentro dos moldes democráticos, uma vez que o Estado nazista implementou o regime totalitário de partido único – o *NSDAP* –, e colocou na ilegalidade toda e qualquer instância que se voltasse contra a sua prática política. Portanto, pensarmos a identidade da instância política nessa relação nos conduz ao fato de que, neste caso, por certas finalidades de momento – por um lado, a necessidade de legitimação do poder e, por outro, a instrumentalização de um evento esportivo de alcance mundial para fins propagandísticos – se trata de um sujeito da enunciação que constrói um discurso político como maneira de influenciar o Outro que está fora do espaço interno de influência e controle, como justificativa para a política desenvolvida, buscando assim apoio em um âmbito além das fronteiras alemãs. Por meio de idéias e da competência semântica em lidar com o sentido social das palavras – no caso, as do âmbito da Ética, de caráter universalista, desempenham um papel fundamental – passando pela instância mediática (Im), a identidade política é construída em relação à instância do Outro, o estrangeiro. A própria instância adversária (Ia), neste caso, deve ser pensada fora do jogo político interno, uma vez que o Estado totalitário havia eliminado internamente todo e qualquer foco de oposição e, com isso, a circulação de discursos concorrentes. Sendo assim, a identidade adversária, por funcionar como referência para o posicionamento da instância política, surge

aqui como uma “oposição de fora”, materializada, sobretudo, pelo discurso daqueles que, por motivo de sobrevivência e de oposição político-ideológica, tiveram de deixar o país após 30 de janeiro de 1933, e que se empenharam em denunciar no exterior os desmandos do regime nazista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos apresentado dois exemplos de prática de análise do discurso nazista, veiculado pela imprensa alemã no contexto dos Jogos Olímpicos de Berlim, gostaríamos de salientar alguns aspectos que, no nosso modo de entender, são importantes tanto para avaliarmos o papel da Análise do Discurso em estudos dessa natureza quanto para justificarmos nossa opção pela Teoria Semiolingüística como substrato teórico empregado na construção de nosso dispositivo analítico.

Primeiramente, a problemática apontada no início do presente artigo, ou seja, o questionamento da descontextualização das manifestações culturais produzidas na Alemanha durante o período nazista como primeiro estágio de um processo no qual se visa a sua reabilitação, torna clara a relevância da Análise do Discurso como disciplina que, por seu caráter interdisciplinar, nos permite recontextualizar a produção discursiva nazista, uma vez que coloca o discurso em contato com o contexto sócio-histórico de emergência e nos auxilia a responder algumas questões nada “atemporais”, como, por exemplo, quem fala, sobre o que se fala, em nome de quem ou do que se fala, para quem se fala, de que maneira e com que meios se fala, etc.

Em segundo lugar, a opção pelo emprego de “ferramentas” de análise do discurso extraídas da Teoria Semiolingüística se deu, em parte, por reconhecermos que estas se adequariam plenamente ao nosso objetivo de procurar respostas para as questões acima mencionadas e, em parte, por constatarmos que o próprio objeto de análise apresentava peculiaridades, as quais poderiam ser vislumbradas de maneira adequada por meio do emprego de

categorias semiolingüísticas. A principal dessas peculiaridades é de ordem implícita em relação aos textos aqui analisados: a pré-censura. Na medida em que sabemos, de antemão, quais foram as medidas impostas não só para interditar, mas também para moldar o dizer, devemos reorientar nosso modo de leitura de textos produzidos sob tais condições situacionais. Sem dúvida, a pré-censura foi decisiva no condicionamento do sujeito responsável pela produção do discurso (EUc) e, conseqüentemente, no modo deste investir numa determinada estratégia discursiva – o fazer-criar persuasivo (que diz respeito ao EUe) – e de projetar o leitor-modelo específico – o estrangeiro (TUD) – a partir das determinações que, no contexto dos Jogos Olímpicos, visavam à produção de efeitos propagandísticos que legitimassem o regime nazista perante a opinião pública mundial.

Justamente pelo fato de que, como aponta Ida Lúcia Machado, “os saberes partilhados, o lado sócio-cultural dos sujeitos comunicantes são bastante valorizados” (Machado, 2001:46) na Teoria Semiolingüística, reconhecemos que o substrato teórico por ela fornecido leva em conta o papel fundamental da exterioridade, ou seja, do contexto sócio-histórico na concepção dos sujeitos envolvidos em um dado ato de linguagem. Pois o sujeito-comunicante e seus desdobramentos, nos nossos exemplos, estão submetidos às regras impostas tanto pelas restrições mediáticas (imprensa escrita) como pelos procedimentos disciplinares de interdição da linguagem (pré-censura).

Por fim, como pudemos constatar, a noção dos valores partilhados é fundamental para se pensar as estratégias discursivas implementadas. Os termos meliorativos presentes nos artigos analisados – p. ex., *Frieden* e *friedlich* – revelam um julgamento de valor positivo empregado com a finalidade de construir uma imagem da Alemanha nazista como um país, cujo Estado partilharia de uma “vontade comum” de pacificação. A repetição até à exaustão de termos em torno da idéia de “paz” no contexto olímpico nada mais é que a tentativa de se abafar, justamente, as vozes daqueles que denunciavam no exterior as bases da política militarista e racista

desenvolvida pelo Estado nazista, a qual ameaçava a conformação geopolítica européia e, três anos mais tarde, conduziria a Alemanha à Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, H.-H. *Mittelsmann zwischen Franco und Hitler. Johannes Bernhardt erinnert 1936*, Marktheidenfeld: Schleuning, 1978.

BENZ, W. *Legenden, Lügen, Vorurteile. Ein Wörterbuch zur Zeitgeschichte*, 6ª ed., München: dtv, 1994.

Berliner Tageblatt, nº 369, de 06 de agosto de 1936.

BOHLEN, F. *Die XI Olympischen spiele Berlin 1936, Instrument der Innen- und Außenpropaganda und Systemsicherung des faschistischen Regimes*, Köln: Pahl-Rugenstein, 1979.

BOHRMANN, H. (Org.) *NS-Pressenanweisungen der Vorkriegszeit. Edition und Dokumentation*, vol.4/I e II: 1936, München (et al.): Saur, 1993.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*, 3ª ed., Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

CARDOSO, M./LUZ, S R: Olimpíadas 2000. As lições de Sydney para sua saúde. In: *Veja*, 13 de setembro de 2000, ano 33, nº 37, p.86-95.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem” In: MARI, H (et al.) (Orgs.). *Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas*, Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001, p.23-38.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l’expression*, Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours. Éléments du sémiolinguistique*, Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. *Le discours d’information médiatique. La construction du miroir social*, Paris: Nathan, 1997.

Der Angriff, nº 187, de 11 de agosto de 1936.

HAGEMANN, W. *Publizistik im Dritten Reich. Ein Beitrag zur Methodik der Massenführung*, Hamburg: Hansischer Gildenverlag, 1948.

HINZ, B.: NS-Kunst und 'Entartete' Kunst: Ästhetik als soziale Norm. In: HOFFMANN, H./KLOTZ, H. (Orgs.). *Die Kultur unseres Jahrhunderts 1933-1945*, Düsseldorf (et al.): Econ, 1991, p.122-137.

HOFFMANN, H. *Mythos Olympia. Autonomie und Unterwerfung von Sport und Kultur*, Berlin: Aufbau-Verlag, 1993.

KLEMPERER, V. *Os Diários de Victor Klemperer*, trad. de Irene Aron, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MACHADO, I. L. A análise do discurso e seus múltiplos sujeitos. In: MACHADO, I L (et al.) (Orgs.). *Teorias e Práticas Discursivas. Estudos em Análise do Discurso*, Belo Horizonte: Carol Borges, 1998, p.111-121.

MACHADO, I L. Uma teoria de análise do discurso: A semiolinguística. In: MARI, Hugo (et al.) (Orgs.). *Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas*, Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001, p.39-62.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*, 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MARI, H. Percepção do sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MACHADO, I. L. (et al.) (Orgs.). *Ensaio em Análise do Discurso*, Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p.31-57.

PFISTER, R: Dabei sein ist nichts. Sport in der Antike. In: LIENEN, E. (et al.) (Orgs.). *Oh!Lympha. Sport, Politik, Lust, Frust*, Berlin: Elefanten Press, 1983, p.125-128.

POLIAKOV, L. *O Mito ariano*, São Paulo: Perspectiva, 1974.

VÖLKISCHER BEOBACHTER, n° 207, edição do Norte da Alemanha, de 25 de julho de 1936.

VÖLKISCHER BEOBACHTER, n° 225, edição do Norte da Alemanha, de 12 de agosto de 1936.

20

AD QUIETEM, O EL RECHAZO DEL DEBATE

CHRISTIAN PLANTIN
UNIVERSITÉ LYON II

Este papel tiene dos componentes: en primer lugar la presentación de un juego de conceptos básicos para el estudio del diálogo argumentativo; y luego, la presentación de un caso de “rechazo del debate” (o *argumentum ad quietem*).

La primera parte empieza por una rápido esbozo del estado actual de los estudios de argumentación, con una atención particular, pero no exclusiva, a la situación francesa. Insista un poco sobre la natura de los datos utilizados en estos estudios, particularmente en la “nueva

retórica” de Perelman. Después propongo una visión de la argumentación centrada sobre la noción de contradicción discursiva. Mi objetivo principal es de mostrar que este modelo dialogal de la argumentación pone a nuestra disposición un juego de conceptos simples y robustos que tienen una grande adecuación descriptiva para el tratamiento del discurso y de la interacción argumentativa.

La segunda parte utiliza materiales extractos de un debate entre estudiantes sobre el tema de la inmigración y la nacionalidad francesa. Después de precisar el contexto político de este debate y el proyecto científico que motivó su organización, trataremos un fenómeno que ocurre generalmente antes del debate, o al principio de un debate particular. Se trata de una forma particular de la “secuencia de apertura” de los debates que consiste en un ensayo para rechazar el debate. Este movimiento argumentativo, conocido tradicionalmente como “argumentum ad quietem” es una estrategia utilizada por el locutor que se niega a discutir un problema, a tomar posición.

Este caso nos permitirá ver como funciona el modelo dialogal de la argumentación, y también de ver como se presentan en este marco, ciertos conceptos, como los topoi, o el problema de las normas argumentativas. Sobre todo, como se trata de una argumentación que se desarrolla en una situación de interacción “cara a cara”, podremos estudiar como el argumentador coordina su estrategia interactiva y su estrategia argumentativa. Globalmente, me propongo mostrar como funcionan en un caso concreto de interacción los conceptos clásicos de la argumentación, y como el estudio de la argumentación puede sacar provecho de los estudios de interacción.

SITUACIÓN DE LOS ESTUDIOS DE ARGUMENTACIÓN

EL MOMENTO IDEOLÓGICO POST-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

En Europa, los estudios de retórica y de argumentación conocieron un fuerte desarrollo durante los años de post-segunda guerra mundial. Se destacan las obras siguientes.

En alemán:

E. R. Curtius, *Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter*. 1948. [La literatura europea y la edad media latina]

Th. Viehweg, *Topik und Jurisprudenz*. 1953 [Tópica y jurisprudencia]

H. Lausberg, *Handbuch der literarischen Rhetorik*, 1960. [Manual de retórica literaria]

La obra de Curtius re-introdució el concepto de topos y fundó un nuevo campo de investigación sobre este tema, la "Toposforschung". Este concepto de topos tuvo aplicaciones en literatura, y también en el campo de la argumentación en derecho (Viehweg).

En inglés:

S. Toulmin, *The uses of argument*. 1958. [El uso de los argumentos]

O. Bird, The Re-discovery of the topics: Professor Toulmin's Inference warrant. *Mind*, 1961.

O. Bird, The tradition of the logical topics: Aristotle to Ockham. *Journal of the history of ideas*, 1962.

En francés:

Ch. Perelman & L. Olbrechts-Tyteca, *La Nouvelle rhétorique. Traité de l'argumentation*. 1958. [La nueva retórica – Tratado de la argumentación]

Todo el mundo conoce a la obra de Perelman, pero se debe mencionar también un pequeño libro de J.-M. Domenach, *La propagande politique*. 1950. [La propaganda política]. En este libro, Domenach define el acto de propaganda como un acto que visa a crear, transformar o confirmar opiniones (1950:8)]. Esta definición corespone bien a la que Perelman & Olbrecht-Tyteca dan de la

argumentación: provocar o acrecentar la adhesión de los espíritus a las tesis propuestas a su asentimiento (1958/1976:5)]. Volveremos a Domenach cuando hablaremos de los datos en argumentación.

Mi hipótesis es que este muy celebrado “re-nacimiento” apareció como un rechazo de los modos de discurso totalitaristas, nazi y stalinista. Constituye una forma de respuesta a lo que Tchakotine llama la “senso-propaganda” de los regimenes totalitarios. En los años de guerra fría, la argumentación es un elemento de la “ratio-propaganda” de los regimenes democráticos (Tchakotine 1939:152). Me parece claro que eso es fundamental para el proyecto de Perelman y Toulmin. Curtius también busca en la retórica algo como una base de la cultura europea.

EL MOMENTO DE LA LÓGICA Y DE LAS CIENCIAS HUMANAS

A esta perioda “ideologica”, sucede el momento de las ciencias humanas, que duró, a mi parecer, hasta los años 90. Este cambio de orientación, particularmente claro en Francia, se puede notar también en inglés, con la obra de Hamblin *Fallacies* [Falacias], (1971). Este libro fue al origen de la renovación del paradigma de estudio de la argumentación como critica de las falacias. Esta orientación es predominante en los trabajos de lingua inglesa sobre la argumentación, sea en el marco de su paradigma original, sea como “lógica informal”, o como “nueva dialéctica” (van Eemeren y Grootendorst).

En los años setenta, en Francia, el concepto de argumentación fue re-establecido como un concepto científico honorable por Ducrot. Paralelamente, Grize propuso un modelo de “logica natural” para servir a la investigación de los aspectos cognitivos de la argumentación. Se debe subrayar que, para Ducrot, el concepto de argumentación funciona en el marco de la semantica de la lengua, y que se debe comparar con la problemática de la gramática de texto, o de la isotopía. Sirve una perspectiva estructural de la lengua, una problemática sauseriana, totalmente ajena a las problemáticas de

análisis del discurso. La argumentación es “en la lengua”, cuando los modelos, retóricos o lógicos, de la argumentación la sitúan “en el discurso”, es decir en la habla.

Actualmente, en francés, las obras de Grize y Ducrot se destacan, y se utilizan como referencias básicas en todos los trabajos sobre la argumentación. Las dos constituyen cómo un “paradigma lingüístico-cognitivo” en el estudio de la argumentación. La obra de Perelman tiene, desde el principio de los años noventa, una gran popularidad, popularidad que no obtuvo en los años setenta. Este “come back” de Perelman es un hecho mayor de la situación actual. Su influencia es grande, en el campo de la filosofía como en el campo de la educación o del análisis del discurso político.

UN CAMPO COMPLEJO

El campo de la argumentación se caracteriza por la existencia de modelos poderosos, complejos, que fueron elaborados de manera independiente. Hay muy poca circulación o discusión entre las teorías. Por lo que conozco, nunca Perelman discutió a Toulmin o Hamblin; Ducrot considera que la nueva retórica es un campo distinto, y basta con leer algunas páginas para ver que los marcos intelectuales son completamente distintos. Una diferencia notable es Grize, y la “escuela de Neuchâtel”, que fueron lectores atentos de Perelman en los años 70. La primera justificación, dada por decisiva, es que estas teorías funcionan en “paradigmas” diferentes. A mi parecer, no hay que abusar de esta noción, como de la noción de modelo.

A la hora de la interdisciplinariedad, no debería ser totalmente imposible de proponer algunos puntos de encuentro entre estos puntos de vista, algunas articulaciones de conceptos. Si se puede tomar una analogía en un campo científico muy próximo, en el campo de la gramática, cada investigador trabaja en su propio paradigma, pero entiende lo que hacen los otros, y puede apreciar y discutir, interpretar los resultados establecidos por sus colegas.

Todos juntos pueden trabajar a las grandes grammáticas modernas, obras que necesitan la participación de muchos colaboradores.

Pero, primeramente, se debe insistir sobre el hecho que sería poco realista darse como objetivo científico básico “conciliar” estos modelos, y de proponer una “síntesis”. Vamos a tomar algunos ejemplos de problemas que parecen dividir radicalmente el campo de los estudios de la argumentación. Como primeros ejemplos podemos tomar el caso de la la conception “sencilla”, opuesta a la conception “linguística” de la argumentación, el concepto de topos y la idea que la argumentación es “en la lengua”.

Es la concepción crítica una concepción “sencilla” de la argumentación?

En inglés, la situación se caracteriza por la importancia que se da a los aspectos normativos de la argumentación, en la teoría de la fallacias. Es decir que toda la investigación es orientada por el problema de la evaluación de los argumentos. De modo que se puede contrastar una tendencia que favorece la discusión de los aspectos lingüísticos y cognitivos de la argumentación, a otra tendencia que se interesa a los aspectos racionales y críticos de la argumentación.

El rechazo de la concepción “sencilla” [naïve] de la argumentación por Ducrot, que sin duda es la que se utiliza más corrientemente en el ámbito norte-americano. Para discutir de esta “sencillez”, se debe tomar cuenta de algunos hechos.

- el discurso ordinario puede expresar argumentaciones perfectamente válidas: Hay cuarenta sillas y cincuenta personas, luego concluyo que faltan diez sillas. Inmediatamente intervienen opciones: debemos comprar las sillas que faltan, tomarlas prestadas? or sentarnos sobre las mesas ? El problema es él de la heterogeneidad de las formas de argumentación.
- la argumentación bien puede ser una mera ilusión. Es lo que expresan magníficamente las conclusiones parádójicas de

Gorgias, sobre la realidad, el conocimiento y la comunicación. Pero, el hecho que queda es que los hombres argumentan. Es un hecho de antropología lingüística, que se puede describir.

Hay topos y topos

Curtius define a los topos como enunciados estereotipizados, formulas que dan motivo a amplificación, o recetas de composición textual. Perelman utiliza el concepto equivalente de “tipo de argumento”; ambos usos refieren a la definición aristoteliana del concepto. Por otra parte, Ducrot los re-define como una relación gradual entre predicados.

¿Donde esta la argumentación, y cómo hallarla?

De otra parte, la idea que la argumentación es “en” la lengua puede recibir diversas interpretaciones.

- En primer lugar, se debe notar que nada puede ser mas ajeno a la retórica clásica que esta afirmación que la argumentación es en la lengua.
- en el sentido de Ducrot, decir que la argumentación es “en la lengua es decir que la “significación” de un enunciado es la conclusión que “sirve” ; la relación argumento - conclusión es una relación semántica. El conjunto de los dos forman un “bloque semántico”.
- en el sentido de Grize: cada enunciado argumenta, porque cada enunciado propone al interlocutor una esquematización que enfoca de cierta manera la realidad, presentándola bajo un cierta “luz”. Todas las operaciones de construcción del enunciado (construcción de la referencia, de la predicación, etc...) tienen valor argumentativo en este sentido.
- también, se podría defender la tesis que, de un stricto punto de vista clásico, la argumentación es “en la lengua”: los dos tipos de argumentos “ad rem” son los argumentos de tipo asociativo (metonímia) y los argumentos de tipo analógico.

Esto corresponde a los dos ejes del enuague, el eje del sintagma y el eje del paradigma.

▪ en un sentido general, si se considera la definición de la argumentación utilizada por Perelman (“provocar, aumentar... la adhesión de los espíritus a las tesis”), cada enunciado puede ser considerado como una tesis, y el simple hecho de pronunciarlo en condiciones normales le asegura una cierta creencia de la parte del interlocutor. Cada enunciado que entiendo cambia la representación que tengo del medio ambiente, cambia mis creencias, lo que es la definición que da Perelman de la argumentación.

Éste no necesita la adhesión a la tesis de Ducrot : según Ducrot, la significación de “Pedro ha llegado” es el sistema de predicatos ligados al predicato “llegar”. Lo que digo es que la teoría informacional también puede interpretarse como una teoría generalizada de la argumentación.

LOS DATOS

Datos monológicos para las teorías de la enunciación

La “lógica natural” trabaja con datos que pueden ser citas de textos clásicos, de diarios, etc. Grize utiliza también datos contruidos para ilustrar tal o tal punto de la teoría. En la teoría de la argumentación en la lengua, los datos son mayormente del mismo tipo, con la diferencia mayor que aparecen sistemáticamente enunciados “agramáticos”. También se analizan autores clásicos, como Pascal, Montesquieu, La Fontaine — todos maestros de retórica clásica, es decir, de la argumentación en el discurso. Estos datos tienen una característica esencial, es que son monológicos, y convienen a un proyecto teórico centrado sobre los problemas de la enunciación.

No hay interacción con el auditorio universal [auditoire universel]

El tratado de Perelman y Olbrechts-Tyteca evoca datos mixtos, orales o escritos, pero utiliza, de hecho, datos construidos o citas de textos escritos. En el *Tratado*, Perelman y Olbrechts-Tyteca toman como referencia ideal o imaginaria, la situación retórica clásica, la del orador frente a su auditorio. De otro lado, estos autores afirman que

Nous montrerons d'ailleurs que les mêmes techniques d'argumentation se retrouvent à tous les niveaux, à celui de la discussion autour d'une table familiale, comme à celui du débat dans un milieu très spécialisé.
(1958/1976:10)

Así, la retórica neo-clásica parece tomar por su base una situación de interacción cara a cara. Pero es bien conocido que el *Tratado* da un sentido muy especial al concepto de “auditorio”: este concepto engloba no solo a los oyentes, la gente presente, sino a su proyección universal, lo llamado “auditorio universal”

Nous n'avons pas de raison de limiter notre étude à la présentation d'une argumentation par la parole et de limiter à une foule réunie sur une place le genre d'auditoire auquel on s'adresse. (1958/1976:9)

En los años 50 la voz humana podía alcanzar mucho mas lejos que una muchedumbre reunida en una plaza, pero hay claramente aquí una imagen remanente del auditorio antiguo. Perelman limita la voz a su dimensión natural — nunca habla de radio. Conocemos la razón por la cual Perelman necesita este concepto de auditorio universal, es para establecer un vínculo entre el concepto de auditorio y el concepto de racionalidad. Y por eso, el escrito parece ser un medium mejor que la palabra; no se puede explicitar aquí este punto.

Los ejemplos del *Tratado* provienen de una gran variedad de discursos, ciencias humanas, derecho, filosofía, política (1958/1976:8). De hecho, no se trata simplemente de una tendencia, de una preferencia para datos textuales-monológicos, pero de una exclusión: ningún ejemplo proviene de la “mesa familiar” o de debates orales “en medios muy especializados”. El auditorio universal es un auditorio de lectores, no de oyentes o de participantes a un círculo conversacional, familiar o especializado. No se puede reprochar a Perelman de no ser Goffman. Pero una consecuencia de esta focalización sobre el escrito, es que el *Tratado* excluye de su esfera de investigación “el ritmo del habla o la acción oratoria”, [le] débit ou [l']action oratoire” (1958/1976:8)], es decir, más allá de la voz y del gesto, toda la atmósfera sui generis del encuentro retórico específico. De este punto de vista, la nueva retórica representa una regresión sobre la retórica antigua, si se refiere a las páginas que *La institución oratoria* consagra al gesto y al discurso hablado.

En el *Tratado* Perelman se focaliza sobre las “técnicas discursivas”; hemos señalado el libro de Domenach sobre la propaganda. Para Domenach, la propaganda es un hecho semiótico complejo, en lo cual intervienen imágenes, música, sollicitaciones físicas. Domenach se sitúa, en los años 50, en una perspectiva comunicacional compleja, en la cual intervienen instituciones promoviendo informaciones, difusión de los conocimientos y también un “derecho de respuesta” (1950:123-125).

Para la nueva retórica, los datos hablados parecen sufrir de una inadecuación filosófica inherente, que proviene de sus vínculos con una situación concreta. Perelman busca la racionalidad como algo antagonista a las realidades pragmáticas de la habla. El logos no tiene nada que ver con el ethos de los individuos, ni con el pathos generado en una interacción. Aquí hay un verdadero problema. El sub-título del *Tratado* es “*La nueva retórica*”: pero el *Tratado* dice prácticamente nada de dos problemas esenciales para toda análisis de los datos fundamentales de la argumentación retórica, que son datos discursivos: el problema del ethos y el problema de las emociones (si los dos deben ser discutidos separadamente). Las emociones no son

discutidas, sea de un punto de vista aristoteliano, es decir el de la estimulación estratégica de las emociones de los oyentes; sea del punto de vista de la retórica literaria, en lo cual se pone el enfoque sobre la expresión de las emociones del hablante. Eso me parece ser una limitación mayor del *Tratado*, mucho más significativo que tal o tal problema con las definiciones de los tipos de argumentos.

Sin embargo, la ficción de un encuentro retórico específico, cara a cara con los oyentes, es siempre evocada por la nueva retórica, como la confrontación de un individuo a un grupo que se trata de convencer en una situación auténtica. Esta mitología fundadora de la nueva retórica proclama una forma de prioridad de los datos orales, y, de hecho, se trata exclusivamente de datos escritos. La interacción — incluido la interacción retórica — es el “fantasma en la máquina” de la Nueva Retórica. Si se añade la consecuencia lógica que el *Tratado* dice muy pocas cosas sobre las emociones, se ve que se podría defender la tesis que es una forma severamente “restringida” de retórica.

Mi conclusión es que, a pesar de evocaciones de discursos hablado, es otro modelo enunciativo, y no interactivo de la argumentación. No quiero decir que lo que se refiere al diálogo es “bien” y lo que se refiere a la enunciación es “mal”, lo que sería claramente absurdo. Lo que digo es que el modelo de Perelman se presenta como una “retórica” que hace gran caso del “auditorio”, pero no es de ningún modo un modelo del diálogo, ni aún del diálogo a estructura de intercambio limitada, como lo son los monólogos de estrado.

ESTRATEGÍA DE INVESTIGACIÓN

Globalmente, la situación actual de los estudios de argumentación nos hace correr un riesgo, el de una “instrumentalización” de estas investigaciones. Lo que se observa en las tesis de doctorado por ejemplo, es que se recurre a un concepto teórico por comodidad, sin considerar su pertenencia a un campo teórico preciso, algo como un “bandillaje conceptual”. Tomando aquí el análisis de los conectores,

allá un principio cognitivo, un esquema argumentativo, et mas allá un concepto r torico “bien sonante” y que describe bien un fen meno local. Pues,  por qué no?

Parece prudente de tomar por basis las definiciones las mas largamente admitidas, y ver como se pueden modificar, o enriquecer. Un modelo basado sobre la noción de conflicto entre puntos de vista incompatibles puede funcionar como una basis integrativa interesante. Mi estrategia de investigación es de tomar este punto de vista como basis de una lectura de las diversas orientaciones de investigación en el campo.

EL MODELO DIALOGAL: AL PRINCIPIO, LA CONTRADICCIÓN

DEFINICIONES

Para la logica natural, argumentar es construir una esquematización, y proponerla al interlocutor. Para la teoría de la argumentation en la lengua, argumentar es hablar, es decir, dar al interlocutor unos indices, instrucciones, una basis sobre la cual se va inferir una conclusión, que es la significación de lo dicho. Para el modelo dialogal, argumentar es defender un punto de vista confrontándose con de un contradictor, en un contexto discursivo complejo, caracterizado por la presencia (lejana o próxima) de “terceros”, que no saben, que no han ya tomado posición, y de “oponentes”, que defienden otros puntos de vista.

El hecho fundamental es la contradicción, las diferencias de opiniones, de puntos de vistas, o de intereses. Para argumentar hay que tener una alternativa, algo que escoger, una pluralidad de opciones. Este hecho tiene una interpretación politica, pero claro que no solamente politica : generalmente,tengo opciones tambien sobre lo que voy a comprar al mercado, donde voy a pasar las vacaciones, etc.

La confrontación de puntos de vista provoca la emergencia de un problema, de una cuestión, que se puede materializar como una pregunta. Esta cuestión organiza el campo de las intervenciones y define el espacio argumentativo. Globalmente, todos los acontecimientos semióticos que ocurren en esta situación tienen un valor argumentativo.

Se debe hacer una distinción entre los actores y los actantes de la argumentación. Los actores son las personas reales, los "sujetos hablantes", los participantes a un intercambio específico. Los actantes son los roles abstractos, los locutores abstractos, coordinados con los puntos de vista. Un actor puede cambiar de papel argumentativo, por cualquier motivo (conversión, etc.). Esta noción es ligada con la noción de "script argumentativo"; presupone que los discursos tienen una perennidad más grande que los individuos que les hablan.

La argumentación tiene una dimensión objectal (de que se trata?), una dimensión interactiva (¿quién duda?, ¿quién habla como yo?, ¿quién habla en contra de yo?) y una dimensión lingüística que enroba a lo todo. Este problema nos da una primera visión sobre el problema de los tipos de argumentos. El hecho argumentativo es algo muy complejo, que tiene su unidad de la intención global (el problema) que organiza el campo del intercambio.

La situación argumentativa es un hecho de orden antropológico. No se puede concibir un grupo sin contradicciones, internas o externas. La determinación de las diversas maneras de hacer con las oposiciones es un hecho empírico, según las circunstancias, según la cultura del grupo. Se deben distinguir tipos y grados de argumentatividad. Las situaciones argumentativas típicas son la discusión, el debate, y también el consejo. Hay por cierto una sobre evaluación del debate, puede ser sobre la influencia de los medios de comunicación. El debate es por cierto más espectacular que el consejo, más "caldo", con emociones más aparentes que el consejo, con sus hesitaciones y sus secretos

Este modelo no presupone que en tales situaciones hay necesariamente de la agresividad. No se trata de una visión "polémica" de la argumentación. Se puede discutir con si mismo, cambiar de opinion. Pero si que hay un conjunto de afectos, emociones, específicas (ligadas) a una situación donde se ponen en juego valores, intereses, y la imagen de si mismo. La inquietud es la emoción argumentativa fundamental

REFERENCIAS DE ESTA VISIÓN DE LA ARGUMENTACIÓN

Hay un excelente acuerdo de los antiguos y de los modernos sobre la definición de la argumentación como un conjunto de comportamientos verbales y para-verbales que intervienen cuando hay una confrontación hic et nunc de puntos de vistas.

A la época moderna, la oposición de puntos de vista es tomada como basis de la "nueva dialéctica" de van Eemeren y Grootendorst. En el campo del estudio de los "Discourse markers", Schiffrin situa, de un modo general, la argumentación en el marco de la interaccion de puntos de vista:

Thus, arguments seems to be a mode of discourse which is neither purely monologic nor dialogic. [...] [I have defined argument as] discourse through which speakers support disputable positions. (D. Schiffrin, Discourse markers p. 17-18)

Las orientaciones argumentativas son dadas por el problema a partir de lo cual divergen los puntos de vista. Esta función de estructuración de la pregunta (stasis, quæstio) para el intercambio argumentativo subsecuente es una constante de la reflexión sobre la argumentación. En la *Retórica a Herennius*, la *quæstio* (o "estado de causa") es definida

por el punto esencial de la riposta del defensor y por la acusación del adversario [*Constitutio est prima deprecatio defensoris cum accusatoris insimulatione coniuncta. (De ratione dicendi ad C. Herennium, I-18)*]

La misma idea se halla en Quintiliano

Sólo cuando las partes dejaban de estar de acuerdo surgía el punto de debate, “la quaestio”. [*Vbi primum coeperat non conuenire, quaestio oriebatur* (Quintilien, *Institution oratoire*, París: Les Belles-Lettres, 1975. VII, 1, 6)]

NOTAS

Interacción

La idea de interacción más adecuada para la análisis de la argumentación se define como sigue: “Hay interacción cuando se trata de una situación en la cual hay una posibilidad de intercambiar los papeles comunicativos”, es decir cuando hay posibilidades de retroacción por los mismos canales comunicativos. La consecuencia es que la interacción no se limita a la interacción cara a cara. En la situación cara a cara, todos los canales de comunicación están abiertos. En situaciones de comunicación con computadoras, los participantes no pueden verse, no pueden tocarse, pero pueden intercambiar “en tiempo real”. Es un modo de comunicación perfectamente interactivo. Usualmente, se dice que la argumentación es, básicamente, una actividad verbal; cuando se trata de interacción argumentativa cara a cara, se debería precisar que es una actividad que utiliza todos los canales de comunicación. En todos estos casos, la argumentación puede ser una actividad pluri-semiótica.

Análisis del discurso, enunciación, interacción

La teoría de las interacciones hace parte del “análisis del discurso”. La idea básica es que hay una organización de la palabra, con aspectos estructurales y funcionales. La argumentación se juega “entre” el trabajo enunciativo y el trabajo interactivo. Los datos pertinentes para el análisis de la argumentación son datos heterogéneos, como lo veremos en el estudio de caso.

CONDICIONES DE DISPUTABILIDAD

Una falacia de “rechazo del debate”?

En su “nueva dialectica” van Eemeren y Grootendorst consideran que

Regla 1. Los participantes no deben hacer oposición a la expresión y a la contestación de los puntos de vista.

La misma posición es expresada en Stuart Mill, *On Liberty*. La estrategia “¡dejanos en paz!”, que se opone a la expresión como a la contestación de los puntos de vista, constituye ciertamente una violación de esta regla.

Aristoteles sostiene explícitamente lo contrario, y considera como legítimo la rechazo de ciertos debates:

Il ne faut pas, du reste, examiner toute thèse ni tout problème: c'est seulement au cas où la difficulté est proposée par des gens en quête d'arguments, et non pas quand c'est un châtiment qu'elle requiert, ou quand il suffit d'ouvrir les yeux. Ceux qui, par exemple, se posent la question de savoir s'il faut ou non honorer les dieux et aimer ses parents n'ont besoin que d'une bonne correction, et ceux qui se demandent si la neige est blanche ou non, n'ont qu'à regarder. (Topiques, I, 11. Trad. nouvelle et notes par J. Tricot, Paris: Vrin, 1984)

Perelman et Olbrechts-Tyteca no consideran los problemas que se pueden excluir, sino las personas:

Il y a des êtres avec lesquels tout contact peut sembler superflu ou peu désirable. Il y a des êtres auxquels on ne se soucie pas d'adresser la parole; il y en a aussi avec qui on ne veut pas discuter, mais auxquels on se contente d'ordonner (op. cit., p. 20)

La discusión es la del problema de las “condiciones de disputabilidad” de un problema. Eso es un ejemplo claro del problema de diferenciar entre un argumento y una falacia.

LA ESTRATEGIA “¡ DEJÁME EN PAZ!”

La estrategia “¡ dejáme en paz!” (*ad quietem*) es un “topos de apertura del debate”, cuya intención es de rechazar un problema, negándose a participar al debate: “las cosas están ya arregladas, no tienen urgencia, toda la gente (menos de ti) es de acuerdo sobre este punto...”. De un punto de vista normativo, esta actitud constituye lo que Bentham llama una “fallacy of delay” (*The Book of Fallacies*), es decir una maniobra sofisticada utilizada para rechazar una discusión legítima. A la discusión sobre un problema es sustituido una meta-discusión sobre esta discusión. Bentham nos representa la situación así:

I. Fallacies of delay

The subject-matter of which is Delay in various shapes; and the object, to postpone Discussion, with a view of eluding it.
Ch. I. The Quietist, or “No complaint” argument — (*ad quietem*)

Exposition. — A new law or measure being proposed in the character of a remedy for some incontestable abuse or evil, an

objection is frequently started, to the following effect : “The measure is unnecessary; nobody complains of disorder[...]

II. Fallacy of false consolation — (ad quietem)

Exposition. — A measure having for its object the removal of some abuse [...] — this argument consists in pointing to the general conditions of the people in this or that other country, under the notion, that in that other country, either in the particular respect in question, or upon the whole, the condition of the people is not so felicitous as, notwithstanding the abuse, it is in the country in and for which the measure of reform is proposed.

“What is the matter with you? “What would you have ? Look at these people there, and there: think how much better off *you* are than *they* are [...]”

III. Procrastinator's argument — (ad socordiam) “Wait a little, this is not the time”

IV. Snail's pace argument — (ad socordiam) — “One thing at a time! Not too fast ! Slow and sure!”

V. Fallacy of artful diversion — (ad verecundiam)

Estas maniobras no son “topoi” en el sentido básico (aristoteliano). Se trata mas bien de técnicas de manipulación “stasicas”, es decir que efectuan un trabajo de desplazamiento, re-posicionamiento de la cuestión (“el adversario no tiene las cualificaciones necesarias para debatir, el lugar o el público no son adecuado...). Todas estas estrategias, en las cuales Bentham no ve sino “fallacies”, (maniobras sofisticas), constuyen de hecho un punto básico que es el establecimiento de las “condiciones de disputabilidad” de un problema, que son condiciones pragmáticas. Se trata de negociar el “contrato de comunicación”, o las condiciones preparatorias de la argumentación: los acuerdos basicos pueden ser dados o forma parte del problema. La presentación de Bentham no invoca formas lógicas, sino discursos que constituyen “condensados” de argumentación:

“The measure is unnecessary; nobody complains of disorder”

“What is the matter with you? “What would you have? Look at these people there, and there: think how much better off *you* are than *they* are [...]”

“Wait a little, this is not the time”

“One thing at a time ! Not too fast ! Slow and sure!”

Aquí, argumentar no tiene nada que ver con “inventar”. Se trata de escoger, tomar una de estas formas, actualizarla, reformularla, amplificarla por derivaciones. El trabajo argumentativo es ligado enteramente a la elocución. Los topoi se acercan a los “clichés” discursivos.

DOS FORMAS DE RECHAZO DEL DEBATE

Tomar un papel argumentativo

Las confrontaciones tienen varios modos de aparición y de resolución. Se puede oponer dos clases de antagonismos, los que surgen y desaparecen o se resuelven en la conversación; los que subsisten durante posiblemente siglos. En el caso del debate sobre la inmigración, se trata de un debate del segundo tipo, que forma parte del debate político permanente en Francia.

En este segundo caso, se plantea un problema específico: ¿cómo atraer a los hablantes sobre una cuestión? Típicamente, se trata aquí de los tercero, y también de los que no participan. Se puede considerar que hay una forma de violencia, algo como la imposición de un problema a gente por los cuales el problema no tiene importancia, a gente que no le gusta discutir de esto, o discutir de esto ahora, o discutir de esto ahora con tal o tal persona, o en el salón de clase... Se puede también considerar que es una tarea educativa discutir precisamente sobre tales asuntos. En los dos casos, podemos

distinguir dos formas mayores de rechazo del debate, *ad rem* y *ad personam*.

La forma de rechazo del tema (o rechazo ad rem): no quiero discutir de esto.

Es la forma de rechazo utilizada por los estudiantes.

La forma de rechazo del interlocutor (o rechazo ad personam): no quiero discutir contigo.

Una nota de actualidad (9 de Mayo 2002): al primer turno de las elecciones presidenciales en Francia, el candidato socialista, Lionel Jospin llegó tercero, detras de Jacques Chirac y del candidato de extrema derecha, Jean-Marie Le Pen. Como la constitución francesa prevee que solamente dos candidatos pueden presentarse al segundo turno de las elecciones, resulta que se afrontaron el domingo pasado Jacques Chirac y Jean-Marie Le Pen. Toda la izquierda hubo que votar para Jacques Chirac, el candidato de la derecha republicana, contra Jean-Marie Le Pen, candidato de la extrema derecha.

Normalmente, entre los dos turnos de las elecciones, hay un gran debate a la televisión, que es el momento de confrontación pública entre los programas de los candidates. La costumbre (la doxa, lo que da forma a las esperas de la gente) es que un tal debate se debe tener. Le Pen aspiraba a este debate, pero Chirac se negó a discutir con él. Lo que nos interesa son precisamente situaciones de este tipo, es decir, las estrategias que preceden el debate, los argumentos que se pueden traer a favor o en contra del debate. Chirac justificó su rechazo del debate diciendo:

nunca hizo compromisos con el Frente Nacional

nunca he hablado con ellos, no voy a empezar ahora

nosotros tenemos nada en común con Le Pen (*el debate supone una b asis de acuerdo*)

no hay nada que negociar (*este argumento insiste también sobre el acuerdo: eso es un caso reformatage / re-definición de una polémica en una negociación*).

Le Pen contestó diciendo:

Este rechazo de discutir conmigo es una exclusión de la gente que ha votado para mí

Chiras sabe que le voy a pedir a propósito de su problemas con la justicia

Chirac huye, es un cobarde, ha perduto la honra

El caso que nos va a ocupar es el caso “no quiero discutir de éste tema”.

PRESENTACIÓN DEL CASO

El caso que me sirve de apoyo es un debate en salón de clase, en lo cual los estudiantes discutan, y algunas veces se oponen, sobre el problema de la nacionalidad francesa y de la inmigración.

EL CONTEXTO POLÍTICO DEL DEBATE

La discusión se desarrolló sobre un segundo plano de actualidad política bastante “candente”. La izquierda llegó al poder en Francia con las elecciones legislativas de 1997. Esto creó la situación de “cohabitación”, entre el Presidente Jacques Chirac, de derecha, elegido en 1995, de derecha, y su primero ministro, Lionel Jospin. Esta situación se acabó en Mayo 2002.

En su programa electoral de 1997, la izquierda socialista había tomado el compromiso de revisar a las leyes sobre la inmigración y la nacionalidad francesa, conocidas como “las leyes Pasqua” (del nombre del ministro del Interior, de derecha, que fué al origen de estas leyes). Unos de los primeros actos del gobierno Jospin fue de revisar a estas leyes, lo que se hizo al final del año 97.

Más allá de estas circunstancias particulares, este problema tiene claramente implicaciones sociales, históricas, políticas importantísimas, que recapitula un informe muy completo de Patrick Weil “Estudio de las leyes sobre la nacionalidad y la inmigración”. El debate que estudiamos se sitúa en este ambiente política, cuando se discutaba el nuevo proyecto de ley en el Parlamento.

EL PROYECTO CIENTÍFICO

En este contexto, decidimos, con el grupo de investigación de Pierre Fiala y Simone Bonnafous, de organizar una investigación que, después de algunas negociaciones, fue llamada “La argumentación en el espacio público contemporáneo – el caso del debate sobre la inmigración”.

El objetivo científico era empezar una investigación sobre el problema de los grandes corpus heterogéneos. Del punto de vista metodológico, el problema era — y es aún — el de una confrontación de dos métodos de análisis, el método lexicométrico, que funciona sobre grandes corpus de textos escritos, y los métodos de análisis utilizados por los corpus de datos de habla en interacción.

Es claro que un debate político como el debate sobre la inmigración se compone de una infinitud de debates que ocurren en lugares y en formas muy diferentes. Es una situación idealmente heterogénea, y nos parece que esta situación es totalmente común, en el caso del discurso político. Nuestra primera tarea fue la constitución de un corpus de datos variados, proveniente de:

- artículos “inmigración” de la encyclopaedia universalis, con sus suplementos, desde los años 70;
- debates en el parlamento;
- extracto de prensa algeriana y marroquí;
- debates a la televisión y a la radio;
- debates espontáneos en un negocio de diarios;
- debates entre militantes de izquierda;

- forum sobre el internet, etc;
- y también nos pareció interesante de organizar algo para ver lo que decían nuestros estudiantes, y eso es la tárea que me fue atribuida; es de este sub-corpus “Estudiantes” que provienen los extractos que vamos a utilizar.

No se puede presentar los resultados de esta investigación aquí; hay un informe que presenta por lo menos un estado de esta investigación, sobre la cual seguimos trabajando. Lo que se puede decir globalmente es que trabajar sobre tales corpus heterogéneos, abre problemas y perspectivas muy interesantes, del punto de vista técnico, como del punto de vista strictemente científico.

Otra precisión: llamo “corpus” un conjunto de datos lingüísticos reunidos, mas o menos sistemáticamente, en función de una problemática definida. Aquí la unidad es una unidad temática (la de una “cuestión argumentativa”), y también es función de nuestros objetivos de investigación.

Un corpus se compone de “sub-corpus”; por ejemplo, el “sub-corpus” “Estudiantes” se compone de dos interacciones de clase, de una duración de hora y media cada uno. Tenemos la jerarquía:

Corpus → Sub-corpus → interacción → secuencias → sub-secuencias (extractas de la interacción)

FORMA DE LA INTERACCIÓN

La interacción tuvo lugar el 15 de diciembre 1997, en un curso “Práctica del oral y del escrito” (segundo año de Ciencias del lenguaje). En este curso se practican normalmente debates sobre temas variados. Los participantes son: los estudiantes, la profesora, un investigador (que interviene al principio del curso, para dar informaciones sobre la investigación y se calla después). La duración del debate es de una hora y media. Los modelos retóricos, o cuadros participativos, dominantes son de dos tipos:

- un cuadro participativo de tipo escolar, con una repartición de los roles participativos correspondiente a los roles tradicionales profesor / estudiante, o experto / profano.
- - un cuadro participativo de tipo debate televisado, sin duda el modelo predominante: una animadora, (la profesora), algunos participantes de primer plano, un locutor que se destaca, y un público espectador.

REFERENCIAS DE LA INTERACCIÓN

Collector: Ch. Grangette, Ch. Plantin

Transcriptores: Ch. Grangette, Ch. Plantin

Contacto: plantin@univ-lyon2.fr

Proyecto de investigación: *L'argumentation dans l'espace politique contemporain: le cas du débat sur l'immigration*

Documentos: Desmarchelier, D. & Doury, M. (coord.), 2001, *L'argumentation dans l'espace politique contemporain: le cas du débat sur l'immigration*. Rapport de recherche.

DOS RECHAZOS AD REM

Los dos extractos que siguen son transcripciones de la grabación. Son llamados “*El gobierno actualmente tiene otras prioridades*” y “*No se asume lo que se ha empezado*”, que son expresiones llaves que los caracterizan.

CONVENCIONES DE TRANSCRIPCIÓN

Esta transcripción es focalizada sobre los datos verbales. Transcripción “en pentágrama” musical.

Una línea por hablante.

Cada línea corresponde a un fragmento de la portada musical.

Los fragmentos del pentagrama son separados por una línea blanca en la transcripción.

Cuando un solo locutor habla durante varios fragmentos/líneas, se economiza la línea blanca del interlocutor (mudo).

↓	intonación de tipo conclusivo
↑	intonación de tipo interrogativo
—	signala una palabra o un grupo sintáctico no acabado (repetición, auto-rectificación, corrección de palabra, cambio de construcción sintáctica...)
(.)	pausa breve
(x)	pausa de duración “x” segundos
[...]	pasaje inaudible
[•]	al principio o al final de un extracto, señala que el principio resp. el final del turno de habla ha sido cortado.

NOTA SOBRE LA TRADUCCIÓN

(fr) hein: es una sollicitación de ratificación; es traducido por “no↑”
 El (esp) no traduce también (fr) non interrogativo, que es una partícula interrogativa, que sollicita una contestación explícita.

PRIMERO CASO: “*EL GOBIERNO ACTUALMENTE TIENE OTRAS PRIORIDADES*”

Este pasaje dura 1’10”; empieza a 3’30” y acaba a 4’40.

Pro	pues, os quedáis mudos silenciosos↑ nada habéis retenido nada aquí adentro↑ (.) nada ha llamado su atención↑ (.) cuales son los puntos vamos a empezar a hacer la lista pues podéis darlos si↑
Lu	ya hay dos puntos de vista de hecho fin
Pra	hay dos puntos de vista habéis visto que había si↑

Lu	dos partidos	
	que se oponen los que quieren euh como la petición de todos los artistas cineastas etcétera que quieren que: la que l'in- fin el que el código de nacionalidad sea illimitado↓ sea para toda la gente y que que todos los sin— todos los sin papeles sean regularizados↓ luego euh: sin limite↓	
Pra	hum hum	hm hm
Lu	y el segundo punto de vista es los que dicen	
	que se necesita— para que haya un derecho de las personas se necesita que haya: un derecho de estado↓ luego se necesita que haya justamente límites↓ y que: y también fin generalmente estas personas son las que dicen que el gobierno actualmente tiene otras prioridades que son más importantes y que no estaba: [no necesario de volver sobre esto↓ (.)	
Para	[de acuerdo	
	de acuerdo↓ pues relacionas ésto a qué:— hay dos debates aqui adentro no↑ habéis visto bien que había el debate sobre la nacionalidad	

Adoptamos un visión funcional; se trata de precisar cuales son las funciones de los enunciados, lo que supone una interpretación, en término de acto, de lo que hacen los protagonistas. Es una definición del sentido de estas palabras: el sentido es el acto. El principio general es que, con un mismo enunciado se puede hacer simultaneamente una variedad de cosas. Aqui se trata de ver lo que se hace del punto de vista del diálogo argumentativo.

Del punto de vista de la interacción, en esta secuencia, la profesora intenta abrir la discusión con una serie de tres “preguntas de clase”, destinadas a verificar los conocimientos de los estudiantes. El ritual se desarrolla normalmente:

- pregunta de clase.
- pedida non verbal de tomar la palabra.
- autorización de tomar la palabra.

- respuesta.
- ratificación de la respuesta.
- enunciación argumentativa en interacción: intervención amplia, regulada por la profesora, a una articulación esencial.
- ratificación finale: “de acuerdo”.

La análisis argumentativa de la intervención se puede resumir en el siguiente cuadro.

Transcripción analítica:

<p>ya hay dos puntos de vista de hecho fin [...] dos partidos que se oponen</p> <p>los que quieren euh como la petición de todos los artistas cineastas etcétera</p> <p>que quieren que: la que l'in- fin el que el código de nacionalidad sea illimitado sea para toda la gente y que que todos los sin— todos los sin papeles sean regularizados luego euh: sin limite↓</p> <p>[...]</p> <p>y el segundo punto de vista es los que dicen que se necesita— para que haya un derecho de las personas se necesita que haya: un derecho de estado luego se necesita que haya justamente límites↓ y que:</p> <p>y también fin generalmente estas personas son las que dicen que el gobierno actualmente tiene otras prioridades que son más importantes y que no estaba: no necesario de volver sobre ésto (.) (4,10)</p>	<p><i>•Debate: la nacionalidad</i></p> <p>Enunciado organisator</p> <p>Grupo 1, composición</p> <p>Relato de la posición P1 con orientación arg. al rechazo de esta posición</p> <p>[REGULACIÓN POR LA PRA.] Relato de la posición P2 (por un grupo 2, anónimo) con orientación arg. al rechazo de esta posición</p> <p><i>•Debate sobre el debate</i> rechazo del debate por G2 (prioridad, oportunidad)</p>
--	---

En el debate sobre la inmigración, es dudoso que hay una “doxa” clara; pero hay una base común, un estado de la legislación, y el que intenta cambiarlo (por una propuesta) debe asumir la carga de la prueba; toma el papel de proponente. La locutora relata las dos posiciones, que constituyen el cuadro de la argumentación reportada, o narrada. Se puede argumentar en un relato, no se trata de “tipos” de actividades lingüísticas exclusivas. El relato de la propuesta contiene “rasgos argumentativos” que la orientan hasta el rechazo de esta proposición (NB: lo que es una cuestión diferente del rechazo del debate en general). De un modo general, las proposiciones de alto grado de intensidad son más fáciles de refutar que las proposiciones calificadas, restrictas. Aquí, los 4 rasgos de intensidad hacen parecer a los proponentes como extremistas. El relato de la posición es orientado al rechazo de esta posición. El contraste es completo con la moderación, el buen sentido, atribuidos a la otra parte en el relato de la segunda posición, asimilado a los locutores de la doxa. El rechazo del debate ocurre después, en una forma típica “*el gobierno actualmente tiene otras prioridades*” (cf. Bentham supra), amplificado por una repetición (“*que son más importantes*”), y una conclusión/reformulación (“*no estaba: no necesario de volver sobre esto*”). Se debe subrayar la perfecta coordinación de los dos actos argumentativos: relato de las posiciones que se enfrentan, con una orientación negativa dada al relato de la propuesta por una parte; y por otra parte, rechazo del debate.

SEGUNDO CASO: “*NO SE ASUME LO QUE SE HA EMPEZADO*”

Pra	podemos empezarlo [nb: el debate] así no□ luego hay dos punto vista sobre— han visto bien dos puntos de vista sobre: estas regla inmigración luego quién quiere tomar la palabra sobre esto↑ hoy qui darles la palabra [...] sus compañeros discutir entre ustedes pues a ver (9s) Laurent no↑
Lau	ni siquiera entiendo aún
	el tema del debate
Pra	no has entendido
	es decir↑
Lau	pues no↓ no sé↓ no veo realmente

sobre qué hablamos

Pra no ves sobre qué hablamos ah bueno
la lectura del texto no te ha euh:

Lau no francamente↑ no

Pra no francamente sabes de lo que— de lo que
se discute en este momento en el parlamento↑

Lau sí de las leyes
sobre la inmigración

Pra sí↓ es únicamente de
las leyes sobre la inmigración↑

Lau ahá sobre la nacionalidad

Pra los dos no↑ hay dos debates sobre este punto no↑ las
leyes sobre la identidad francesa y además también las leyes
sobre la inmigración y mi- y nuestro debate trataba
de eso↓ y por qué no ves que hay debate↑

Lau por que por que de algún modo también hay
algo que me molesta por que por que de todas
maneras euh la nacionalidad francesa no se discute
hay condiciones en la que
se debe dar y condiciones en la que no se
debe dar

Pra podríamos tal vez discutir de eso por que
parece que no todo el mundo está de acuerdo

Lau pues por eso
eso es [?] me molesta

Pra eso es no↑ entonces sobre la identidad
francesa dices que hay condiciones no↑
condiciones en las cuales se la debe dar y también
condiciones

Lau no pero tengo la impresión de
que no se asume lo que se ha empezado de hecho hubo
todo un todo un asunto histórico detrás de eso euh
en una época se necesitó
mano de obra etcétera se trajo a muchísima gente
luego hubo guerras y cosas así
euh se recibió a mucha gente etcétera
lo que me parece completamente normal y a partir del
momento en que hemos empezado eso lo asumimos hasta el final
y no veo por qué ahora se— se trata de
saber si hace falta o no darles la nacionalidad

	o si:— de todas maneras si es muy claro pues a partir del momento en que se les ha pedido venir y bueno se les da la nacionalidad se les da la identidad se les da todo pues↑
Pra	se les da todo de acuerdo luego estarías por una apertura a la vez sobre el código de la nacionalidad eso es□ y sobre la inmigración también↑
Lau	ah pero yo sí estoy por una apertura pero bueno no una apertura— no tampoco abusos a la inversa pues tampoco hacer entrar finalmente abrirlo todo etcétera pero quiero decir que a partir del momento en que hemos empezado algo todos aquellos— todos aquellos que hemos hecho venir etcétera no hay ninguna razón para no otorgarles la nacionalidad francesa
Pra	de acuerdo tú estarías por euh como ustedes saben el debate de la nacionalidad francesa habrán notado que gira entorno de dos principios de los cuales se habla mucho y que seguramente ustedes han encontrado en los textos porque se hace alusión a ellos el derecho
Céc	del suelo
Pra	y el derecho no el derecho del
	el derecho de escoger pues
Pra	suelo y el derecho de sangre pues jus soli y jus sanguinis pues sobre esto (.) han visto este debate en el— lo que esto significa.

La segunda secuencia deja aparecer una estructuración en dos sub-secuencias.

- En la primera, se trata de un “*ad quietem* en acción”, en lo cual la denegación a participar al debate se manifiesta por un actitud de bloqueo de la interacción.
- En la segunda, “*ad quietem* en palabras”, el mismo locutor desarrolla una “meta-argumentación”, dirigida contra el debate.

Este conjunto constituye un ejemplo claro de coordinación de las actividades enunciativas y interactivas en la argumentación.

ARGUMENTAR CONTRA EL DEBATE: "LOS DAMOS TODO"

Empezamos por la segunda sub-secuencia, que es claramente (es decir, verbalmente) argumentativa.

Transcripción analítica:

<p>PRA— eso es no↑ entonces sobre la identidad francesa dices que hay condiciones no↑ condiciones en las cuales se la debe dar y también condiciones</p> <p>Lau — no pero tengo la impresión de que <u>no se asume lo que se ha empezado</u></p> <p>de hecho hubo todo un todo un asunto histórico detrás de eso euh en una época se necesitó mano de obra etcétera se trajo a muchísima gente luego hubo guerras y cosas así euh se recibió a mucha gente etcétera lo que me parece completamente normal</p> <p><u>y a partir del momento en que hemos empezado eso lo asumimos hasta el final</u></p> <p>y no veo por qué ahora se— se trata de saber si hace falta o no darles la nacionalidad o si:—</p> <p>de todas maneras si es muy claro</p> <p>pues <u>a partir del momento en que se les ha pedido venir y bueno se les da la nacionalidad se les da la identidad se les da todo pues</u></p>	<p>topos (deóntico) de forma negativa: reproche- principio violado, contradicción <i>uno debe asumir lo que ha empezado</i> (conclusión + argumento)</p> <p>Proposición syntética, organizador</p> <p>Sub-@ 1</p> <p>Sub-@ 2</p> <p>evaluación (toma en carga)</p> <p>topos especificado</p> <p>posición(2): rechazo del debate</p> <p>modalizador</p> <p>conect, arg especificado</p> <p>conclusión especificada = posición-1</p>
---	--

Esta “toma de palabra en interacción” articula, de un modo verdaderamente admirable, el recurso a un topos, la presentación de hechos preparados para su integración en el topos (particularmente por la estructura agentiva de los enunciados sub-argumentos): aquí, la argumentación no es diferente de la concretización amplificación del topos. Luego, el rechazo del debate (“*o veo por qué ahora se— se trata de saber si hace falta o no darles la nacionalidad o si:—*”) se justifica de manera totalmente diferente del caso precedente: es la conclusión (“*se les da todo*”) que se presenta como incontestable: luego, no hay lugar para un debate.

NO COLLABORAR AL DEBATE: “*NO HE ENTENDIDO*”

Consideramos ahora el contexto anterior de esta toma de palabra.

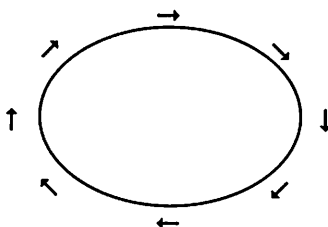
Transcripción analítica:

<p>Para — podemos empezarlo [nb: el debate] así no↑ luego hay dos puntos de vista sobre— han visto bien dos puntos de vista sobre: estas reglas de inmigración luego quién quiere tomar la palabra sobre esto↑ hoy quisiera darles la palabra [...] sus compañeros discutir entre ustedes pues a ver (9s) Pedro no↑</p>	<p>solicitud</p>
<p>Ped — ni siquiera entiendo aún el tema del debate↓</p>	<p>apodioxis – rechazo</p>
<p>Pra — no has entendido es decir↑</p>	<p>repetición, pedida de expansion</p>
<p>Ped — pues no↓ no sé↓ no veo realmente sobre qué hablamos</p>	<p>reformulación del @</p>
<p>Pra — no ves sobre qué hablamos ah bueno la lectura del texto no te ha euh: ↑</p>	<p>repetición, pedida de confirmación</p>
<p>Ped — no francamente↓ no</p>	<p>confirmación</p>

Pra — no francamente ↓ sabes de lo que — de lo que se discute en este momento en el parlamento ↑	repetición, reformulación de la solicitud
Ped — sí de las leyes sobre la inmigración	contesta (información mínima)
Pra — sí ↓ es únicamente de las leyes sobre la inmigración ↑	validación + petición de complemento
Ped — ahá sobre la nacionalidad	aportación del complemento
Pra — los dos no ↑ hay dos debates sobre este punto no ↑ las leyes sobre la identidad francesa y además también las leyes sobre la inmigración y mi- y nuestro debate trataba de eso ↓ y por qué no ves que hay debate ↑	ratificación reconstrucción de la contesta pedida anteriormente repetición de la pregunta
Ped — por que por que de algún modo también hay algo que me molesta por que — por que de todas maneras euh la nacionalidad francesa no se discute hay condiciones en la que se debe dar y condiciones en la que no se debe dar	enunciado de emoción; @ para rechazar el debate posición
Pra - podríamos tal vez discutir de eso por que parece que no todo el mundo está de acuerdo	solicitud
Ped — pues por eso eso es [?] me molesta	enunciado de emoción ; @

La profesora emite una solicitud en dirección del grupo. Esta solicitud esta seguida de una larga pausa, que manifiesta su fracaso. La segunda solicitud esta dirigida a un alumno, que llamaremos Pedro. Habitualmente, Pedro es un “animador” de la clase, que se expresa sin problema (como se le demostrara ampliamente en la continuación de la interacción).

El segundo turno de habla constituye una justificación de su silencio, de su negativa a tomar la palabra: *“ni siquiera entiendo aún el tema del debate”*. Este argumento *“ni siquiera entiendo”* es una forma de apodioxis. Es una estrategia que podemos trasladar al francés como *“le coup du mépris”*: lo que dices es débil o absurdo. Es un modo general de destruir un discurso declarándolo como aquí *“incomprensible”*. Esta réplica abre la secuencia de *“zurcido y reanudación didáctica”*. La interacción tiene la forma siguiente; el círculo esquematiza el trabajo común de reconstrucción de la repuesta a la primera pregunta de la profesora:



Todo el comportamiento interactivo de Pedro manifiesta su rechazo de la discusión, de un modo perfectamente coordinado a lo que va a argumentar en la secuencia siguiente. Argumentar en interacción supone formas de coordinación entre lo dicho y el comportamiento interactivo. Lo que se podría interpretar como una manifestación de ignorancia es un verdadero comportamiento argumentativo. La conclusión es que es en actividad argumentativa que da su coherencia a estas dos sub-secuencias. Una manifiesta el rechazo *“en actos”*, y la otra *“en palabras”*.

Se debe notar el cambio de estatuto de la expresión de Pedro *“ni siquiera entiendo”*. Hace unos cuarenta años, un alumno *“normal”* no podía decir *“no he entendido”* sin riesgo no solamente de *“perder la cara”* sino también de exponerse a una réplica como *“Si no has entendido, tienes un cero; sale de la clase, vas a trabajar a la fábrica”*.

La reacción de la profesora es completamente diferente. La relación de clase es “re-definida” como un diálogo singular profesor-Pedro, que pone los otros alumnos “fuera del juego”. Parece que si las cosas no son entendidas, es que no fueron explicadas bastante bien, es decir que el profesor no hizo bien su trabajo. El eje de autoridad profesor-alumno es invertido: de una manifestación de vergüenza de la parte del alumno se ha convertida en una casi-acusación, que amenaza al profesor, et le pone en dificultad. Esta hipótesis sería a verificar en el marco de una investigación sobre una “historia de la palabra en interacción”, de la cual formaría parte una “historia de las estrategias argumentativas”, otro apartado, muy poco investigado, del campo de la argumentación.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS: ver “El rechazo del debate”

ARISTOTE, *Rhétorique*. Trad. par M. Dufour. Paris: Les Belles-Lettres, 1932.

ARISTOTE, Top./B = Topiques. Texte établi et traduit par J. Brunschwig. Paris: Les Belles-Lettres, 1967.

BENTHAM J., 1962, *The boof of fallacies*. In *The works of Jeremy Bentham*, published under the superintendance of his executor John Bowring. New York: Russell & Russell, 1962. Vol. 2. Originally printed in 1824.

BIRD, O., 1961, The Re-discovery of the topics: Professor Toulmin's Inference warrant. *Mind*, 70, p. 76-96.

BIRD, O., 1962, The tradition of the logical topics: Aristotle to Ockham. *Journal of the history of ideas*, 2, 3, p. 307-323.

BITZER, L. F., <1968>, 1974, “The Rhetorical situation”. In Walter R. Fisher, (éd.), *Rhetoric: A tradition in transition*. 247-260.

CASAGRANDE C., Vecchio S., 1991, *Les péchés de la langue. Discipline et éthique de la parole dans la culture médiévale*. Préface de J. Le Goff. Traduit de l'italien [*I peccati della lingua*] par Ph. Baillet. Paris : Le Cerf.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU D., 2002, *Dictionnaire d'Analyse du Discours*, Paris: Le Seuil.

- CURTIUS E. R., 1948, *Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter*. Bern: A. Francke.
- DOMENACH J. M. 1950 *La propagande politique*. Paris: PUF (“Que sais-je?”)
- DOUAY-SOUBLIN F. 1992 “La rhétorique en France au XIXe siècle à travers ses pratiques et ses institutions: restauration, renaissance, remise en cause”, in Fumaroli M. (éd.), 1999, *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne 1450-1950*. Paris: PUF. 1071-1213
- DUCROT O., 1972, *Dire et ne pas dire. Principes de sémantique linguistique*. Paris: Hermann.
- DUCROT O., 1973, “Les échelles argumentatives”, in *La Preuve et le dire*. Tours: Mame, 225-285. [= *Les échelles argumentatives*, Paris: Minuit].
- DUCROT O., 1984, *Le dire et le dit*, Paris: Minuit.
- Ducrot O., 1988 : *Polifonia y argumentacion*. Universidad del Valle: Cali.
- EEMEREN F. van, Grootendorst, R., Snoeck Henkemans & al. 1996, *Fundamentals of argumentation theory*. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum
- GRIZE J.-B. 1982, *De la logique à l'argumentation*. Genève: Droz.
- GRIZE J.-B. 1990, *Logique et langage*. Gap: Ophrys.
- HAMBLIN, C. L., 1970, *Fallacies*. Londres: Methuen.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C., 1990-94: *Les interactions verbales t.I.* Paris: A. Colin. T. 2, 1992; t.3, 1994.
- LAUSBERG, H., 1960, *Handbuch der literarischen Rhetorik*. Munich: Max Hueber.
- LE GUERN M. 1993, “Tropes et figures chez Bernard Lamy”, *Verbum* 1-2-3, 15-21
- PERELMAN, C., & L. OLBRECHTS-TYTECA, 1958/1976: *Traité de l'argumentation - La Nouvelle rhétorique*, 3e éd., Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles.
- PLANTIN Ch., 1999, *La argumentacion. Escritos*, Université de Puebla, Mexique.
- PLANTIN Ch., 2002, “Les topoï comme discours pivots”, in E. Eggs (ed.) *Topoi, discours, arguments (Beihefte der Zeitschrift für französische Sprache und Literatur, ZFSL)*. F. Steiner Verlag.

PLANTIN Ch., Doury M. & V. Traverso, *Les émotions dans les interactions*, Lyon: PUL (ouvrage avec cédérom)

PLANTIN, C., 1998 "Les raisons des émotions", in M. Bondi, éd., *Forms of argumentative discourse / Per un'analisi linguistica dell'argomentare*, Bologne.

QUINTILIEN, Institution oratoire. Texte établi et traduit par J. Cousin. Paris: Les Belles-Lettres, 1975.

SCHIFFRIN D., 1987, *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press.

TCHAKOTINE S. 1939, *Le viol des foules par la propagande politique*. Paris: Gallimard

TOULMIN, S. E., 1958, *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press.

TRAVERSO, V., 1999, *L'analyse des conversations*, Paris: Nathan.

VIEHWEG Th, *Topik und Jurisprudenz*. 1953

21

ESTEREÓTIPO E REPRESENTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

DYLIA LYSARDO-DIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

O termo estereótipo é, geralmente, associado à reprodução do convencional, pressupondo falta de originalidade e repetição. Essa carga negativa que lhe é atribuída é responsável pelo preconceito que cerca tal noção.

Entretanto, se considerarmos que toda ação comunicativa se apóia em um fundo cultural comum, sob pena de não se efetivar enquanto

processo interlocutivo, constataremos que o estereótipo não pode ser reduzido a uma visão deformada de algum elemento da realidade cultural. Isso quer dizer que, em termos de interação verbal, ele faz parte de um código partilhado imprescindível para a intercompreensão entre os sujeitos interlocutores.

No caso específico do texto jornalístico, o estereótipo encontra-se inserido em uma operação discursiva na qual a novidade que funda a constituição da notícia depende de uma base conceitual já conhecida, base conceitual a partir da qual a notícia será assimilada e integrada aos saberes do sujeito-leitor. Dessa maneira, o estereótipo tem uma dimensão fundadora já que ele é acionado no intuito de consolidar uma nova informação cuja percepção passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento de saberes anteriormente estabelecidos.

Nessa perspectiva, é nosso objetivo analisar como a notícia incorpora o estereótipo na sua composição textual e quais os efeitos de sentido dessa incorporação. Nossa abordagem prioriza a dimensão discursiva desse movimento intertextual uma vez que concebemos a linguagem como uma atividade sócio-interativa.

Em um primeiro momento, pretendemos retomar o conceito de estereótipo no sentido de evidenciar sua natureza sócio-cognitiva. Em seguida, situaremos o processo de produção da notícia no intuito de mapear os princípios aos quais o texto jornalístico encontra-se submetido para, então, procedermos à análise da funcionalidade do estereótipo no texto jornalístico.

A NOÇÃO DE ESTEREÓTIPO

Na sua origem, o termo *estereótipo* designava a placa gravada sobre o metal para a impressão de imagens e textos por meio de prensa tipográfica. O processo de estereotipia (ou clichagem) representava um novo meio de reprodução em massa, inventado para substituir a composição através de caracteres móveis. Segundo Amossy e Pierrot (1997), a idéia de fixidez presente no sentido tipográfico do termo

está na origem da sua acepção pejorativa vigente, pois essa fixidez foi relacionada à imobilidade e estagnação.

Entretanto, Lippmann introduz o termo no âmbito das ciências sociais para denominar o esquema ou a fórmula fixa através da qual o indivíduo apreende o real. Nesse sentido, o termo adquire uma outra dimensão, pois, segundo Lippmann, essas imagens pré-estabelecidas são indispensáveis à vida em sociedade porque elas funcionam como uma espécie de filtro através do qual a realidade é percebida.

Essa reorientação do conceito de estereótipo não impede que no âmbito da psicologia social ele seja concebido como uma categorização e generalização simplificada do real, ou seja, que ele seja visto como uma imagem redutora da realidade e prejudicial para as relações entre os indivíduos. É com esse sentido negativo que o estereótipo será projetado pelas teorias que tratam do conflito social, sendo apontado como fonte dos preconceitos -sobretudo o preconceito étnico - e da discriminação da qual são vítimas alguns grupos sociais.

Mas no que se refere aos estudos sobre a linguagem, a perspectiva de compreensão do estereótipo volta-se para o seu papel na produção do discurso e sua funcionalidade na composição textual. Mais que uma questão estilística ou estética, a mobilização de estereótipos revela que nem tudo é “originalmente” construído na enunciação: ela envolve a retomada de certos pressupostos socialmente instituídos.

Dessa maneira, desloca-se o eixo de percepção do estereótipo, pois ele é inserido em uma problemática discursiva na qual se considera os efeitos de sentido dos saberes coletivamente partilhados. Sob essa ótica, os estereótipos verbais são definidos como a expressão material de alguma *representação coletiva*¹. Para usar os termos propostos por Sperber (1996), diríamos que o estereótipo verbal é uma representação pública cristalizada resultante de um processo

¹ Adotamos, nessa pesquisa, o conceito de representação proposto por Sperber (1996).

maior de convencionalização de idéias. Isso quer dizer que ele não é apenas uma ocorrência formal, uma “expressão fixa”: ele tem uma natureza social e cognitiva já que, ao mesmo tempo em que ele é fruto de uma crença coletiva, ele mobiliza a percepção de um sujeito-indivíduo. Nesse sentido, a materialidade lingüística revela uma percepção social relativamente estável.

A PRODUÇÃO DA NOTÍCIA E O TEXTO JORNALÍSTICO

Sem negar os imperativos econômicos e sociais aos quais a mídia impressa informativa encontra-se subordinada, nossa perspectiva de análise situa tal mídia no âmbito de um espaço discursivo organizado em torno da produção e da circulação de um conhecimento de supostos interesse e desconhecimento da instância de recepção visada.

A notícia é uma informação midiática produzida através da re-elaboração de um acontecimento social. Segundo Charaudeau (1997), ela é o resultado de um *processo de transação* no qual um fenômeno exterior à linguagem, anteriormente captado como significativo no plano social, é transformado em acontecimento midiático. Trata-se, pois, de uma (re)construção de um fato ou estado de coisas pertencentes ao mundo fenomenal mas projetado na sua dimensão histórico-cultural.

Isso significa que os dispositivos midiáticos produzem a notícia enquanto informação oriunda de uma dada percepção da realidade, ainda que os acontecimentos relatados nas notícias sejam, não raras vezes, de ordem textual, como, por exemplo, uma declaração, uma conversação telefônica, um discurso ou uma acusação, dentre outros. Assim sendo, o texto de cunho jornalístico é a materialidade de uma configuração languageira orientada por uma intencionalidade específica: produzir uma informação que satisfaça, simultaneamente, a um ideal de atualidade, excepcionalidade e legibilidade.

O ideal de atualidade corresponde ao próprio grau de informatividade da notícia, pois seu interesse reside justamente no que de novo ela pode acrescentar aos conhecimentos anteriores da instância de recepção. Como a notícia busca inserir-se em um desejo de atualização, ela deve aportar um dado “novo” aos dados anteriormente conhecidos.

O ideal de excepcionalidade refere-se ao impacto que pode ser conferido a um acontecimento pela surpresa ou pela imprevisibilidade que ele representa em um dado contexto. Nesse caso, está em jogo a instabilidade ou a ruptura da ordem social atribuída ao fato relatado.

O ideal de legibilidade corresponde à acessibilidade da notícia em termos de assimilação e compreensão pelo público alvo, já que a mídia visa o maior número possível de sujeitos destinatários. Para tanto, a informação jornalística lança mão de diferentes estratégias a fim de favorecer a recepção e, conseqüentemente, assegurar uma audiência elevada.

Portanto, é no sentido de viabilizar a efetivação dos princípios acima descritos que o texto jornalístico utiliza os mais diversos procedimentos, articulando diferentes códigos semiológicos aos quais serão combinados os recursos técnicos e tecnológicos disponíveis. Sob esse aspecto, os estereótipos buscam não apenas atrair o leitor pela familiaridade que instauram, mas buscam também direcionar sua percepção e interpretação no sentido visado pela instância enunciativa da notícia.

CONVENCIONALIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO

Consideremos a notícia [01]

FILHO DE PEIXE

Apresentador de um programa na Band Vale-filiada da emissora no Vale da Paraíba, interior de São Paulo - Marcelo Camargo, filho de Hebe, entregou o projeto de uma nova atração, em rede nacional, para a direção da Band. (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22/12/1999).

O enunciado-título “Filho de peixe” é parte do provérbio “*Filho de peixe, peixinho é*”. O provérbio é tão marcadamente um estereótipo que citar apenas um dos segmentos que o compõe já é suficiente para evocar o conceito que ele denomina na sua integralidade. Aliás, os enunciados proverbiais são uma representação coletiva cristalizada: tanto a materialidade verbal quanto o conceito que ela difunde são partilhados por um grupo social. Portanto, a expressão “*filho de peixe*” remete à inevitável relação de hereditariedade instituída e, ao mesmo tempo, cristalizada pela formulação “*Filho de peixe, peixinho é*”.

Logo, a convencionalização que funda o estereótipo é mais acentuada no provérbio; por isso este último é mais facilmente reconhecido como tal e estabelece uma familiaridade entre os parceiros de uma interlocução. Dessa forma, revela-se a funcionalidade comunicacional do estereótipo já que ele cria uma relação de identificação entre sujeitos interlocutores que se reconhecem como membros de uma coletividade por partilharem certas representações.

No caso específico da notícia, essa convencionalização vai ao encontro de uma característica essencial da informação midiática: a objetividade e a “economia” já que os estereótipos representam um saber amplamente difundido e conhecido.

Mas o estereótipo tem também um apelo sedutor: em meio a tantas notícias que são veiculadas em uma página de jornal, cada uma delas deve apresentar-se como singular em algum sentido para que, destacando-se das demais, atraia a atenção e seja efetivamente objeto de leitura. A utilização de imagens já conhecidas é uma estratégia

para diferenciar uma notícia da outra, buscando captar o interesse dos leitores através daquilo que, de alguma forma, apresenta-se como conhecido.

A utilização de tais imagens no título não é aleatória: como uma das funções do título é sintetizar de maneira atrativa o conteúdo informacional da notícia, o título-provérbio (ou título-segmento do provérbio) justifica-se por ser não apenas uma fórmula sintética mas por indicar de forma breve e sucinta o universo temático ao qual a notícia encontra-se associada.

Por outro lado, se a notícia está comprometida com a surpresa ou a imprevisibilidade, o estereótipo representa o domínio do senso comum, o saber social que estabelece um universo de concordância. Assim, mobilizar uma representação coletivamente partilhada significa fornecer um domínio de referências potencialmente capaz de instaurar um ponto de acordo entre os sujeitos interlocutores. Trata-se de um consenso social que favorece a interação entre os sujeitos e que estabelece uma predisposição favorável para o entendimento entre eles.

Mas o saber convencional que atrai é também uma referência externa à notícia que assegura a assimilação do novo que a notícia representa. Isso quer dizer que a convencionalidade tão estreita entre estrutura formal e conteúdo referencial do provérbio incide igualmente na legibilidade do texto jornalístico: como as representações estereotipadas são facilmente reconhecidas, elas favorecem o acesso ao desconhecido via identificação do já assimilado, o que indica a dimensão cognitiva que lhes é inerente. Sendo um esquema já cristalizado, elas se revelam uma significação previamente acessível, ou seja, o saber adquirido a partir do qual novos saberes serão elaborados. Portanto, a novidade que a notícia relata é precedida pela evocação de um saber já aceito, saber este que funciona como a “base” para a construção de novos saberes.

À GUIA DE CONCLUSÕES

O estereótipo funciona como um código cultural que, no caso específico do texto jornalístico, modela a representação do público leitor que se vê, de alguma forma, inscrito em um discurso centrado na construção do novo/novidade. Assim, ele estabelece uma relação entre o sujeito-jornalista e o sujeito-leitor pois sendo, pela própria natureza, um saber partilhado, o estereótipo instaura uma interatividade entre tais sujeitos.

No caso específico do provérbio, estereótipo por excelência, há ainda o aspecto tradicional que funda essa representação coletiva, pois ele remete ao passado imemorial, ao conhecimento que é fruto do saber acumulado de várias gerações. Esse valor de “verdade histórica” lhe confere o status de saber coletivo, logo inquestionável.

Assim sendo, a notícia projeta uma competência cultural para seus sujeitos leitores, que são convocados a retomar representações coletivas próprias da sua comunidade para ter acesso a novos saberes. Tais sujeitos leitores são idealizados como indivíduos que, sendo membro de um grupo social, partilham um universo de representações coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. e PIERROT, A. H. *Stéréotype et clichés: langue, discours, société*. Paris: Nathan, 1997.

AMOSSY, R. *Stéréotypie et argumentation. Le stéréotype: crise et transformations*. Caen, p.47-61, 1994.

CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*. Paris: Nathan, 1997.

SPERBER, D. *La contagion des idées*. Paris: Odile Jacob, 1996.

ÍNDICE ONOMASTICO

A

ALVAREZ: 286
AMOSSY & PIERROT: 390
ARENDDT: 283
ASTON: 194, 204,
AUSTIN: 118, 119

B

BAKHTIN: 34, 35, 55, 74, 129
BANDEIRA: 95
BANGE: 85
BÁRCENA: 282
BARTHES: 20, 44, 53
BENVENISTE: 36, 38, 39, 53,
59
BENZ: 329, 333
BERRENDONNER: 95, 310
BOURDIEU: 283
BRANDÃO: 41, 340
BRASSAC: 181, 205
BRETÉCHER: 90
BRONCKART: 68, 74, 91, 136,
181, 188, 197, 204,

C

CABRERA: 249
CAMPOS: 231
CANDIDO: 57
CARDOSO-LUZ: 317
CENTANINO: 256, 257
CHABROL: 301
CHANCÉ: 31
CHARAUDEAU: 34, 43, 44, 45,
65, 66, 67, 69, 71, 86, 87, 91, 92,
93, 98, 243, 251, 254, 268, 269,
272, 274, 276, 329, 333, 334,
335, 336, 337, 338, 339, 344, 392
CHAUÍ: 52
CHOMSKY: 42

COIRIER: 68
CORNELSEN: 315
COURA-SOBRINHO: 267
COURTINE: 121

D

DACONTI: 95
DAHLET: 35,
DAVIDSON: 103, 104, 105
DE ANDRADE: 220
DE MATTOS: 220
DOMINGUES: 87
DOSSE: 59
DUCROT: 42, 313

F

FAIRCLOUGH: 77
FARACO: 55
FILLIETTAZ: 136, 139, 140, 145,
179,
FONSECA: 48
FOUCAULT: 40, 41, 239
FURTADO: 117

G

GENETTE: 20
GEORGET & CHABROL: 308
GLISSANT: 31
GLOCK: 113
GOFFMAN: 201, 203,

H

HABERMAS: 139, 195
HEUVEL: 36, 43
HINZ: 318
HOFFMANN: 325
HYMES: 254

J

JACQUES: 284
 JAKOBSON: 35, 36

K

KERBRAT-ORECCHIONI: 181,
 186, 187, 188
 KRISTEVA: 20

L

LEMINSKI: 235
 LYSARDO-DIAS: 338, 389

M

MACHADO: 83, 121, 215, 257,
 260, 348
 MAINGUENEAU: 17, 23, 47,
 48, 98, 121, 123, 124, 129, 238,
 257, 334
 MALLARMÉ: 25
 MARI: 101, 119, 242, 252, 253,
 339
 MARQUES: 236
 MELLO: 33, 251, 253
 MENDES: 241
 MORAIS: 51
 MORIN: 53, 284

O

OLIVEIRA: 281, 287
 ORLANDI: 122, 234, 237

P

PIRES: 133
 PRÉVERT: 95
 PARVULESCO: 27
 PERELMAN & OBRECHT-
 TYTECA: 354, 359, 360,
 PFISTER: 324
 PLANTIN: 351

R

RICOEUR: 186
 ROSA: 61
 ROULET: 134, 139, 140, 145,
 146, 149, 154, 170,

S

SANT'ANNA: 137
 SANTOS: 73, 76, 79, 235
 SCHIFFRIN: 364
 SEARLE: 287, 289, 291
 SOUZA: 63
 SOUZA-PAZ: 118, 120, 130

SPERBER: 391

SPERBER & WILSON: 304, 313

T

TCHAKOTINE: 354
 TODOROV: 35

V

VANDERVEKEN: 119, 120
 VERNANT: 130

**Este livro, composto na fonte Times New Roman, corpo 11/13,
foi impresso em Papel Chamois Fine Dunas 80g na
Segrac Editora e Gráfica Limitada
segrac@segrac.com.br**

O Núcleo de Análise do Discurso (NAD) é um órgão vinculado à Faculdade de Letras da UFMG e voltado, exclusivamente, para a organização e implementação de atividades acadêmicas. Seu objetivo principal é congregar professores e estudantes de níveis e instituições variados em atividades como simpósios, seminários, grupos de discussão sobre objetos e temas específicos do campo da análise do discurso.

O NAD tem mantido vínculos regulares com professores de universidades da França (convênio CAPES-COFECUB), Suíça e Espanha, visando à interação com novos grupos, novas propostas de trabalho.

O resultado desse intercâmbio tem sido a presença constante de pesquisadores dessas instituições na UFMG para ministrar cursos, bem como a de pesquisadores brasileiros, alunos e professores, nesses países.

discurso@letras.ufmg.br

Núcleo de Análise do Discurso

DISCURSO
HETEROGENEIDADE-
MOSTRADA HETEROGENEIDADE-
CONSTITUTIVA HOMOGENEIDADE
POLIFONIA HOMOFONIA TURNO
CONTRATO ESTRATÉGIA
REGULAÇÃO TEXTO ENUNCIADO
ENUNCIÇÃO ALOCUTÁRIO
ACTANTE SUJEITO DESTINATÁRIO
ILOCUcional LOCUCIONAL
PERLOCUCIONAL ALOCUTIVO
DELOCUTIVO ELOCUTIVO DOMÍNIO
DISCURSIVO DOMÍNIO CONEXO ATO
DE FALA ATO DE LINGUAGEM IRONIA
SEDUÇÃO CAPTAÇÃO SIGNO
SIGNIFICANTE SIGNIFICADO
SENTIDO

FALE / UFMG

ISBN 85-87470-54-X



9 788587 470546